

Apoio:



arquitetura moderna universidade federal do ceará campus do benfica

arquitetura moderna campus do benfica

universidade federal do ceará

arquitetura moderna campus do benfica
universidade federal do ceará

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

José Henrique Paim Fernandes

Universidade Federal do Ceará

Reitor

Prof. Jesualdo Pereira Farias

Vice-Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Edições UFC

Editor

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Profa. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Profa. Angela Maria R. Mota de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Ítalo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

arquitetura moderna campus do benfica
universidade federal do ceará

[Organizadores]

Clovis Ramiro Jucá Neto
Adelaide Gonçalves
Aléxia Carvalho Brasil



Todos os Direitos Reservados

Clovis Ramiro Jucá Neto, Adelaide Gonçalves e Aléxia Carvalho Brasil
(Organizadores)

Av. da Universidade, 2932 - Benfica- Fortaleza - Ceará. CEP: 60020-181
Tel./Fax: (85)3366.7499 (Distribuição)
3366.7766 (Diretoria)
3366.7439 (Livraria)
Internet: www.editora.ufc.br
E-mail: editora@ufc.br

Divisão de Editoração**Coordenação Editorial**

Moacir Ribêiro da Silva

Revisão de Texto

Silvânia Bravo Bezerra Nunes

Normalização Bibliográfica

Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3/801

Editoração Eletrônica

Aléxia Carvalho Brasil
Clovis Ramiro Jucá Neto
Elaine Cristina Maia Nascimento
Jaizza Evellynn Leite de Figueirêdo Gonçalves
Jefferson Bruno Lima Roque

Imagem da capa

Clovis Ramiro Jucá Neto

Imagens do livro

Clovis Ramiro Jucá Neto
Roberto Martins Castelo

Capa

Aléxia Carvalho Brasil

Catálogo na Fonte

Biblioteca: Perpétua Socorro T. Guimarães CRB 3 801-98

Universidade Federal do Ceará
Arquitetura moderna *campus* do Benfica – Universidade Federal
do Ceará/ Organizado por Clovis Ramiro Jucá Neto, Adelaide
Gonçalves e Aléxia Carvalho Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

299 p.: il.

Isbn: 978-85-7282-582-5

I. Arquitetura Moderna I. Jucá Neto, Clovis Ramiro II. Pereira,
Adelaide Maria Gonçalves III. Brasil, Aléxia Carvalho IV. Título

CDD: 720

Uma palavra de reconhecimento e homenagem

Sediado na Reitoria – ela própria um referente simbólico da cidade de Fortaleza -, o Memorial pretende se constituir em espaço de estudos e pesquisas, ajudando a semear o zelo pela memória e história de nossa Universidade. A implantação do Memorial da UFC é exercício intelectual, tarefa acadêmica e compromisso com o tempo da história. Tarefa generosa, já iniciada pelo critério e visão do fundador da Casa, Antonio Martins Filho, e por tantos mais que legaram anotações, escritos de memória, objetos do fazer acadêmico. Hoje, a exigência histórica do Memorial convoca a sensibilidade e o compromisso institucional de quantos desejem participar desta utopia concreta. O caminho já se faz. As primeiras ações se voltaram ao diligente trabalho de identificação e organização dos mais variados acervos, em vista sempre, da acurada percepção dos múltiplos “lugares de memórias” de nossa Universidade. Dimensão fundamental do trabalho do Memorial é a difusão da cultura escrita, valorizando a singular função social da Universidade: a produção do conhecimento. Neste passo serão dados à estampa edições fac-similares, coleções e estudos que possam oferecer ao leitor a natureza vária de nossa experiência acadêmica e do patrimônio universitário.

Este livro inaugura o propósito editorial do Memorial da Universidade Federal do Ceará. Cada um e todos os ensaios são vazados na melhor escrita acadêmica: aquela que combina o atilado juízo crítico e a pesquisa rigorosa ao esforço de fazer da reminiscência pessoal um depoimento de história vivida.

Nossa intenção aqui é promover o espírito de reconhecimento e homenagem. À cidade e ao seu bairro – Benfica. Ao legado intelectual dos homens e mulheres que ousaram levantar a bandeira de criação dos cursos superiores, das faculdades e do sonho da Universidade Federal do Ceará.

Para a realização deste livro cumpre registrar algumas notáveis contribuições. O ponto de partida devemos à ação do IPHAN em seu propósito de adensar os estudos e pesquisas em torno do patrimônio e da memória. Esta ação resultou no Inventário da Arquitetura Moderna Cearense, com a participação de professores e alunos de História, Arquitetura e Urbanismo da UFC, nos anos de 2008 e 2009.

Com o propósito de oferecer ao leitor uma bela porta de entrada aos fatos da história dos doze anos iniciais da UFC, recorreremos à generosidade por escrito de nosso mestre Liberal de Castro que, de pronto cedeu ao nosso livro, o capítulo originalmente publicado em Martins Filho de corpo inteiro, organizado pelo professor Paulo Elpídio de Menezes Neto (Imprensa Universitária da UFC, 2004 – Série Documentos UFC).

Nossos agradecimentos ao trabalho dos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC que nos oferecem aqui uma visada sobre a História da Arquitetura Moderna de Fortaleza, com ênfase no campus do Benfica, e nos convocam a urgente reflexão sobre sua preservação. Aos estudantes de Arquitetura, bolsistas do Memorial, pelo trabalho criterioso, dedicação e espírito de equipe. Ao diretor do MAUC - Museu de Arte da UFC – Professor Pedro Eymar Barbosa da Costa pela permanente colaboração em vista do tratamento do acervo iconográfico. Nas idas e vindas em que o livro se fazia, tivemos a sorte de uma conversa com o senhor Antonio Evangelista, fotógrafo profissional trazido para a UFC pela mão de Martins Filho. É de sua lavra, ao longo de décadas, o registro fotográfico do cotidiano da vida institucional. Neste livro, algumas das belas fotos são de sua autoria. À arquiteta Waldete Cunha de Freitas do COP – Coordenadoria de Obras e Projetos da UFC – pela presteza na indicação e cessão das plantas originais catalogadas no acervo da instituição. Aos dirigentes e funcionários da Editora da UFC e da Imprensa Universitária, por acreditarem conosco que o objeto livro segue sendo uma das mais belas invenções do humano. Ao professor Roberto Castelo que se dispôs tornar-se fotógrafo! Algumas imagens do livro saltam de sua sensibilidade. Nosso reconhecimento e homenagem a todos.

Uma última palavra. Dar forma a este livro foi um exercício do bom convívio acadêmico e uma hora de alegria para os organizadores. É com este sentimento que convidamos os leitores à apreciação desta Arquitetura Moderna Campus do Benfica.

Fortaleza, janeiro de 2014.
Os organizadores.

sumário

Textos

Na Arquitetura, as Memórias se Entrelaçam.....9	
<i>Jesualdo Pereira Farias</i>	
Martins Filho, O Edificador.....11	
<i>José Liberal de Castro</i>	
O Inventário da Arquitetura Moderna Cearense.....75	
<i>Clovis Ramiro Jucá Neto</i>	
Arquitetura Moderna do <i>Campus</i> do Benfica da UFC.....81	
<i>Clovis Ramiro Jucá Neto</i>	
<i>Ricardo Fernandes</i>	
<i>Romeu Duarte</i>	
O Modernismo Arquitetônico em Fortaleza.....97	
<i>Beatriz Helena Nogueira Diógenes</i>	
<i>Margarida Julia Farias de Salles Andrade</i>	
A Preservação do Patrimônio Modernista do Ceará.....117	
<i>Romeu Duarte Júnior</i>	

Edifícios

Concha Acústica (1959)..... 123	
<i>Arq. Fábio Kok de Sá Moreira</i>	
<i>Arq. Ruth Kok de Sá Moreira</i>	
Pró-Reitoria de Extensão(1961).....145	
<i>Arq. José Liberal de Castro</i>	
Institutos Básicos (1961).....159	
<i>Arq. José Liberal de Castro</i>	
Imprensa Universitária (1966).....207	
<i>Arq. José Liberal de Castro</i>	
Pavilhão Reitor Martins Filho (1966).....231	
<i>Arq. Nícia Paes Bormman</i>	
Residência Universitária (1966).....259	
<i>Arq. Ivan da Silva Brito</i>	
Escola de Engenharia (1968).....277	
<i>Eng. Luciano Ribeiro Pamplona</i>	

Na Arquitetura, as Memórias se Entrelaçam


*Jesuado Pereira Farias
Reitor da UFC*

A Universidade Federal do Ceará vem, diligentemente, erguendo o edifício de sua memória. A história da Instituição, que se entrelaça com a do Ceará e do Nordeste, estará, dentro em breve, preservada e resguardada das injunções do tempo, no Memorial da UFC, equipamento que se quer dinâmico, em permanente construção, e que pretende dialogar permanentemente com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Começamos agora a apresentar a coletânea de ensaios aqui enfeixada e que repassa variados aspectos da “Arquitetura Modernista na UFC”. Nada mais pertinente do que nos voltarmos, hoje, para os aspectos arquitetônicos de nossa cidade, levando-se em conta que a paisagem urbana tem-se transformado rapidamente, na maioria das vezes, sem deixar traços. Essa é uma memória que rapidamente se esvai, levando a uma espécie de empobrecimento cultural. Urge reconstituí-la.

No presente volume, um ilustre grupo de arquitetos que participaram do crescimento e consolidação de nossa Universidade recompõe os traços da arquitetura moderna em Fortaleza – e, em especial, no Benfica, berço histórico da UFC. Evidentemente, dada a sua importância, o acervo imobiliário da Instituição se destaca nesse levantamento. O prof. Liberal de Castro realça tal aspecto, oferecendo os créditos – como não poderia deixar de ser – ao Reitor Martins Filho, que materializou o projeto de criação de uma grande universidade, partindo de quase nada.

As riquíssimas anotações de Liberal de Castro, Clovis Ramiro Jucá Neto, Ricardo Fernandes, Romeu Duarte Júnior, Margarida Júlia Farias de Salles Andrade, Beatriz Helena Nogueira Diógenes chamam a atenção para detalhes da produção dos arquitetos cearenses envolvidos no projeto do *Campus* do Benfica, que se erigiu sob a égide do modernismo arquitetônico brasileiro. Nas edificações,



“fazem-se presentes os princípios da racionalidade, funcionalidade, eficiência técnica, economia de meios e ênfase na dimensão social da arquitetura, próprios da perspectiva moderna”. É o legado do Departamento de Obras e Projetos, que espalhou pelo bairro universitário os traços da genialidade dos que o compunham.

Os olhares também se voltam para o restante da cidade, enfocando o contexto urbano de Fortaleza entre as décadas de 1930 e 1970. É o tempo de uma significativa expansão da área edificada, quando se acentua espacialmente a divisão social e funcional da grande urbe cearense. Como parte dessa crônica, a Universidade Federal do Ceará se volta para a Fortaleza que ajudou a edificar, fornecendo-lhe a grande maioria dos engenheiros, arquitetos e urbanistas que lhe moldaram as formas e os contornos.

É assim que o Memorial vê a Universidade: engastada na cidade, vinculada à sua história, integrada a todas as suas forças vivas.

Fortaleza, janeiro de 2014.

Martins Filho, o Edificador¹

José Liberal de Castro

Esta contribuição aos festejos comemorativos do primeiro centenário de nascimento de Antônio Martins Filho e do cinquentenário de fundação da Universidade Federal do Ceará ampara-se principalmente em lembranças pessoais. Centra-se na montagem física da Universidade, rememorando fatos concernentes aos doze anos iniciais da instituição, ocorridos num período encerrado há quase quatro décadas.

A fim de evitar as possibilidades de tumulto expositivo, o texto foi dividido em tópicos que se limitaram apenas a considerar:

- o acervo imobiliário da Universidade, quando de sua instalação;
- o Departamento de Obras e Planejamento, como setor técnico.
- as realizações arquitetônicas mais significativas da administração Martins Filho.

Esta apreciação se detém, pois, em obras datadas dos três mandatos administrativos de Martins Filho, particularmente naquelas em que o reitor teve participação direta. Não se trata, todavia de um relatório que aprecie o passado, arrolando pormenorizadamente uma incontável lista de realizações físicas, qualificando-as por programas arquitetônicos ou qualificando-lhes as dimensões. Na verdade, muitas obras, hoje velhas de quase meio século, conheceram transformações exigidas por novas necessidades. Lamentavelmente, porém, várias delas viram-se desfiguradas por decisões nascidas do incontido desejo de afirmação manifesto por alguns ou, ainda bem que eventualmente, destruídas pela simples vontade de destruir.

O Acervo imobiliário da Universidade, quando de sua instalação

Aqueles que hoje admiram o imenso parque imobiliário da Universidade Federal do Ceará não fazem ideia da reduzida lista de próprios pertencentes à instituição na data quando foi criada, em 16 de dezembro de 1954.

A então denominada Universidade do Ceará, ao ser instalada, em 25 de junho de 1955, compunha-se de apenas cinco escolas de ensino superior. Reunia, pois, com um objetivo comum, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Agronomia, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Faculdade de Medicina. Na ocasião, havia na cidade mais unidades de ensino superior que se uniram à Universidade, todavia como escolas “agregadas”, à parte outras que, por este ou aquele motivo, não chegaram a integrá-la.

Das cinco escolas mencionadas, por assim dizer, somente a Escola de Agronomia possuía acervo imobiliário significativo, embora a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia funcionassem em sedes próprias no centro da cidade. Para melhor ideia do limitado quadro de bens materiais de que dispunha Antônio Martins Filho, quando assumiu oficialmente o comando da Universidade, devem ser alinhados alguns esclarecimentos.

A Escola de Agronomia

A Escola de Agronomia foi fundada em 1918, funcionando como instituição privada até ser estadualizada pelo governo Moreira Lima, em 1935. Nascera do empenho de Humberto Rodrigues de Andrade (1892 -1984), jovem agrônomo diplomado dois anos antes pela Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, em Piracicaba, São Paulo, sob o incentivo de seu tio, o farmacêutico Joaquim Frederico Rodrigues de Andrade. Nos dias iniciais da Escola, Humberto Andrade era o único professor formado em Agronomia, já que os demais portavam títulos de médicos, bacharéis em Direito, farmacêuticos e engenheiros. Em sua primeira fase, como organização privada, a Escola funcionou precariamente no centro da cidade, em casas alugadas.

Em 1937, no governo Meneses Pimentel, foi adquirido o Sítio Santo Anastácio, junto do qual já funcionava um campo experimental agrícola de limitadas dimensões, para onde a Escola se havia mudado no ano anterior. O nome do sítio identificava o proprietário, Anastácio Braga, o qual, com o assentimento de sua mulher e juntamente com uma irmã, venderam a propriedade ao governo estadual. A transação importou em 90 contos de réis, envolvendo uma área de aproximadamente 30 hectares.

A fim de adaptá-la a suas novas funções, a casa de residência do sítio foi transformada em sede administrativa. Na década de 40, convidado por Renato Braga, diretor da Escola, Emílio Hinko aplicou um pórtico de feição romana, à frente da casa, mascarando as feições primitivas do imóvel, aliás, acrescido com salas de aula. Vale ressaltar que, quando da aquisição do sítio, a casa já apresentava aspecto urbano, sem varandas, contornada por platibanda no alto e mostrando os exteriores revestidos por faixas de guarnecido, brancas e coloridas, acabamento parietal que havia entrado em moda na Fortaleza de fins do século XIX. O pórtico e sua continuação, uma colunata meramente decorativa, antecipavam o emprego dos pilares de ordem toscana que Hinko iria aplicar na sede do Náutico Atlético. A ampliação da casa se fizera por via do prolongamento de duas alas, que abarcavam um pátio ladrilhado, onde, entre outros usos, realizavam-se eventuais festas estudantis. Isolados e simetricamente dispostos, de cada lado da casa, foram construídos dois pavilhões, nos quais funcionavam os setores de química e botânica. Havia um pavilhão destinado à exposição e guarda de máquinas agrícolas e mais algumas instalações complementares de aspecto rural, à parte os estábulos e ripados, erguidos em pontos localizados a oeste, além do pequeno açude do sítio primitivo.

Em 1950, a Escola de Agronomia foi federalizada, passando a integrar o setor de ensino do Ministério da Agricultura. Ainda assim, as instalações continuaram modestas. Modestas, mas eficientes, abrigando, já naquela época, laboratórios que constituiriam o berço da sistematização das pesquisas científicas no Ceará e, por extensão, na futura Universidade.

Como se vê, a contribuição da Escola de Agronomia ao acervo material da nova universidade ficava traduzida por ampla gleba açudada, e mais um grupo de edificações de relativo valor material, que ocupavam uma área de aproximadamente 2500 metros quadrados. Ao acervo imobiliário, deviam-se ainda acrescentar, como bens significativos, o equipamento técnico-científico da instituição, a biblioteca especializada e valioso plantel de animais selecionados.

A Faculdade de Direito

A Faculdade de Direito era a mais antiga das unidades universitárias. Fundada em 1903, durante o governo do Dr. Pedro Augusto Borges, na verdade, constituía uma realização da oligarquia comandada durante vinte anos pelo Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921), da qual Borges era participante disciplinado. Apesar de sua origem oficial, a Faculdade funcionou por mais de três décadas em casa alheia, comprimida na metade leste do pavimento térreo do palacete da Assembleia Legislativa do Estado, hoje sede do Museu do Ceará.

Em 1936, durante o governo do Interventor Francisco Meneses Pimentel, professor catedrático da casa, iniciaram-se as obras de construção da sede da Faculdade, localizada na então Praça (Visconde) de Pelotas, depois Praça da Bandeira, e agora Praça Clóvis Beviláqua. Lamentavelmente, a edificação, concluída em 1938, mantinha um velho hábito, comum na cidade, desde fins do século anterior, de ocupar o espaço público. No caso, como desculpa, diga-se que na parte sul da praça já se encontravam as caixas d'água erguidas por Accioly em 1911, conquanto somente inauguradas década e meia depois. Além do mais, como a praça, bastante ampla, cobria dois vastos quarteirões, ainda sobrava um bom espaço ajardinado para uso coletivo. Durante muito tempo, o logradouro não passara de um escampado, que servia de transição entre o trecho da cidade coberto por malha regular e a antiga traça urbana, ajustada originalmente aos caminhos que, em busca do interior, partiam da Matriz de São José, depois, Sé diocesana. A praça, portanto, nascera desse amplo espaço baldio, usado como depósito dos encanamentos de um sistema de abastecimento de água proposto em meados do século XIX, cujas



Faculdade de Direito
Acervo MAUC

atividades se encerraram em consequência da seca de 1877-1879. Por tal razão, manteve-se por bom período citada como a Praça do Encanamento, e sua parte norte, até os dias em que foi ajardinada, recebia os circos que visitavam a cidade.

O edifício sede da Faculdade de Direito, por sua localização, por suas dimensões e por seu padrão construtivo, sem dúvida, figurava, isoladamente, como o bem arquitetônico mais qualificado da nova Universidade. Os seus dois pavimentos, com lajes e forro de concreto armado, cobriam quase 2 mil m², embora necessitados de ampliação.

A campanha pela criação de uma universidade federal nasceu e se desenvolveu na Faculdade de Direito. As aspirações do empreendimento, materializados por Antônio Martins Filho, professor catedrático da casa, eram unicamente culturais. Não buscavam benefícios pessoais outros os que batalhavam em favor da criação da Universidade, pois, como dado concreto, bastaria lembrar que a Faculdade já participava do elenco de órgãos federais do Ceará desde 1934, embora tivesse voltado a integrar a administração estadual entre aquele ano e 1946.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia

A Faculdade de Farmácia e Odontologia foi fundada em 1916 como instituição privada. Quanto da fundação da Universidade, já havia sido estadualizada e federalizada, dispondo de sede própria, localizada no centro da cidade, em prédio bem antigo, ampliado e remodelado por seguidas vezes. A edificação desenvolvia-se em um pavimento térreo, a meia altura, como era comum em muitas casas de maior vulto na Fortaleza de fins do século XIX, acrescido de um pequeno trecho em andar superior. No pátio de fundos, outrora correspondente ao quintal da casa, havia um anexo, onde funcionavam laboratórios e salas de aula. O conjunto cobria uma área em torno de 1000 m².

No último quartel do século XIX, a edificação, onde veio a instalar-se a Faculdade, fora morada da família Rossas. Por volta de 1880, transformou-se em sede do Reform Club, uma associação de rapazes do comércio mas, pouco tempo depois, foi ocupada pelo

Clube Iracema, fundado em 1882, instituição esta que desempenhou, por longo tempo, papel de excepcional importância na vida social e cultural da cidade. A velha casa da antiga Rua Formosa, 309 (atual Rua Barão do Rio Branco, 1321) foi adquirida em 1924 pela Faculdade de Farmácia e Odontologia. Na ocasião, o Clube Iracema já se havia mudado para os andares superiores do Palacete Ceará, edifício novo, erguido por volta de 1920, de marcante presença arquitetônica na Praça do Ferreira (atual Caixa Econômica), construído segundo projeto de João Sabóia Barbosa, nome ainda oportunamente mencionado.

Quando da criação da Universidade, a Faculdade de Farmácia e Odontologia formava um todo único, posteriormente dividido em duas unidades universitárias distintas, isto é, em Faculdade de Odontologia e em Faculdade de Farmácia e Bioquímica, algum tempo depois transferidas para as suas respectivas instalações, novas e específicas. O prédio, que ambas vinham ocupando, ainda se manteve útil à Universidade, havendo abrigado os cursos de Jornalismo e de Ciências Sociais, criados em 1962. Entretanto, por consequência da decisão de reunir todo o setor de Humanidades no Benfica, a edificação ficou sem finalidades explícitas, sendo vendida a uma firma comercial que a repassou ao Banco do Brasil, ocasião quando foi demolida e transformada em agência bancária.

A Faculdade de Ciências Econômicas

A Faculdade de Ciências Econômicas, semelhantemente a outras suas coirmãs, surgiu como instituição privada, cuja fundação, em 1938, deveu-se à iniciativa de Djacir Meneses. Posteriormente, em 1948, o governo do estado sancionou a lei de encampação da Faculdade, cumprindo decisão da Assembleia Estadual. Desde sua fundação, funcionou em casa pertencente à família da esposa de Djacir Meneses, localizada na esquina sudoeste das Ruas Liberato Barroso e Conselheiro Estelita, onde aliás permaneceu até o último mandato de Martins Filho, quando se mudou para o Benfica.

A Faculdade de Medicina

A Faculdade de Medicina, a mais nova das unidades formadoras da Universidade, foi fundada em 1947 e instalada em 1948, fruto da iniciativa de um grupo de médicos agregados sob a liderança de Jurandir Picanço, na Sociedade Promotora da Fundação da Faculdade de Medicina, logo transformada em Instituto de Ensino Médico. O empreendimento, por seu significado científico e social, despertou de imediato o entusiasmo governamental, traduzido pela cessão de um próprio pertencente ao Estado, à guisa de ajuda. O prédio localizava-se na Praça José de Alencar, junto do Teatro, construído em 1884, segundo projeto do austríaco Henrique Foglare, para sede da Escola Normal. Quando esta instituição inaugurou sua nova sede, no Outeiro do Colégio, em 1923, a pequena e já antiga edificação passou a abrigar o recém-criado Grupo Escolar Norte da Cidade, depois denominado Grupo Escolar José de Alencar, até 1948, quando se processou a cessão à Faculdade de Medicina.

Contando com dois pavimentos que cobriam uma área total de 500 m², o grupo escolar estava implantado no trecho de frente de um lote de 1.240 m², com meio quarteirão de fundos. Como ocupava reduzida fração do terreno, a Faculdade de Medicina providenciou obras de emergência na parte dos fundos, construindo pavilhões destinados a atividades específicas, em particular as de anatomia. Pouco depois da criação da Universidade, a Faculdade de Medicina foi gradativamente transferida para novas instalações no Porangabussu. Já desmembrada da Faculdade de Farmácia, na ocasião, a Faculdade de Odontologia abrigou-se no pequeno prédio da Praça José de Alencar, cujos anexos foram bastante ampliados com obras de aspecto mais duradouro. Erguidas, porém, as instalações definitivas da Odontologia no *Campus* do Porangabussu, o imóvel foi cedido ao Ministério da Educação, que veio transferi-lo para o Ministério da Cultura, quando este foi criado. Na velha edificação, hoje funciona a sede da superintendência cearense do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, repartição integrante dos quadros do Ministério da Cultura.

* * *

Estas informações, à medida que buscam promover uma contextualização histórica, procuram demonstrar como era reduzido o acervo imobiliário da Universidade quando de sua fundação. O rápido crescimento da instituição redundou no desencadeamento de um plano objetivo, visando à aquisição de terrenos e à construção de instalações condizentes com as novas necessidades, verdadeira batalha travada durante três mandatos consecutivos, sob a ação obstinada e empreendedora de Antônio Martins Filho.

A fim de se fazer uma ideia comparativa entre aqueles dias e o presente, bastaria somar as áreas construídas das unidades formadoras, anteriormente relacionadas, e confrontar o resultado com a situação atual. Em outras palavras, cotejar os parques 6.500 m² do acervo edificado inicial com os números de hoje, que atingem a soma expressiva de 366.195 m², distribuídos por três *campi*. Ou ainda, comparar as áreas de que a Universidade dispunha quando de sua instalação, correspondentes a uns 31 hectares, em contraposição aos 233,47 hectares do presente.

Se, em boa parte, a área construída da Universidade se deve à ação contínua de vários reitorados durante os últimos 38 anos, impõe-se, todavia, insistir que os atuais terrenos dos *campi* foram adquiridos ou incorporados durante a administração Martins Filho. A posse oficial de alguns trechos, por certo, somente se resolveu em definitivo em dias posteriores, todavia, cumprindo planos ou concluindo negociações que já vinham em curso.

À Guisa de depoimento

Circunstâncias absolutamente inesperadas me fizeram integrar a equipe técnica de Martins Filho, honrosamente dela participando quase desde os dias primeiros. A exposição de fatos, que se segue, obriga-me a relembrar fatos de interesse pessoal, o que não me apetece, pois os amigos mais chegados sabem como me desgosta falar de mim mesmo.

Emigrei do Ceará muito jovem, conquanto uma ou outra vez viesse visitar a terra natal em rápidas férias. Se me agradava o contato

com a família, punha-me atormentado o fato contraditório de dominar todos os espaços da cidade natal, sem contudo, conhecer ou reconhecer seus habitantes, alguns deles, por certo, velhos camaradas de adolescência. Pior ainda: quando começava a identificar este ou aquele antigo companheiro, tinha de partir, curtindo saudades.

Em certa visita à cidade, o acaso levou-me com surpresa a encontrar, em um mesmo grupo, velhos amigos e amigos mais recentes, entre esses, colegas de vida universitária. Mais que esperançosos, estavam todos certos de uma completa e imediata mudança na vida cearense, tendo em vista a instalação de poderosas instituições federais, em desenvolvimento ou programadas, tais como a Universidade, cujo projeto de criação empolgava os setores letrados. Alguns desses amigos, convictos de que se descortinavam perspectivas de excelente futuro profissional para quantos desejassem participar, insistiam em que me devia estabelecer profissionalmente no Ceará. Um deles, saudoso e querido companheiro, num assomo de entusiasmo, entendeu de informar minha mãe de retornar à terra, na verdade, jamais por mim confessada. Esse fato me criou uma situação insustentável, pois, minha mãe já estava por mim convencida e conformada ante a realidade de um inviável exercício de minha profissão no Ceará.

Premido no plano ético-afetivo por tais circunstâncias, passado talvez um ano e meio, abasteci-me do necessário para minha manutenção na cidade durante uma permanência de dois meses, eventualmente ampliável por uns trinta dias. Já de volta ao Ceará, o tempo foi passando, sem que me aparecessem oportunidades. Nada havia que fazer, salvo o comparecimento diário ao centro da cidade, para me encontrar com antigos companheiros e também com novos colegas arquitetos, estes, por suas razões, retornados à terra natal à espera de melhor sorte.

Quando já se findava o prazo que me concedera, eis que recebo com surpresa o convite de examinar um projeto que vinha sendo ultimado no Departamento de Obras e Planejamento da Universidade, concernente à edificação de um novo bloco, necessário à expansão da Faculdade de Direito. Tratava-se de um problema profissional

curioso, pois a estrutura da obra, calculada em um escritório do Rio de Janeiro, já havia sido licitada, de modo que quaisquer alterações introduzidas no projeto não poderiam modificar a disposição estrutural nem a cubagem do concreto. Minha participação ficava assim sujeita a marchas e contramarchas, exigindo o contato permanente com os empreiteiros da obra. As intervenções permitidas restringiam-se, quando muito, a remover paredes, introduzir sanitário, que não os havia, mexer no ângulo das escadas, íngremes e posicionadas de forma inconveniente, desenhar a curva de visibilidade dos auditórios, enfim, realizar, quando possível, o estritamente necessário ao funcionamento correto da obra.

Não tinha, pois, como interferir no desenho preliminar das fachadas, com altas platibandas, nem na disposição de alguns compartimentos expostos à insolação, muito menos no emprego indiscriminado do vidro. Enfim, nada podia ser tentado em favor do que me parecia devido. Esclareciam-me que os efeitos do excesso de vidro no conforto ambiental seriam amenizados, supunham, com o uso do ar condicionado, cujo equipamento, necessário aos auditórios, poderia ser oferecido ao resto do prédio de modo alternativo, beneficiando as salas de aula. Outras limitações menores foram contornadas na medida do possível, sempre quando não afetavam a estrutura e o partido original, ou melhor, a *distributio* do projeto. Apenas como exemplo dessas singularidades, lembro-me bem de que o pavimento térreo, por solicitação da Prefeitura, deveria ter espaços livres em ambas as extremidades, resolvidas com *pilotis*, a fim de melhorar a visibilidade, não se sabia de que ou de quem...

Embora estivesse certo de que a minha permanência seria temporária, novas tarefas surgiram, quase sempre afeitas a reformas de prédios e, principalmente, de casas que a Universidade começara a adquirir. Rapidamente, fui estabelecendo contatos com os interessados nas adaptações arquitetônicas, alargando meu relacionamento com professores de diferentes setores e com funcionários, facilitando minha participação na jovem Universidade e, também, de modo paralelo, a integração na vida técnica e cultural da cidade.

Sem perceber, o tempo foi passando. Fui ficando, ficando e, finalmente, fiquei. Em definitivo.

O Departamento de Obras e Planejamento

Quando a Universidade foi instalada, evidenciou-se a necessidade de obtenção de um espaço exclusivo, destinado à sede da administração central ou, mais claramente, da Reitoria. Martins Filho, premido pelas circunstâncias, alugou uma casa localizada na Rua Senador Pompeu, lado do sol, perto da Faculdade de Direito, de vagas recordações.

Quase em seguida, foi comprada a casa de chácara pertencente aos herdeiros de José Gentil, no Benfica. Na sala de frente dessa casa, adquirida pouco antes de meu ingresso na Universidade, funcionava o Departamento de Obras e Planejamento, setor que me acolheu quando contava com pouco mais de doze meses de fundado e onde iria trabalhar por seguidos anos.

Era mínima a equipe técnica do Departamento de Obras na ocasião. Quatro pessoas, apenas. Compunha-se do diretor, engenheiro Francisco Fernando de Alcântara Mota, do arquiteto Marcos Vinício Braga Studart e de dois desenhistas.

Foi Fernando Mota quem, sem me conhecer e certamente louvado em opinião de terceiros, convidou-me a examinar o projeto do novo bloco da Faculdade de Direito. Em outras palavras, foi quem me introduziu na Universidade. Agradecido, reconheço o débito, aliás certo de que ele, espírito generoso, talvez nem se lembre desses fatos... Gradativamente, o cotidiano profissional nos aproximou, favorecendo sólidos laços de amizade com Fernando e seu grupo familiar.

Na sala técnica, já disse, encontrei Marcos Studart. Hávamos sido contemporâneos na então Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que me ajudava na incorporação ao pequeno grupo. Como antigo estagiário e servidor do Departamento Nacional de Tuberculose, Marcos derivara profissionalmente para as tarefas de saneamento e conforto ambiental. Talvez, por tal razão, agradava-lhe ouvir, sem opinar, salvo

quando se discutiam matérias ligadas às áreas de seu interesse. Essa posição obstinada contribuiu, sem dúvida, para que Fernando Mota me tivesse convidado a participar da equipe, respondendo por outros departamentos do projeto arquitetônico. Marcos Vinício Braga Studart, velho amigo, sempre se pautou, pessoal e profissionalmente, consoante o mais rigoroso comportamento ético. Nada lhe perturbava a tranquilidade, enfrentando os dissabores da vida com superior estoicismo. Estou certo de que Deus lhe reservou no céu um lugar entre os justos.

Eram apenas dois os desenhistas da sala técnica. Um, Antônio Severiano de Barros, habilíssimo no manejo do bico de pena, prenda que lhe assegurava ganhos extras naqueles tempos quando não se suspeitava do futuro aparecimento da computação gráfica. O outro era João Lázaro Figueiredo, pintor maranhense, radicado no Ceará, terra para onde, com ele, haviam-se mudado outros artistas conterrâneos seus. Desenhava arquitetura de modo muito pessoal, sem recorrer à tradicional régua *T*, trabalhando sempre com dois enormes esquadros. Homem sensível, dedicava-se à cenografia, vindo posteriormente a dirigir o Curso de Arte Dramática da Universidade. Pintor paisagista, convertera-se apaixonadamente ao concretismo, divulgando na cidade após a visita do paulista Waldemar Cordeiro. Tornou-se um dos mentores da nova escola e animador do controvertido Corredor de Arte Concreta, realizado no Clube do Advogado, à Praça do Ferreira, nos idos de 1957. Artista de méritos e figura humana inesquecível, Figueiredo tornou-se meu fiel companheiro nos levantamentos de arquitetura antiga do Estado, que executávamos graciosamente para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituição benemerita da qual me tornaria representante honorário do Ceará por 25 anos.

O rápido desenvolvimento da Universidade exigiu a necessária ampliação de todos os serviços da instituição. O Departamento de Obras também viu crescer seu quadro técnico, tal a demanda quantitativa e qualitativa que se avolumava. Novos companheiros vieram participar dos esforços em favor do desenvolvimento material da Universidade, de sorte que, no final da administração Martins Filho, lá estavam os estruturalistas Hugo Alcântara Mota e José Valdir

de Medeiros Campelo, os arquitetos José Neudson Braga, Ivan da Silva Britto, Luís Carvalho de Aragão e ainda o engenheiro Raimundo Lima, que se afastou voluntariamente do Departamento um pouco antes, a fim de dirigir sua própria empresa. A expansão dos setores didáticos da Universidade acabou por solicitar os préstimos do selecionado grupo técnico do Departamento de Obras, de tal sorte que, aos poucos, os seus integrantes terminaram por se engajar no campo do ensino, lecionando na Escola de Engenharia e na Escola de Arquitetura, aquela datada de 1956 e a última criada em fins de 1964.

Todos os componentes da equipe montada por Martins Filho obtiveram enorme renome nos meios profissionais cearenses, quer como técnicos, quer como docentes, tornando-se desnecessário e até difícil, neste esforço de memória, apresentar referências pessoais amplas sobre cada amigo. Amigo, ou melhor, amigos. No singular ou no plural, a palavra vai empregada no significado pleno, tal o relacionamento fraterno que se desenvolveu e se consolidou entre os componentes do grupo, patente nas relações de compadrio e posterior entrelaçamento familiar de descendentes.

Não pode ser omitida a contribuição das mais pessoas que compunham a sala técnica, em particular os desenhistas, então já mais numerosos, nem devem ser esquecidos os funcionários e funcionárias do setor administrativo, competentes, interessados e prestimosos.

Os projetos e a construção dos próprios da Universidade eram atribuições do Departamento de Obras e Planejamento, que então atuava em regime de administração direta. No caso especial das Escolas de Engenharia e de Arquitetura, as tarefas ficavam a cargo dos seus quadros docentes, dos quais participavam membros da sala técnica do Departamento de Obras. Algumas escolas tinham à frente professores interessados nas obras, como eram as figuras de José Carlos Ribeiro, na Faculdade de Medicina, e de Lauro de Almeida, na Odontologia. Na Agronomia, dadas suas singularidades, os trabalhos no “campo” ficavam sob a responsabilidade de um professor, também encarregado das construções, sempre realizadas em comum entendimento com Departamento de Obras, atividades

estas entregues à competência técnica e administrativa de Diógenes Cabral do Valle, saudoso amigo. As tarefas de manutenção dos edifícios mereciam os cuidados de pequenos grupos integrados às respectivas unidades de ensino, com seus pedreiros, carpinteiros, pintores, eletricitistas e bombeiros, o que facilitava a pronta solução de pequenos problemas.

A expansão física da Universidade

O início da expansão territorial da Universidade fez-se por rápidas etapas. Primeiro, por gradativa aquisição de chácaras e casas situadas no bairro do Benfica, tendo como polo de difusão a sede da Reitoria. Segundo, pelo domínio de vasta área do bairro do Porangabussu, onde haviam sido iniciadas obras de edificações hospitalares, todavia totalmente abandonadas por falta de meios, salvo a Maternidade Escola, que encontrava apoio efetivo dos Diários e Rádios Associados, a poderosa cadeia nacional de comunicação social da época. Finalmente, pela obtenção da metade da gleba da antiga Base Aérea do Pici, agregado às terras do Sítio Santo Anastácio, estas já pertencentes à Escola de Agronomia. Também deve ser mencionado o conjunto do Sítio Alagadiço Novo/Casa José de Alencar, doado pelo Governo Federal à Universidade, à parte o terreno altamente valorizado, onde funciona o Laboratório de Ciências do Mar, no Meireles.

Como já foi dito, excluídos o Sítio Alagadiço Novo/Casa José de Alencar e o Laboratório de Ciência do Mar, localizados em outros pontos da cidade, a atual organização física da Universidade se estende em três *campi*, ocupando uma área em torno de 240 hectares. Todas essas vastas glebas foram adquiridas ou expandidas durante a administração Martins Filho, como já ficou esclarecido. Desde então, praticamente não houve acréscimo de quaisquer áreas urbanas, embora a Universidade se tenha desfeito de alguns imóveis e recebido doações de terras rurais bastante amplas, as chamadas fazendas.

A Cidade e as chácaras

Tão logo a Reitoria da Universidade foi instalada na Rua Senador Pompeu, em casa alugada, o reitor Martins Filho decidiu adquirir um imóvel cuja representatividade pudesse marcar a presença de jovem instituição no meio cultural da cidade e mesmo em sua paisagem urbana. Por singular coincidência, estava exposta à venda a Chácara Gentil, no Benfica, ou melhor, os seus remanescentes, não da casa de morada, em si, mas da ampla gleba original da propriedade, já bastante diminuída.

No processo de expansão urbana brasileira nos anos finais do século XIX, a implantação de chácaras constituiu um modo particular de ocupação dos espaços da periferia, proporcionando uma espécie de transição discreta entre a cidade e o meio rural. As chácaras ocupavam glebas amplas, ensombradas por árvores frutíferas, e dispunham de casas de morada que ofereciam conforto urbano. Muitas delas dedicavam-se ao cultivo de hortaliças e à criação de gado leiteiro estabulado, enquanto outras contavam com áreas generosas, tornando-se, em tais casos, conhecidas por sítios.

A ampliação da malha urbana fortalezense também recorreu ao mesmo processo, observado preferentemente em duas das saídas da cidade, o Benfica e o Alagadiço. No Benfica, as chácaras alinhavam-se ao longo ou entre as chamadas estradas de Arronches (Avenida da Universidade) e da Pacatuba (Rua Marechal Deodoro) e também marginavam os trilhos da Estrada de Ferro Baturité (Avenida Carapinima). Essas três vias procedentes do centro da cidade em demanda do interior eram cortadas apenas por duas transversais. Uma, o caminho (Rua Senador Catunda) que demandava à Baixa Preta. A outra, cortando perpendicularmente a estrada de Arronches, prenunciava a atual Avenida 13 de maio. Constituiu parte de um longo trajeto, já definido em 1875, usado como “estrada do gado”, com o qual a feira de gado da Parangaba se ligava ao matadouro, localizado na praça dos Libertadores (Otávio Bonfim/Nossa Senhora das Dores). Assim, o gado subia pela estrada da Pacatuba (Avenida Gomes de Matos e Rua Marechal Deodoro), penetrava à esquerda pelo trecho já aberto da atual Avenida 13 de Maio e, quebrando à direita, prosseguia até o matadouro, pela Rua Justiniano de Serpa, aliás ainda hoje

denominada “Estrada do Gado” pelos seus moradores mais antigos. O tropel de animais, pela Estrada da Pacatuba, e a passagem do trem, movido por energia a vapor e lançando fumaça e cinzas nas casas da futura Avenida Carapinima, constituíram fatores de desprestígio para as duas vias, explicando a importância adquirida pela estrada de Arronches como acesso nobilitado, já então dito, Rua do Benfica.

Arronches é o nome de vila portuguesa no Alentejo. Por saudade ou por afirmação, os emigrantes europeus sempre procuravam reproduzir a toponímia de suas pátrias nas colônias. No Brasil, não apenas se tornou comum, mas obrigatória nos dias do Marquês de Pombal, aplicadas às “vilas de índios”, erigidas em substituição às aldeias jesuíticas formadas junto das missões, estas extintas na época. Assim, no Ceará, a aldeia da Ibiapaba tornou-se a Vila Viçosa Real d’América, Caucaia chamou-se Soure, Paupina transformou-se em Messejana e, finalmente, Parangaba denominou-se Arronches. Outras vilas cearenses instituídas no período pombalino também receberam nomes lusitanos, como Montemor-o-Novo (Baturité), Sobral, Crato, Granja, isto para não se falar em Almofala e Montemor-o-Velho (Pacajus), aliás não alçadas à condição de vilas naquele período.

A propósito de nomenclatura urbana, conviria lembrar que, na época da aquisição da chácara Gentil, a Avenida da Universidade se chamava avenida Visconde do Cauípe. Em 1967, quando foi parcialmente alargada, conjuntamente com a Avenida 13 de Maio, houve mudança de denominação. O nome antigo, *boulevard* e, depois, Avenida Visconde do Cauípe, constituía uma homenagem da cidade pobre a Severiano Ribeiro da Cunha (1831-1876), um dos homens mais ricos da Província, cuja fortuna em boa parte foi empregada em obras filantrópicas. *Sic transit glori urbis...*

O Sítio Benfica

Entre as propriedades espalhadas pelo bairro do Benfica, impõe-se mencionar duas daquelas de maior interesse para esta narrativa. Primeiro, o chamado Sítio Benfica, onde o dono, o empresário João Paulino Hoonholtz, extraía água de poços profundos por meio de poderosas bombas movidas a vapor, fazendo-a distribuir canalizada

para venda em chafarizes localizados em várias praças da cidade. Sem condições de levar o negócio à frente, transferiu-o em 1863 a The Ceará Water Company Ltda., empresa incorporada em Londres, posteriormente liquidada por não poder manter o fornecimento da água durante a grande seca de 1877 a 1879. Seguindo velhíssimos processos de formação da toponímia urbana, o nome do sítio Benfica transferiu-se sucessivamente à Água do Benfica, à linha de bondes (à tração animal) do Benfica, à Rua do Benfica (Avenida da Universidade) e, por fim, ao bairro do Benfica.

A denominação Benfica é recorrente em Portugal e em outras cidades brasileiras, proclamando as excelências físicas da quinta, da chácara, do sítio, e o bem-estar desfrutado por seus proprietários. Benfica e quantas outras denominações entradas em voga em meados do século XVIII, ora escritas em latim ora em francês, traduziam conceitos de vida amável, almejada por gentes de posse, tanto na Europa como logo depois no Brasil. E também no Ceará, como se vê.

O Chalé da família Garcia

27

A outra chácara de grande interesse para esta trabalho situava-se no cruzamento sudeste da Rua do Benfica (Avenida da Universidade) com o trecho transversal da “estrada do gado”, hoje correspondente à Avenida 13 de Maio. Era propriedade de João Antônio Garcia, que a manteve alugada por longo tempo à família Kalkmann, alemães de Hamburgo, gente ligada à Ceará Water Company. Tal como as vizinhas chácaras localizadas no bairro, a Chácara Garcia se estendia da Rua do Benfica, isto é, da Estrada de Arronches até a Estrada da Pacatuba, quer dizer, ia da Avenida da Universidade até a Rua Marechal Deodoro. Em tempos anteriores, apresentava larga frente, bem maior, quando abrangia o sítio Benfica, vendido a Holonnholtz. Na última década do século XIX, a chácara Garcia foi adquirida por José Gentil Alves de Carvalho (1866-1941), comerciante sobralense que se havia transferido para a capital.

A casa da chácara comprada por Gentil era relativamente pequena, figurando um chalé, com fachada de frente encimada por

uma empena. Apresentava uma porta central em meio a duas janelas e o telhado, arrematado por lambrequins, acabava em alpendres laterais, apoiado em esteios de madeira de secção quadrada, como era comum na tipologia. No lado sul da casa, havia um anexo, talvez destinado a depósito ou a morada de criados. O chalé permaneceu assim por longo tempo, até ser totalmente recomposto por seu segundo proprietário nas primeiras décadas do século XX.

Os negócios de Gentil prosperaram, envolvidos principalmente com atividades bancárias e imobiliárias, tornando-o um dos homens mais ricos do Estado. Em 1918, decidiu remodelar a casa, conforme projeto elaborado por João Sabóia Barbosa, atualizando-a consoante os novos preceitos do ecletismo arquitetônico e ampliando-a de modo a poder abrigar a família, então já numerosa.

João Sabóia Barbosa

João Sabóia Barbosa (Fortaleza, 1886 – Rio de Janeiro, 1972) havia estudado Engenharia Elétrica e Desenho Arquitetônico e Artístico em Liverpool, cidade inglesa na qual viveu o fim da adolescência e a mocidade. Diplomando-se em 1911, retornou à sua cidade natal exatamente na ocasião em que se instalava a Ceará Light, cujas atividades não o atraíram. Interessou-se tão somente por Arquitetura, logo se tornando profissional requisitado por empresários e proprietários ricos. Elaborou inúmeros projetos solicitados por José Gentil, entre os quais a reforma de sua casa de morada, no Benfica, e também a reforma do antigo Hotel de France, quando lhe acrescentou um pavimento, transformando-o no Palace Hotel. Para Gentil, também projetou o Palacete Ceará, hoje propriedade da Caixa Econômica, na praça do Ferreira, e a sede do Banco Frota & Gentil, localizada na esquina das Ruas Floriano Peixoto e Senador Alencar, além de obras comerciais menores. Essas edificações, que qualificam a excelência profissional de João Sabóia Barbosa, constituem marcos canônicos do ecletismo arquitetônico cearense. Sabóia trabalhou na Prefeitura Municipal, foi professor de Desenho na Escola de Agronomia, figurando entre os seus fundadores, e lecionou no Liceu do Ceará. Enviuvando em 1927, trocou o Ceará pelo Rio de Janeiro, onde se tornou professor de Desenho no Colégio Pedro II por concurso

público. Na antiga capital federal, desenvolveu atividades de projetista de arquitetura, vindo a falecer em 1972 em avançada idade.

O Palacete Gentil

A solicitação feita por José Gentil a João Sabóia Barbosa redundou numa total transformação do antigo chalé, de feição rural, convertido em palacete concebido segundo os padrões nacionais de arquitetura burguesa da época. João Sabóia propôs a adição de um pavimento superior à casa, mantendo a sala de acesso do térreo, porém servida agora por três portas. À frente da sala, aplicou um pórtico elegante, com a dupla função de marcar a entrada do palacete e de servir de varanda. O pórtico, no pavimento superior, agregou-se ao salão de frente, figurando uma varanda, ou melhor, um balcão coberto, espécie de dossel cuja curta platibanda foi transformada em frontão coroado por ornatos elegantes. Ainda no pavimento superior, sobre as galerias laterais, foram introduzidas varandas descobertas, defendidas por guarda-corpo balaustrado, cujo tramo rítmico ficava pontuado por vasos de coroamento. No canto sudoeste da casa, João Sabóia Barbosa levantou um torreão elemento comum na arquitetura do período, tantas vezes encimado por coroamentos bulbosos. No caso do palacete Gentil, propôs um torreão com arremate achinesado, que todavia eliminou no projeto definitivo. No térreo, os alpendres do primitivo chalé viram-se transformados em galerias avarandadas, sobrepostas por varandas superiores, enquanto os antigos apoios de madeira foram substituídos por um correr de colunas ditas pompeianas, tratadas de modo estilizado. Pompeianas, esclareça-se, porque procuravam reproduzir as colunas dos peristilos das antigas *cs empire* e posteriormente apropriados pelo ecletismo arquitetônico europeu oitocentista. No dizer de Lúcio Costa, os cultores do ecletismo arquitetônico “misturavam alegremente os estilos”. João Sabóia Barbosa, seguindo os ditames da escola, sem dúvida, recorria a elementos arquitetônicos de procedência e de épocas diversificadas. Misturava-os, sim, mas sabia misturá-los, sóbria e elegantemente, com equilíbrio de proporções e alto refinamento estético.

Quando a chácara foi adquirida pela Universidade, a casa de morada da família Gentil havia conhecido ampliações na parte posterior, que alteraram totalmente a proposta original de João Sabóia Barbosa. Os acréscimos haviam mantido a cozinha em puxado, como era comum na cidade, contudo, agora recoberta por um segundo pavimento, relativamente amplo, desenvolvido no mesmo nível da parte superior, antiga. Esse apêndice, cujo telhado, cuja platibanda e cuja fenestração destoavam das linhas gerais da casa, já mostrava piso e forro de concreto armado. Pela dimensão e pela disposição dos cômodos do andar de cima, e também por estarem voltados para leste, quer dizer, para o sol da manhã e para os ventos dominantes, seriam provavelmente destinados a atividades de estar privado e de dormir.

O gabinete do reitor passou a ocupar a ampla sala de frente, no pavimento superior. Nos espaços vizinhos, menores, por certo, antigos quartos da casa, foram instalados os serviços de apoio. Em uma sala, a chefia de gabinete, entregue a Milton Dias, ajudado por sua equipe feminina, composta por Zuleide Meneses, Marta Bezerra, ainda solteiras, e Alba Frota, a saudosa Albinha, desaparecida no desastre que vitimou o presidente Castelo Branco. Em outra, os assessores, com Paulo Roberto Coelho Pinto à frente. Em mais outra, a Secretaria Geral, dirigida por Hesiodo Facó, poliglota, com experiência administrava, pois fora, no Rio de Janeiro, chefe de gabinete de Parsifal Barroso, então ministro do Trabalho. No térreo, estavam o Departamento de Obras, logo à entrada, bem como os vários serviços administrativos, inclusive a Pagadoria, esta no bloco anexo.

Dizia-se que o vulto da transação imobiliária de aquisição do imóvel andara em torno de cinco mil contos, envolvendo a casa e todos os pertencentes, inclusive alguns móveis e objetos sem utilidade explícita para as novas funções, além do terreno que a cercava, remanescente da chácara primitiva.

Durante algum tempo, os espaços da morada se ajustaram às novas funções administrativas de sede da Universidade. Entretanto, a fim de torná-los mais consentâneos com os papéis exigidos, a

casa veio a sofrer uma primeira e vigorosa intervenção, que lhe retirou a aparência residencial, conferindo-lhe aspecto de edificação destinada a funções públicas, como se verá mais à frente, em tópico específico. Finalmente, em dias bem mais adiante, quando de vastíssima ampliação, Martins Filho pôde dar à sede da Universidade a imponente forma atual.

A formação do *campus* do Benfica

Não resta a menor dúvida de que a aquisição da chácara Gentil foi ato indutor da formação do chamado *campus* do Benfica, articulado pelo ponto-chave que ocupava o bairro Benfica.

Gradativamente, outras chácaras e casas de vulto foram compradas pela Universidade. A mudança de hábitos de morar e a reformulação da estrutura familiar haviam-nas tornado peças vazias, de manutenção dispendiosa. Os próprios possesores insistentemente procuravam a Reitoria, pondo-os à venda, ou melhor, solicitando-lhes a desapropriação, porque assim não pagariam impostos. Muitos deles, por desconhecimento dos projetos da Universidade, ou até agindo de indústria, aborreciam a equipe do Departamento de Obras, oferecendo imóveis em distantes e ínevos pontos da cidade. A instrução dos processos de aquisição obedecia a uma sistemática que exigia que fossem todos os imóveis de interesse da universidade devidamente documentados por meio de levantamentos gráficos, sendo então avaliados os respectivos valores pelo quadro técnico e depois reavaliados por comissões para tais fins designadas.

31



Escola de Engenharia
Acervo MAUC

A Escola de Engenharia

A Escola de Engenharia foi criada em decorrência do projeto de um deputado federal. Com a proposição, dizia, procurava compensar uma frustração pessoal, porque a falta de meios para sair do Ceará não permitira estudar Engenharia em outras plagas. A Escola instalou-se, em 1956, na praça do Liceu, numa casa alugada. Por um ano talvez, pois logo se transferiu para o Benfica, para a Vila Angélica,

a chácara que pertencera ao engenheiro João Thomé de Saboya e Silva, antigo presidente do Estado. O rápido desenvolvimento das atividades da escola implicou a construção de um conjunto de pavilhões ditos provisórios, erguidos no quintal da chácara, que se estendia até a Avenida Carapinima. Posteriormente, a casa da Vila Angélica foi demolida, a fim de ser levantado um edifício novo, de três pavimentos, projetado e construído por Luciano Pamplona em 1968 para a sede da escola, permanecendo da casa antiga apenas o torreão, hoje utilizado como sede de diretório acadêmico. No torreão, funcionava um laboratório astronômico onde João Thomé desenvolvia pesquisas sobre manchas solares, tidas na época como fator dominante na manifestação das secas. Quando a Escola de Engenharia se transferiu para o *campus* do Pici, incorporada ao Centro de Tecnologia, todas as suas instalações foram legadas ao Centro de Humanidades. Os pavilhões, conquanto provisórios, continuam em uso, mas o edifício novo, a antiga sede da escola, não fugindo a regra, já foi vítima de várias intervenções desfiguradoras.

Os Centros de Cultura

32

A necessidade de expandir os horizontes científicos e culturais da Universidade incentivou Martins Filho a viajar pelo exterior, a fim de estabelecer contato direto com instituições estrangeiras. Os Centros de Cultura destinavam-se à divulgação cultural dos respectivos países, principalmente ao ensino de línguas estrangeiras, objetivando preparar professores e universitários que desejassem frequentar cursos no exterior. Foram posteriormente denominados *Casa de Cultura*, a fim de não os confundir com os *Centros*, instituídos pela reforma da legislação universitária federal aprovada em 1972.

Como consequência de entendimentos mantidos por Martins Filho com o governo espanhol, foi criado o Centro de Cultura Hispânica, o primeiro a se instalar na Universidade, logo seguido pelo Centro de Cultura Germânica. À medida que eram criados, os Centros de Cultura ganhavam, como sede, casas de médio porte, bangalôs isolados, já pertencentes à Universidade. Todos os Centros, como se disse, hoje denominados Casas de Cultura, vieram a se localizar uns perto dos outros, em vasta área na qual se expandiu a antiga Faculdade de Letras, atual Centro de Humanidades.

A casa Edgard de Arruda e a Cultura Hispânica

O Centro de Cultura Hispânica, o mais antigo dos Centros de Cultura, ocupou inicialmente a casa de morada de Edgard de Arruda, onde hoje funciona a Rádio Universitária, tendo sido depois transferido para a área onde hoje funcionam as demais “Culturas”.

A casa que pertenceu a Edgard de Arruda, jurisconsulto respeitado, figura entre as poucas remanescentes do lote de aquisições iniciais que se conservaram com relativa integridade, guardando quase todos os traços originais, conquanto lhe tenham sido eliminados os compartimentos de serviço. Era ainda nova, quando na compra, como atesta sua aparência com características das obras residenciais da década de 1940 ou um pouco mais a frente. Na verdade, essa casa permaneceu total e excepcionalmente intocada por bom tempo porque, quando foi ocupada pelo Centro de Cultura Hispânica, conservou suas funções residenciais, servindo de morada ao diretor, Don Adolfo Cuadrado Muniz e sua esposa. A parte posterior da casa, isto é, o antigo quintal, recebeu pavimentação cimentada, transformando-se numa quadra, ou melhor, num pátio, em que Doña Helenita, esposa do diretor, ensaiava espetáculos de danças típicas espanholas, do taconeio sevillhano às jotas aragonesas. Logo, porém, interessou-se por danças populares cearenses, evidentemente reconstruídas de modo um tanto artificial, fosse porque muitas delas estavam extintas, fosse porque as buscas eram falhas em virtude de pouca ou nenhuma experiência dos pesquisadores sobre a matéria. Vez por outra, as festas eram interrompidas pelos protestos de uns jovens catalães ou galegos, aparecidos no Ceará não se sabe de onde, protestos dirigidos diretamente a Don Adolfo, visto como detestado representante franquista. Mais efetiva, evidente, entretanto, era a ação de moços locais, lídimos representantes da molecagem alencarina, ao gritarem *una cucaracha!*, deixando a esposa do diretor completamente transtornada, tal era o seu medo de baratas...

Quando o Centro de Cultura Hispânica se mudou para a área das Humanidades, a casa ficou vaga, sendo ocupada por diferentes setores da administração da Universidade. Finalmente, passou a ser a sede da Rádio Universitária, ocasião em que o pátio de danças foi substituído por uma torre de emissão. O pátio do Centro de

Cultura Hispânica constitui o berço dos conjuntos parafolclóricos ou pseudofolclóricos que hoje prosperam na capital e no interior, inventando e estilizando a invenção, oferecendo espetáculos particularmente marcados pela exibição, sem dúvida graciosa, das calcinhas das dançantes, pormenor coreográfico de ocorrência absolutamente impossível no Ceará Antigo...

O Centro de Cultura Germânica

Se os terrenos das chácaras “do lado do sol” da atual Avenida da Universidade, localizados a sul da Avenida 13 de Maio, mantiveram-se íntegros, o mesmo não ocorreu com o vasto quarteirão mais a norte. Ainda assim, apesar de subdividido, pode a quadra ser parcialmente recomposta por sucessivas aquisições, hoje abrigando o Centro de Humanidades e a Faculdade de Educação. No lote de esquina com a Avenida 13 de Maio, talvez em 1925, foi levantada a casa da família Queiroz, caracterizada pela aparência germânica que lhe conferiu um projeto elaborado por José Gonçalves da Justa (1870-1944).

Diplomado em Engenharia na Bélgica, onde cursou disciplinas de Arquitetura, Justa, de volta ao Ceará, engajou-se no serviço público, embora vez por outra exercesse atividades de profissional autônomo. As marcadas variações formais, visíveis em seus projetos e assumidas ao longo dos anos, explicitam e explicam bem a sua condição de expressiva figura do ecletismo arquitetônico fortalezense. Para tanto, basta comparar realizações suas, como o Grupo Escolar do Benfica, mais adiante referido, a Escola Normal, a Secretaria da Fazenda, a casa onde funciona a Cultura Germânica e sua própria casa, na Avenida Santos Dumont, hoje empachada por acréscimo comercial, as quais se devem juntar obras já de tendências modernas, de linhas *Art Déco*, como o demolido Centro de Saúde e a Coluna da Hora, a original, também destruída.

De todas as edificações adquiridas pela Universidade, a casa sede do Centro de Cultura Germânica é aquela que melhor se conservou, possivelmente a única, porque teve sorte de ser entregue a um grupo culturalmente prestigioso que a tem preservado com cuidados conscientes. Por tal razão, ainda pode mostrar a



Centro de Cultura Germânica
Acervo MAUC

organização dos espaços de uma morada burguesa da *Belle Époque* fortalezense, definidos por elegante concepção arquitetônica e com impecável padrão construtivo, em particular no capítulo das madeiras – esquadrias, pisos, forros, escadas, coberta – tratadas com maestria no projeto e na execução. Até a caixa-d'água externa, em torre, foi mantida. É pena que já não se veja o catavento, conectando a cacimba à caixa d'água, mecanismo de impulsão eólica, habitual nas casas e nas praças fortalezenses em dias anteriores à distribuição domiciliar de energia elétrica, a qual ensejou o emprego dos motores das bombas de elevar a água. A coberta íngreme e as telhas planas mantêm-se íntegras, mas, infelizmente, a pintura exterior original foi recoberta por outra cor, de cor diferente, alteração superficial, aliás, recuperável. O tratamento cromático primitivo, em ocre amarelo claro, dava à casa uma feição austríaca ou bávara, razão por que talvez solicitada a Martins Filho por Helmut Feldmann, primeiro diretor da Casa, querida figura teuto-brasileira, cônsul cultural do Ceará junto às universidades alemãs.

A casa de João Gentil

Na esquina da Avenida da Universidade, com a Rua Paulino Nogueira, em frente da Igreja dos Remédios, João Gentil, filho de José Gentil Alves de Carvalho, construiu ampla e confortável casa, como tantas outras, hoje também desaparecida.

Levantada por volta de 1925, segundo projeto de João Sabóia Barbosa, a casa, ou melhor dito, a mansão de João Gentil cobria uma área de 700m² e se caracterizava pela cor azul com que era pintada exteriormente. Até a data em que a Universidade a adquiriu, nela funcionava o Ginásio Americano, educandário frequentado por moças de posses, havendo permanecido íntegra ainda por algum tempo, mesmo quando, no seu vasto quintal, foram construídos os chamados “Blocos dos Institutos”.

Na ampla casa de João Gentil, funcionaram contemporaneamente vários setores da Universidade, como o Departamento de Obras, a Biblioteca Central, ainda em embrião, comandada por

Maria da Conceição Sousa, o Departamento de Educação e Cultura, dirigido inicialmente por Valnir Chagas, reunindo um grupo de que, entre outros, participavam Paulo Elpídio de Meneses, Artur Benevides, Hélio Barros. Algum tempo depois, bipartiu-se o Departamento de Educação e Cultura e, no já separado Departamento de Educação, foram programados os Seminários Anuais de Professores, oportunidade quando os docentes, congregados como um todo único, em discussão aberta, começaram a dar à Universidade sua forma peculiar de instituição educacional e cultural. No Departamento de Educação, também foram delineados os fundamentos da primeira reforma universitária, aplicada de modo sutil, indolor, porque elaborada segundo os interesses da instituição, com incontáveis benefícios posteriores, instrumento valioso quando da futura implantação da Escola de Arquitetura.

Na parte posterior da casa, Francisco Amaral Vieira instalou seu laboratório de Biologia, dedicado à pesquisa sobre alucinógenos. Em certo dia, por mera peraltice, alguém, antecipando-se à chegada do pesquisador, resolveu abrir numerosas gaiolas que confinavam ratos emacinhados. Pode-se imaginar o resultado da operação irresponsável, ante a total dispersão dos roedores, tontos, desorientados, espalhados pelo prédio, soltos pelas ruas, invadindo a igreja dos Remédios, as instalações universitárias vizinhas e as casas de morada próximas, apavorando os circunstantes, em particular, as mulheres...

Os Blocos dos Institutos

O quintal da casa de João Gentil participava da antiga chácara paterna. Como era vasto, ficou decidido levantar-se no seu trecho central uma edificação destinada a abrigar alunas da Escola de Serviço Social. Embora essa instituição fosse agregada, isto é, não fizesse realmente parte da Universidade, a diretora, senhora persistente, conseguiu convencer Martins Filho de que deveria mandar construir uma morada para suas estudantes interioranas pobres. A localização em ambiente arborizado, bucólica justificava a escolha. Entretanto, por pressão mais poderosa, erguido o prédio, foi ele ocupado



Blocos dos Institutos
Acervo MAUC

pelo Instituto de Matemática Aplicada, fundado na ocasião. Outros setores da área de ciências, inconformados com o que lhes afigurava um privilégio, conseguiram que fossem erguidos dois blocos semelhantes, paralelos, um voltado para a Rua Paulino Nogueira, e outro, na parte interior do terreno. Aquele foi entre o Instituto de Química e Tecnologia, fundado por Manuel Mateus Ventura, enquanto o último ao recém-criado Instituto de Física, formado por professores egressos da Escola de Engenharia. O conjunto que passava a cobrir praticamente todo o antigo quintal da casa ficou conhecido como Blocos dos Institutos. Hoje desempenha funções administrativas.

O objetivo inicial do bloco mais antigo, de funcionar como casa de abrigo para jovens, refletiu-se em sua forma arquitetônica, reproduzida nos outros blocos por simples repetição do projeto. A finalidade do projeto original explica o motivo por que segundo pavimento das três edificações apresenta uma estreita varanda de contorno, balizada por um correr de esbeltas colunas muito próximas umas das outras. Esses apoios, sem função estática, na verdade, demarcavam os aposentos das aulas, todos de uso individual, com 2,25m de largura, servidos por pequenas varandas privativas, hoje unificadas e transformadas em circulação. Já a disposição dos pilares estruturais, erguidos no interior dos blocos, foi a proposta unicamente em função de problemas arquitetônicos a resolver. Como enfrentaram galhardamente as mais variadas e contraditórias funções conferidas aos espaços primitivos, vieram a servir de tema para debates profissionais sobre padronização de certos tipos de projetos universitários, em vista da flexibilidade demonstrada pelo intercolúnio aplicado nos prédios.



Blocos dos Institutos
Acervo MAUC

Algum tempo depois de construídos os três blocos, por quaisquer motivos, surgiu uma decisão de ocupar a faixa de frente do terreno. Em consequência, a casa de João Gentil foi demolida, a fim de permitir a construção de um bloco paralelo à Avenida da Universidade, que interligaria os blocos laterais, prolongados. Os três blocos mais antigos, apesar dos embates do tempo, conservaram sua traça, mas o bloco de frente, de contidas linhas miesianas aplicadas experimentalmente ao clima do Ceará, teve os seus interiores completamente descaracterizados, não faz muito tempo, além de haver sofrido mutações externas, com a parcial destruição

dos elementos vazados, agravadas com a aplicação de uma extensa faixa amarela, talvez inconscientemente inspirada num velho samba de Noel Rosa, tomada como epitáfio arquitetônico...

As Residências Universitárias

Os intuitos da diretoria da Escola de Serviço Social, já referidos, vieram a ser atendidos por Antônio Martins Filho de outra maneira. Considerados com maior amplitude, resultaram na criação de residências universitárias que beneficiavam alunos de diferentes cursos, moças e rapazes, interioranos desvalidos. Na época, o desejo de mudança, de abandonar o Benfica, seduzia proprietários ricos e remediados, todos irmanados no mesmo anseio de se unirem em revoada para a Aldeota. Isto explica porque o acervo material da Universidade contava com imóveis grandes, mas também com casas menores, que, aos poucos, foram transformadas em residências universitárias.

Entre muitas, duas casas avultavam. Uma delas, não propriamente uma casa. Na verdade, tratava-se de um edifício novo, especialmente projetado e construído para a morada estudantil. Localizado na “pracinha” da Gentilândia (oficialmente, praça José Gentil), oferecia perfeitas condições de conforto, favorecendo o intercâmbio social entre os rapazes que o ocupavam. Deixaram, contudo, de serem construídos dois pavimentos de edifício, o que alterou as proporções mostradas no projeto original, elaborado pelo arquiteto Ivan Britto.

Entre as residências femininas, sobressaía aquela mantida sob patrocínio da Fundação Júlia Pinto, em vistosa casa situada em uma rua curta, arborizada, das mais agradáveis do bairro, já perto das Caixas d'Água. D.^a Júlia de Alencar Pinto, a doadora, viúva do industrial José Pinto do Carmo, era uma figura generosa, mãe de rapazes conhecidos e reconhecidos na cidade por seu amor pelos desportos e pelas artes. A propósito, basta lembrar que o campo do Ceará Sporting, presenteado ao clube pela família, denomina-se Carlos de Alencar Pinto em memória de um dos filhos de D.^a Júlia, falecido ainda jovem.

A inclusão desse tópico prende-se ao intuito de demonstrar a rapidez com que a jovem Universidade se aprestou em atender a todos os reclamos de sua comunidade, inclusive às necessidades sociais. Por outro lado, comprova a alta credibilidade cedo granjeada pela instituição em todos os setores da vida da cidade, como se viu, traduzida por ajuda material ofertada, como contrapartida, pela própria sociedade fortalezense.

Outras Chácaras

Em fins do século XIX, os terrenos fronteiros à chácara Gentil, no lado oposto da atual Avenida da Universidade, pertenciam todos à família Amaral, descendentes diretos, numerosíssimos, aliás, do rico comerciante português João Antônio do Amaral, entre os quais se contavam filhas dedicadas à caridade, professoras feministas, filhos padres, intelectuais, comerciantes prósperos e abolicionistas inflamados... A prosperidade prolongava-se até o vale do Riacho Tauape, mas, desde fins dos oitocentos, Maria Correa do Amaral, viúva de João Antônio, havia cedido parte da gleba para fins religiosos e caritativos, destinando-os aos padres vicentinos da Missão (atualmente, Hospital Mira y Lopez), bem como a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e o Dispensário do Sagrado Coração, ainda hoje mantidos pelas Irmãs de Caridade. A igreja foi construída segundo projeto de um dos filhos de João Antônio, Isaac Amaral (1859-1942), homem culto, topógrafo, autor de um projeto para o Teatro José de Alencar, com obras começadas no último decênio do século, no meio da praça homônima, e demolidas logo depois, quando as paredes atingiam um metro de altura.

A Igreja dos Remédios, levantada pelos Amarais e pelos vizinhos, entre os quais, José Gentil, aparece nestas notas porque Martins Filho sonhou inutilmente com a sua incorporação ao patrimônio da Universidade, transformada em capela universitária, a exemplo do que vira no Rio de Janeiro e Bahia.

O trecho restante do terreno, entre a igreja e a Avenida 13 de Maio, talvez também anterior propriedade de João Antônio do Amaral,

estava dividido em duas chácaras. A da esquina pertenceu a Carlos Eduardo Saulnier de Pierrelevée (1839-1907), coronel de engenheiros de Exército, maranhense, filho de franceses. Designado para servir no Ceará, afeiçoou-se à cidade, que adotou como sua, havendo legado seus bens a entidades filantrópicas e caritativas, muitas delas ligadas à Maçonaria, entre as quais, o Centro Administrativo Cearense. Na sua chacara, plantou mangueiras e fez construir um chalé de dois pavimentos, lamentavelmente desabado em 1966, sob o peso dos invernos, chalé onde a Escola de Arquitetura de início se instalou.

O Museu de Arte e as outras artes

Na chacara do coronel Pierrelevée, em fins da década de 1930, veio a funcionar o Colégio Santa Cecília, instituição particular de ensino para moças, posteriormente repassada a uma ordem religiosa. Logo após a Universidade ter adquirido a propriedade, o Museu de Arte foi acomodado temporariamente na antiga casa do Coronel Pierrelevée. Temporariamente, porque o chalé estava em péssimo estado de conservação, vindo a ruir, como se disse. Por tal razão, na verdade, pode-se afirmar que o Museu ficou realmente instalado em uns galpões mais novos, já construídos nos tempos do Colégio.

Durante a administração Martins Filho, o Museu de Arte da Universidade do Ceará, mais conhecido pela sigla MAUC, teve como dirigentes Floriano Teixeira, Lívio Xavier, Lininha (Vitalina) Frota Leitão e, mais demoradamente, Zuleide Martins Menezes. A fim de atender às crescentes necessidades do Museu, foi erguido um prédio especialmente destinado à sede da instituição, projeto de Gehrard Bormann, que aproveitava alguns galpões antigos. Em dias mais recentes, o museu recebeu roupagem nova, com sensível aumento de área e introdução de equipamento de conforto ambiental. A parte frontal, o acesso dos visitantes e os interiores foram bastante modificados, preservando-se, todavia, um painel de Zenon Barreto, aplicado na parede de frente, na esquina.

Na época, certa fartura de meios propiciava o exercício de um mecenato universitário que amparava direta ou indiretamente

muitos artistas, em bom número congregados na Sociedade Cearense de Artes Plásticas, a SCAP, meio esvaziada à época, pois seus associados praticamente se transferiram para o MAUC. Assim, Clidenor Capibaribe, o Barrica, montou um forno de cerâmica sob mangueiras; Floriano Teixeira começava a contribuir para a pinacoteca da Casa de José de Alencar; Antônio Bandeira, cicerone de Martins Filho nos ambientes artísticos de Paris, nas visitas ao Ceará, pintava em troca de sua manutenção temporária na cidade e de ajuda para retorno à França. Entre outros, também participavam do Museu o pintor José Fernandes, depois integrado ao quadro técnico da casa, J. Figueiredo (João Lázaro Figueiredo), Nice e Nilo Firmeza, o Estrigas, Zenon Barreto, este já atraído pela escultura, conquanto autor de dois murais - um de cerâmica vitrificada, já mencionado, e outro, de azulejos, aposto numa cantina da Reitoria, hoje destruído. Ao grupo acrescenta-se Chico da Silva, com aparições imprevistas e meteóricas.

O programa cultural da Universidade também se estendeu aos músicos e ao pessoal de teatro. Aos músicos, congregados no Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, sob a direção de Orlando Leite, logo foi cedida a casa localizada na praça do Liceu, ocupada pela Escola de Engenharia, antes da transferência para o Benfica. Posteriormente, a Universidade adquiriu às irmãs Ferreira Lima as instalações do antigo Ginásio Santa Maria, que passaram a abrigar conjuntamente o Conservatório e o Coral Universitário, bem como o Teatro Universitário, inicialmente dirigido por José Maria Bezerra de Paiva. O pequeno e antigo teatro do Ginásio Santa Maria, já há muito usado por amadores, passou por total remodelação, sendo então entregue aos músicos e aos atores sob o nome de Teatro Pascoal de Carlos Magno, em homenagem ao criador do Teatro do Estudante do Brasil.

Primeira intervenção física no prédio da Reitoria

Adquirida a Chácara Gentil, a Reitoria procurou acomodar-se na casa como foi possível, mas logo a rápida ampliação dos serviços provocou problemas, originados das dimensões e do inter-

relacionamento específico de antigos espaços de origem residencial, com acirramento nos fluxos. Martins Filho decidiu realizar obras que mudariam completamente a volumetria da edificação, preservando-se, porém, as partes projetadas por João Barbosa Gonçalves. A opinião do reitor prevaleceu sobre as de algumas personalidades universitárias, que defendiam pura e simplesmente a demolição da casa, pretendendo-a substituída por um edifício de vários pavimentos. De oito pavimentos, insistia um professor culto, membro da equipe de assessores do reitor, sem que se soubesse por que razão oito, e não sete ou nove...

A necessidade de intervenção na casa pede considerações mais circunstanciadas. Até a adoção generalizada do concreto armado, as obras fortalezenses mais cuidadosas eram sempre resolvidas com a adoção de um sistema construtivo composto de um arcabouço de paredes de alvenaria de tijolos de diatomita, nas quais se apoiavam os elementos estruturais, todos de madeira, quer fosse o travejamento da cobertura de telhas de cerâmicas de canudo, quer fosse o barroteamento dos pisos e dos forros, além das esquadrias. Tais circunstâncias explicam o motivo por que edificações de maior vulto ficavam a cargo das serrarias, responsáveis pela segurança das obras. Nas casas mais modestas, diminuía o emprego das madeiras, porque os pisos eram de tijolos e os forros beneficiavam poucos ou nenhuns cômodos.

A primitiva casa Gentil não fugia a esses sistemas construtivos comuns na cidade. Assim, mudado o uso da edificação, logo se percebeu que os pisos do pavimento superior, soalhados, não tinham condições de suportar cargas de mesas, máquinas, estantes e arquivos, nem a circulação intensa de pessoas. Às vezes, por brincadeira, alguns engraçados se punham a dar saltos, com o que faziam tremer o piso tabuado, assustando os desprevenidos. A escada interna, também de madeira, e as passagens mostravam-se insuficientes porque haviam sido dimensionadas para uma casa de residência. Muitas esquadrias já evidenciavam a marca dos anos. Vale ainda lembrar que o projeto de reformulação elaborada por João Sabóia Barbosa ficara contido praticamente à frente da casa, com seu desenho inconfundível, estendendo-se por alas laterais bastante

curtas, limitadas a quatro tramos arquitetônicos avarandados. Além do mais, como já se referiu, à parte posterior da casa havia sido aplicado um acréscimo volumoso, desprovido de qualquer qualidade arquitetônica e sem a menor unidade estética com a parte frontal.

Diante de tais circunstâncias, a fim de fazer prevalecer uma proposta de homogeneização formal integradora da edificação, na recomposição, foi portanto eliminado o acréscimo que abrigava quartos, no pavimento superior e a cozinha e seus complementos no térreo. Optou-se, pois, por uma solução de planta retangular, com prolongamento das paredes de contorno, todavia rasgadas com portas que repetiam o modelo das folhas antigas. Por tal motivo, impôs-se a repetição do tramo arquitetônico original, fazendo-o contornar a parte posterior da edificação. A decisão figurava, sem dúvida, como se fosse, uma tentativa de conclusão de um projeto incompleto, o que significava reverência à concepção de João Sabóia Barbosa, por quaisquer razões, não concretizada de todo. Assim, na recomposição do prédio, foram mantidos a frente, a torre e os quatro tramos das varandas laterais da casa, tomados como mote e reproduzidos seguidamente, gerando uma galeria períptera, que abarcava a praticamente nova edificação.

A fim de superar problemas já assinalados, a casa foi totalmente alterada em seus interiores, mantendo-se apenas a sala de entrada onde havia funcionado o Departamento de Obras e a sala correspondente no pavimento superior, na qual ficou instalado o gabinete do reitor. Esses dois compartimentos tiveram, entretanto, os pisos e o teto refeitos em concreto armado, material este cuja aplicação se estendeu, aliás, a todos os espaços da obra nova. Como nem sempre as madeiras dos pisos antigos se encontravam em bom estado de conservação, tiveram de ser substituídas por tabuados e tacos novos e também por mármore ou por carpete. Um ou outro cômodo molhado mostrava piso de grés cerâmico importado, de belo desenho, cujas peças foram reaproveitadas na pavimentação de espaços menores, no andar superior.

Na reformulação dos espaços térreos, foi mantida a sala da frente, como se disse. Junto dela foi estendido um amplo salão de

aparato, valorizado com uma escada “em T”, salão e escada com pisos de mármore, material então raramente usado na cidade, salvo quando muito, em soleiras externas ou em placas tumulares epigrafadas. A escada “em T” tornou-se palco preferido dos fotógrafos de casamentos, porque sua disposição permitia a exibição das longas caudas dos vestidos das noivas. O hábito de fazer essas fotografias tivera início com casais de professores ou funcionários da Universidade, mas logo se tornou prática comum, o que obrigava manter o salão aberto aos sábados para atender à natural vaidade das jovens.

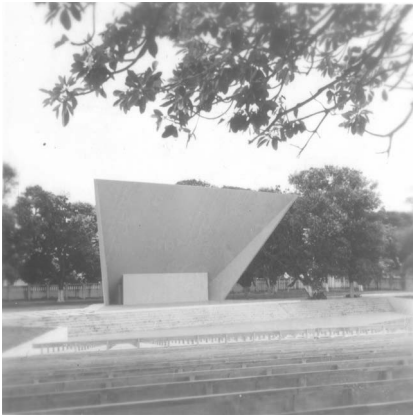
Na parte posterior do prédio, foi incluído um salão menor, de dimensões semelhantes à sala de frente, destinado ao convívio comunitário, tendo como ponto de apoio uma cantina, cuja parede de fundo recebeu um painel de azulejos da autoria de Zenon Barreto, obra de arte destruída em posteriores intervenções. Este salão menor e o salão de recepções articulavam-se por meio de uma antessala, onde nascia, discretamente, uma escada de serviço, junto da qual havia um elevador, remanescente da antiga casa, privativo do reitor e dos altos escalões universitários. A concepção original previa ficasse o salão de recepções na parte posterior da edificação, voltado para o parque, sob ventilação direta, reservando-se para os espaços intermediários as escadas e o elevador, já que a cantina podia ser desviada para outras posições. Martins Filho insistiu na disposição que hoje se vê, por temer que a remoção, para outro ponto, criasse embaraço irreparáveis à remontagem do elevador.

Na parte superior, no salão de frente, ficou instalado o gabinete do reitor, destinando-se a sala de fundos ao Conselho Universitário. O espaço intermediário foi distribuído em salas e antessalas ocupadas pelos serviços de apoio. Em um dado instante, o gabinete veio a ser dotado de confortáveis anexos, com certos requintes alheios à sobriedade de Martins Filho, introduzidos quando o presidente Juscelino Kubitschek, em visita ao Ceará, teve de se hospedar no prédio da Reitoria, ou melhor, no gabinete do reitor, por falta de algo melhor na cidade da época. Já alta noite, diante de uma multidão que não arredava dos jardins fronteiros, o presidente aparecia à varanda de pijamas, sorridente como sempre, a acenar para os que o aclamavam.

As fotografias do primitivo chalé dos tempos da chácara Garcia mostram um pequeno anexo, recuado, posto à direita da entrada. A remodelação de João Saboia Barbosa, em 1918, manteve o adendo após um pavimento superior. Nessa parte inferior, passou a funcionar a pagadoria da Universidade, em dias em que todos os desembolsos eram efetivados em dinheiro, tanto o pagamento dos servidores como dos comerciantes que transacionavam com a instituição. Posteriormente, quando Martins Filho promoveu a ampliação definitiva do prédio, o pavimento superior desse anexo, por se mostrar irremovível, complicou fortemente as novas circulações.

As obras da primeira intervenção na casa enfrentaram muitas dificuldades, tendo em vista os modestos e limitados estoques de materiais de construção postos à venda na cidade da época. Pedidos de vulto maior, bem como ferragens, pisos, luminárias tinham de ser comprados diretamente no Sudeste. O mármore empregado na remodelação do prédio veio do Rio de Janeiro, com cada peça previamente desenhada, estimando-se índices de quebra do material, trazido por rodovias de ruim qualidade, substituindo-se os elementos eventualmente despedaçados por outros, remetidos por via aérea! Eram precários os padrões construtivos da cidade, tal como o comércio especializado, cujos vendedores usavam os pedidos feitos pela Universidade, mesmo sem compromisso, como documentos empregados no levantamento de crédito bancário...

45



Concha Acústica
Acervo MAUC

O novo desenho do prédio, retirando-lhe a aparência de arquitetura residencial e transformando-o em edificação administrativa, deve ser entendido como parte primeira de um grande conjunto então ainda não concluído, do qual, todavia, já passavam a fazer parte a Concha Acústica e seu auditório ao ar livre, construídos na mesma ocasião.

A Concha Acústica e o Auditório Martins Filho

Martins Filho havia visitado o Canadá em companhia de um grupo de reitores brasileiros. Entusiasmado, enviou um postal para o corpo técnico do Departamento de Obras, dizendo-se empolgado com um espetáculo a que assistira no auditório de uma concha acústica implantada em um *campus* universitário. Na viagem de

regresso, via São Paulo, externou sua admiração ao professor Alípio Correa Neto, reitor da USP, confessando-lhe que pretendia mandar fazer algo semelhante em Fortaleza. Imediatamente, Correa Neto pôs à disposição de Martins Filho todo e qualquer tipo de contribuição que sua universidade pudesse oferecer. Embora Martins Filho tentasse declinar da oferta, o reitor da USP insistiu, logo convidando um professor da Faculdade de Arquitetura, seu amigo íntimo, para examinar a matéria. O professor era o arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, cujo nome será referido com ênfase mais adiante, nos episódios de implantação da Escola de Arquitetura, ocorrida cinco anos depois.

Ante o convite renovado, Hélio Duarte confessou-se eticamente constrangido em elaborar projeto para uma universidade na qual havia um quadro de arquitetos, alguns deles, seus conhecidos. Ainda assim, Correa Neto persistia em oferecer os préstimos da USP, não solicitados por Martins Filho. Impossibilitado de se esquivar da irremovível insistência do reitor paulista, Hélio apresentou uma contraproposta conciliadora, segundo a qual a Universidade do Ceará apresentaria dados tais como terreno, capacidade do auditório, direção dos ventos, acessos gerais, enfim, elementos necessários à organização de um concurso interno que ele, Hélio, promoveria entre seus alunos concludentes. O prazo de julgamento ocorreria no fim do ano, de sorte que o vencedor ou os vencedores, já habilitados profissionalmente, estariam em condições de se responsabilizar pela assinatura do projeto. O concurso foi vencido pela dupla Ruth Bicudo e Fábio Kok de Sá Moreira, noivos, que logo se casariam.

A Concha Acústica tinha a forma de uma pá, tomada como plano de reflexão à difusão do som. A estrutura de concreto armado da “pá” acústica foi calculada pelo engenheiro Anderson Moreira da Rocha, professor catedrático da então Escola Nacional de Engenharia e Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil, respeitado mestre de engenheiros e arquitetos diplomados naquelas duas instituições cariocas, muitos deles cearenses, integrantes do quadro técnico do Departamento de Obras.

As festas de inauguração da Concha Acústica em 1959 construíram um espetáculo inexecedível com retumbante repercussão na cidade. Foram presididas oficialmente por Clóvis Salgado, ministro



CEU
Acervo MAUC

da Educação e abrilhantado pela presença da Orquestra Sinfônica Brasileira, dirigida pelo maestro cearense Eleazar de Carvalho, trazida por Martins Filho. Conjuntamente com a orquestra, exibiu-se a cantora lírica Lia Salgado, esposa do ministro.

A Concha Acústica, na verdade, formava conjunto com o auditório Antônio Martins Filho, construído ao ar livre, obras ambas dirigidas diretamente pelo engenheiro Francisco Alcântara Mota, diretor do Departamento de Obras. A propósito, deve ser lembrado que, naquela época, em maior parte, as obras públicas eram executadas por administração direta, não prevalecendo a generalizada terceirização de todos os serviços, hoje usual.

O Restaurante Universitário, o CEU e o Ginásio de Desportos

O casal de arquitetos projetistas da Concha Acústica esteve presente às festas de inauguração. Martins Filho, num gesto de gentileza e de reconhecimento profissional, convidou-os a elaborar um projeto de edificações destinadas à Divisão de Assistência aos Estudantes. O projeto previa um bloco cujo pavimento térreo destinava-se ao Restaurante Universitário e, em cujos pisos superiores, funcionaria o Clube do Estudante Universitário, mais conhecido por CEU. Também foi solicitado ao casal o projeto de um ginásio desportivo descoberto, anexo.

Tanto o bloco do CEU como o ginásio conheceram dias de grande animação, principalmente o ginásio, no qual anualmente se revitalizavam os Jogos Universitários, que despertavam sadia rivalidade entre os estudantes das escolas e faculdades. A reforma universitária de 1972, marcada pela criação dos “Centros” e pela desmontagem do sistema de turmas homogêneas, destruiu, sutil e programadamente, a organização estudantil que se vinha formando. Aos poucos, foi-se evidenciando desinteresse pelos até então disputadíssimos Jogos Universitários.

O edifício do CEU, com restaurante no térreo e as sedes das organizações estudantis nos pavimentos superiores, foi desativado de suas funções originais quando da aplicação do chamado AI-5, durante os dias tumultuados de 1968. Como se havia tornado,

por sua localização e por sua visibilidade, ponto de encontro dos estudantes e foco de permanentes protestos contra as medidas punitivas do Ato Institucional, o restaurante foi transferido para uma das casas adquiridas pela Universidade, adaptada para as novas funções, enquanto as salas de encontro estudantis tiveram de se mudar, procurando outros pontos, quase sempre clandestinos. Sem a utilidade inicial, o edifício foi cedido a novos ocupantes, inicialmente ao CAENE e depois a setores de ensino da área de Humanidades. A propósito, não é preciso acrescentar que hoje o ginásio desportivo se encontra mal conservado e praticamente abandonado, enquanto o edifício do CEU se mostra totalmente descaracterizado, a tal ponto que seus projetistas de modo algum o identificariam.

Após a transferência, o novo Restaurante Universitário instalou-se em um imóvel situado perto da esquina da Avenida da Universidade com a Rua Senador Catunda, cruzamento onde se erguia uma casa vistosa, com desenho de feição modernista, com projeto de autoria desconhecida, comprada pela Universidade e entregue à Faculdade de Ciências Econômicas para as atividades de pesquisa e extensão. Em dias anteriores à compra, essa casa de aspirações modernistas, fazendo alarde das proezas de sua estrutura de concreto armado, exibia, no alto, uma piscina coberta onde C.B., a proprietária, qual uma Náíade morena, banhava-se várias vezes ao dia, completamente nua, deslumbrando com sua beleza olhares incrédulos da rapaziada que se espalhava furtivamente nos telhados vizinhos...

O Edifício do Departamento de Cultura

O rápido desenvolvimento da Universidade logo cobriu todos os campos – físico, científico, técnico, cultural e social, ganhando um natural intercâmbio com outras entidades e com a própria comunidade. A criação de um departamento de Educação e Cultura, como já foi dito, passou a coordenar as ações, tendo ocupado inicialmente a casa de João Gentil. Bipartido o Departamento de Educação e Cultura e demolida a casa, o setor de Divulgação Cultural, já autônomo, foi contemplado com a construção de sua sede em terreno situado na Avenida da Universidade, entre a testada de frente da bastante recuada casa de Ernesto Guilhon e o respectivo alinhamento. Na casa



Departamento de Cultura
Acervo MAUC

da pequena chácara de Guilhon, desde sua aquisição, funcionava a Imprensa Universitária, cujas instalações ali permaneceram até quando se transferiram para a sede nova, construída no terreno correspondente ao quintal da propriedade.

A sede do Departamento de Cultura, por seu programa de necessidades, não havia como sobressair por dimensões maiores, mas poderia avultar por sua singeleza arquitetônica, se tratada com graça e elegância. Na ocasião, nos primeiros meses de 1960, Neudson Braga, diplomado não havia muito, veio trabalhar no Departamento de Obras, iniciando uma contribuição valiosa e prolongada por anos no setor técnico da Universidade, posteriormente derramada em distintos setores da instituição. O projeto da sede do Departamento de Cultura, elaborado em dupla com o signatário destas linhas, marcou o começo de uma parceria profissional com Neudson Braga, transformada em sólido relacionamento fraterno, de mais de quatro décadas, consolidado em variados campos de ação, quer na elaboração de projetos arquitetônicos públicos e privados, quer em atividades de docência na Universidade Federal do Ceará ou em outras universidades.

Os espaços propostos para a sede do Departamento de Cultura constavam de um saguão de entrada, tendo à esquerda um salão voltado para a rua, cuja parte frontal, transparente, recebia um pano de esquadrias de alumínio e vidro. O salão tanto se destinava à exposição de livros editados pela Imprensa Universitária ou recebidos de outras editoras, como a montagem de pequenas mostras de obras de arte, além de servir como palco para atos culturais de frequência restrita. À direita, havia outro salão, mais longo, que podia ser repartido com divisórias removíveis, proposto para atendimento ao público. No pavimento superior, formando um espaço único, mas divisível em função das necessidades, funcionavam os serviços administrativos.

O edifício sede do Departamento de Cultura foi concebido com o mais absoluto cuidado profissional, antecedido da elaboração de maquetes preparadas por Afonso Vale, professor de Engenharia, e calculado por Raimundo Lima, ainda recém-chegado ao Departamento

de Obras, aliás, construtor da obra, em que atuou como estagiário o universitário de engenharia Estanislau Esteves Maia.

Ao contrário das demais obras até então projetadas, desta vez não havia os habituais problemas das limitações de prazos, nem a rigidez ou a complicação de programas. Sobre o mais, a ação renovadora da Universidade já começava a se fazer sentir na cidade, exigindo em particular a melhoria da oferta de materiais de construção no comércio e provocando o aparecimento de pessoal habilitado no desempenho de novas técnicas. Podiam os arquitetos entregar-se ao devaneio de novas tentando descobrir uma linguagem cearense para certos conceitos do racionalismo arquitetônico, vitorioso em outras partes dos país, principalmente no Rio de Janeiro, movimento que angariou ampla repercussão no exterior. Linguagem local, diga-se, buscada nos novos materiais de construção, postos à escolha, e no atendimento a certas condições ambientais da cidade, em particular no campo da insolação e da ventilação natural, já sabiamente resolvida por processos populares, como era o caso singular das esquadrias de tabuletas móvel, que tanto impressionavam os arquitetos que visitavam a terra.

Assim, o projeto de pequena edificação abandonava deliberadamente os velhos esquemas de simetria a eixos. Procurava promover um jogo de cheios e vazios no térreo, com panos de vidro opostos a apoios maciços e colunas, ora embutidas, ora à vista, lançadas sobre paramentos de revestimento cerâmico. O pavimento superior, formando um volume destacado, revestido com pastilhas cerâmicas, recorria a um correr de janelas de tabuletas móveis, disposto sobre um peitoril contínuo, de cor azul, suave, voltado para a rua. As pastilhas cerâmicas, lançadas pela Fábrica de Louças da Parangaba, apresentava-se como melhor material de acabamento parietal até então fabricado no Ceará, marcado pela sua durabilidade. É pena que o uso indiscriminado e contraindicado desse produto tenha acabado por lhe ajuntar uma aparência de dureza com toques de vulgaridade.

A sede do Departamento de Cultura, conquanto tenha conhecido diferentes usos, por muito tempo figurou como um exemplo de

arquitetura moderna na cidade, talvez primeiro a buscar uma nova linguagem, espécie de testemunho de um período de afirmação na história da arquitetura cearense. Um artigo publicado por jovens arquitetos na revista *Arquitetura e Urbanismo* (São Paulo, v. 65, p. 73-82, 1996) destacava o edifício, inscrevendo-o como uma extensão da chamada arquitetura moderna carioca, honrosa companhia, entretanto, dado forte apelo local contextualizador da obra.

Não faz muito, o prédio da antiga sede do Departamento de Cultura foi completamente desfigurado de modo gratuito, faltar a mínima sensibilidade. Gratuito, porque o edifício não necessitou de ampliação de áreas ou algo semelhante. Falta de mínima sensibilidade, porque falta. A intervenção, por certo levada à frente tão apenas pelo desejo incontrolável de alterar, de supostamente renovar, demonstra, antes de tudo, um total desconhecimento dos processos da história da arquitetura, posto que o novo se torna velho, testemunhando, como documento edificatório, a marcha cultural através dos tempos. Diante de ações como estas e outras semelhantes, perpetradas pelos próprios dirigentes da Universidade, não se sabe como o Curso de Arquitetura pode sustentar, em suas salas de aula, o ensino de disciplinas voltadas para estudo da Arquitetura, moderna e antiga, e de sua preservação, ou justificar as transgressões à ética profissional, matéria considerada com ênfase nos cursos de Arquitetura, pelo menos em um passado ainda pouco distante.

As frias reflexões que o fato suscita fazem ver que a história de uma universidade não se escreve somente com triunfos culturais e científicos. Aqueles que já conviveram com o ocorrer dos anos sabem que a vida, seja pessoal, seja das instituições, a par das alegrias, também mostra seus momentos “d’huma austera, apagada e vil tristeza”, de que nos fala o poeta maior.

Em termos locais, fatos como este, observados não apenas no antigo edifício do Departamento de Cultura, mas em inúmeras edificações universitárias, traduzem traços comportamentais comuns aos cearenses com relação aos bens de cultura material e ao próprio passado, atitude externada de força tão potente que nem mesmo o verniz da educação superior consegue amenizar.

A Aquisição do Campus do Pici

A incorporação das terras pertencentes à antiga base aérea do Pici ao acervo imobiliário da Universidade ocorreu em consequência de algumas circunstâncias.

Durante bom tempo, os blocos de ensino e pesquisa da Escola de Agronomia ficaram confinados a trechos da gleba situados antes da barragem do açude Santo Anastácio. A ultrapassagem dessa meta verificou-se com a construção do pavilhão de Zootecnia, um parabolóide hiperbólico projetado por Enéas Botelho, marco pioneiro da valorização de um trecho alto e ventilado, próximo da cerca da antiga base aérea, onde até então só havia ripados e estábulos. A nova obra abriu diferentes perspectivas de ocupação da área.

Por outro lado, concomitante à ampliação das atividades do Instituto de Química e Tecnologia, localizado no Benfica, começou a provocar problemas gerados pela falta de uma rede de esgotos que pudesse absorver os resíduos produzidos pelos laboratórios. O efluente era lançado no subsolo, poluindo o lençol freático, problema sem solução à época, sabido que a rede coletora da área somente foi implantada apenas há uns dez anos. Como solução, alvitrava-se a possibilidade de mudança de Instituto para as terras da Agronomia, onde o controle sanitário poderia ser exercido com relativa facilidade.

Certamente preocupado com o aparecimento de mais problemas semelhantes, Martins Filho pensou em tentar a desapropriação de uma vasta área contínua, do Benfica, cuja ocupação universitária compensasse investimentos de infraestrutura. Em certo dia, pediu a opinião do autor deste trabalho sobre a ideia de se examinar a possibilidade de desapropriação de um triângulo, tendo como base a Rua Francisco Pinto, com lados na Rua Marechal Deodoro e Avenida Carapinima, e vértice na Faculdade de Direito, esta, para o reitor, “a quilha de um grande navio”.

A ideia era maravilhosa, mas dificilmente realizável. Como me explicar? Na ocasião, haviam sido divulgados os resultados do censo de 1960, sendo fácil levantar o número de habitantes e de edificações

encontrados no triângulo traçado por Martins Filho. Qual não foi o seu espanto quando o informei de que na área moravam mais de 11.500 pessoas e havia em torno de 2.500 prédios, quase todos residenciais e pertencentes aos próprios moradores! Objetivamente, que significam esses números? – perguntou o reitor, ao que respondi – demolir uma cidade como Iguatu, onde o senhor morou e onde nasceu seu irmão, Fran... Martins Filho tomou-se de desânimo. Afim de não desalentá-lo, acenei-lhe com a hipótese de um direcionamento em contrário, levando-se as instalações da Universidade para o sul, até o Riacho Tatuapé, já que a lagoa homônima se alastrava nos invernos por uma área imensa, por tal razão desabitada. Em contrapartida, a gleba deveria ser drenada e saneada, com obras caras – canais, elevatórias de esgotos, aterros etc. Desafortunadamente, nem a Universidade nem a Prefeitura estavam em condições de realizar esses trabalhos de base, de sorte que a ideia não foi à frente.

Martins Filho jamais desistia de seus intentos, mostrando-se sempre preocupado com os planos de expansão da Universidade. Em certa ocasião, conversando com engenheiros do DNOCS, fui informado de que aquela instituição, com possibilidade de êxito, estava pleiteando conseguir da Presidência da República a cessão da antiga Base Aérea do Pici. Levei a notícia a Martins Filho, argumentando que havia terra muita, portanto, perfeitamente divisível com outras entidades federais. Martins Filho organizou seus planos de assédio a Jânio Quadros, então presidente, e acabou por obter a metade da área da Base, isto é, toda a parte situada ao leste da antiga pista de pouso.

Como se podia imaginar, logo surgiram algumas dificuldades na definição dos limites da área, pois, no interior da poligonal de interesse da Universidade havia um bom número de pequenas propriedades, trechos esparsos de um loteamento feito pela Imobiliária Antônio Diogo, anterior à implantação da Base. Além do mais, o alteamento da parede do açude Santo Anastácio fizera subir a lâmina d'água, que se ampliou e se confundiu com a vizinha lagoa da Pajuçara, inviabilizando o acesso a trechos das terras de terceiros, impasse finalmente superado com a aquisição da lagoa e das áreas inundadas.

A doação tinha suas complicações. Ao Governo Federal não havia como comprovar que era proprietário da Base, pois as terras haviam sido compradas pela Panair do Brasil, empresa subsidiária da Pan American, por meio de operação imobiliária que não podia ser registrada em cartório. Assim, concluída a guerra e retiradas as tropas dos Estados Unidos, o terreno ficou sem dono, embora vigiado pela Aeronáutica!... Martins filho, é claro, imediatamente tratou de mandar ocupar a parte que cabia à Universidade, mas a legalização definitiva da posse somente foi obtida muito e muito tempo depois, registrada como usucapião...

A denominação *Campus* do Pici logo se impôs, conquanto topograficamente incorreta. Teria sido melhor dizê-la *Campus* de Santo Anastácio, pois, na verdade, Pici era o nome de um sítio distante, localizado a oeste da Lagoa da Parangaba, em cujas proximidades foi locado o portão de acesso à Base. Impôs-se com as referências comumente feitas na Agronomia às terras vizinhas à cerca de separação do trecho norte da base do Pici, à parte o fato de haver prevalecido o uso da palavra curta e expressiva. O vocábulo parece ter origem indígena. Significaria coceira, certamente produzida por urtigas espalhadas pela região. É topônimo muito antigo, citado por José de Alencar, no *Como e por que me tornei romancista*, referindo fatos e pessoas, particularmente um “João do Picy, morador daquele aprazível arrabalde de Porangaba”, com quem travou conhecimento quando de sua última viagem ao Ceará em 1873. “Picy: - lugar do município de Porangaba”, depõe Álvaro Gurgel de Alencar em seu *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Estado do Ceará*, publicado em 1903, quando a Parangaba era comuna autônoma. O livro de memórias de Alfredo Weyne narra o cotidiano do sítio em dias das primeiras décadas do século XX. No Pici, também viveu a escritora Rachel de Queiroz por volta de 1930, quando escreveu *O Quinze*. Na década de 1940, quando da implantação da Base Aérea, a ampla gleba original do sítio já se apresentava dividida, provocando o aparecimento de vários Picis.

Não obstante, alguns inscientes, inventores de tradições, sempre em franca proliferação na cidade, passaram a divulgar uma inverdade, segundo a qual Pici se trata de termo usado pelos americanos, divulgado durante a guerra, alusivo a uma sigla militar!

A Universidade pós 64

Após a instalação dos governos militares, a Universidade deparou problemas novos que passaram a afetar a vida comunitária, dadas a intranquilidade e as incertezas reinantes, afetando particularmente professores e alunos. A rotina administrativa prosseguiu e as obras não pararam, mas é preciso ter em conta a perplexidade com que foi recebido o novo quadro político, embora, passados os primeiros momentos, rapidamente se avolumassem ações e reações mútuas. O período mais difícil, como se sabe, marcado pelo duro agravamento da situação, ocorreu em consequência da expedição do Ato Institucional nº 5, assinado em 1968, quando entretanto o último mandato de Martins Filho já se havia encerrado.

A Escola da Arquitetura

Em 1962, quando se realizou mais um Seminário de Professores, convocado para elaboração do planejamento dos seis anos de vida universitária vindouros, entre as inúmeras propostas, constava a concessão de bolsas de estudos para jovens cearenses que desejassem diplomar-se em Arquitetura. Tratava-se de iniciativa tomada por dois arquitetos, José Neudson Bandeira Braga e o signatário destas linhas, então professores da Escola de Engenharia, ambos certos de que, mais cedo ou mais tarde, o assunto seria considerado, correta ou incorretamente. Sugeriam, pois, o estabelecimento de um processo específico em favor da formação de quadros docentes necessários à implantação da futura unidade universitária. Entretanto, surpreendentemente, por mera decisão pessoal, um deputado cearense apresentou na Câmara Federal um projeto de lei criando uma escola de Arquitetura na Universidade Federal do Ceará! Justificava-se o deputado com o argumento de que estava procurando atender a solicitações de jovens interessados, embora confessasse aos íntimos que, na verdade, não se conformava com o fato de ter sido ultrapassado por um outro parlamentar, quando da criação da Escola de Engenharia na Universidade, poucos anos antes. O projeto foi transformado na Lei Nº 4.363, de 17 de junho de 1964, sancionada pelo Presidente Castello Branco, o qual, em visita ao Ceará, instalou a nova unidade universitária em 8 de outubro de 1964, numa solenidade que contou com a total ausência de arquitetos, visto que todos desconheciam o ato.

Nos primeiros dias de 1965, Antônio Martins Filho convocou ao seu gabinete os quatro arquitetos que lecionavam em cursos técnicos da Universidade, explicando-lhes a situação aflitiva em que se encontrava. Considerava completamente absurda a intervenção de estranhos na formulação dos planos da Universidade, feita à revelia do reitor e do Conselho Universitário e, mais ainda, sem o conhecimento da categoria profissional dos arquitetos locais. Entretanto, em decorrência do cargo que ocupava, teria de cumprir o dispositivo legal em quaisquer circunstâncias. Oferecia, pois, a direção da nova unidade aos quatro professores – Ivan da Silva Britto, José Armando Farias, José Neudson Bandeira Braga e o autor deste trabalho, ficando todavia claro que, se não aceitassem o convite, ele, reitor, sairia pelo Brasil afora em busca de quem quisesse enfrentar o desafio. Os quatro professores pediram tempo para refletir. Sem escolha, logo chegaram à conclusão de que a nova escola poderia nascer ruim com eles, mas talvez fosse pior sem eles... Finalmente, anuíram, fazendo duas contrapropostas. De acordo com a primeira cláusula, a formação do quadro docente e os programas de ensino seriam de total responsabilidade do grupo dos quatro professores arquitetos; a segunda cláusula dizia que a direção da Escola, no ano inicial, ficaria sob o comando do professor arquiteto Hélio de Queiroz Duarte, catedrático da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, velho conhecido do reitor desde os episódios de construção da Concha Acústica. É dispensável lembrar que o entendimento assentado com os professores foi cumprido com rigorosa correção por Antônio Martins Filho.

Hélio de Queiroz Duarte (26.11.1906 – 13.12.1989) era uma daquelas pessoas em quem, com uma imensa capacidade de unir, juntavam-se competência e bondade, em quem se imbricavam a longa experiência no campo do projeto e do ensino. Carioca de nascimento e de formação profissional, havia vivido seis anos na Bahia, participando da instalação do curso de Arquitetura da UFBA, ocasião em que fizera sólida amizade com Anísio Teixeira. Transferindo-se para São Paulo, agregara-se a uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP ainda em organização, porque recentemente fundada, em 1948, instituição na qual veio a desfrutar de superior prestígio. A presença de Hélio tinha, portanto, objetivos claros de ajudar a jovem equipe no tiro de largada de implantação da nova escola, mas

também funcionava como um esbarro a intervenções alheias à casa, fosse pela força de sua titulação, fosse, principalmente, por ser um desconhecido na cidade, além de que, como catedrático, poderia participar do Conselho Universitário, defendendo pessoalmente os interesses do seu grupo.

No projeto de Criação da Escola, havia um item de significativo interesse, relativo à consignação de uma verba vultosa, concedida durante dois anos, para “despesas de qualquer natureza”. Em outras palavras: permitia qualquer investimento ou compra, sem licitação, desde que as despesas fossem legalmente comprovadas. Essas facilidades de emprego do dinheiro público, aplicado com a mais rígida lisura, ajudaram na rápida e bem-estruturada montagem da Escola – nas instalações, no equipamento e, principalmente, na organização da biblioteca especializada, das melhores do país na ocasião. De pronto, a Escola de Arquitetura galgou elevado posto na constelação universitária, por esforço de seus alunos, mas também à custa da dedicação do corpo docente, este logo enriquecido com a participação de Nícia Paes Bormann, Gerhard Ernst Bormann e Francisco Afonso Porto Lima. É preciso registrar que o devotamento à Escola era feito com evidente sacrifício das atividades profissionais dos jovens professores arquitetos, sem dúvida recompensada com outras realizações. A adoção do regimento da recém-criada Faculdade de Filosofia, pela Escola de Arquitetura, redundou na contribuição didática de outras áreas universitárias, todavia solicitadas quando necessário, quer dizer, sem interferências nas diretrizes impressas à vida na casa. Esse intercâmbio e outras ocorrências significativas transformaram de imediato a nova unidade em ponto de encontro de estudantes de vários setores da Universidade, verdadeiro centro cultural surgido espontaneamente. As atividades docentes e culturais se desenvolviam até altas horas, de tal sorte que, à noite, a Arquitetura parecia “um navio iluminado”, como se costumava dizer.

As instalações da Escola foram obtidas por Martins Filho aos poucos, o que o levava a dizer que os professores da Arquitetura lhe pareciam eméritos fazedores de “sopa de pedra”. Primeiro, pediam apenas uma pedra. Em seguida, um copo d’água. Depois, uma pitada de sal. Uma verdura aqui, outra verdura ali, mais algo

disto cá, mais aquilo lá. Por fim, já pronta a sopa, descartavam-se da pedra... No preparo da “sopa”, Martins Filho cedeu o já mencionado chalé do Coronel Pierrelevée, à beira de ruína, utilizado nas partes ainda seguras, e por pouquíssimo tempo. Depois, umas garagens de ônibus, com paredes apenas levantadas, que se transmudaram em salas de aula. Depois, uns pórticos metálicos, semiabandonados, que serviram para montar o pavilhão das oficinas, o Pavilhão Martins Filho, projetado por Nícia Bormann. Depois, o bloco pavilhonar do Almoarifado Universitário, setor administrativo que se havia mudado para outro local. Finalmente, foi solicitada a construção de um pequeno prédio, necessário à interligação dos demais, destinado à sede da administração e da biblioteca, esta designada como centro vital da Escola, dirigida com impecável eficiência pela jovem bibliotecária Maria Antonieta Figueiredo Bezerra. Contando com seu corpo de manutenção próprio e recebendo a cooperação de todos, apoiada no planejamento impresso à vida diária da casa pelo secretário Augusto Antero Santana, a Escola tornou-se ponto de peregrinação de visitantes ilustres, sempre encaminhados pelo Gabinete do Reitor, a fim de que, apreciando a parte, pudessem julgar o todo... Dois professores de universidades americanas do Texas, impressionados, vieram a declarar em seus relatórios que a Escola de Arquitetura era a melhor organizada de quantas haviam visto na América do Sul!

Quando Martins Filho autorizou que fosse levantado o quarto bloco, da administração da Escola, definiu-se especialmente o “pátio da Arquitetura”, ensombrado de velhas árvores, por bom tempo, como se disse, verdadeiro centro cultural da Universidade e, por extensão, da própria cidade. O pátio tornou-se palco de noitadas memoráveis abrilhantadas pela marcante presença de velhos artistas, músicos, poetas, boêmios, lídimos representantes da cultura urbana fortalezense da primeira metade do século, já então em vias de desaparecimento. Como a disposição dos blocos permitia livre passagem, era comum a incursão de policiais, mais ou menos disfarçados, aliás onipresentes na época. Impôs-se então a instalação de gradis de ferro, interceptando os caminhos e fazendo convergir os visitantes para um acesso único, medida extrema, perfeitamente compreendida pela comunidade universitária.

Martins Filho, em conversa reservada, confessando aos professores mais íntimos suas fantasias edificatórias, manifestava desejos de ver construído um prédio de quatro pavimentos, vistosa sede da Escola, que seria levantada à frente dos blocos, na clareira deixada pelo chalé desaparecido. Circunstâncias, na ocasião, e imprevistos posteriores nunca permitiram que fossem realizados os sonhos do reitor patrono da Escola. Quase quatro décadas depois, em período recente, nas suas visitas quase diárias à Imprensa Universitária, já nonagenário, ao passar pela frente da Escola, Martins Filho não se esquecia de seu projeto, reclamando muitas vezes ao autor destas linhas: "Vocês enrolaram, enrolaram e nunca fizeram o prédio de quatro pavimentos que eu desejava ver erguido."

A Nova sede da Imprensa Universitária

A Imprensa Universitária praticamente nasceu com a Universidade, tanto pelas necessidades do serviço como também pela paixão devotada por Martins Filho às artes gráficas, para as quais se viu atraído ainda adolescente, no Crato. A possibilidade de aquisição da Gráfica Lusitana, que estava à venda, favoreceu os intentos do reitor, germinando assim, numa oficina localizada na Rua Major Facundo, a Imprensa Universitária do Ceará, desde o início, posta sob o comando de Anselmo Frisão. Logo, porém, ocorreu a mudança da oficina para a antiga garagem da Chácara Gentil, devidamente adaptada às novas funções. Posteriormente, as instalações foram transferidas para a casa de Ernesto Guilhon, localizada no outro lado da avenida, em terreno vizinho à casa paroquial da Igreja dos Remédios. A casa possuía um amplo quintal, que chegava até a Avenida Carapinima, no qual, posteriormente, Martins Filho decidiu mandar construir a sede definitiva da Imprensa Universitária.



Imprensa Universitária
Acervo MAUC

O novo edifício da Imprensa constava de um amplo pavilhão destinado às máquinas, parcialmente envolvido por um setor destinado a atividades pertinentes ao planejamento gráfico e a trabalhos burocráticos. A Imprensa Universitária passou a contar com um maquinário atualizado, com impressoras e cortadoras automáticas, seis linotipos, três dos quais comprados de um jornal de Teresina, logo desativado por provável equívoco na demanda do mercado.

As transformações tecnológicas operadas nos mais diversos setores das atividades humanas, atualmente regidos pela computação, vêm alterando o dimensionamento dos espaços, particularmente nas indústrias. Assim, o pavilhão das máquinas da Imprensa Universitária parece hoje vazio, ainda que parcialmente ocupado com compartimentos destinados ao abrigo de novos serviços. De qualquer modo, a edificação mantém suas linhas gerais, apesar do tratamento cromático a que foi submetido em certos trechos exteriores, com alteração da aparência original do edifício. No alto da porta de acesso, à entrada, todavia ainda permanece uma placa, aposta quando da inauguração, em 1966, na qual se leem informações elucidativas: Edifício Martins Filho – Tipógrafo aos 12 anos, homenagem da Imprensa Universitária do Ceará.

Até recentemente, em seus últimos anos, Martins Filho frequentava a Imprensa Universitária quase diariamente, sempre às voltas com a impressão de livros das coleções que organizava. Não se eximia de opinar sobre quaisquer assuntos gráficos, suprimindo com sua espantosa sagacidade o natural e compreensível desconhecimento de muitas novidades tecnológicas proporcionadas pela computação.

A sede da Faculdade de Ciências Econômicas

A Faculdade de Ciências Econômicas funcionou por longo tempo em sua sede primeira, na Jacarecanga, como já foi dito. Nos últimos anos do terceiro mandato de Martins Filho, foram construídos por Ary de Sá Cavalcante, diretor da Faculdade, uns pavilhões nos fundos de um terreno em cuja frente, na Avenida da Universidade, havia um edifício pertencente ao Instituto do Ceará. Em 1967, Martins Filho, desejando dar à Faculdade melhor presença no *campus* do Benfica, resolveu tentar uma permuta de imóveis com o Instituto. Para tanto, adquiriu o palacete localizado na Praça do Carmo, construído em 1920 por Jeremias Arruda para sua morada, oferecendo-o ao Instituto do Ceará, como sua nova e prestigiosa sede, em troca do prédio do Benfica. O Instituto do Ceará aceitou a proposta e sua sede, no Benfica, passou a abrigar a Faculdade de Ciências Econômicas.

Manda a verdade contudo esclarecer que a Faculdade de Ciências Econômicas se havia transferido, de fato, para a sede do antigo Grupo Escolar do Benfica, edificação projetada por José Gonçalves da Justa em 1915, concebida segundo as linhas severas da primeira fase do ecletismo fortalezense, e que havia sido cedida ao Instituto pelo governo estadual em 1957. Tal como se observa em outras edificações universitárias, a conservação do imóvel apresenta deficiências, além de que, destruída a mureta gradeada de contorno, o prédio perdeu suas relações espaciais primitivas com a avenida, agora promíscuas.

Vale lembrar que o edifício, projetado especialmente para funções escolares, constituía, à época, uma das mais imponentes obras públicas da cidade, aliás, então, bem raras, o que diz bem da importância, pelo menos em termos de simbologia arquitetônica, então conferida ao ensino primário pelos governos estaduais.

No jogo de trocas, como se vê, saiu perdendo o ensino público fundamental, pois o antigo Grupo Escolar do Benfica, já então denominado Rodolfo Teófilo, foi removido em 1957 para prédio novo, todavia, sem o mérito arquitetônico de sua sede primitiva, além de situado em ponto pouco visível. Pior ainda: não faz muito tempo, o terreno recebeu forte diminuição em decorrência dos trabalhos de implantação da estação Benfica, do Metrô.

A forma definitiva do Palácio da Reitoria

Entre as obras significativas do período final da administração de Martins Filho, devem ser citadas a Casa de José de Alencar e a ampliação da sede da Reitoria. A nova situação política conhecida pelo país depois da 1964 teve consequências em obras como a Casa de José de Alencar, nas quais se verificou a participação direta do Marechal Humberto Castello Branco. A ampliação da sede da Reitoria foi, contudo, levada a cabo por decisão pessoal de Martins Filho, embora o presidente da República apareça homenageado no nome do auditório da edificação.

Como foi dito, a maior parte da chácara Gentil havia sido desmembrada durante a vida de seu proprietário, em maior parte para compor os quarteirões, as ruas e as praças do pequeno bairro da Gentilândia, implantado na década de 1930. Assim, quando a Universidade se imitiu na posse da chácara, esta nem sequer ocupava todo o quarteirão remanescente. Acusava, enfim, limitações que conduziram à realização de obras presas aos espaços disponíveis, com claros reflexos na futura disposição dos acessos e de algumas circulações do prédio ampliado.

Já pertencente à Universidade, a chácara continuou cercada por um extenso e alto muro, perfurado por seteiras, através das quais mal se podiam ver a casa principal e também mais duas casas, as quais, desmembradas da chácara, ocupavam a metade sul da gleba. Ambas tinham dimensões significativas e pertenciam a pessoas da família Gentil, que nelas viviam. Deste modo, o terreno adquirido inicialmente pela Universidade se assemelhava a um *L* invertido, em cuja base ficou implantada a Concha Acústica. No começo da década de 1960, as duas casas foram adquiridas pela Universidade e ocupadas por setores administrativos e técnicos, entre os quais o Departamento de Obras e Planejamento. Esses fatos explicam por que, somente depois de algum tempo, a Universidade conseguiu manter posse de toda a frente do quarteirão da avenida, permitindo pensar-se numa ampliação do edifício-sede da Reitoria.

Nessa ocasião, Martins Filho aventou a ideia de edificar um amplo conjunto, tomando o trecho “em *L*”, já concluído, com uma das pernas de uma composição “em *H*”, o que levava os arquitetos a se referirem, por brincadeira, a realizações arquitetônicas alfabéticas. O reitor contra-argumentava, definindo como se distribuiriam os usos do futuro prédio “em *H*”. Assim, designava-os: na ala norte, o térreo permaneceria imutável, enquanto a metade da ala superior, voltada para a Concha Acústica, passaria a abrigar a Vice-reitoria; a ala sul, isto é, a “perna” sul do *H*, o térreo compreenderia um auditório e espaços de atendimento de atividades culturais; no pavimento superior, ficaria instalado o Conselho Universitário e seus anexos; o trecho paralelo à avenida, elo de ligação entre as alas norte e sul, teria os seus dois pavimentos ocupados por setores administrativos de interesse direto da Reitoria.

Do ponto de vista arquitetônico, a chamada proposta “em H” redundava em vários problemas. Não em si mesma, mas por causa de certas dificuldades que praticamente inviabilizavam a solução correta dos acessos à edificação, os quais se deveriam enquadrar nos esquemas de rígida simetria, emanados do tipo de composição arquitetônica escolhida.

O novo edifício, portanto, teria de apresentar ou um acesso central único ou, se admitidos mais acessos, ficar, neste caso, a entrada central claramente hierarquizada. Em outras palavras, de acordo com a primeira hipótese, a escada “em T” do salão de recepções ficaria inalterada, tendo como par uma nova escada na ala sul, mas, nesta hipótese, seria introduzida uma terceira escada, correspondente à entrada central, lançada no eixo de simetria transversal do prédio. Consoante uma outra hipótese, o prédio viria a contar apenas com uma entrada central única, isto é, a escada “em T” do salão de recepções seria demolida, construindo-se, se necessário, duas discretas escadas de serviço, nas alas norte e sul.

Martins Filho, temeroso de críticas que fatalmente iriam surgir, não aceitou a eliminação da escada “em T”, a escada das noivas, como chamávamos. Ante tais circunstâncias, os projetistas se viram obrigados à introdução de uma escada na ala sul, aliás, belamente resolvida por Neudson Braga com degraus em helicóide. O novo edifício ficou com duas entradas, provocando ambiguidades nos acessos e resultando em dificuldades na instalação de um ponto de controle unificado. A fim de valorizar externamente o conjunto, como efeito de *trompe-l'oeil*, no centro da ala de ligação, quer dizer, no eixo de simetria frontal da edificação, foi introduzido um pseudopórtico de acesso, em atendimento às regras milenares de composição arquitetônica.

O modo de extensão do prédio solicitado aos arquitetos não constituía novidade. Transformações de pequenos pavilhões em obras monumentais contam-se com frequência na história da arquitetura. No Brasil, bastaria citar o Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro; no exterior, o Palácio de Versalhes. Quando começaram a ser formuladas as teorias sobre restauração de edifícios antigos,

na segunda metade do século XIX, alguns arquitetos defendiam o princípio segundo o qual as obras incompletas deveriam ser concluídas consoante o entendimento pessoal dos novos projetistas. Essas diretrizes vieram, porém, a ser contestadas, exigindo-se que fossem patentes as eventuais modificações e os necessários acréscimos impostos às edificações. Dever-se-iam destacar as mutações formais estabelecidas, proporcionando referências para uma leitura fácil das intervenções. Esses conceitos, é bem verdade, recaíam sobre restaurações, o que não era o caso do edifício da Reitoria. Ainda assim, os arquitetos se mantinham preocupados com os efeitos do tipo de solicitação de Martins filho, dada a probabilidade de provocarem logro.

Ao ser discutida a pintura externa do prédio, houve debate em torno da manutenção, ou não, das cores originais da casa, quer dizer, o velho amarelo, dito ocre, comum às edificações antigas fortalezenses, ricas e pobres, com ligeiras variações de tons. Prevaleceu a opção por uma nova cor, proposta com o objetivo de criar uma imagem destacada do edifício, obra nova na cidade. Mas que cor empregar? – era a pergunta que os arquitetos se faziam. Qualquer que fosse, a cor causaria poderoso efeito, em face do fascínio cultural, social e financeiro provocado pela Universidade, embora se admitisse a alternativa de que o tiro pudesse sair pela culatra admitida a hipótese de um derrame de imitações do modelo prestigioso.

Ante o impasse da escolha da cor, propôs-se, à guisa de brincadeira de arquitetos, escolhê-la por sorteio, entre as constantes de alguma opulenta cartela de amostras, daquelas fornecidas por firmas fabricantes de tintas. No sorteio, saiu uma cor salmão. Não era de todo estranha, pois, apesar de bem mais forte, a cor mostrava distantes semelhanças com as tonalidades rosa de certas obras da arquitetura imperial brasileira. A pigmentação acentuada tinha a vantagem de evitar o esmaecimento gradativo, comum em muitas cores submetidas ao sol intenso do Ceará.

A nova cor incorporou-se à imagem do edifício, dando-lhe um *cachet* arquitetônico inconfundível. Como se temia, tida como moda recém-chegada, a cor logo se viu aplicada em quase todos os imóveis

da Universidade. Na verdade, aplicada aparentemente, já que o teor da mistura era conhecido apenas do pequeno grupo de arquitetos. Aos poucos, a nova moda difundiu-se em diferentes obras na cidade, como se buscassem uma notabilidade arquitetônica adquirida por similitude cromática, aproximada que fosse do modelo canônico. O próprio edifício da Reitoria não preservou a cor proposta quando da ampliação, ligeiramente alterada a cada repintura.

Entre outras medidas de valorização do edifício, a fim de proporcionar maior visibilidade, foram retirados os antigos muros da chácara, substituídos por gradis de ferro, pintados de cor cinza. De cor obrigatoriamente neutra, cinza, a fim de conferir transparência, pondo o conjunto edificado à vista, sem intercepções cromáticas vivas, de mau gosto, em busca de evidenciar a generosidade espacial do parque circundante, desconhecida na cidade. Com igual objetivo e também com o intuito de melhorar as condições de tráfego de veículos e de pedestres, a Avenida da Universidade, agora assim denominada, também foi alargada em dois quarteirões, ganhando calçadas amplas, enquanto a Avenida 13 de Maio teve duplicada a sua antiga pista única. Essas medidas de interesse coletivo foram da iniciativa da própria Universidade, num gesto, pouco comum, de doação de seus próprios bens em favor da coletividade, infelizmente, sem eco maior na cidade.

Como se disse, salvo na manutenção do frontispício e dos tramos primitivos da colunata, estes repetidos como tema, a edificação atual, tanto em área como em volumetria, em nada se relaciona com a casa da Chácara Gentil. Compreende-se, pois, a indignação de velhos membros da comunidade universitária, particularmente uma querida e revoltada amiga, quando os mal-informados ou pessoas que não possuem senso de escala arquitetônica, supõem que o palácio sede da Universidade seja a antiga casa de morada de um grupo familiar. Gráficamente, bastaria confrontar o levantamento feito por ocasião da compra do imóvel com as plantas atuais. Ou melhor, comparar a área primitiva, em torno de uns 1.000m², bastante ampla para uma residência, com os 4.778,18m² da versão definitiva do palácio.

Alheio a todas essas e outras considerações, o edifício-sede da Reitoria integrou-se à paisagem arquitetônica fortalezense como marca inconfundível da instituição. Na cidade, nasceram e cresceram novas universidades, todas, é claro, mantendo sedes de comando. Entretanto, há apenas uma *Reitoria*, somente o palácio-sede da *Reitoria* da Universidade Federal do Ceará. A um pedido de informação orientadora, basta dizer – é perto da Reitoria, fica depois da Reitoria. A um motorista de táxi, basta solicitar – leve-me à Reitoria. Ao Palácio da Reitoria, ao palácio, sim, pelo menos em termos locais, pois, na realidade, a *Reitoria* emerge, no imaginário popular, como o único palácio da cidade, embora alguns prédios públicos e privados assim ousada e ingenuamente se autointitulem, apesar de faltos de qualquer simbologia arquitetônica.

Numa época de comunicação instantânea, que promove a ubiquidade virtual, algumas autoridades universitárias tentaram, em certo instante, remover a direção da casa, a Reitoria, para ponto escondido da vista do povo. Ao palácio, despojado de suas funções, sugeriam transformá-lo em museu ou em centro cultural, exatamente aqueles usos sempre propostos por pessoas sem imaginação, em situações semelhantes. Demonstravam o total desconhecimento da força simbólica que as obras de arquitetura possuem. Em particular, quando expressam a simbologia de um poder atemporal, emanado do saber.

Felizmente, o bom senso parece ter prevalecido. A *Reitoria*, uma das obras últimas de Martins Filho como gestor da Universidade, permanece no ponto em que o imaginário urbano fortalezense a situa, simbolizando o poder do conhecimento, simbolizando a Universidade Federal do Ceará. Simbolizando o saber, o único e imutável poder.

Casa de José de Alencar

José Martiniano de Alencar, o futuro senador Alencar, envolveu-se em política muito jovem, conseguindo rapidamente galgar altas posições, embora também cedo tenha conhecido situações aflitivas. Participante da Revolução do Equador, Alencar logrou escapar da repressão local, transferindo-se por terra para o Rio de Janeiro,

onde, preso, esperava ver atendida a *Supplica* que endereçara diretamente a Pedro I. Remetido de volta para Fortaleza, obteve finalmente a “plena liberdade”, concedida em 1826 pelo Tribunal da Comissão Militar, presidido pelo famigerado Conrado Jacob de Niemeyer.

Não ficou na cidade. No ano seguinte, já se encontrava no Cariri, a fim de socorrer a família de seu tio Leonel, assassinado na ocasião. Nesse ambiente conturbado, “sendo clérigo de Ordens Sacras, contraiu amizade ilícita e particular com dona Ana Josefina de Alencar, sua prima no primeiro grau, e dela tem tido desde aquele tempo até hoje doze filhos”, conforme consta de documento passado por seu próprio punho.

Na ocasião, um tanto oculto, mas esperando melhores dias, Alencar retornou à capital mas buscou as cercanias, recolhendo-se ao seu sítio Alagadiço Novo, na companhia de Ana Josefina, filha de seu tio, Leonel. Na pequena casa do sítio, talvez datada de 1804, nasceu o primogênito do casal, o futuro romancista José Martiniano de Alencar, a 1^o de maio de 1829. Pouco tempo depois, o futuro senador já voltava à tona política, eleito deputado à Assembleia Geral em 1831, ano da abdicação de Pedro I. Na Câmara, desenvolvendo rápida e vitoriosa vida política no período regencial, teve marcada presença como representante do Partido Liberal. Entre 1834 e 1837, tornou-se presidente do Ceará, quando se destacou como respeitado administrador, sem dúvida, um daqueles de maior visão entre quantos já governaram a terra cearense. Nesse período, ampliou e melhorou as instalações do sítio Alagadiço Novo, tanto por necessidade de o erguer à altura de sua posição política, obrigado que estava a receber visitas ilustres, como também a fim de proporcionar melhores condições de alojamento à sua família, em crescimento.

De retorno à Corte, participou decisivamente dos entendimentos para concessão da maioria de D. Pedro II em 1840, estando de volta ao Ceará nesse mesmo ano, novamente como presidente da província, todavia, por pouco tempo. Embora a família passasse desde então a viver no Rio de Janeiro, o senador vinha ao Ceará quando possível, por vontade pessoal e por interesse político, alojando-se no seu sítio. Iguais visitas, ainda que ocasionais, também eram

efetuadas pelos filhos do Senador, entre os quais, o romancista, que esteve na terra natal por três vezes, a última delas em 1873, quando permaneceu demoradamente no Alagadiço Novo.

Uma das filhas do senador, Joaquina Carolina (nascida em 1843), conhecida afetivamente por dona Rolinha, tendo esposado o médico e político cearense Joaquim Bento de Sousa Andrade (1835-1893), decidiu morar no Ceará, ou melhor, no próprio sítio, do qual se tornou proprietária por herança. Enviuvando, casou-se com um seu empregado, muito mais jovem do que ela, o José de Barros Lima, curiosa e mirrada figura que se apresentava em Messejana como o “marido da viúva do dr. Bento”!... Em 1936, Álvaro Weyne, prefeito da capital, adquiriu para o município a pequena casa de nascimento do romancista, vendida por José Barros, que aparece em fotografias efetuadas na ocasião. Se o ato municipal preservou a pequena casa, entretanto, por não haver estendido a medida ao restante do sítio, verificou-se a progressiva deterioração da propriedade. Aos poucos, o açude ficou obstruído e desmoronou-se o engenho, que era quadrado em sua forma original, porém seguidamente aumentado, a fim de adequá-lo a novos processos técnicos e demanda de produção. Uma outra casa, maior, já levantada pelo senador e ainda vista nas fotos de 1936, contigua à pequena casa, foi simplesmente arrasada.

Até os primeiros anos da década de 1960, o acesso à casa de nascimento do romancista mostrava-se muito difícil, feito por meio de estradas estreitas e de tráfego precário, na verdade, uma sucessão de caminhos mal pavimentados que demandavam a Lagoa Redonda, partindo da Messejana. As próprias informações sobre o roteiro tornavam-se complicadas, pois sempre que na Messejana se perguntava a alguém onde ficava a Casa de José de Alencar, infalivelmente o visitante era conduzido à casa de um vereador homônimo.

No último ano da administração Manuel Cordeiro Neto, em 1962, a prefeitura abriu uma chamada Via Perimetral, proposta para interligação dos subúrbios da cidade, facilitando sobretudo as visitas à Casa de José de Alencar. Lamentavelmente, o melhoramento inviabilizou a possibilidade de reconstrução da gleba primitiva, por tê-la fracionado, além de ter o traçado da estrada recoberto parte do trecho onde se estendiam as ruínas da casa maior.

O presidente Castello Branco, em uma de suas frequentes visitas à cidade, indo visitar o cemitério da Messejana, a fim de reverenciar a memória de seus pais, resolveu conhecer o novo acesso. Seguindo pela Perimetral, ao fazer a curva fronteira ao sítio, sofreu inesperado e fortíssimo impacto, quando deparou a pequena casa natal do romancista encoberta por uma enorme placa, que anunciava venda de lotes de um Parque José de Alencar, empreendimento cuja realização, sem dúvida, redundaria em completa destruição ambiental do sítio, além de desfigurar a contextualização da casa na paisagem circundante.

De retorno ao Rio de Janeiro, interpelou duramente a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre o que vira. Surpreso, o diretor, Rodrigo Mello Franco de Andrade, exemplar figura de administrador público, nada pôde responder de pronto. Decidiu, entretanto, consultar os arquivos da repartição, nos quais encontrou correspondência que descrevia a casa, por palavras, desenhos e fotografias, apontando os problemas e as possibilidades de sua preservação, esta, todavia sem sentido, se tentada em separadamente do conjunto paisagístico. Por tal razão, o documento sugeria uma viável recomposição dos limites do antigo sítio, apoiada no tripé casa, engenho e açude. A proposição, sem dúvida ousada, entendia a gleba não apenas como lugar de reverência ao romancista, mas também como parque de frequência pública, com atrativos variados para adultos e crianças.

Informado pelo Dr. Rodrigo da matéria e já tranquilo, Castello Branco convocou Martins Filho, incumbindo-o de procurar atender às sugestões contidas na documentação da DPHAN, assegurando-lhe que ofereceria meios para aquisição da gleba, recuperação da casa e implantação do parque. E mais ainda, o conjunto seria doado à Universidade, para uso irrestrito embora com o ônus de sua manutenção.

Foi preparado um projeto de intervenção, sendo as obras realizadas por administração direta com muitos empecilhos, particularmente porque o lugar não dispunha de energia elétrica nem havia como alimentar o numeroso grupo de operários em atividade. À parte, os trabalhos de recuperação da casa de nascimento do

romancista e do sítio, estava prevista a implantação de um parque, bem como a construção de um bloco menor, de recepção, e de outro maior, destinado a várias atividades, tais como, administração, museu, auditório, sala de exposições, além de inúmeros apartamentos, destinados à produção intelectual. O programa das necessidades espaciais dessa parte maior era longuíssimo, formulado por expressivas figuras do meio cultural da cidade, convidadas por Martins Filho. Felizmente, a providencial interferência do crítico literário Cavalcante Proença, colega de farda, amigo de Castello Branco e seu representante nos entendimentos com a Universidade, reduziu o programa ao essencial, permitindo que o projeto arquitetônico fosse viabilizado. O projeto paisagístico do parque, executado apenas em pequeno trecho e posteriormente desfigurado, teve a autoria do arquiteto cearense Haroldo Barroso, saudoso colega, assistente de Roberto Burle Marx.

O tempo urgia ante a aproximação do fim do mandato do presidente, que determinara a data da inauguração a dois meses antes de passar o governo ao seu substituto. As seguidas exposições de motivos apresentadas por Martins Filho sobre a impossibilidade do término das obras no prazo fixado não obtiveram êxito, mas Castello Branco enviou seu irmão, Cândido, para tentar solucionar o drama, do que resultou a rápida adução de energia, necessária inclusive à iluminação nos trabalhos noturnos, à indispensável instalação de uma cozinha de campanha, montada pelo Exército, além de viaturas e até de ambulâncias, postas à disposição. Uma verdadeira operação de guerra! No dia aprazado, Castello Branco inaugurou festivamente a Casa José de Alencar/Sítio Alagadiço Novo. Inaugurou, sim, mas sem saber que os caminhos pelos quais acompanhava Martins Filho tinham sido previamente definidos, porque neles, apenas neles, estavam prontos os ambientes por onde o governante passaria. Os demais compartimentos mantinham-se inconclusos, as paredes no osso, piso na terra, portas e janelas pintadas apenas no exterior, enquanto o autor destas linhas, havendo arrecadado todas as chaves, decidiu mantê-las escondidas, evitando que algum curioso pudesse expor o reverso falso do cenário montado. O lance afoito pode surpreender os menos avisados, mas vale lembrar que essas práticas de ilusionismo arquitetônico são antiquíssimas e universais.

Os sucessos ora narrados necessitam de um adendo, a fim de ficarem melhor explicados, adendo inserido a contragosto, já que ao autor não lhe agrada falar de si mesmo. Desde os distantes tempos de estudante de arquitetura, com um grupo de moços, frequentava a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, então com sede no Rio de Janeiro. Frequentávamos, para desfrutar a biblioteca especializada, os arquivos e, principalmente o contato com o corpo técnico da casa sabiamente comandada por Rodrigo Mello Franco de Andrade por trintas anos, casa cuja sala técnica estava a cargo de Lúcio Costa e cujo arquivo era dirigido por Carlos Drummond de Andrade. Em troca, apresentavam-se o autor e seus companheiros como “amigos do Patrimônio”, cooperando no possível, enfim, prestando ajuda profissional voluntária à repartição, constituída à época por um quadro mínimo.

Ao se despedir do Dr. Rodrigo, falando de um incerto retorno ao Ceará, o autor deste texto, seguindo a praxe, ofereceu seus préstimos. Com surpresa, ainda sem definição do futuro, foi convocado para examinar problemas concernentes à matriz do Aracati, tarefa com que deu início a uma atividade exercida por 25 anos, como representante honorário da DPHAN no estado. Representante honorário, quer dizer, com trabalhos executados graciosamente. Por bom tempo, contou com a preciosa ajuda de um velho e saudoso amigo para realização das obras, o professor Amaury Araújo, antigo aluno da Escola de Engenharia de Ouro Preto, colaborador voluntário dos serviços do Patrimônio naquela cidade desde o período estudantil. Sem dúvida, as tarefas foram amenizadas após a abertura da Escola de Arquitetura, quando pôde desfrutar do apoio administrativo e da cooperação de colegas e de alunos, sempre oferecida de modo solícito e desinteressado. As sugestões quanto a um possível modo de inserção da Casa de José de Alencar na vida cultural e turística da cidade, bem como a respectiva solicitação de tombamento, atendidas por Castello Branco, encontrou-as o Dr. Rodrigo nas pastas pertinentes, avolumadas no correr dos anos com as contribuições do autor destas linhas, relativas ao estudo e à preservação da arquitetura antiga do Ceará.

* * *

Este trabalho homenageia em pálida maneira a ação germinativa de Antônio Martins Filho como criador da Universidade Federal do Ceará. Focaliza, porém, de modo particular, o *aedificator*, o *construtor*, o *structor*, aquele que levantou, que deu à instituição sua forma material, mantida em suas linhas gerais já há cinquenta anos. Escusa-se o autor sublinhar as relações de amizade pessoal que o tempo fez estabelecer com Antônio Martins Filho, estendidas a sua família. Proclama, todavia, a elevada honra de ter sido um seu humilde auxiliar, dedicado e leal.

Nesta longa lista, é possível que o nome de um ou outro setor da Universidade mereça correção. Em muitos pontos do texto, houve a preferência de citar topônimos à moda antiga ou usuais à época a que a narrativa se refere, privilegiando o Bairro do Benfica, onde se verificavam as ações diretas do reitor. Para o arrolamento de fatos e obras, o quanto possível nomeados em ordem cronológica, prevaleceu a memória, tantas vezes esmaecida com o passar dos anos e sempre traidora. Para reavivá-la e corrigi-la, acorreram-me os amigos, entre os quais se devem mencionar José Neudson Bandeira Braga, Ivan da Silva Britto, Valdete Freitas, Anselmo Frazão, Hélio Barros, Heloísa Facó, Paulo Elpídio de Meneses e quantos outros velhos companheiros que, aqui e ali, em conversas amáveis, despertaram no autor lembranças de um passado universitário distante. Uns, como funcionários, outros, como alunos e outros mais, como professores, todos irmanados em recordações comuns.

Durante aqueles anos, a Universidade havia-se tornado uma verdadeira causa coletiva, sem dúvida, ajudada pelo dinheiro, tantas vezes farto, mas sempre criteriosa e honestamente bem-empregado. Causa superior, em que Martins Filho surgia como o paladino primeiro, concretizada de modo rápido, firme e duradoura pela apaixonada dedicação de toda uma comunidade universitária.

Benfica, setembro de 2004.

CURTO ACRÉSCIMO – Informações mais alargadas sobre as origens e a implantação da Universidade podem ser colhidas nos textos autobiográficos do próprio reitor Antônio Martins Filho e também no *Boletim* Administrativo, editado pela Reitoria durante longo tempo. Notícias sobre muitas unidades universitárias aparecem em obras específicas escritas por professores interessados na história de suas áreas de docência, como Raimundo Girão, sobre a Faculdade de Direito, Francisco Alves de Andrade, sobre a Escola de Agronomia, Lúcio Armando Patrício Ribeiro, sobre a Faculdade de Ciências Econômicas, José Dílson de Vasconcelos Meneses, sobre a Faculdade de Odontologia, Murilo Martins, bem como J.C. de Alencar Araripe, sobre a Faculdade de Medicina. E talvez mais outras obras, que não conheço.

Nota

¹ Texto impresso com anuência do autor, arquiteto José Liberal de Castro. Originalmente publicado. In: MENEZES, NETO, Paulo Elpidio de. Martins Filho de corpo inteiro. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2004. 355P. (Série Documentos UFC).

O Inventário da Arquitetura Moderna Cearense

Clovis Ramiro Jucá Neto

O Inventário da Arquitetura Moderna Cearense foi realizado através de um convênio firmado entre o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 4ª Superintendência/Ceará nos anos de 2008 e 2009.

Inventariaram-se 24 edificações modernistas, sendo onze prédios institucionais pertencentes à Universidade, localizados no *Campus* do Benfica e treze residências na cidade de Fortaleza. Os edifícios do *Campus* do Benfica trabalhados foram:

- 1 – Pró-Reitoria de Extensão.
- 2 – Imprensa Universitária.
- 3 – Pavilhão Reitor Martins Filho.
- 4 – Concha Acústica.
- 5 – Sede do curso de Ciências da Informação e Comunicação Social.
- 6 – Antiga Faculdade de Filosofia.
- 7 – Blocos 1 - Anexo da Reitoria.
- 8 – Blocos 2 - Anexo da Reitoria.
- 9 – Blocos 3 - Anexo da Reitoria.
- 10 – Blocos 4 - Anexo da Reitoria.
- 11 – Residência Universitária.

As residências foram as seguintes:

- 1 – Resid. Rua Joaquim Sá n.º 111.
- 2 – Resid. Rua Dr. José Lourenço n.º 2800.
- 3 – Resid. Rua Dr. José Lourenço com Rua Cel. Alves Teixeira (demolida).
- 4 – Resid. Rua Dr. José Lourenço n.º 2235.
- 5 – Resid. Avenida Barão de Studart n.º 2626 (demolida).
- 6 – Resid. Av. Barão de Studart n.º 2360 (demolida).
- 7 – Resid. Av. Barão de Studart com Rua Tomás Acioly (demolida).
- 8 – Resid. Rua Mosenhor Catão com Rua General Tertuliano Potiguara (demolida).



Pró-Reitoria de Extensão



Imprensa Universitária

- 9 – Resid. Rua Monsenhor Otávio de Castro s/n (demolida).
10 – Resid. Avenida Antonio Sales n.º 1911.
11 – Resid. Rua Marcondes Pereira n.º 1170.
12 – Resid. Rua Antonio Bezerra com Av. Antônio Sales (demolida).
13 –s Resid. Rua Carolina Sucupira (demolida).

Além do inventário propriamente dito, o trabalho teve como objetivo contribuir com a História da Arquitetura Moderna do Ceará através da análise dos projetos originais do patrimônio edificado da cidade, do reconhecimento dos princípios modernistas adotados, do levantamento das intervenções posteriores à construção e levantar a discussão sobre uma ação emergencial de proteção do respectivo legado.

Na pesquisa, utilizou-se o Padrão IBA – Inventário de Bens Arquitetônicos – que tem como premissa a natureza arquitetônica e histórica do bem e seu estado de conservação e preservação.

O Padrão é composto de fichas com informações sobre o edifício e pela apresentação do projeto arquitetônico. A primeira ficha trata de informações genéricas. Um Formulário Geral, com dados como identificação, descrição física do bem, usos gerais, cronologia, intervenções, tipologia, preservação e ambiência. Na segunda ficha, é apresentado o estado de conservação: comprometimento da estrutura, elementos arquitetônicos, riscos potenciais e diagnóstico. Na terceira, registra-se o levantamento fotográfico e reprodução da iconografia.

Metodologicamente, o trabalho impôs uma investigação histórica. Buscaram-se os desenhos originais, as fotografias antigas e realizaram-se entrevistas com os arquitetos projetistas; além da consulta de fontes secundárias. No segundo momento, os desenhos foram vetorizados e, por fim, foi cumprida uma análise e registro escrito e fotográfico das condições atuais dos edifícios, atenta às alterações pelas quais eles passaram.

No início da década de 50 do século XX, o Reitor Antônio Martins Filho, idealizador e fundador da UFC, afirmou o compromisso com as transformações modernizadoras da nação, associando a importância de uma rede de universidades públicas e gratuitas comprometidas com um projeto de desenvolvimento para o Brasil. A Universidade foi criada pela Lei nº 2.373, em 16 de dezembro de 1954. A instalação ocorreu no dia 25 de junho de 1955.



Rua Dr. José Lourenço, 2235



Rua Joaquim Sá, 111



Rua Dr. José Lourenço, 2800



Pavilhão Reitor Martins Filho



Sede do Curso de Ciência da Informação e Comunicação Social



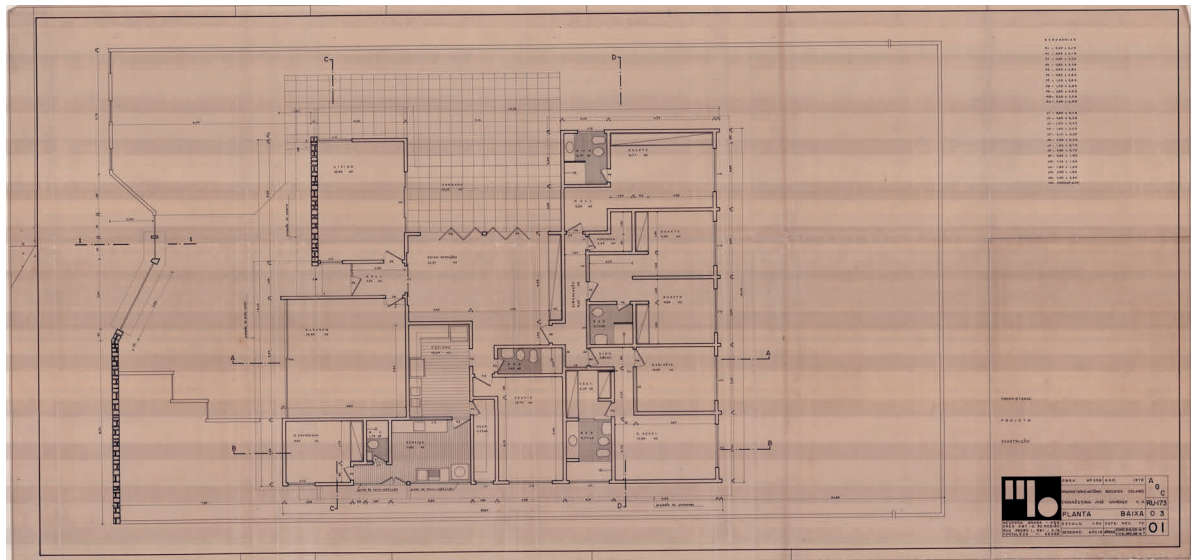
Concha Acústica



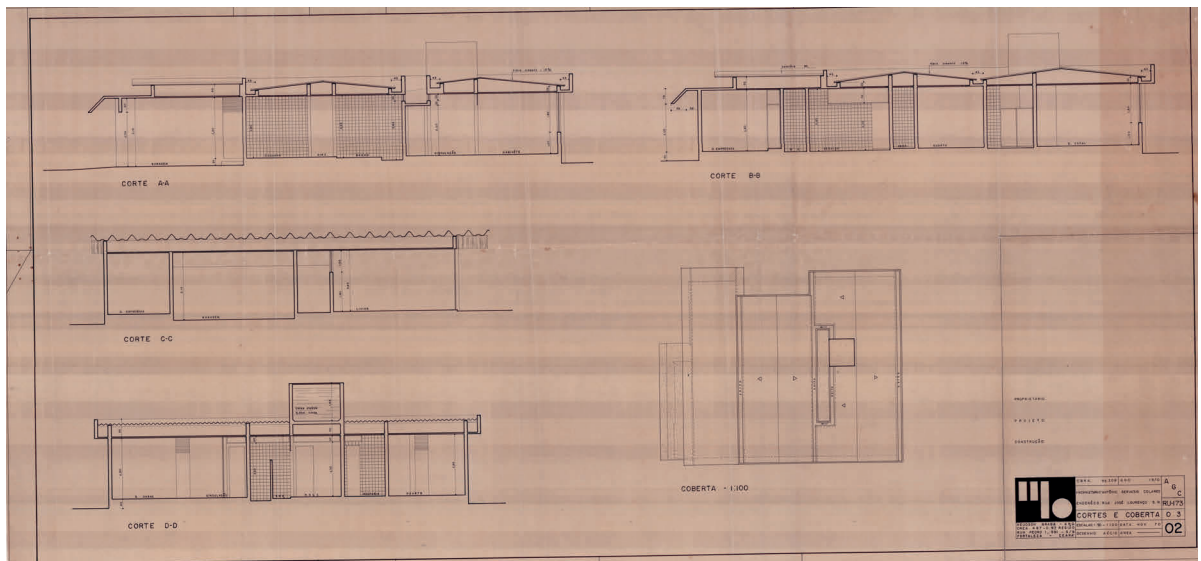
Residência Universitária



Anexos da Reitoria

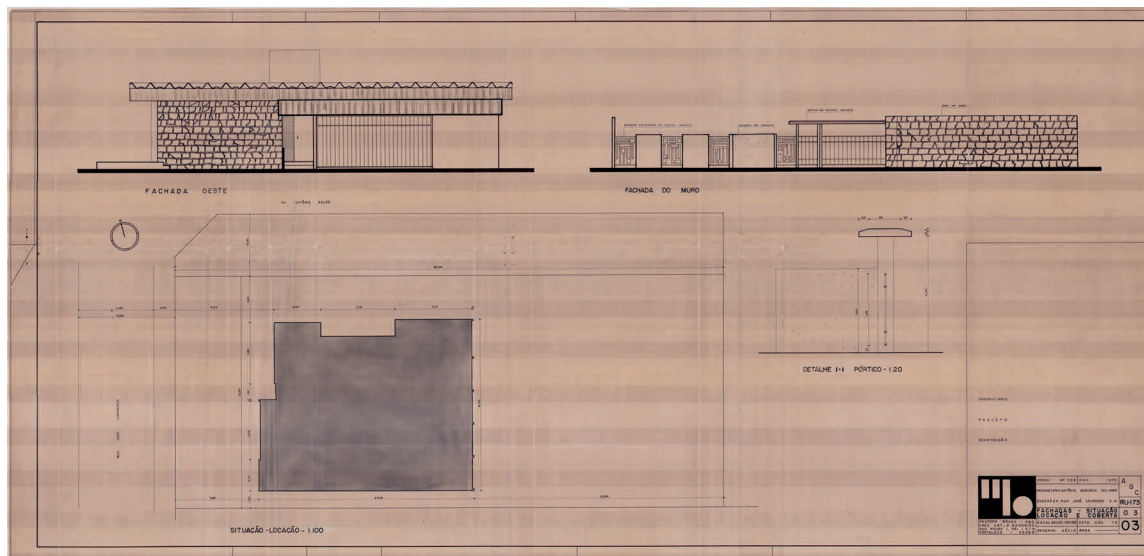


Residência da Rua José Lourenço, S.N, arquiteto José Neudson Bandeira Braga



Residência da Rua José Lourenço, S.N, arquiteto José Neudson Bandeira Braga





Residência da Rua José Lourenço, S.N, arquiteto José Neudson Bandeira Braga

Os edifícios modernos inventariados do *Campus* do Benfica da UFC são projetos dos arquitetos Ivan da Silva Brito, José Liberal de Castro, José Neudson Braga e do engenheiro Luciano Pamplona na época da criação da Universidade. Estes profissionais, juntamente com os arquitetos Enéas Botelho, Luís Aragão, Marrocos Aragão e Roberto Villar de Queiroz, após diplomarem-se no Rio de Janeiro e em Recife em meados da década de 50 do século XX, retornaram à Fortaleza trazendo o debate sobre a arquitetura e o urbanismo modernos praticados naqueles centros.

A maioria das residências foi projetada pelos mesmos arquitetos dos edifícios públicos do *campus* Benfica da UFC, com exceção dos projetos do Arquiteto Gerhard Bormann, formado na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil em 1967, e do arquiteto Roberto Martins Castelo, formado na UNB no ano 1969.

No caso das edificações da Universidade, a análise das intervenções físicas revelou alterações na volumetria e no espaço interno, redundando numa descaracterização dos princípios modernistas da Escola Carioca aos quais os arquitetos estavam filiados.

Parte das residências já não mais existe ou se encontra totalmente alteradas. Poucas mantiveram suas características originais.

As considerações finais do Inventário põem em pauta e na ordem do dia uma reflexão crítica sobre os rumos da Arquitetura Moderna de Fortaleza e sua História. No que se refere aos prédios da UFC, se por um lado é reconhecido o papel da Universidade como indutora da inserção da capital cearense no panorama arquitetônico moderno nacional no início da segunda metade do século XX; por outro, não se pode deixar de reconhecer que as descaracterizações dos princípios modernistas que este patrimônio vem passando, nos últimos trinta anos, partiram da própria Instituição. É necessário afirmar que os arquitetos projetistas nunca foram consultados sobre as alterações.

O Inventário revela a necessidade de uma ação de urgência voltada à preservação da Arquitetura Moderna da capital cearense e de investimento em pesquisa na área patrimonial, ampliando o debate preservacionista na cidade e criando suporte para as futuras interferências no patrimônio construído modernista de Fortaleza.

O livro que agora se publica é um passo inquestionável nesta direção.

Arquitetura Moderna do Campus do Benfica da UFC

*Clovis Ramiro Jucá Neto
Ricardo Fernandes
Romeu Duarte*

Entre os anos de 2008 e 2009, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), em convênio com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 4º Superintendência/Ceará, realizou o Inventário dos edifícios representativos dos primórdios da Arquitetura Moderna Cearense (1ª Fase). Vinte e quatro edificações em Fortaleza foram inventariadas, sendo onze edifícios públicos ligados à UFC, localizados no *Campus* do Benfica e treze residências.

O objetivo da pesquisa foi avançar na compreensão crítica e historiográfica dos caminhos e descaminhos da Arquitetura Moderna Cearense. Suas principais diretrizes foram a vetorização dos desenhos originais e visitas às edificações, identificando as alterações comprometedoras dos princípios modernistas.

81

No *Campus* do Benfica da Universidade Federal do Ceará, foram analisadas a atual Pró-Reitoria de Extensão, a Imprensa Universitária, o Pavilhão Reitor Martins Filho do curso de Arquitetura e Urbanismo, a Concha Acústica, a atual sede do curso de Ciências da Informação e Comunicação Social (antiga Escola de Engenharia), a antiga Faculdade de Filosofia, os blocos anexos da Reitoria (blocos 1, 2, 3, e 4 dos Antigos Institutos Básicos) e a Residência Universitária.

A cidade de Fortaleza nas décadas de 1950 e 1960¹

No início da década de 1950, Fortaleza viveu um período de intensas e profundas transformações em sua configuração urbana. A cidade havia-se consolidado como um polo de atração sobre as outras localidades do estado, recebendo grandes levas populacionais.

Nos dez anos compreendidos entre 1940 e 1950, sua população aumentou na ordem de 50%, passando de 180.185 para 270.169 habitantes. Essa realidade se acentuou entre as décadas de 1950 e 1960, quando se registrou uma população de 514.818 pessoas. Esse crescimento acelerado ocorreu em função, principalmente, dos fluxos migratórios do interior provocados pelas secas, uma vez que os atributos naturais do estado dificultavam a atividade agrícola, inclusive de subsistência, redundando em baixos índices de renda e expulsando a população sertaneja do campo.

A repercussão desse elevado crescimento demográfico se fez manifesta em diversas esferas da vida pública. Sem uma estrutura econômica que absorvesse tal contingente, agravaram-se as diferenças sociais em Fortaleza, as quais se refletiram na organização do seu espaço construído.

Verificou-se uma significativa expansão da malha urbana, caracterizada pela fragmentação e segregação espacial resultantes do processo socioeconômico pelo qual a cidade atravessava.

Nas décadas de 1950 e 1960, a cidade ainda mantinha uma estrutura monocêntrica. O centro polarizava diversas funções urbanas, sendo a Praça do Ferreira o coração pulsante, para onde convergia a sociabilidade da população. Os fluxos de pessoas e mercadorias eram visíveis na concentração do comércio e nas atividades de lazer.

A partir da década de 1960², Fortaleza ultrapassou os limites municipais. Aumentou o deslocamento em direção leste, futuro bairro da Aldeota – área ocupada com residências da classe mais abastada e por um novo setor de lazer – impulsionado pela abertura da Av. Beira-Mar, em 1963. Paralelamente a essa expansão, a cidade cresceu ao longo das antigas estradas de penetração do núcleo urbano (atuais vias radiais), principalmente as de Caucaia, Parangaba e Messejana, ao longo das quais havia anteriormente uma sequência de chácaras e bangalôs.

O bairro do Benfica, onde hoje se localiza o *Campus* Universitário do Benfica da Universidade Federal do Ceará, teve sua origem ligada à via de acesso à Parangaba (atual Avenida da Universidade).

É com a aquisição, no início de 1956, do solar da família Gentil, no bairro do Benfica, que a Reitoria terá sua localização definitiva. O bairro do Benfica, encarna, naquele momento, o espaço que reunia as condições mais vantajosas para suprir a necessidade de afirmação da Universidade como poder autônomo e da consolidação da Reitoria como o lugar onde esse poder passa a ser exercido. (OLIVEIRA, 2005, p. 43).

O bairro possuía posição privilegiada na estrutura urbana, estando a futura sede da Reitoria localizada na confluência de duas importantes avenidas de Fortaleza – a Avenida Treze de Maio e a Avenida da Universidade.³ Ocupava ainda posição a meio do caminho entre a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina, no bairro do Porangabuçu (OLIVEIRA, 2005).

O Reitor Antônio Martins Filho, idealizador da Universidade, passou a adquirir terrenos nas vizinhanças da Reitoria, com o intuito de transformá-los em áreas institucionais, onde seriam construídos posteriormente os edifícios que viriam a compor o *Campus* do Benfica.

Além da expansão urbana, a produção arquitetônica também foi marcada pelo súbito aumento populacional de Fortaleza.

A arquitetura, principalmente a da casa, passa imediatamente a revelar os padrões culturais dos consumidores, que não encontram uma orientação mínima por falta de um quadro profissional à altura da nova situação. Gerações, que haviam morado singelamente nas velhas casas urbanas ou rurais, nos sertões, aspiram agora à erudição por assim dizer grotesca, com que a cidade se expande. Bairros inteiros surgem inesperadamente: dos ricos, dos remediados, dos pobres [...] Começa a montar-se na Fortaleza uma estratificação urbana das mais impermeáveis que o país conhece [...] (CASTRO, 1982).

Até meados do século XX, não se pode falar, no Ceará, de uma arquitetura cearense fruto da produção de arquitetos. Predominava a atuação de leigos, a maioria deles desenhistas, que trabalhavam no mais das vezes em parceria com engenheiros civis.

Esse período denuncia um relativo descompasso face ao desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira, uma vez que a partir da década de 1930 inaugura-se a fase áurea do modernismo arquitetônico no Brasil, reconhecido internacionalmente pelo seu caráter inovador na adaptação dos valores do racionalismo internacional e o seu comprometimento com a identidade nacional.

O “Universal pelo Regional” – A criação da Universidade Federal do Ceará

A criação da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1954 representou um alento para o panorama arquitetônico de Fortaleza. Alguns arquitetos dessa geração, como José Neudson Bandeira Braga, José Liberal de Castro e Ivan da Silva Brito vão trabalhar no recém-criado Departamento de Obras e Projetos da Universidade Federal do Ceará (UFC), contribuindo como projetistas na conformação espacial do *Campus* da Universidade.

Com o lema “O Universal pelo Regional”, o reitor Antônio Martins Filho, idealizador e fundador da instituição, firmou compromisso com as transformações modernizadoras da nação, associando a importância de uma rede de universidades públicas e gratuitas comprometidas com um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Para Martins Filho (1965, p. 74), o “campo da Universidade” era “de fato o universal”, pois exatamente através do ensino e da pesquisa, aplicava-se os “princípios gerais da experiência de outros povos” para se alcançar “novas generalizações”. Contudo o trabalho universitário era exercido num “determinado contexto espaço-temporal, razão por que a tarefa de evoluir do e para esse universal” tinha de ser realizada através do elemento regional. Eis o sentido do “universal pelo regional”. A finalidade imediata seria contribuir com o progresso do meio nordestino no compasso das transformações do mundo.

Tratava-se da criação de uma “Universidade Regional destinada a promover o que muitos chamam de Humanismo Científico” e este humanismo só seria “científico na medida em que o cultivo das ciências” levasse ao melhor conhecimento do Homem. Já a universidade só seria regional “até o ponto em que, partindo do dado concreto da realidade nordestina”, não perdesse a sua característica de “universalidade” (MARTINS FILHO, 1965a, p. 89). Daí porque, era “fundamentalmente” uma “Universidade da era tecnológica” (MARTINS FILHO, 1965b, p. 118).

O ideário expresso impunha a sua materialização em um espaço renovado e renovador para a cidade. Neste sentido, para Fortaleza, a criação da UFC significou ainda mais. Possibilitou, inicialmente, a atuação dos arquitetos modernos, diplomados em sua maioria no Rio de Janeiro, num contexto histórico onde tanto persistiam caracteres de estética eclética como residiam as dificuldades do exercício da profissão pelo desconhecimento de suas atribuições sociais e legais. Na contramão da ausência qualitativa vigente no quadro da ação projetual e construtiva reinante, a atuação dos jovens profissionais inseriu a cidade no panorama da produção da arquitetura moderna brasileira.

85

A missão da Escola de Engenharia revelada pelo idealizador da Universidade, o reitor Antônio Martins Filho, reafirmou a importância do ideário moderno materialmente manifesto através dos projetos de arquitetura. De acordo com o reitor, a Escola de Engenharia - cuja nova sede apresentará características da arquitetura modernista já universalmente aclamada - constituiria-se como o “centro da renovação cultural que se vem operando em nossa terra, com o fim de promover a indispensável modificação das nossas condições materiais de existência.” (MARTINS FILHO, 1965b, p.116).

A arquitetura moderna em Fortaleza e a UFC

Em meados da década de 1950, os arquitetos cearenses Roberto Villar de Queiroz, Enéas Botelho, Luís Aragão, José Liberal de Castro, José Neudson Bandeira Braga, Marrocos Aragão e Ivan da Silva Brito, recém-formados no Rio de Janeiro e no Recife retornam ao Ceará inaugurando em Fortaleza tanto o debate sobre a arquitetura

e o urbanismo modernos como a ação projetual pautada nos princípios modernistas. Suas contribuições arquitetônicas marcam o espaço construído da cidade, constituindo ainda hoje um legado de significativo valor.

Esses jovens profissionais tornam-se os pioneiros da prática profissional da arquitetura e do urbanismo na capital cearense, enfrentando “um total desconhecimento relativo às suas habilitações profissionais” e “um sistema de produção de projetos [...] controlado não apenas por leigos mas por leigos inabilitados de desenvolver qualquer formulação teórica.” (CASTRO, 1982).

Mas essas dificuldades primeiras associadas às limitações materiais – próprias do incipiente processo de industrialização do Ceará no período - não impediram a realização de obras arquitetônicas de grande significado para a cidade.

Dentre outros projetos modernistas, são deste período a maioria dos edifícios do *Campus* do Benfica Universidade Federal do Ceará, o Edifício Palácio Progresso (1961)⁴, o Anexo do Colégio Cearense (1967)⁵, além de várias residências unifamiliares.

Também engenheiros recém-formados em outras cidades brasileiras e movidos pelo mesmo ideário atuaram na cidade, acumulando a função de projetistas, calculistas e construtores, como é o caso do engenheiro Luciano Ribeiro Pamplona, diplomado na Bahia no início dos anos de 1950.

Inaugurava-se a postura modernista no espaço da cidade de Fortaleza, com base nos novos critérios estéticos, no domínio de novos procedimentos construtivos e na busca da racionalização como princípio operativo, percorrendo os pioneiros desta expressão arquitetônica um caminho que ia do risco ao cálculo estrutural.⁶



Edifício Palácio Progresso

Os projetos modernos do *campus* do Benfica da UFC

A arquitetura brasileira produzida na fase áurea do modernismo não se prendeu a concepções espaciais complexas nem se sujeitou a sistemas construtivos impostos pela estandardização⁷ internacional. O processo de adaptação dos conceitos europeus às características físico-sociais brasileiras resultou em uma produção arquitetônica inovadora, mas, antes de tudo, pautada por uma simplicidade única, plenamente adaptada aos condicionantes do incipiente processo de industrialização do Brasil nos anos trinta do século XX e à tradição colonial brasileira.

A esse propósito, Giedion⁸ (1999, p.17) afirma que “a maior parte dos arquitetos brasileiros” foram capazes “de resolver os diversos problemas de um programa complexo com uma planta baixa simples e concisa e cortes claros e inteligentes”. Por outro lado, eles tinham “coragem de desenvolver linhas nítidas no exterior de suas edificações”, evitando, porém, a “rigidez”. Os arquitetos mantinham a tradição de “realçar a superfície das fachadas, tão submetidas à pressão do clima tropical, por meio do tratamento estrutural das superfícies planas”; ou seja, “os arquitetos contemporâneos reelaboraram essa tradição, incluindo em seus projetos painéis externos vazados [...], cobogós [...], azulejos utilizados de maneira inovadora, e o *brise-soleil*.” (GIEDION, 1999, p. 17).

87

Assim como a produção dos anos iniciais do modernismo arquitetônico brasileiro, os arquitetos cearenses envolvidos no projeto do *Campus* do Benfica da UFC, compromissados com o ideário da arquitetura moderna, adaptaram-se aos condicionantes locais sem perder o rumo dos ensinamentos modernistas.

Os edifícios do Benfica e os princípios modernistas

Nas edificações do *campus* do Benfica da Universidade, fazem-se presentes os princípios de racionalidade, funcionalidade, eficiência técnica, economia de meios e ênfase na dimensão social da arquitetura, próprios da perspectiva moderna. Os arquitetos propuseram edifícios sóbrios, sem arroubos inventivos, compromissados com o lançamento

racional da estrutura, com a clareza das plantas baixas, a limpeza na volumetria e plenamente adaptados ao contexto social da capital cearense do período.

A descaracterização do legado modernista cearense

Nos últimos anos, diversas ações vêm comprometendo ou destruindo o patrimônio construído modernista de Fortaleza. Se hoje são raras as unidades representativas do Ecletismo arquitetônico ou da arquitetura protomoderna nos espaços urbanos de Fortaleza, a modernidade arquitetônica parece estar fadada a desaparecer do espaço fortalezense. O que fazer? É necessária uma ação de urgência⁹ que busque barrar o movimento avassalador. Uma ação de urgência que reúna os mais diversos representantes da sociedade civil em nome do legado da arquitetura moderna fortalezense.

Em algumas situações, as ações avassaladoras são oriundas de agentes isolados, noutras uma diversidade de agentes interagem. Agentes unos, agentes múltiplos, interações de ações, ações impiedosas destruindo mais uma vez os objetos, signos e vestígios da memória dos habitantes de Fortaleza.

Na maioria das vezes, empreendedores imobiliários, na corrida desenfreada pelo capital e insensíveis à dimensão cultural do patrimônio moderno construído, privam a paisagem urbana da tradição modernista. Noutras situações, as ações são encabeçadas pelo próprio estado. E assim, residências, clubes, prédios institucionais com traços modernos desaparecem do espaço da cidade.

As intervenções do patrimônio edificado modernista do campus do Benfica

No âmbito da Universidade Federal, a Arquitetura Moderna não foi poupada das ações descaracterizadoras das novas referências estéticas. Mas aqui vale uma observação. É necessário afirmar que estas ações ocorreram sem a consulta dos arquitetos projetistas, antigos integrantes dos quadros técnicos da instituição e responsáveis pela difusão dos princípios modernistas na capital cearense.



Concha Acústica



Residência Universitária

Excetuando a Concha Acústica, a Residência Universitária e a Faculdade de Filosofia, as edificações da universidade foram alteradas na volumetria e em seus espaços internos. Os demais edifícios passaram e vem passando por intervenções que, via de regra, confirma o caráter precário e arbitrário característico das alterações de ordem funcional ou estrutural promovidas nos edifícios públicos da UFC. Pavimentos foram acrescidos, pilotis vedados, paredes de alvenarias demolidas, outras foram inseridas desrespeitando as modulações estruturais, cobogós fechados sem critérios, comprometendo as características modernistas das edificações.

Instados a cumprir novas funções no âmbito da reestruturação física da Universidade ou solicitados pela progressiva necessidade de ampliação e modernização de suas instalações, esses edifícios, em maior ou menor grau, adaptam-se às novas circunstâncias guardando, porém, características do projeto inicial. A persistência do desenho de suas linhas resulta mais da facilidade de remanejamento das divisórias internas e da dócil adaptação das alvenarias às intromissões das modernas instalações, do que propriamente de uma preocupação institucional quanto à preservação deste patrimônio edificado.



Imprensa Universitária



Imprensa Universitária

Imprensa Universitária. Arquitetos José Liberal de Castro e José Neudson Bandeira Braga

As alterações ocorrem no espaço do pavilhão, anteriormente destinado às máquinas. A transformação tecnológica registrada nos trabalhos de impressão gráfica, regida pela computação, tornou o galpão demasiado grande. O amplo espaço vem sendo compartimentado, desrespeitando-se a modulação estrutural original. Volumetricamente, a edificação possui mantêm suas linhas originais, a despeito do tratamento cromático a que foi submetida.

Antiga Escola de Engenharia - Atual sede do Curso de Comunicação e Ciências da Informação. Engenheiro Luciano Pamplona.

Entre as demais edificações do *Campus* do Benfica da UFC, o edifício da antiga Escola de Engenharia foi aquele que teve intervenções mais significativas. O bloco ortogonal de dois pavimentos sobre

pilotis, concebido segundo uma lógica de racionalidade geométrica e estrutural que lhe conferia extrema sobriedade e oferecia à perspectiva urbana uma austeridade singular, teve sua feição sensivelmente comprometida pela vedação da porção nordeste do pavimento térreo – anteriormente sob pilotis – e pela adição de um terceiro pavimento. Perdeu-se muito da leveza do edifício devido às duas alterações que representam, em última análise, interferências prejudiciais à sua lógica formal original e denunciam a falta de critério no que diz respeito à ampliação e atualização das instalações da UFC.

**Antigo Departamento de Cultura - Atual Pró-Reitoria de Extensão.
Arquiteto José Liberal de Castro**

O edifício conserva a maior parte de sua feição original. No que se referem à volumetria, as intervenções foram a substituição das esquadrias de fechamento do salão de exposições que se situava na porção inferior esquerda do bloco por um pano de alvenaria com poucas aberturas e a mudança das esquadrias originais em madeira e vidro e venezianas por esquadrias de alumínio e vidro.

A edificação passou também por pequenas intervenções para a inserção de equipamentos de ar-condicionado e dutos de instalações elétricas e de lógica. O caráter das reformas prejudica a implantação austera pretendida originalmente. A noroeste da edificação foi implantado um anexo fora do ângulo de visão da Avenida da Universidade, sem qualquer relação com o original, tanto do ponto de vista da linguagem como dos materiais ou princípios estruturais e construtivos.

**Pavilhão Reitor Martins Filho – Departamento de
Arquitetura e Urbanismo. Arquitetos Gerhard Bormann e
Nícia Paes Bormann**

As esquadrias em venezianas de madeira foram substituídas por esquadrias de madeira e vidro. O espaço interno passou por alterações drásticas com a inserção de alvenarias anulando a leveza do partido. Atualmente, a construção de um novo galpão de alvenaria e estrutura metálica, para ampliação das dependências físicas do Departamento de Arquitetura e Urbanismo compromete irrefletidamente a escala singela e acolhedora do conjunto primitivo.



Antiga Escola de Engenharia



Antiga Escola de Engenharia

Vedação da porção nordeste do pavimento térreo – anteriormente sob pilotis - e pela adição de um terceiro pavimento

Substituição das esquadrias de fechamento do salão de exposições que se situava na porção inferior esquerda do bloco por um pano de alvenaria com poucas aberturas e a mudança das esquadrias originais em madeira e vidro e venezianas por esquadrias de alumínio e vidro.

Inserção de equipamentos de ar-condicionado e dutos de instalações elétricas e de lógica.



Antigo Dep. de Cultura



Antigo Dep. de Cultura



Antigo Dep. de Cultura



Antigo Dep. de Cultura



Antigo Dep. de Cultura

Substituição das esquadrias em venezianas de madeira por esquadrias de madeira e vidro.

Novo galpão de alvenaria e estrutura metálica alterando a escala do conjunto primitivo.



Pavilhão Reitor Martins Filho



Pavilhão Reitor Martins Filho

Atuais anexos da Reitoria da UFC e Cursos do Departamento de Ciências Sociais

As intervenções recentes nos edifícios dos Institutos Básicos de Química, Matemática e Física - atuais anexos da Reitoria da UFC e Departamento de Ciências Sociais - projeto do arquiteto José Liberal de Castro, alteraram sobremaneira seus espaços internos. A transformação de ambientes originalmente destinados a salas de aula em áreas administrativas impuseram uma severa compartimentação e o surgimento de numerosas instalações elétricas, telefônicas, de dados e de ar-condicionado.

Originalmente concebido para funcionar com ventilação e iluminação naturais – daí o uso de varandas e grandes aberturas em venezianas de madeira – o edifício apresenta, após a mudança de usos, aspecto menos vazado, por vezes excessivamente maciço. Muitas das esquadrias foram fechadas por panos cegos de alvenaria.

O bloco situado paralelo à Avenida da Universidade apresenta, ainda, a feição volumétrica original, tendo sido alterados seus primeiros revestimentos. Internamente, à semelhança dos blocos transversais, passou por várias intervenções em função da inserção de instalações requisitadas pelos novos usos. A compartimentação interna foi alterada por meio da inserção de divisórias leves para a criação de novas salas de aula a partir da subdivisão das existentes. Vários painéis de cobogós foram vedados pela instalação de esquadrias de alumínio e vidro com a finalidade de permitir o uso de ar condicionado. O aspecto improvisado das atualizações é evidente.

Centro de Estudantes da Universidade

Além destes edifícios que seguem o roteiro do inventário realizado, não podemos deixar de mencionar as radicais alterações pelas quais passou o antigo edifício do Centro de Estudantes da Universidade (CEU). Elas são de tal monta que não há possibilidade de os autores do projeto reconhecerem o risco original. E se já não bastasse a total descaracterização do edifício, a quadra desportiva do CEU recebeu recentemente uma cobertura em estrutura metálica que



Anexos da Reitoria e
Dep. de Ciências Sociais

Aspecto improvisado nas intervenções em função da instalação do sistema de refrigeração.

Radicais alterações pelas quais passou o antigo edifício do Centro de Estudantes da Universidade (CEU).



Centro de Estudantes da Universidade (CEU)



Coberta em estrutura metálica da quadra desportiva do CEU

compromete não só a sua arquitetura original como o seu entorno. Aqui, o que se critica não é a necessidade de uma cobertura e sim o próprio risco, a qualidade do projeto.

As futuras ações

O livro que agora se publica, muito mais que expressão de um inventário, abre espaço para o franco debate sobre o destino do acervo de arquitetura modernista da UFC, levantando a possibilidade de uma ação de urgência que venha barrar outras futuras alterações em suas volumetrias e nos seus espaços internos. A despeito das intervenções, excetuando-se a antiga Escola de Engenharia e o edifício do antigo CEU, lembramos que os demais edifícios do *Campus* do Benfica ainda apresentam a estrutura formal que lhes conferiam identidade na década de 60 do século XX, o que facilita os projetos de restauro e conservação. Também o resgate dos desenhos originais pelo Inventário da Arquitetura Moderna Cearense (1ª Fase) contribui para as possíveis restaurações dos edifícios. Em suma: faz-se necessário executar uma ação concatenada e objetiva, em várias frentes, para a efetiva salvaguarda de uma coleção de objetos arquitetônicos relevantes e mal cuidados, registro da produção de uma geração de arquitetos que colocaram o Ceará no mapa da arquitetura moderna brasileira.

Notas

¹ Tópico transcrito do texto A Universidade e a Cidade - Por Uma História da Arquitetura Moderna da Universidade Federal do Ceará. Anais... DOCOMOMO Brasil, Anais... 2009.

² A Prefeitura Municipal de Fortaleza contrata o trabalho dos arquitetos urbanistas Hélio Modesto e Adina Mera para realização de um plano urbanístico visando controlar o crescimento indisciplinado da cidade.

³ Avenida da Universidade, antiga Avenida João Pessoa.

⁴ O Ed. Palácio Progresso, projeto dos arquitetos José Liberal de Castro e Neudson Braga, integrando-se “à paisagem urbana através da extensão dos pisos da circulação externa e do bar à passarela de pedestres e veículos sobre a calha do riacho pajeú”. Além de sua implantação, “a proteção solar” que “se faz a partir da modulação regular de elementos horizontais e verticais das fachadas norte e sul” (ANDRADE, DIÓGENES, DUARTE JR., 1996, p. 74) ainda chama atenção da paisagem construída no centro da cidade de Fortaleza. Esta trama é uma referência clara aos brise-soleil móveis da fachada norte do edifício do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro.

⁵ Já o anexo do Colégio Cearense, também projeto do Arquiteto José Liberal de Castro, resulta de um único edifício construído, dotado de pilotis e que define áreas de convívio de diferentes escalas com as antigas construções. As salas de aula, iluminadas por guilhotinas em madeira e vidro, são alcançadas por circulações – varandas abertas para o sul (ANDRADE, DIÓGENES, DUARTE JR., 1996, p. 74).

⁶ “a partir da década de 1950, o cálculo estrutural e a técnica do concreto armado alcançaram grande desenvolvimento, graças a alguns fatores relevantes, tais como a fundação da Escola de Engenharia, em 1956 e a presença de profissionais especializados de engenharia e arquitetura, que proporcionaram notável impulso às construções na Cidade.” (DIÓGENES, 2001, p. 112).

⁷ De acordo com Campello (2001, p.15), “na arquitetura brasileira da fase áurea do movimento modernista – como se convencionou chamar o período iniciado na década de 1930 -, a força inventiva e a originalidade de seus exemplos mais expressivos não se prendiam a concepções espaciais complexas ou soluções funcionais sofisticadas, nem se sujeitavam a sistemas construtivos impostos pela estandardização e outros conceitos ortodoxos. Nosso processo de industrialização era, então, incipiente e o movimento social e político contraditório.”

⁸ Giedeon é citado por Campello (2001).

⁹ Transpomos as observações de Jeudy (1990) sobre as culturas “populares” e “operárias” do início do século XX para a preservação da Arquitetura Moderna. Segundo o autor, “o trabalho sobre a memória ganha então efervescência porque as testemunhas das culturas “populares” e “operárias” do início do século têm idade avançada. Sua morte iminente demanda uma “etnologia de urgência” para a salvação dos seus arquivos ou relatos orais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Margarida Júlia Sales; DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; DUARTE JR, Romeu. Liberal de Castro – DOCUMENTO. **Revista AU (Arquitetura e Urbanismo)**, Pini Editora. n. 65, Ano 11, abr./maio, 1996, p. 73-82.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. **O brilho da simplicidade**: dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2001.

CASTRO, José Liberal de. O Ceará, sua arquitetura e seus arquitetos. **Cadernos Brasileiros de Arquitetura – Panorama da Arquitetura Cearense**. Volume 1. Projeto Editores Associados, 1982.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **Arquitetura e estrutura – o uso do concreto armado em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado). UFC. Fortaleza, 2001.

GIEDION, Sigfrido. O Brasil e a Arquitetura Contemporânea. IN: MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Aeroplano Editora, 1999.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro; FERNANDES, Ricardo; NASCIMENTO, José Clewton do; *et al.* A Universidade e a cidade - Por uma história da Arquitetura Moderna da Universidade Federal do Ceará. **DOCOMOMO BRASIL**. Anais... 2009.

MARTINS FILHO, Antônio. A Missão da Universidade. In MARTINS FILHO, Antônio. **O universal pelo regional. Definição de uma política universitária**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965. p. 63-75.

MARTINS FILHO, Antônio. O papel da Universidade no Desenvolvimento do Nordeste. In: MARTINS FILHO, Antônio. **O Universal pelo Regional. Definição de uma política universitária**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965. p. 113-125.

MARTINS FILHO, Antônio. O papel da Universidade no Desenvolvimento do Nordeste. In: MARTINS FILHO, Antônio. **O Universal pelo regional. Definição de uma política universitária.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965b. p. 113-125.

OLIVEIRA, Joaquim Aristides. **A universidade e o seu território:** um estudo sobre as concepções de campus e suas configurações no processo de formação da UFC. Dissertação (Mestrado). USP, 2005.

O Modernismo Arquitetônico em Fortaleza

*Beatriz Helena Nogueira Diógenes
Margarida Júlia Farias de Salles Andrade*

O artigo se propõe a discorrer sobre a produção da arquitetura moderna na capital cearense, enfocando as principais realizações concebidas até a década de 1970.

Ao analisar esse processo de modernização da arquitetura, entretanto, é preciso retroceder a décadas anteriores, quando se observa a intensificação da dinâmica urbana da cidade, a emergência de novas vertentes da estética arquitetônica (*art déco* e protomodernismo) pautadas pelo progresso, pelo desenvolvimento urbano e pela difusão de novas técnicas construtivas, como o concreto armado e pela introdução de novas legislações urbanísticas.

Na verdade, pode-se afirmar que o modernismo arquitetônico não se implantou de uma só vez, mas fez parte de um processo que se instalou aos poucos, iniciando com os primeiros edifícios construídos já nas décadas de 1930 e 1940, e que já evidenciavam elementos marcadamente modernos.

O trabalho busca focar, inicialmente, o contexto urbano de Fortaleza à época (de 1930 até a década de 1970); em seguida, apresenta, de forma sintética, a produção arquitetônica das décadas de 1930 a 1950, quando surgiram os primeiros exemplares *art déco* e protomodernos¹, bem como a atuação de profissionais que exerciam o ofício da arquitetura antes dos arquitetos, destacando algumas de suas realizações e, por fim, aborda a produção propriamente dita, relativa aos primeiros edifícios concebidos segundo os princípios da arquitetura moderna, de influência marcadamente carioca.

A cidade, seus arquitetos e seus edifícios, portanto, fazem parte deste estudo que procura registrar a produção da arquitetura moderna em solo cearense.

O contexto urbano de Fortaleza nas décadas de 1930 a 1970

As décadas de 1930 a 1950 marcam a aceleração da divisão socioeconômica do espaço de Fortaleza. A produção algodoeira cearense nos anos 1930 aumentou significativamente, mesmo com a grande seca de 1932, destinando-se às usinas de beneficiamento e atendendo à demanda do mercado nacional e internacional. Nessa época, houve a preocupação do Poder Público em elaborar um novo Código de Obras (1932), determinado pela utilização de novas técnicas e pelo desenvolvimento material da cidade, como também com o propósito de realizar o levantamento da planta da cidade.

No campo do urbanismo, data desse período o “Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza”, de Nestor de Figueiredo, elaborado com a finalidade de disciplinar a organização física da cidade. Na ocasião, as favelas proliferavam, em razão do grande fluxo migratório causado pela seca de 1932.² O conseqüente aumento populacional fez crescer a procura por novos espaços urbanos, estimulando o mercado imobiliário.

No ano de 1945, já tendo a cidade uma população de 220.000 habitantes, foi realizado um levantamento aerofotogramétrico pelo Serviço Geográfico do Exército, que originou a “Carta da Cidade de Fortaleza e Arredores”, a qual norteou o futuro Plano Diretor da cidade, de 1947, realizado por Jose Otacilio Sabóia Ribeiro. Esta Carta reflete a expansão urbana fora do perímetro da área planejada por Adolfo Herbster em 1863, estimulada então pela alteração do transporte coletivo na cidade, quando se inicia a substituição gradativa dos trilhos dos bondes por uma malha viária ampla e diversificada, percorrida pelo ônibus.

Estrutura-se então um processo de expansão urbana em duas direções: “de um lado, a ocupação mais efetiva da zona leste pelo setor médio e alto da população; de outro, a zona oeste, ultrapassando a linha do trilho e o vetor sudoeste, cada vez mais povoado por habitações operárias.” (ANDRADE, 1990). Assim, pode-se afirmar que uma estrutura espacial estratificada já se delineia mais claramente na cidade, numa tentativa de isolamento da classe dominante, através de espaços específicos para cada grupo social.

Constata-se nesse período o surgimento de novos agentes³ envolvidos na produção do espaço urbano, principalmente por meio de loteamentos, tais como as imobiliárias José Gentil S/A, em 1933, e outras de Miguel Gonçalves, Álvaro de Castro Correia S/A e Antonio Diogo.⁴

No início da década de 1950, Fortaleza vivencia uma fase de transformações significativas, no que se refere à configuração da sua estrutura urbana. A cidade havia-se consolidado como polo de atração sobre as outras localidades do estado, atraindo grandes contingentes populacionais. Nos anos compreendidos entre 1940 e 1950, o número de habitantes aumentou mais que 50%, passando de 180.185 para 270.169. Essa realidade se acentuaria em 1960, quando se registrou um acréscimo de 66%, atingindo uma população de 514.818 pessoas. Esse crescimento acelerado ocorreu, principalmente, devido aos fluxos migratórios vindos do interior, provocados pelas secas e pela falta de recursos no campo, que expulsava os moradores. Sem uma estrutura econômica e social que absorvesse tal contingente, agravaram-se as diferenças sociais e os problemas urbanos.

Reforçava-se então o papel de Fortaleza como grande centro polarizador e com crescente poder de atração, tendo em vista, sobretudo, seu crescimento econômico, verificado em decorrência da criação de organismos públicos e da instalação de indústrias, conforme a política de industrialização da SUDENE⁵ e dos planos governamentais. A cidade consolida sua hegemonia como importante polo regional de redistribuição de produtos industrializados provenientes do Sudeste e como centro coletor da produção agrícola de sua área de influência. Este cenário confirma sua vocação de polo terciário, ligado ao comércio e serviços que, associado ao processo de industrialização nacional, explica em parte seu crescimento urbano.

Verifica-se então uma significativa expansão da área edificada, que ocorre de forma desordenada, ampliando seus limites e o número de habitantes. A cidade já manifesta alguns sinais de verticalização no centro, estimulada tanto pela valorização fundiária como pela legislação. A área central polariza a maioria das atividades e a praça do Ferreira constitui o cuore principal, por onde transitam as pessoas e para onde converge a sociabilidade da população. É aí que se con-

centram as principais atividades comerciais, os cinemas, os cafés e as mais diversas funções urbanas. Na praça, à época, já existiam o Hotel Excelsior e o Edifício Sulamérica e foram então concluídos o Edifício São Luiz e o Hotel Savannah.

Na década de 1950, a cidade se expandia para o oeste e para leste, mas ainda mantinha uma estrutura monocêntrica, embora já se evidenciassem os primeiros sinais de uma futura descentralização, haja vista a ocupação acelerada do bairro da Aldeota e a presença de alguns clubes sociais na orla marítima, já fora do núcleo central. A Aldeota consolidava-se como reduto das classes mais abastadas:

Nessa época, se acentuaria espacialmente a divisão social e funcional da Cidade, percebida em três grandes setores: o centro administrativo, comercial e financeiro; a zona oeste-industrial e popular e a zona leste – lugar de residência e do lazer das camadas mais favorecidas [...] Acentua-se definitivamente a transferência das classes de maior renda para a Aldeota, que prossegue seu processo de expansão, crescendo agora na direção do mar, pelo bairro do Meireles. (DIÓGENES, 2005, p. 41).

Num intervalo de dez anos – de 1950 a 1960 –, a população de Fortaleza quase dobrou, chegando aos 500.000 habitantes, acréscimo esse decorrente principalmente do fluxo migratório consequente das sucessivas secas. Durante a década de 1960, a cidade se expande e ultrapassa os limites municipais. Aumenta o deslocamento, para leste, das residências da classe mais abastada, e para o oeste, no bairro do Montese. Paralelamente a essa expansão, a cidade cresceu ao longo das antigas estradas de penetração do núcleo urbano (atuais vias radiais), principalmente as de Caucaia, Parangaba e Messejana. O setor de lazer é impulsionado pela abertura da Av. Beira-Mar, em 1963.

Percebe-se, na cidade a existência de um “clima de modernidade”, visível na acentuação do caráter urbano das práticas sociais, na efervescência de manifestações culturais diversas, na adoção de padrões estandardizados de consumo e de comportamento e, sobretudo, na tentativa de criar uma imagem urbana moderna, que caracterizaram a sociedade urbana fortalezense no período 1950-1970. (DIÓGENES & PAIVA, 2007, p. 20).

Com a abertura da beira-mar, em 1963, sugerida pelo Plano Diretor de Fortaleza, elaborado por Hélio Modesto, a orla marítima passou a ser incorporada ao cotidiano da cidade, e se integrar à dinâmica urbana. Entretanto, o mar só passou a desfrutar de maior valorização como lazer, a partir da década de 1970, quando a população de Fortaleza já se aproxima dos 900.000 habitantes. A cidade conhece então uma série de transformações, que abalam a estrutura do centro tradicional, com perda de funções e de autonomia, comprometendo a sua posição hegemônica. Começam a surgir indícios de novas áreas de centralidade, a primeira das quais tem início no bairro da Aldeota.

Os primórdios do modernismo arquitetônico em Fortaleza

O período compreendido entre 1930 e 1950 abriga um ciclo importante e não hegemônico da produção arquitetônica em Fortaleza, o qual antecede o movimento moderno, com o surgimento de construções *art déco* e protomodernistas⁶, com a difusão do concreto armado possibilitando a modernização no campo da arquitetura, a participação dos engenheiros locais no panorama construtivo e as mudanças na legislação, estabelecendo assim as primeiras manifestações de uma nova vertente arquitetônica.

101

Na década de 1930, algumas modificações são introduzidas no aparato de controle urbanístico e edilício do estado, quando se começa a legislar acerca de funções definidas quanto ao zoneamento, à ocupação do solo, ao uso do concreto armado e ao registro de título aos construtores. (ANDRADE, 1999). Essas determinações passaram a vigorar com o Código de Obras de 1932, “quando o concreto armado é destacado em um capítulo, material esse que vai representar a modernização da arquitetura e ao mesmo tempo vai exigir a participação de profissionais, com seus respectivos registros de títulos.” (ANDRADE, 1999, p.2).⁷

No que se refere à utilização do concreto armado, embora as primeiras aplicações no estado tenham sido anteriores à década de 1930, pode-se afirmar que o marco exemplar desse processo é a construção do pavilhão da oficina da Rede Viação Cearense (1931), realizada pelo engenheiro Emilio Baumgart, no qual a estrutura demonstrava “leveza, audácia e arrojo, quando comparada às demais

estruturas de concreto armado então existentes no Ceará.” (DIOGENES, 2010, p.56). Desde então, esse novo material e as técnicas modernas de edificação começam a ser largamente utilizados em diversas obras cearenses, anunciando uma nova etapa na história da arquitetura em Fortaleza.

O desenvolvimento do estado do Ceará, à época, em fase de modernização iniciada com a Revolução de 1930, aliado a novas mudanças no campo da construção civil, não apenas com relação ao concreto, mas também a outros materiais e técnicas, suscitaram a presença na cidade de profissionais especializados, a fim de atender à crescente demanda técnica.

Alguns engenheiros diplomados no sudeste do país vieram então para Fortaleza e aqui se fixaram nas décadas de 1930 e 1940, a fim de responder a essas exigências, contribuindo de maneira significativa para o processo de modernização material da cidade no período, aperfeiçoando os processos construtivos e a mão de obra local. O engenheiro e arquiteto paulista Sylvio Jaguaribe Ekman (1901-1968) foi um deles.

O Escritório do Técnico Sylvio Jaguaribe Ekman teve atuação profícua na cidade nas décadas de 1930-40. Segundo Castro (1989, p. 50),

Sylvio investiu na formação de uma verdadeira escola de mão de obra especializada, inquestionavelmente, sua contribuição técnica e social de importância germinativa maior para os setores locais de construção civil. (CASTRO, 1998, p. 50).

Ekman não só construía, mas também projetava. Foi autor de vários projetos significativos na cidade, como o Edifício Parente, a loja A Cearense, o Jangada Clube, o Edifício Prudência etc., os quais, embora ainda não fossem considerados “modernos”, mas já revelavam traços de uma arquitetura minimalista, em consonância com a nova estética anunciada.

Até a década de 1950, a produção da arquitetura cearense praticamente não contava com a participação de profissionais



Edifício J. Lopes



Antigo Palácio da Polícia (1942), atual Secretaria da Polícia e Segurança Pública



Antigo Clube Iracema, atual Secretaria de Finanças do Município (1940)



Edifício Parente



Edifícios dos Correios



Edifício São Luis



Hospital Cura d' Ars

graduados em Arquitetura. Não havia, até essa ocasião, sequer um arquiteto diplomado.

A maior parte dos projetos arquitetônicos, até então, ficavam nas mãos de leigos⁸, principalmente desenhistas⁹, alguns trabalhando em parceria com engenheiros civis, que se dedicavam ao exercício projetual. Essa fase denuncia, inclusive, um relativo descompasso com relação ao desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira, uma vez que no sul e sudeste do país a década de 1950 corresponde à fase áurea do modernismo arquitetônico.

Havia ainda os “licenciados”, ou seja, aqueles que recebiam o título de arquiteto construtor licenciado, outorgado pelo sistema CREA/CONFEA. Desses, alguns se sobressaíram na concepção de projetos elaborados principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, como Clovis Janja (1982-1975), José Barros Maia, o Mainha¹⁰ (1901-1996) e Emílio Hinko (1901-2001), os quais tiveram ampla atuação nesse período.

Também na década de 1930, abraçando uma ideia de progresso cultivada nas cidades americanas da época e que empolgou o país, sobretudo as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ocorrem em Fortaleza as primeiras tentativas de verticalização urbana, viabilizada também pela legislação, que passou a permitir uma progressiva elevação do gabarito na área central da cidade, onde surgem os primeiros edifícios altos. Esse processo de verticalização foi também consequência direta da intervenção de tres fatores: a tecnologia estrutural, o surgimento do elevador e a especulação imobiliária.

Todos esses edifícios tinham uso comercial¹² e foram construídos no centro da cidade para abrigar salas para escritórios e consultórios médicos, demanda que começava a surgir na época. Como exemplo, podemos citar o Edifício J. Lopes (1935), com sete pavimentos, na Rua Major Facundo, e o edifício da Secretaria de Polícia e Segurança Pública (1942), com cinco pavimentos, Secretaria de Finanças do Município, todos do arquiteto Emílio Hinko¹³; o Edifício Abel Ribeiro (1937), na Rua Floriano Peixoto, o Edifício Parente (1936), de cinco pavimentos, na Rua Guilherme Rocha, projeto de Sylvio Jaguaribe

Ekman; o Edifício Correios e Telégrafos (1933), do arquiteto Santos Neves, o Edifício São Luiz (1937/1959), com doze pavimentos, o Cine Diogo (1940), com nove e o Palácio do Comércio, do francês J. Mounier.

Esses “edifícios altos” constituíram a produção arquitetônica mais simbólica das décadas de 1930 e 1940 e se distinguiram das outras edificações mais pela aparência formal, de acordo com a tendência *art déco*, do que propriamente pela altura. Possuem grande importância na propagação dessa estética, ao manifestarem uma feição “moderna” em sua pureza formal, com predominância da linha reta, embora mantenham ainda vestígios da corrente acadêmica, seja pela implantação tradicional, sem referência à solução em pilotis, seja pela simplificação dos elementos da linguagem clássica, como pilstras e frontões, pela ênfase conferida ao acesso principal e pela predominância de cheios sobre os vazios.

Vale destacar que outros padrões estéticos eram também desenvolvidos por esses projetistas, “consoante seus próprios critérios ou conforme critérios dos proprietários.” (CASTRO, 1989, p.3)¹⁴, mas foi mediante a apropriação da estética do *art déco*, como “símbolo explícito da integração da cidade a um mundo moderno, outrora distante.” (CASTRO, 1997, p. 3)¹⁵ que o panorama construtivo desse período vai dominar.

A década de 1950 vai ser marcada por uma maior aproximação à feição moderna, com a concepção de exemplares protomodernistas, caracterizados pela adoção de volumes puros, racionalidade construtiva associada ao emprego do concreto armado, estrutura independente e abolição da ornamentação figurativa nas superfícies externas.

Nesse período, foi expressiva a participação de engenheiros em projetos arquitetônicos na cidade. Destaca-se, nesse contexto, a atuação de Luciano Ribeiro Pamplona (1921-1968), diplomado em Engenharia na Bahia, no início dos anos 1950. De aguçado senso estético e sensibilidade, atuava como construtor e calculista¹⁶ e também elaborou diversos projetos arquitetônicos, contribuindo com algumas



Edifício da ACI



Tribunal de Contas do Estado do Ceará



Edifício INSS, antigo INPS



Antigo Lord Hotel



Iracema Plaza Hotel



Clube Líbano Brasileiro, já demolido



Apartamento residencial de oito andares e comércio no térreo, localizado na Pedro Pereira esquina com Princesa Isabel

inovações, como a utilização do *brise soleil*¹⁷ em edifícios, introduzindo elementos modernos e acrescentando mudanças, que se distinguiram da produção arquitetônica até então vigente.

É variado o elenco de obras com projeto, cálculo¹⁸ e construção de sua autoria, como a Igreja de Fátima, o Hospital Cura D'Ars, na Rua Costa Barros, o prédio da ACI - Associação Cearense de Imprensa, na Rua Floriano Peixoto, o prédio do INSS, na praça José de Alencar; a sede administrativa da Escola de Engenharia, no Benfica; o Tribunal de Contas e o galpão anexo, na Rua Sena Madureira.

A atuação de Luciano Pamplona, assim como de outros profissionais, confirma a participação de engenheiros construtores no panorama arquitetônico da cidade até o final da década de 1960. Este contexto é acentuado com a fundação da Escola de Engenharia¹⁹ em 1956.

Outras obras construídas nesse período também possuem relevância como representantes da estética protomodernista, mesmo que não se possa identificar a autoria dos projetos, como o Lorde Hotel, na praça José de Alencar, Iracema Plaza Hotel, o Clube Líbano Brasileiro, na Rua Tibúrcio Cavalcante, o conjunto de edifícios residenciais na Av. Monsenhor Tabosa, do grupo Jereissati, Edifício de Apartamentos na Pedro Pereira e Abrigo Central.

Marcado por linhas aerodinâmicas, com cantos curvos, constitui expressivo exemplo da arquitetura protomoderna, destruída na década de 1940.

A arquitetura moderna cearense

O panorama arquitetônico cearense conhece mudanças substanciais a partir do final da década de 1950, quando retornam à Fortaleza arquitetos diplomados em outras cidades do país, principalmente Recife e Rio de Janeiro, e quando se inicia, de fato, a produção de obras concebidas conforme os princípios da arquitetura moderna:

Em meados da década de 1950, jovens arquitetos cearenses, recentemente diplomados, voltam à terra natal

com seus sonhos e compromissos. Formados no Rio de Janeiro e em Recife, trazem para o Ceará o debate sobre a arquitetura e o urbanismo modernos praticados naqueles centros e nas grandes cidades do mundo, o que para nós, nessas latitudes, era praticamente desconhecido. (ANDRADE, DIÓGENES & DUARTE JR., 1996, p.74).

Liberal de Castro, Neudson Braga, Roberto Villar de Queiroz, Enéas Botelho, Luís Aragão, Marrocos Aragão, José Armando Farias e Ivan Brito protagonizam o início da prática profissional do arquiteto na cidade, marcando com suas diferenciadas contribuições a produção do espaço construído no estado, concebendo projetos que constituem, ainda hoje, um legado de enorme valor.

Esses profissionais, na condição de pioneiros, enfrentaram as limitações materiais e dificuldades iniciais na afirmação da profissão. Estabelecem-se em escritórios próprios e iniciam sua atividade profissional, numa cidade que não tinha o hábito de contratar arquitetos para seus projetos. As primeiras realizações, na sua maioria residências, são encomendas de parentes e amigos.

Em seus primeiros trabalhos, esse grupo de arquitetos utiliza principalmente as lições da “escola carioca”, perceptíveis na presença dos pilotis, do bloco vertical, da planta livre e da preocupação constante com a ventilação e insolação naturais, mediante o uso de cobogós e do *brise soleil*. Inaugurava-se, com esses profissionais uma nova postura arquitetônica, pautada no novo senso estético e no domínio de novos procedimentos construtivos da região e na busca da racionalização como diretriz operativa, que iam do risco ao cálculo estrutural.

Essa geração de arquitetos foi responsável por introduzir na cidade um novo fazer arquitetônico. Lastreado em um conhecimento amplo e generalizado acerca da arquitetura, desenvolvem métodos de projeto e representação, inovam na utilização de materiais e técnicas construtivas, põem em evidência uma linguagem arquitetônica de caráter mais erudito, notadamente dentro dos cânones modernistas de herança carioca, consequência da procedência de sua formação, além de inaugurar o diálogo com outros profissionais ligados



Abrigo Central

à construção civil, sobretudo os calculistas, a fim de garantir a viabilidade e a legitimidade de aplicação dos seus princípios. (DIÓGENES & PAIVA, 2007, p. 21).

Fazem parte da produção arquitetônica deste período, além de várias residências unifamiliares, obras de grande significado para a cidade, como o Edifício Palácio Progresso²⁰, emblema da racionalidade aplicada a edifícios verticais, o Anexo do Colégio Cearense²¹ (1967), construído sobre pilotis, o Clube dos Diários²², o Estádio Castelão²³, que reuniu um verdadeiro time de arquitetos²⁴ na sua concepção e os diversos edifícios da UFC.

A criação da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1954, pelo então reitor Antônio Martins Filho, constituiu fator determinante para o desenvolvimento do panorama arquitetônico da cidade, mediante a produção de parte dessa primeira geração de arquitetos, como Liberal de Castro, Ivan Brito e Neudson Braga, que elaboraram projetos diversos para os novos edifícios da universidade recém-fundada, no *campus* do Benfica.

Com o lema "O Universal pelo Regional", o Reitor Antonio Martins Filho, idealizador e fundador da instituição, afirmou o compromisso com as transformações modernizadoras da nação, associando a importância de uma rede de universidades públicas e gratuitas comprometidas com um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Para Fortaleza, a criação da Universidade significou ainda mais. Possibilitou a atuação de uma primeira leva de arquitetos modernos. (JUCÁ NETO *et al.*, 2009).

107

A atuação desses profissionais, ao aderir ao vocabulário moderno, nacional e internacional, inseriu a cidade no cenário da produção da arquitetura moderna brasileira. Seguindo os princípios modernistas, os projetos dos edifícios da UFC são concebidos ajustados ao novo ideário, utilizando-se das lições da chamada "escola carioca".

A maioria das edificações apresentava dois ou três pavimentos, modulação estrutural, planta livre e a preocupação constante com a ventilação e insolações naturais, traduzidas no manuseio do cobogó. Dentre outros, destacam-se o edifício da Residência Universitária,

o da Pró-Reitoria de Extensão (antigo Departamento de Cultura da UFC), o edifício dos anexos da Reitoria da UFC (antigos Institutos Básicos), a Imprensa Universitária e o edifício da antiga Escola de Engenharia (atual curso da Ciência da Informação e Comunicação Social).²⁵

Em linhas gerais, estas edificações guardam da concepção moderna a expressão máxima da estrutura de concreto armado segundo a modulação construtiva; a utilização de elementos de proteção solar e painéis vazados de cobogós associados aos panos de esquadrias generosos; a predominante horizontalidade, frequentemente marcada pelo uso de pilotis e tetos planos e o despojamento dos materiais com vistas à feição austera preconizada pela natureza da instituição. Do ponto de vista da cidade, participam de modo emblemático da construção da paisagem construída do bairro do Benfica, consolidando a imagem da Universidade no espaço urbano de Fortaleza. Esse conjunto de edifícios constitui importante acervo da primeira fase da arquitetura moderna cearense.

Em meados da década de 1960, a complexidade dos problemas urbanos decorrentes do crescimento indisciplinado da cidade, aliada à necessidade de sistematização dos conhecimentos referentes à arquitetura e urbanismo, motivou a criação da Escola de Arquitetura da UFC, em 1964. Fundada por iniciativa do reitor Martins Filho, tem como primeiro diretor o arquiteto paulista Hélio Duarte, professor da Universidade de São Paulo. Fizeram parte da comissão de instalação da Escola os professores José Liberal de Castro, Neudson Braga, Ivan Brito e José Armando Farias.

A fundação da Escola serviu como ponto de inflexão na transformação da produção arquitetônica e na introdução da arquitetura moderna em Fortaleza. O curso de Arquitetura era reconhecido como o grande centro de referência cultural da Universidade e da cidade e seus méritos foram logo reconhecidos quando uma equipe de alunos²⁶ conquistou a Medalha de Ouro na Bienal de São Paulo, em 1969.

A Escola dispunha, à época, de uma biblioteca que constituía fonte fecunda de consulta, repleta de livros recém-editados e revistas

especializadas, que forneciam aos estudantes e arquitetos atualização profissional, pois passavam a ter ciência das últimas realizações internacionais.

Com a criação da Escola de Arquitetura, a partir de 1969, o Ceará passa a contar anualmente com novo contingente de profissionais, com vinte arquitetos diplomados a cada ano, iniciando-se uma nova fase na arquitetura cearense. A cidade de Fortaleza conheceu então grande impulso na produção de obras realizadas de acordo com projetos elaborados por arquitetos.

Com a fundação da escola, estavam lançadas as bases para a consolidação e o reconhecimento da arquitetura e do arquiteto, uma vez que o ensino proporcionava, além da produção do conhecimento, formação profissional, ética, política e cultural. (DIÓGENES & PAIVA, 2007, p. 23).

Novas contribuições vêm juntar-se à dos pioneiros, provenientes da atuação projetual e didática dos arquitetos Marcílio Luna, Reginaldo Rangel, Gerhard Bormann e José e Francisco Hissa, esses também diplomados em Recife e no Rio de Janeiro. Alguns dos egressos das primeiras turmas vão igualmente trilhar os caminhos do ensino da Arquitetura, como Paulo Cardoso, Fausto Nilo e Nearco Araújo.

Esse profissionais, juntamente com a primeira geração de arquitetos que aqui chegaram, foram responsáveis por introduzir na cidade uma nova concepção relacionada aos princípios estéticos, espaciais e construtivos, próprios do ideário moderno, estabelecendo uma nova linguagem na arquitetura local, além de propiciar, com sua postura profissional e ética, a valorização do papel do arquiteto.

Na década de 1970, o ambiente da cidade de Fortaleza era extremamente favorável para o desenvolvimento do modernismo arquitetônico, devido ao acelerado crescimento urbano e o consequente aumento da demanda por projetos, muitos dos quais de obras públicas, passando a ser então amplamente assimilada pela clientela local, na sua maioria formada por profissionais liberais. Consolida-se assim a afirmação da produção arquitetônica erudita na capital.

Nesse contexto, destaca-se a produção dos arquitetos formados na Escola de Arquitetura da UFC, que passaram a atuar na cidade, e também de outros, como José da Rocha Furtado Filho, diplomado em 1968 na FAUUSP e Roberto Martins Castelo, formado na UNB em 1969. É significativa a contribuição desses profissionais, não só pela atividade didática, como também pelos projetos relevantes que realizaram na cidade. Do trabalho conjunto, resultaram obras de relevante interesse, dentre os quais se destacam inúmeras residências, e a obra mais significativa, a Assembleia Legislativa do Ceará, projeto elaborado em 1972.

Diferentemente da primeira geração de arquitetos chegados na cidade, herdeiros diretos da escola carioca, e que enfrentaram as dificuldades iniciais na afirmação da profissão, estes já encontraram o caminho aberto para introduzir inovações, orientadas principalmente pelas referências formais e construtivas da chamada “escola paulista.”²⁷

Em seus projetos, procuram conciliar a matriz dos modelos produzidos por essa vertente, com as condições locais, na tentativa de produzir, a partir de então, uma arquitetura peculiar, de feição moderna, mas fortemente marcada pelos aspectos próprios do nosso clima e materiais.

A década de 1970 testemunha ainda a atuação de arquitetos em projetos públicos, como é o caso de inúmeras agências bancárias, os edifícios-sede de órgãos públicos como as duas sedes do DNOCS, do arquiteto Marcílio Luna, as Secretarias do Centro Administrativo do Cambé, com obras regidas segundo o Plano Diretor proposto pelos arquitetos José e Francisco Hissa, a sede do Dentel, dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, a Rodoviária João Thomé, do arquiteto Marrocos Aragão, o prédio do Banco do Nordeste, de Campelo Costa, Nelson Serra e José Alberto Almeida, e o edifício da Teleceará, dos irmãos Nasser Hissa. Destacam-se ainda neste período o projeto da Biblioteca Central e do Restaurante Universitário do *campus* do Pici, projeto do arquiteto e professor Nearco Araújo.



Assembleia Legislativa do Ceará



Antiga sede do DENTEL

Dois fatos relevantes marcaram o fim da década de 1970, no que concerne à cidade e à arquitetura; o primeiro se refere à Lei de Uso e Ocupação do Solo - O Plano Diretor Físico de 1979 – Lei Nº 5.122-A, que desencadeou o processo de verticalização efetivo de Fortaleza, ao ampliar os índices de aproveitamento e permitir gabaritos mais altos em várias áreas da cidade. A produção do espaço urbano sofreu então transformações significativas, que resultaram na remodelação de lugares específicos em consonância com a nova dinâmica urbana de Fortaleza. O outro fato se relaciona à organização dos escritórios de arquitetura, estruturados para atender às novas demandas de projetos ligados ao setor imobiliário, em função da mudança da legislação.

Diante do que foi citado, traduz-se como incontestável a importância da contribuição dessa geração de arquitetos, cuja produção é marcada pela síntese dos princípios da arquitetura moderna e das especificidades e valores culturais locais; e manifestada nos diversos edifícios da cidade, nas intervenções urbanas, na atividade de ensino e no conhecimento produzido sobre a nossa arquitetura e o urbanismo.

Por outro lado, há que se atentar para o fato de que grande parte desse patrimônio edificado da nossa cidade vem sendo progressivamente descaracterizado ou destruído. Inúmeras residências modernistas já desapareceram e diversos edifícios públicos têm sofrido alterações sem qualquer critério preservacionista, comprometendo esse importante legado arquitetônico.

Notas

¹ A tendência *Art déco* teve seu momento culminante no ano de 1925, quando foi realizada, em Paris, a Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, tendo-se disseminado posteriormente em várias manifestações na Europa e nas Américas. Cabe esclarecer que, neste artigo, considera-se o *art déco* e o protomodernismo como expressões estéticas diferenciadas. O termo *art déco* não é suficientemente abrangente e apropriado para determinar todas as “iniciativas modernizantes” da arquitetura cearense. Como afirma Fusco, “se a arquitetura da engenharia resolveu a arte na técnica, se o Art Nouveau tentou utilizar os produtos da técnica à mercê da fantasia do artista, o proracionalismo [protomodernismo no Brasil], que coincide com a difusão do concreto armado, aproveita as possibilidades do material para conseguir seu programa de simplificação e de máxima economia.” (DE FUSCO, 1981, p. 62).

² Segundo Sousa (1978), surgem nessa época as favelas do Cercado do Zé Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Lagamar, 1933; Morro do Ouro, 1940 e Varjota, 1945.

³ É significativa também a atuação do Escritório Técnico de Engenharia, Arquitetura, Construções e Urbanismo, Projeto de Cálculo, Construção, Empreitada, Administração, Fiscalização e Construções em geral, dos sócios engenheiros civis: Waldir Diogo Siqueira e Luciano Ribeiro Pamplona e do Escritório Técnico de Projeto e Construções do Engenheiro Civil Sylvio Jaguaribe Ekman, com escritório em Fortaleza e São Paulo.

⁴ Segundo o Cadastro Comercial e Industrial Brasileiro, de 1946.

⁵ SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959.

⁶ A expressão “proracionalismo” é utilizada por De Fusco para designar essa nova estética, em contraposição ao ecletismo então vigente.

⁷ O artigo 63 do Código é bastante claro: “Art.63- Somente se concederá registro de título: aos engenheiros civis, militares, arquitetos e equiparados, que apresentarem diploma passado pelas escolas superiores do país, ou do estrangeiro, oficialmente reconhecidas;

a) aos mestres de obras que provarem sua capacidade para exercer a profissão, com título de institutos nacionais, ou estrangeiros, reconhecidos oficialmente no Brasil.

b) aos mestres de obras sem título, que tenham demonstrado capacidade na execução de obras no Município e evidenciarem em exame especial feito na Prefeitura a competência necessária ao exercício da profissão.

Art.66- Para as construções com estrutura metálica ou as em concreto armado e para as edificações de vulto, que possam comprometer a segurança pública ou particular, só poderão ser admitidos como construtores os profissionais a que se refere a alínea a do art. 63.

⁸ Essa situação era, em grande parte, decorrente da falta de uma escola superior de Arquitetura, que só veio a se concretizar décadas mais tarde, em 1965.

⁹“Os projetos arquitetônicos eram, em grande parte, entregues a desenhistas desprovidos de qualquer formação teórica, sem preocupação com o significado das formas, e cuja produção, sob o ponto de vista estético, deixa a desejar, embora facilmente seja aceita pelos setores emergentes da burguesia local. Há, portanto, um certo retrocesso técnico no que se refere às construções da cidade, em sua maioria cópias mal transcritas de projetos apresentados em revistas profissionais de divulgação, prática surgida no final da Segunda Guerra Mundial e que subsistiria até meados dos anos 60 (DIÓGENES, 2001, p. 100).

¹⁰ José Barros Maia, o Mainha, era figura de elevado comportamento ético, autor de um conjunto de casas de inquestionável feição moderna, na Rua Guilherme Rocha. (CASTRO, 1982, p. 12).

¹¹ Emílio Hinko era húngaro, formado pela escola politécnica de Milão. Foi responsável pela maioria das obras *art déco* da cidade, como o edifício da Secretaria de Polícia e Segurança Pública e o Edifício J. Lopes, no centro da cidade.

¹³ O engenheiro Alberto Sá, diplomado pela Escola de Engenharia, Minas e Metalúrgica de Ouro Preto e pós-graduado na Bélgica, foi responsável pela maioria dos cálculos dos projetos de Emílio Hinko, constituindo também contribuição importante da parte dos engenheiros construtores no panorama da arquitetura cearense.

¹⁴ CASTRO, Jose Liberal. O visual da cidade. In: SECULT. *Fortaleza tempos de guerra*. Fortaleza: Secretaria de Cultura Turismo e Desporto, 1989.

¹⁵ CASTRO, Jose Liberal de Castro. *O Cinema Diogo e a cidade*. Fortaleza, 1997.

¹⁶ O engenheiro Luciano Pamplona foi o primeiro professor da cadeira Concreto Armado da antiga Escola de Engenharia da UFC.

¹⁷ *Brise Soleil* - “elemento arquitetônico de proteção com a finalidade principal de interceptar os raios solares quando estes forem inconvenientes.” (Dicionário de Arquitetura Lemos & Corona).

¹⁸ São de sua autoria os cálculos estruturais da Igreja N. S. do Líbano, do Hotel Savannah, da Catedral e do Center Um.

¹⁹ A criação de uma escola de Engenharia incentivou o exercício de atividades acadêmicas de elevado padrão, resultando na formação de construtores e projetistas especializados.

²⁰ O Palácio Progresso foi o primeiro edifício de escritórios de porte da cidade, com franca filiação à escola carioca. Estabelece rígida modulação estrutural, grande repetição de componentes utilizados, dentre outras estratégias de racionalização do processo construtivo. O projeto integrava-se “à paisagem através da extensão dos pisos da circulação externa e do bar à passarela de pedestres e veículos sobre a calha do Riacho Pajeú. A proteção solar se faz a partir da modulação regular de elementos horizontais e verticais das fachadas norte e sul.” (ANDRADE, M., DIÓGENES, B., DUARTE JR. R., 1996, p. 74).

²¹ Projeto do Arquiteto José Liberal de Castro. Resulta de um único edifício construído, dotado de pilotis e que define áreas de convívio de diferentes escalas com as antigas construções. As salas de aula, iluminadas por guilhotinas em madeira e vidro, são alcançadas por circulações – varandas abertas para o sul. (Ibidem., 1996, p. 74).

²² Projeto de José Armando Farias.

²³ A obra foi uma relevante realização arquitetônica do final da década de 1960, em função do porte e do programa. Vale ressaltar a importância do sistema construtivo, composto de sessenta pórticos iguais que determinam a coerência da composição. O projeto do Estádio Estadual Plácido Castelo (Castelão) foi de autoria dos arquitetos José Liberal de Castro, Gerhard Ernst Bormann, Marcílio Dias de Luna, Reginaldo Rangel e Ivan Brito.

²⁴ Liberal de Castro, Reginaldo Rangel, Gherd Bormann, Ivan Brito.

²⁵ Os edifícios fazem parte do Inventário da Arquitetura Moderna de Fortaleza (1ª Fase) realizado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC e IPHAN no ano de 2008.

²⁶ Fizeram parte da equipe vencedora da Bienal os então alunos: Fausto Nilo, Nelson Serra, Nearco Araújo, Eliane Câmara e Flávio Remo.

²⁷ Os projetos concebidos de acordo com os princípios da chamada “escola paulista” caracterizam-se pela sua intenção ética, estética, pela industrialização da construção, pela exploração do concreto aparente, a laje nervurada, o desenho do pilar, sempre justificados como verdade estrutural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Margarida J.F. de S. A Verticalização e a origem do movimento moderno em Fortaleza. In: **DOCOMOMO Brasil**, 3. *Anais...* A permanência do Moderno, São Paulo, 1999.

_____. DIÓGENES, Beatriz H. N. & DUARTE JR, Romeu. “Liberal de Castro – documento”. **Revista Arquitetura e Urbanismo nº 65**. São Paulo: Pini, 1996.

_____. **Onde moram os operários...: vilas operárias em Fortaleza, 1920-1945**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Bahia: FAUBa, 1990.

BORGES, Marília Santana. “As transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940”. In: **Anuário Arquitetura Cearense 2007**. Fortaleza: IAB, Expressão Gráfica, 2007.

_____. **Quartirão sucesso da cidade: o Art Déco e as transformações arquitetônicas na Fortaleza de 1930 e 1940.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) São Paulo: FAUUSP, 2006.

CALS, Maurício. **O centro histórico de Fortaleza/Ensaio Fotográfico.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2002.

CASTRO, José Liberal de. "Ceará, suas arquiteturas e seus arquitetos". In: **Cadernos Brasileiros de Arquitetura - Panorama da Arquitetura Cearense.** São Paulo: Projeto, 1982, p. 68-71.

_____. Sylvio Jaguaribe Ekman e a arquitetura da sede do Ideal Clube. **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, n. 112, p. 27-72, 1998.

_____. "A fundação do IAB". In: **Anuário Arquitetura Cearense 2007.** Fortaleza: IAB, Expressão Gráfica, 2007.

DE FUSCO, Renato. **Historia de la arquitectura contemporânea.** Madrid, Blume Ediciones, 1981

DIÓGENES, Beatriz H. N. **Arquitetura e Estrutura – o uso do Concreto Armado em Fortaleza.** Fortaleza: SECULT, 2010.

_____. **A centralidade da Aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) São Paulo: FAUUSP, 2005.

DIOGENES, Beatriz H. N. & PAIVA, Ricardo A. "Arquitetura e Cidade – a Fortaleza dos anos 1950-1970". In: **Anuário Arquitetura Cearense 2007.** Fortaleza: IAB, Expressão Gráfica, 2007.

_____. "Caminhos da Arquitetura Moderna em Fortaleza: a contribuição do professor arquiteto José Liberal de Castro". In: **DOCOMOMO BRASIL: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente.** 9, Anais... Brasília, 2011.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro *et al.* "A Universidade e a cidade – por uma história da arquitetura moderna da Universidade Federal do Ceará". In: **Seminário Docomomo Brasil: Cidade Moderna e Contemporânea: síntese e paradoxo das Artes**. 8, *Anais...* Rio de Janeiro, 2009.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro *et al.* "A Universidade Federal do Ceará (UFC) e a cidade de Fortaleza". In: **SEMINÁRIO DOCOMOMO NORTE NORDESTE**. 3, *Anais...* João Pessoa, 2010.

SOUSA, Maria Salete de. "Fortaleza uma análise da estrutura urbana". In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 3. *Anais...* AGB. Fortaleza, 1978.

A Preservação do Patrimônio Modernista do Ceará

Romeu Duarte Júnior

“Cansei de ser moderno, agora quero ser eterno”
Carlos Drummond de Andrade

Em todo o mundo, assiste-se ao espetáculo da ampliação do campo do patrimônio cultural. Assim como acontece com seu público, o patrimônio se expande tipológica, cronológica e geograficamente, alargando suas fronteiras e realçando expressões ainda não valorizadas, gerando, nessa esteira, novos problemas e novas soluções. Nos últimos anos, uma de suas maiores proezas tem sido a preservação das expressões arquitetônicas e urbanísticas daquele movimento que, surgido na passagem do século XIX para o XX e impulsionado pelo progresso industrial e o funcionalismo, opôs-se à história e à memória das cidades desde o seu nascedouro: o Modernismo.

De fato, tendo como ícone máximo a higienista Carta de Atenas (1933), como forças motrizes os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs e como figuras exponenciais Le Corbusier, Mies Van der Rohe, Siegfried Giedion e Walter Gropius, o Movimento Moderno nunca demonstrou maior consideração para com a arquitetura e a cidade do passado, sendo conhecidos e lamentados os resultados dos seus esforços no redesenho de inúmeras áreas urbanas relevantes no mundo, em que o verbo renovar significou, no mais das vezes, destruir. Mesmo assim, houve tentativas no sentido de transformar a “ação comunicativa” do Modernismo de um mero e repetitivo International Style em favor de expressões construídas à luz da natureza e da cultura dos locais onde se buscava implantar, de que são exemplos as heroicas contribuições do TeamX.¹

Em nosso país, o Modernismo, de corte corbusiano, tomou rumos diferentes. Conduzido por sujeitos responsáveis, ao mesmo tempo, pela renovação das artes e pela preservação do acervo construído, talvez pelo fato de existirem poucos cérebros e braços aptos a tarefas tão complexas, foi empregado, no início da década de 1930,

como ferramenta para a modernização da arquitetura, esta então ainda presa a modismos e estilos. Tendo como principais mentores os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a arquitetura modernista brasileira deu seus primeiros passos na reforma empreendida pelo primeiro em 1929 na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, fortaleceu-se nas escolas carioca e paulista, foi reconhecida internacionalmente como elevada produção cultural, atingiu seu ápice com a construção de Brasília e diversificou-se em versões adaptadas às características culturais e naturais das regiões do país.

No Ceará, o Modernismo foi introduzido em meados da década de 1950 por arquitetos que, tendo cumprido sua formação acadêmica no Rio de Janeiro ou em Recife, retornaram ao torrão natal para dar início à sua atuação profissional. Eram tempos difíceis aqueles: em nossa terra, a arquitetura e o urbanismo ainda se constituíam em hipóteses longínquas, imperando o trabalho de leigos e práticos. Não se compreendia muito bem qual o mister desenvolvido por esses novos técnicos, se ligado às lides do projeto ou aos afazeres do canteiro de obras. Por outro lado, o Estado se modernizava, assim como a iniciativa privada, ambos reclamando soluções espaciais inovadoras. Conformado inicialmente por profissionais majoritariamente ligados ao serviço público e sem maiores contribuições de arquitetos egressos de outros estados, o grupo pioneiro foi ampliando gradativamente seu número de integrantes e tomando contato com a complexidade e variedade dos diversos nichos da profissão, construídos ao mesmo tempo em que também se complexificava nossa estrutura social. Contando com um corpo docente formado pelos primeiros modernistas, a Escola de Artes e Arquitetura da Universidade Federal do Ceará – UFC (atualmente curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC - CAUUCF), criada em 1965, reforçou o movimento ao tempo em que, pela abertura de horizontes culturais que propiciou e em meio a um ambiente crítico no qual o próprio Modernismo se via em crise, também contribuiu para que outras vertentes arquitetônicas e urbanísticas pudessem ser investigadas e exploradas como recursos expressivos.

Num esforço de periodização, as manifestações do Modernismo em arquitetura, nestas latitudes, quase que totalmente concentradas em Fortaleza, podem ser reunidas num segmento temporal que se estende da chegada dos pioneiros ao final dos anos de 1970, que tem como marco a aprovação da Lei Nº 5.122/A, responsável pela

elevação do gabarito das construções em certas áreas da capital. Suas realizações dão-se na esfera privada (residências e edifícios residenciais) e, em maior número, no âmbito de algumas instituições públicas. Dentre estas, a UFC, inaugurada em 1955, possui o acervo do gênero mais significativo. Com uma história que muitas vezes se confunde com a trajetória das ações de modernização do Estado, a universidade criada por Antônio Martins Filho empregou a linguagem modernista (notadamente a da escola carioca), nos primórdios de sua atuação e para a sua afirmação, como símbolo de desenvolvimento e progresso. Composto por obras projetadas pelos professores do seu curso de Arquitetura e Urbanismo, o acervo da UFC impressiona pelo número e diversidade dos programas edilícios, espalhados nos *campi* do Benfica, Pici e Porangabuçu.

Entretanto, desde os seus primeiros dias e especialmente nos últimos 30 anos, momento em que a Universidade experimentou notável crescimento institucional com correspondente ampliação de sua rede física, esse conjunto edificado vem sofrendo pesados desgastes, o que tem concorrido seriamente para o seu comprometimento. Ampliações, acréscimos, reformas e demolições, intervenções executadas no mais das vezes ao sabor dos eventos e no calor da hora, têm contribuído fortemente para a sua descaracterização, muitas vezes ocasionando perdas irreparáveis. O uso cotidiano dos edifícios e espaços por seus ocupantes, repetido e irrefletido, e uma consideração estreita do acervo, indiferente aos atributos artísticos e estéticos deste, podem ser apontados como os motivos principais desse deletério processo.

Poder-se-ia perguntar: como isso pode acontecer no ambiente dos sábios? Mesmo a cidade dispondo, desde o início do século XX, de arquitetos e urbanistas em seus meios profissionais, não se pode dizer que em Fortaleza, como de resto no Ceará, a arquitetura e o urbanismo conformam um nicho destacado de nossa cultura ou que o patrimônio construído mereça cuidados especiais por parte da comunidade. A improvisação, a onipresente atividade laboral leiga na construção e o desconhecimento da profissão por parte do público impedem a valorização do saber e do ofício específicos e dos seus praticantes. Numa palavra: como as demais manifestações arquitetônicas existentes de interesse cultural, o acervo modernista em Fortaleza corre sério risco de desaparecimento ou, no mínimo, de descaracterização. Por seu turno, refletindo essa superestrutura, apesar de

contar com um curso de Arquitetura e Urbanismo há 46 anos, falta à UFC uma consciência preservacionista relacionada ao seu acervo edificado, bem como uma visão deste como algo situado para além de um mero equipamento de uso diário, manifestação plena de história, engenho e arte.

O quadro é preocupante: intervenções descabidas são levadas a efeito, no mais das vezes, escudadas na autoridade do saber (ou no saber autoritário) de mestres e dirigentes universitários, ao arpejo das teorias e das boas práticas de restauro. De outra parte, os projetos e obras realizados evidenciam a falta de uma maior intimidade dos seus autores com as questões concernentes ao patrimônio cultural edificado, carência esta explicitada no enfrentamento das tarefas de preservação do importante conjunto arquitetônico acadêmico. Igualmente patentes a desconsideração do parque construído como eminente patrimônio e a dificuldade de ler e interpretar a arquitetura pré-existente, ações estas sempre fundamentadas no reconhecimento do valor da constituição físico-espacial das edificações (dimensão material) e do seu projeto (dimensão imaterial). Por fim, a UFC, na contramão de outras universidades brasileiras, não dispõe de uma instância própria de preservação do patrimônio cultural, responsável pelo desenvolvimento de ações preservacionistas (identificação e documentação, proteção e promoção) voltadas aos bens de sua propriedade. Nas outras instituições públicas detentoras de acervos do gênero², o panorama é semelhante.

Ao mesmo tempo, fora dos muros institucionais, se a comunidade não (re)conhece a relevância da arquitetura modernista, as gestões da cidade, historicamente, tampouco têm sido pródigas com a sua valorização e proteção, deixando-a à mercê da especulação imobiliária. Geralmente conformada por residências de bom padrão implantadas em bairros nobres, boa parte da produção dos primeiros modernos encontra-se destruída, desconhecida até mesmo dos arquitetos e dos estudantes de arquitetura. Em recente encontro, um destacado membro desse grupo³, ao referir-se ao assunto, emocionou os presentes ao lamentar sua sina: “sou um arquiteto demolido.”

É inegável que a atual administração municipal inaugurou uma preocupação com a preservação do espaço construído da cidade, tendo realizado alguns tombamentos de edifícios, em sua maior parte públicos e ligados ao Ecletismo. Contudo, os planos diretores de de-

envolvimento urbano, como o atual, nunca fizeram maior referência a esta função, remetendo-a sempre ao órgão federal de preservação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, como se atribuição específica deste fosse. Inexistem levantamentos completos e atualizados, guias, exposições e outras formas de promoção do acervo, que conta apenas com um bem tombado.⁴

Como o autor deste texto é arquiteto, não poderia haver fecho sem um plano ou projeto. Cumpre dar continuidade ao inventário estadual para a identificação e documentação do acervo modernista⁵, o que poderá redundar em publicações e mostras, bem como ampliar o número de edificações protegidas, para isso contando-se com o apoio dos órgãos federal, estadual e municipais de preservação e do Docomomo-BR, representação nacional da instituição voltada à salvaguarda das obras modernistas em todo o mundo. No momento em que os preceitos do Modernismo voltam a ser retomados pelos arquitetos brasileiros, cujos trabalhos ganham premiações e repercussão internacional, é da maior relevância proteger suas manifestações, de maneira a que não se constituam apenas em meras fotografias desgastadas pelo tempo, tristes retratos geométricos marrons.

Notas

¹Grupo de arquitetos reunidos após a dissolução do CIAM com o objetivo de rever criticamente seus conceitos, tendo como principais nomes Jaap Bakema, Georges Candilis, Aldo van Eick e Alison e Peter Smithson.

² No Ceará, além do da UFC, merecem destaque também, dentre outros, os acervos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, do Ministério da Saúde e da Rede Ferroviária Federal – RFFSA.

³ Depoimento do Arq. Neudson Braga, prestado como integrante de banca avaliadora de trabalho final de graduação do CAUUFCE.

⁴ Palácio da Abolição, em Fortaleza, no âmbito estadual.

⁵ Em 2008, o IPHAN-CE deu início a um inventário estadual do Modernismo cearense, com foco no acervo da UFC e na arquitetura residencial.





concha acústica

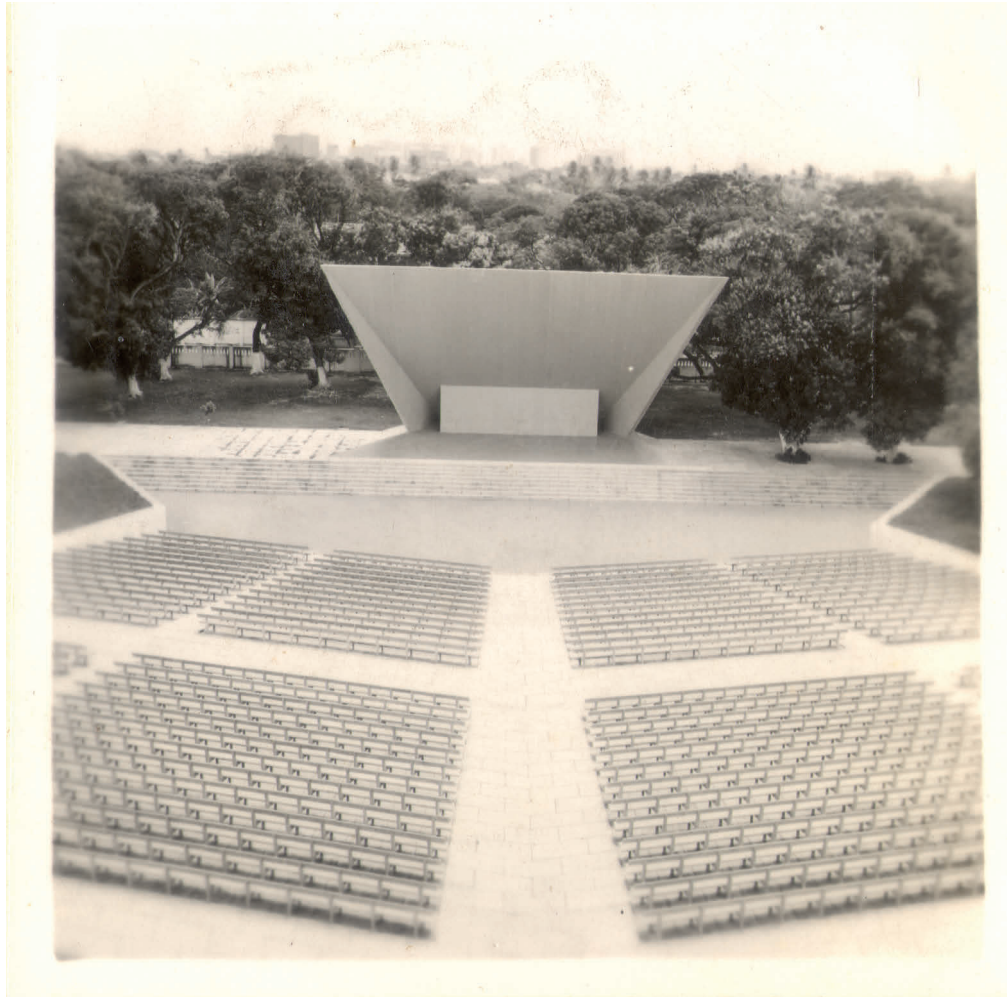
concha acústica

1959

A Concha Acústica da Universidade Federal do Ceará situa-se no *Campus* do Benfica, no mesmo quarteirão onde se acha o prédio da Reitoria. A Concha Acústica está implantada na face norte da quadra. Sua fachada oeste está voltada para o edifício da Reitoria e a norte para a Avenida Treze de Maio.

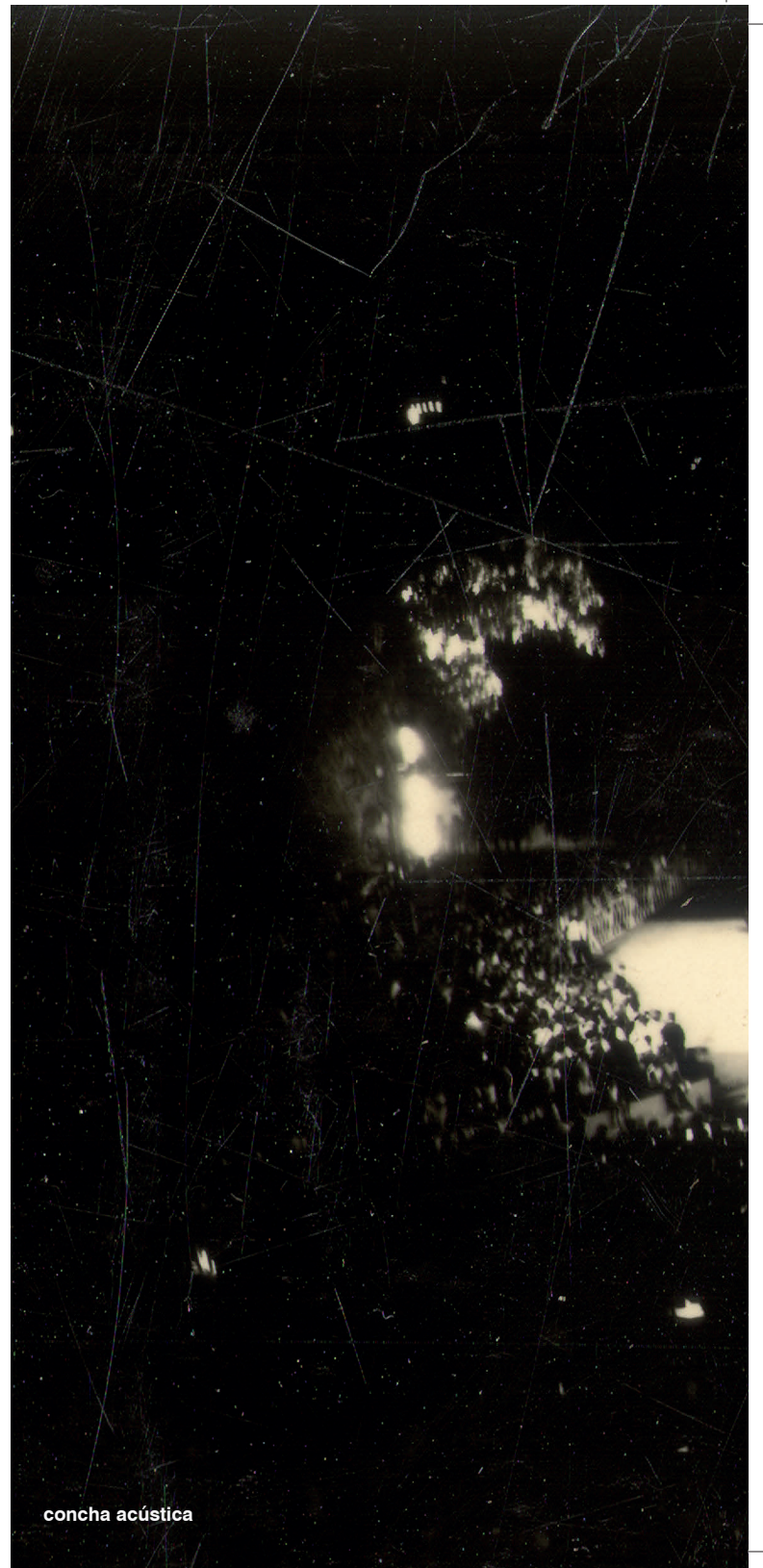
A concha – propriamente dita – tem a forma de uma pá, tomada como plano de reflexão e difusão do som. O programa é composto por palco, arquibancadas e blocos de serviços. A área do palco possui dois pavimentos. No térreo se encontram camarins, banheiros e local para piano. No subsolo, o depósito e a casa de bombas. As arquibancadas dividem-se em quatro módulos e possuem cinco circulações, sendo a do eixo central o principal acesso. Ao lado das arquibancadas encontram-se dois blocos de serviços. Um na parte leste e outro, na oeste. O primeiro abriga os sanitários e o segundo, inicialmente abrigava bar e sanitários masculinos. Atualmente todo o bloco funciona como cantina.

A estrutura de concreto da pá acústica foi calculada pelo engenheiro Aderson Moreira da Rocha, professor catedrático da então Escola Nacional de Engenharia e Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil. A construção ficou por conta do engenheiro Fernando Alcântara Mota, diretor do Departamento de Obras da UFC (CASTRO, 2004, p.207). Os blocos de serviço são de alvenaria de tijolo e os bancos das arquibancadas são de concreto.



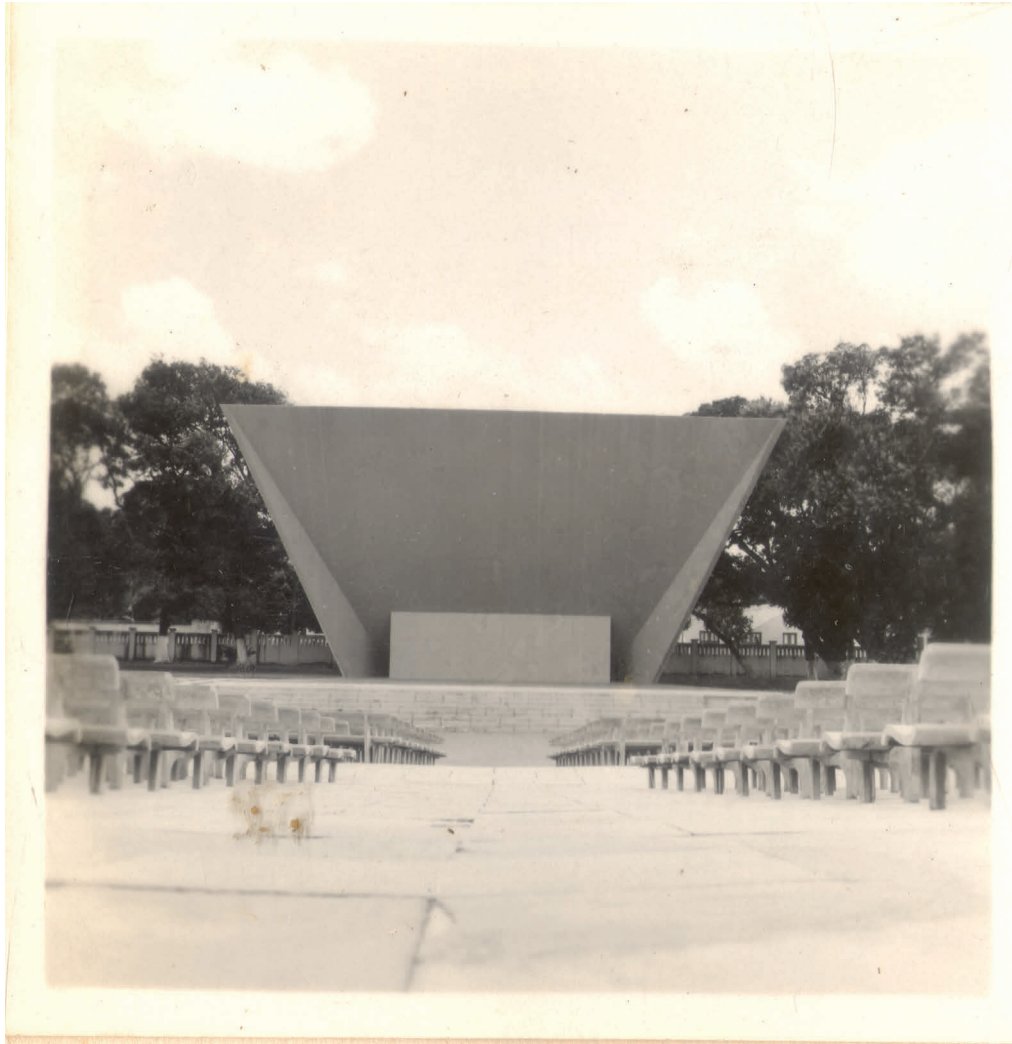
concha acústica

acervo MAUC



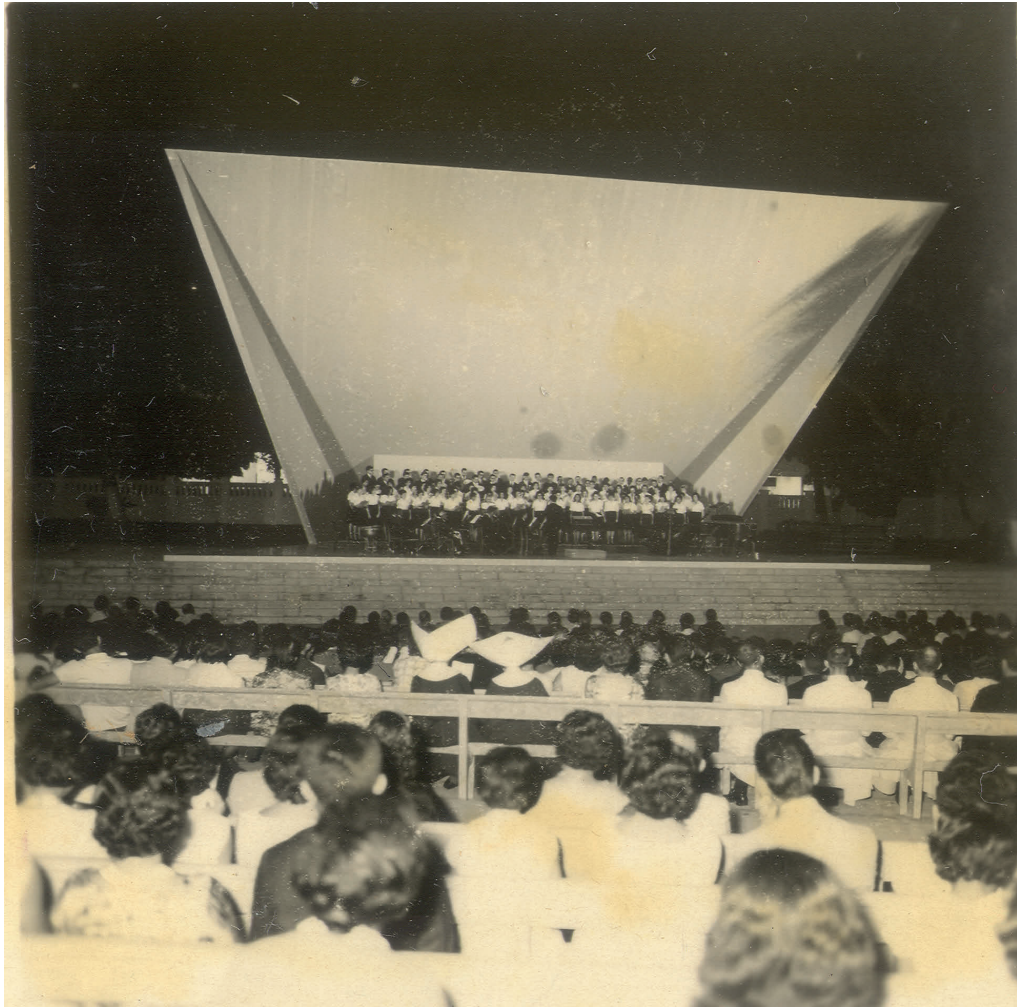
concha acústica





concha acústica

acervo MAUC

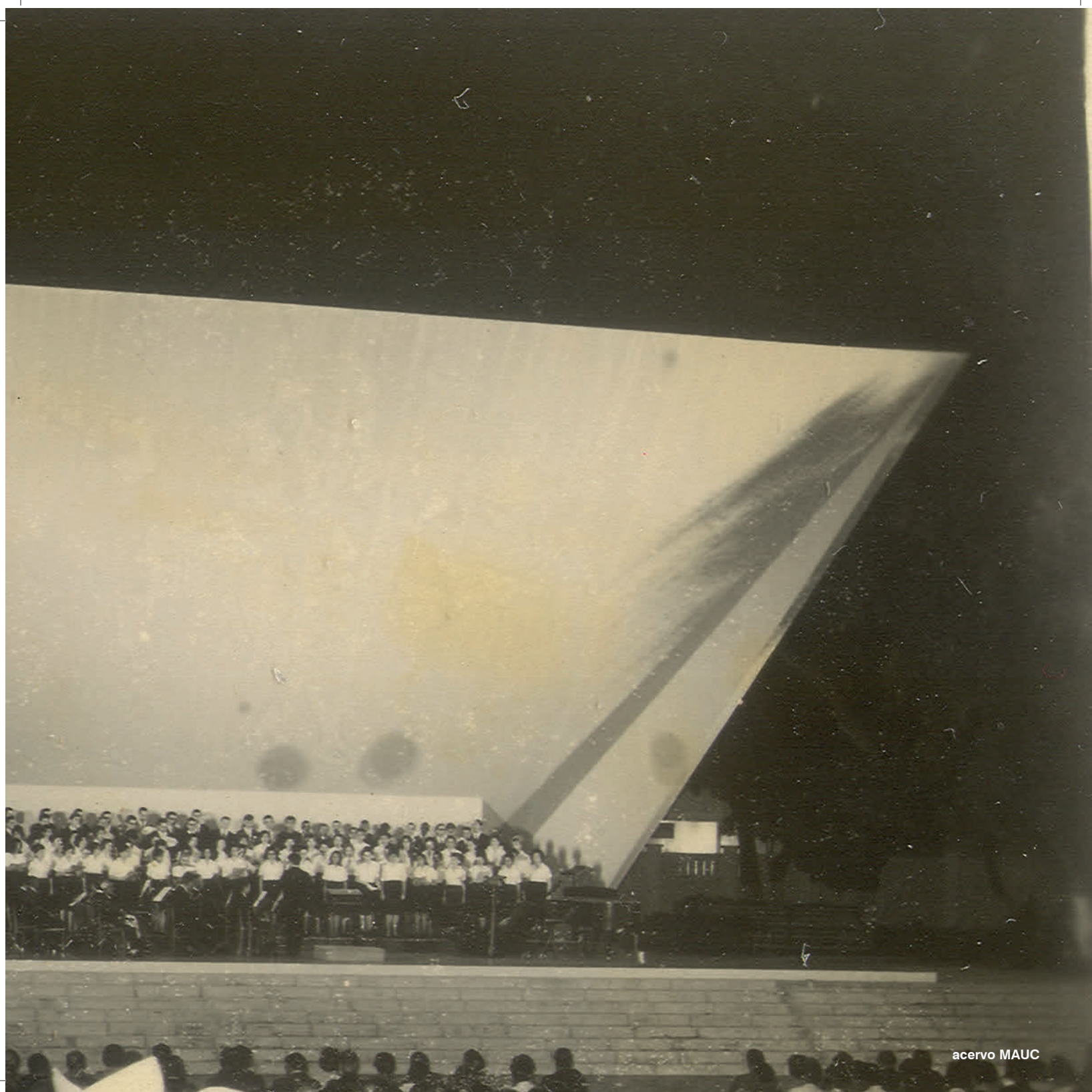


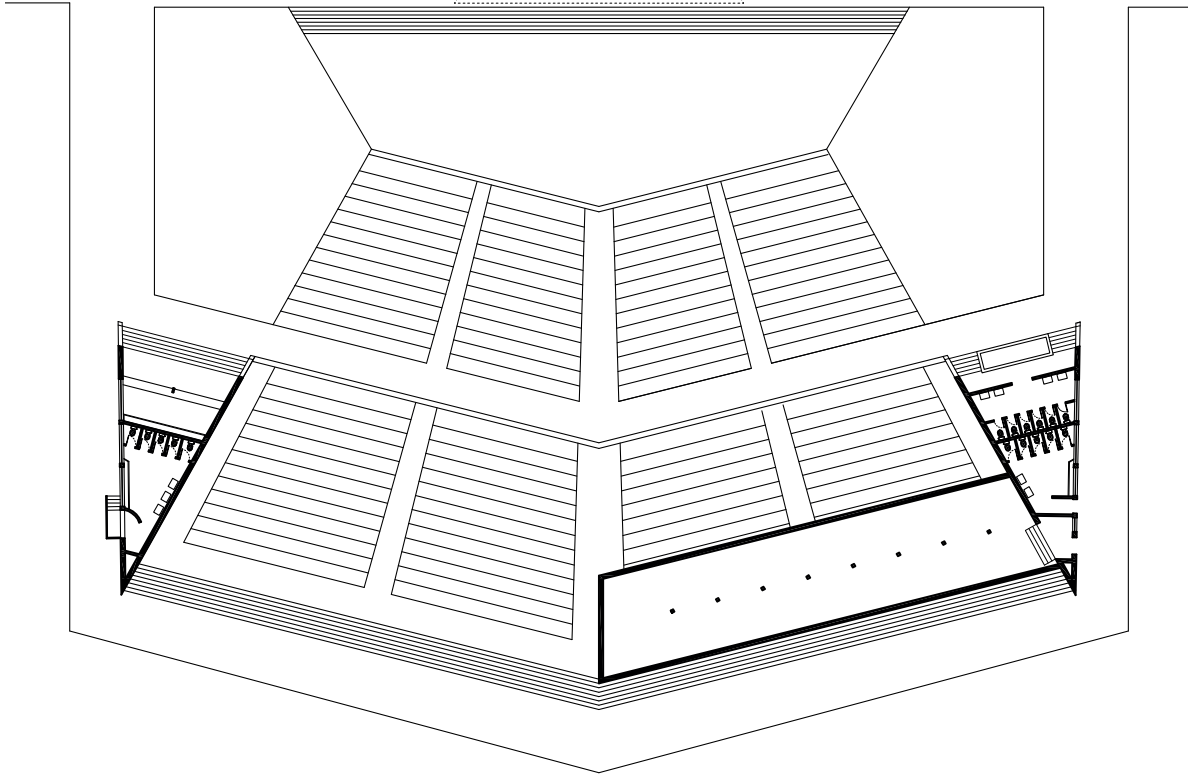
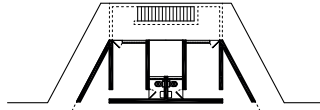
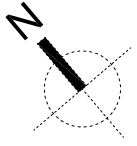
concha acústica

acervo MAUC



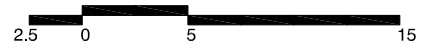
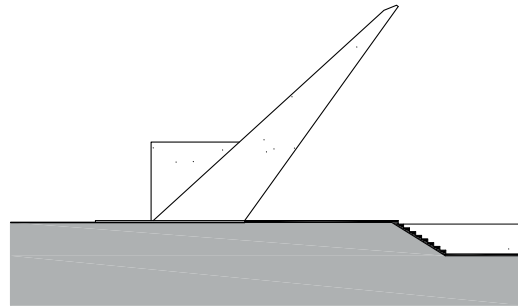
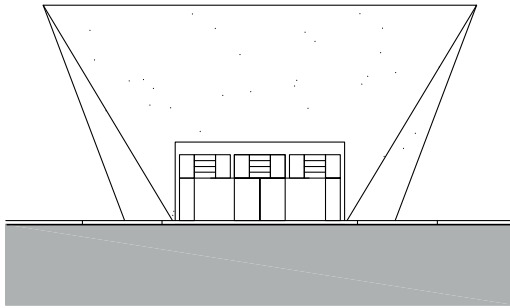
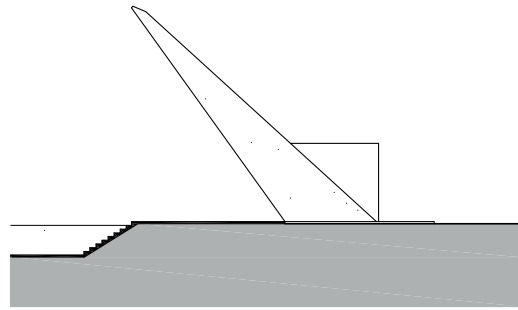
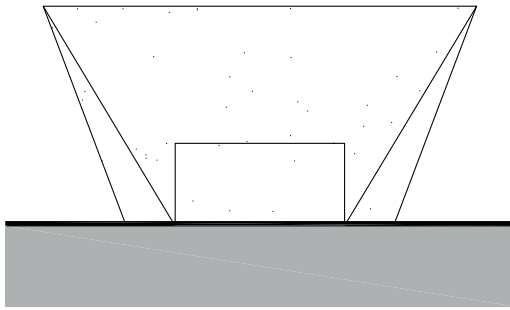
concha acústica

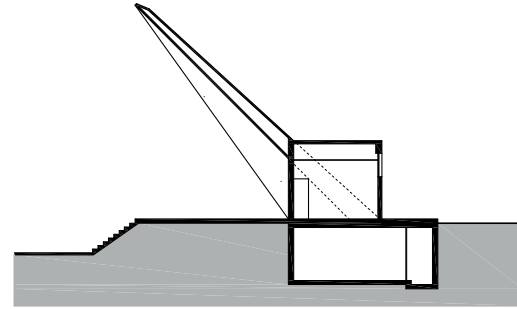
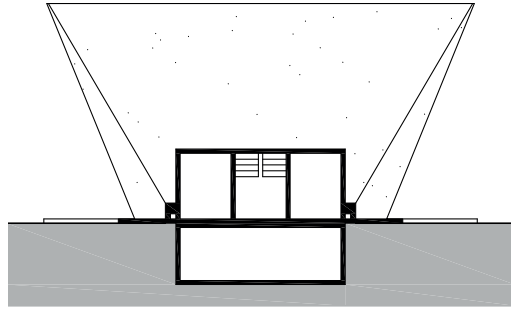




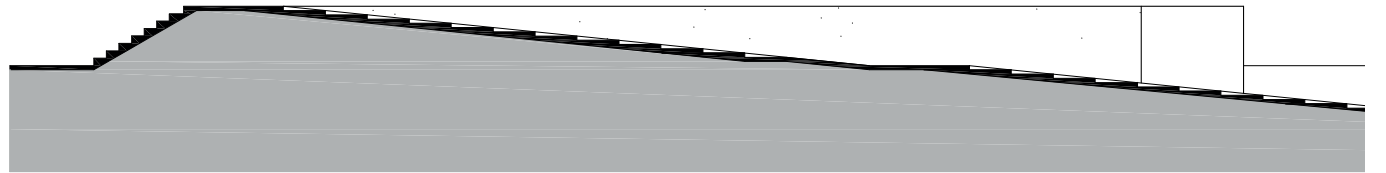
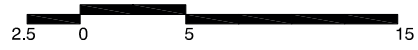
132

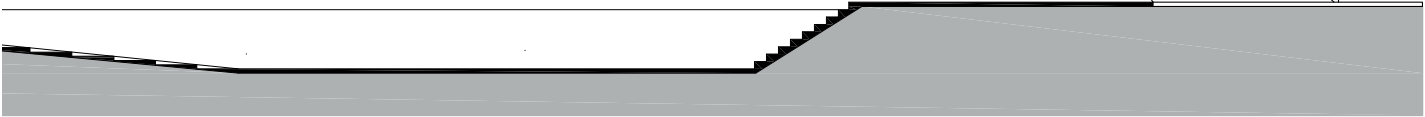


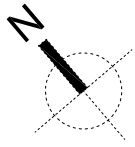




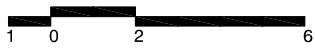
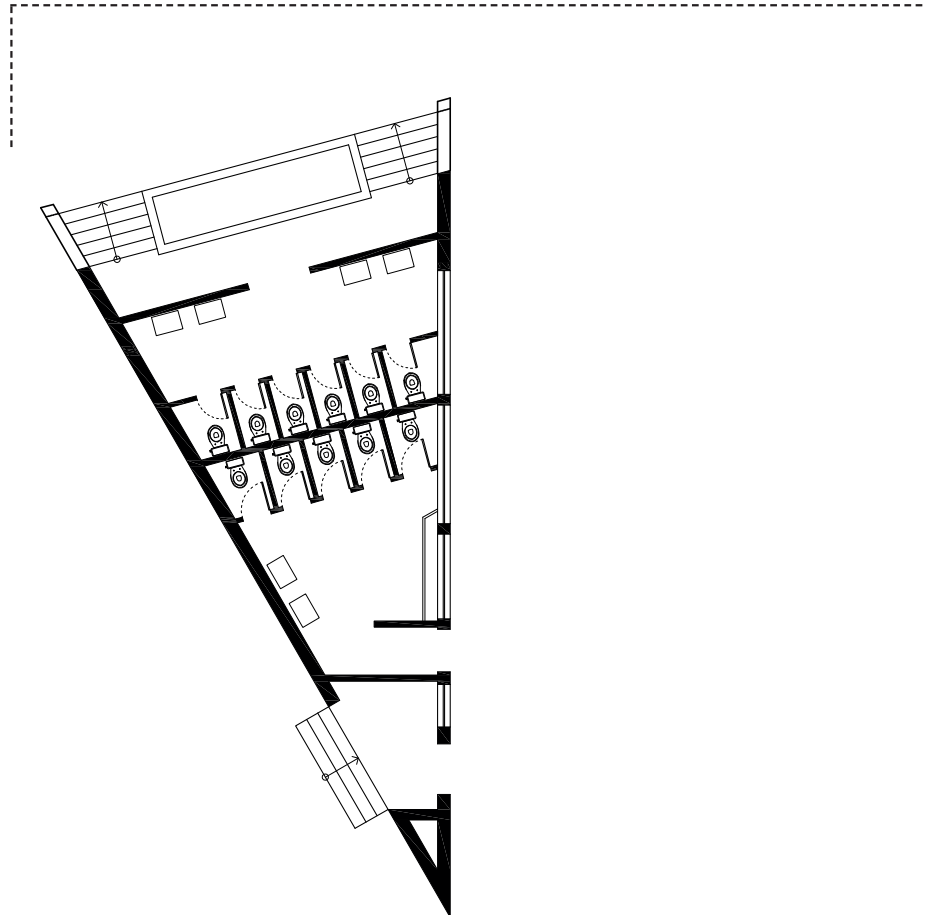
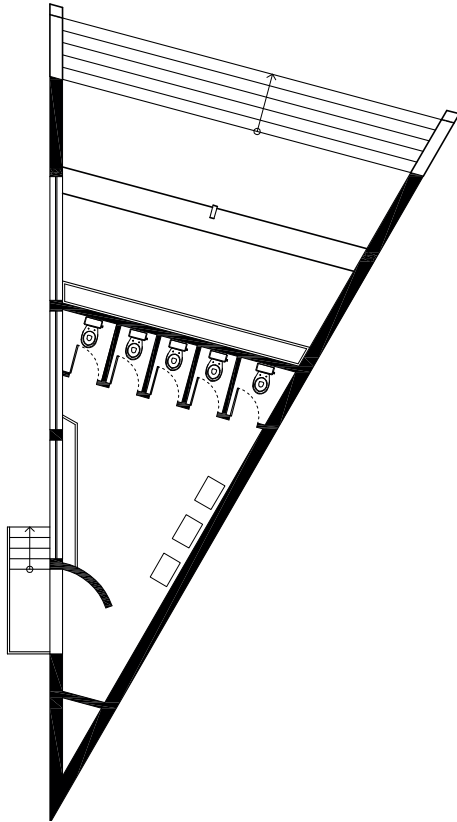
134

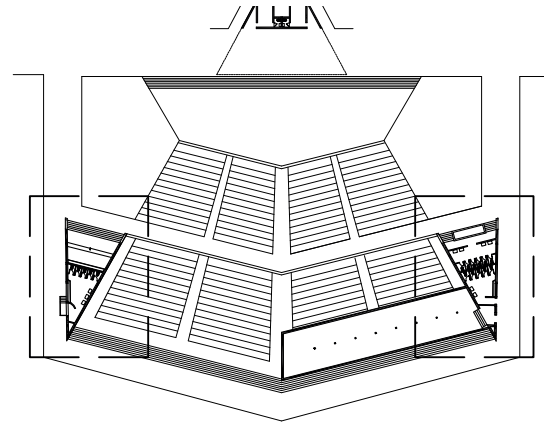






136







concha acústica

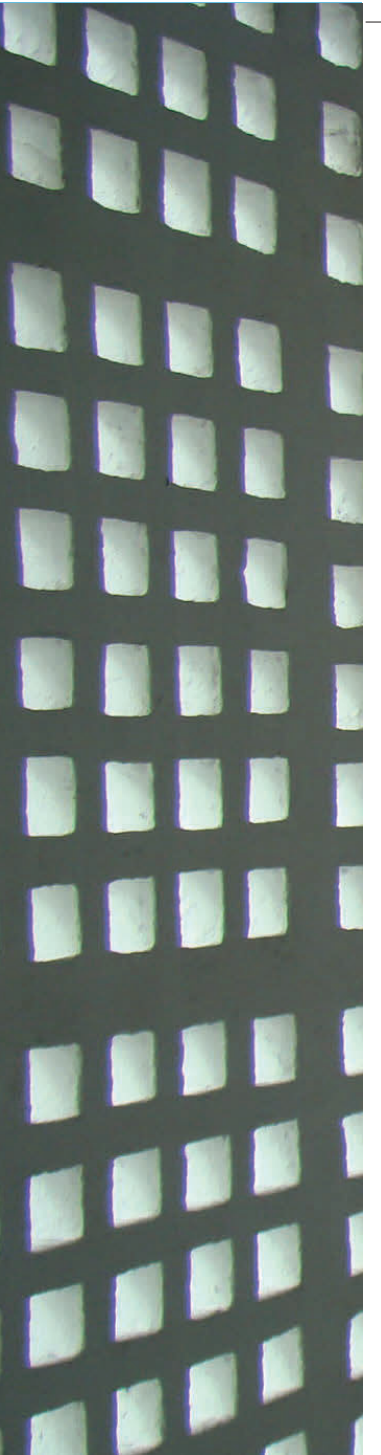


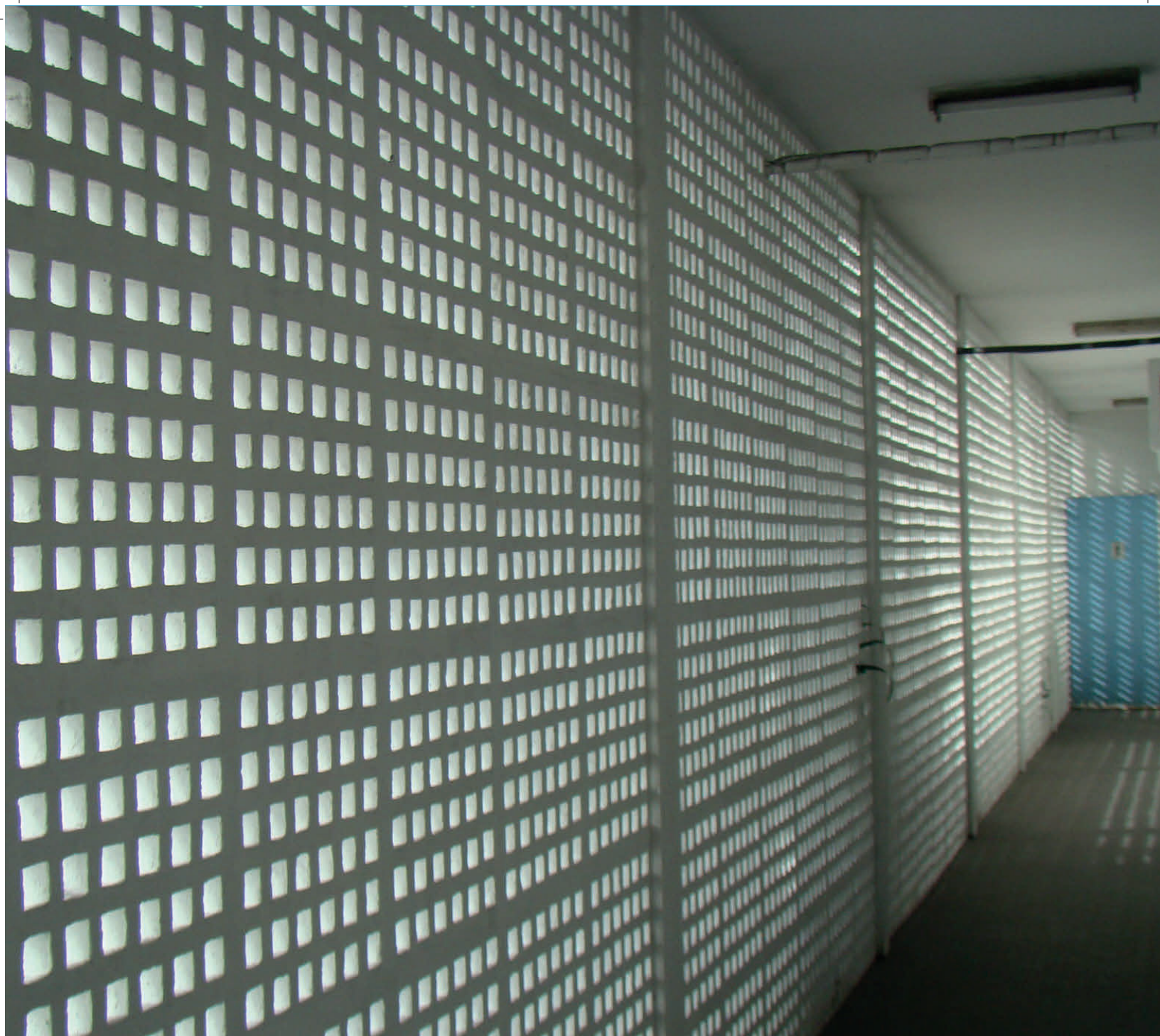












pró-reitoria de extensão

pró-reitoria de extensão

1961

A edificação foi construída para sediar o Departamento de Cultura da Universidade Federal do Ceará.

O edifício situa-se no *Campus* do Benfica, na Avenida da Universidade, nº 2932. A edificação está implantada na parte centro-leste da quadra compreendida pela Avenida da Universidade, Avenida Treze de Maio, Avenida Carapinima e a Rua Padre Francisco Pinto. Em seu entorno, encontram-se a sudeste o edifício da Reitoria, a nordeste a Rádio Universitária, o estacionamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo e Museu de Arte da UFC e a noroeste o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE). Sua fachada principal – sudeste – volta-se para a Avenida da Universidade.

O edifício possui dois pavimentos. Originalmente, o pavimento térreo era composto por dois setores separados por um saguão de entrada. No setor sudoeste – à esquerda do saguão – havia um salão voltado para rua, cuja parede frontal, transparente, era vedada por esquadrias de alumínio e vidro. As demais esquadrias da edificação eram em veneziana de madeira. Segundo Castro (2004, p. 209), o salão tanto se destinava “à exposição de livros editados pela Imprensa Universitária ou recebidos de outras editoras, como à montagem de pequenas mostras de obras de arte, além de servir como palco para atos culturais de frequência restrita”. O setor nordeste – à direita do saguão – vedado com alvenaria de tijolo, “podia ser repartido por divisória removíveis, proposto para o atendimento ao público.” (CASTRO, 2004, p.209).

Atualmente, o pavimento térreo é todo vedado com alvenaria de tijolo. Ele é composto pelo *hall* de entrada, uma sala de exposições, sala de espera, sala do diretor, secretaria e áreas de banheiros. O segundo pavimento é composto por duas grandes salas e duas áreas de banheiros. As esquadrias em veneziana de madeira foram substituídas por alumínio e vidro.

O cálculo estrutural é do engenheiro Raimundo Lima. A edificação possui como estrutura lajes, pilares e vigas de concreto que seguem uma modulação de 3,35 metros. A fachada principal segue o ritmo da modulação estrutural do edifício.

Arquiteto José Liberal de Castro



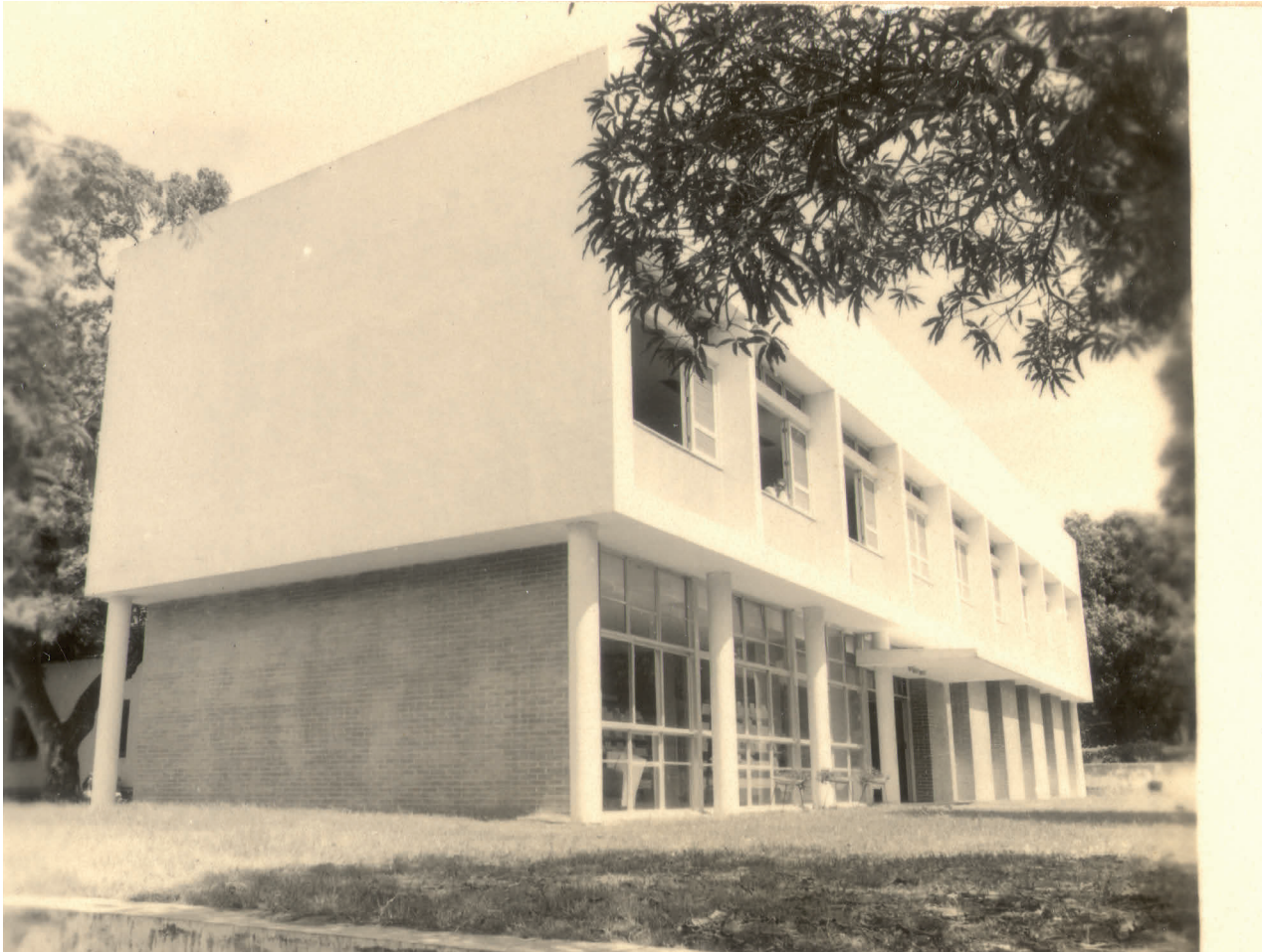
pró-reitoria de extensão

acervo MAUC



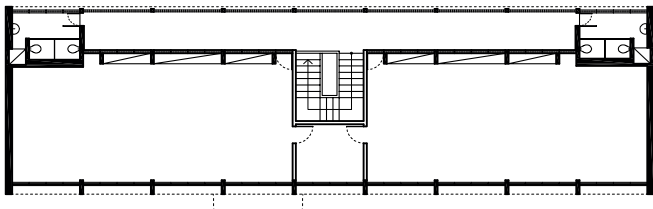
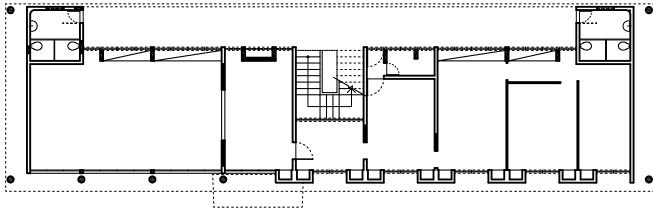
pró-reitoria de extensão

acervo MAUC

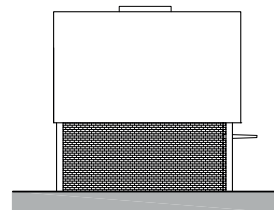
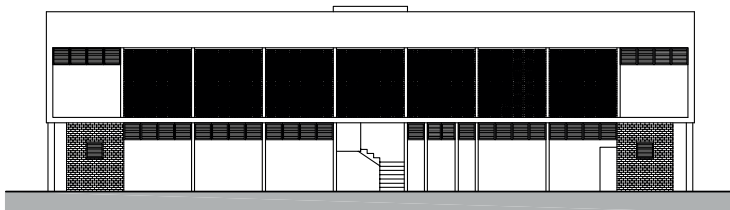
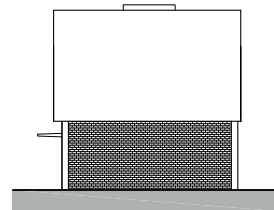


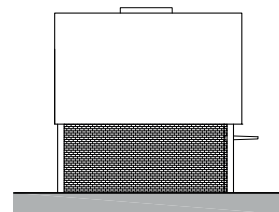
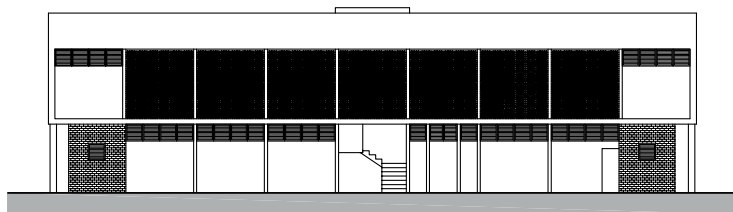
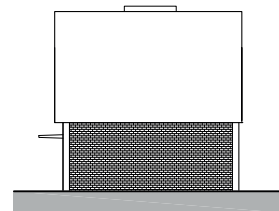
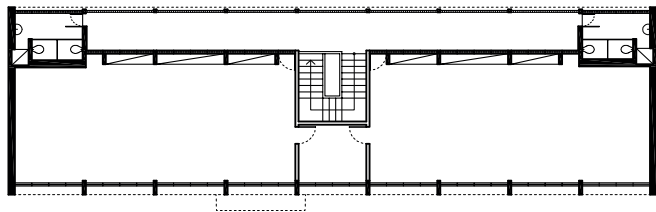
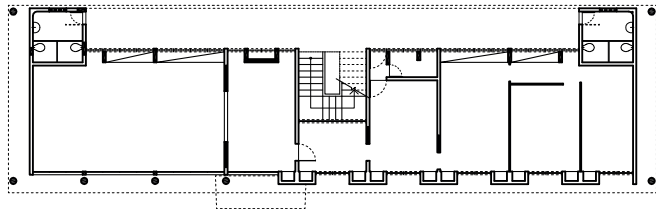
pró-reitoria de extensão

acervo MAUC



150









UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



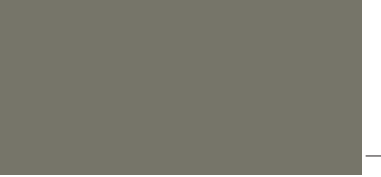






UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
NÚCLEO DE EXTENSÃO

2932





institutos básicos

institutos básicos

1961

Os edifícios dos Institutos Básicos (Anexo Reitoria) da Universidade Federal do Ceará (UFC) situam-se no *Campus* do Benfica, na Avenida da Universidade. Estão implantados na quadra compreendida pela Avenida da Universidade, Rua Padre Francisco Pinto, Rua Paulino Nogueira e Rua Filgueiras Lima. Possuem entorno predominantemente institucional. Do lado direito da quadra onde se acha o conjunto está o prédio da Reitoria e defronte, do outro lado da Avenida de Universidade, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios. A fachada noroeste do conjunto volta-se para a Avenida da Universidade e a fachada nordeste para o prédio da Reitoria da Universidade Federal do Ceará.

O conjunto é composto por quatro blocos, sendo um paralelo à Avenida da Universidade e três paralelos à Rua Paulino Nogueira. Estes por sua vez encontram-se perpendiculares à Avenida da Universidade.

O cálculo estrutural é do Eng. Waldir Campelo. Os blocos possuem como sistema estrutural lajes, vigas e pilares de concreto. As vedações são em alvenaria de tijolo. As esquadrias são em venezianas de madeira.

Bloco 1

Originalmente sediou o Instituto de Química e Tecnologia.

O edifício tem a sua principal fachada – nordeste – voltada para a Rua Paulino Nogueira. Possui dois pavimentos e tem como principal característica a grande dimensão longitudinal. O bloco 1 comunica-se com os blocos 2 e 3 no sentido transversal, através de passarelas cobertas por lajes planas de concreto. No primeiro pavimento do edifício, encontra-se a área administrativa e no segundo, salas de aulas e duas circulações de acesso a estas salas. Estas circulações correm longitudinalmente por toda extensão da edificação, estão voltadas para o exterior, ficando evidentes nas fachadas. O lugar das paredes de alvenaria que dividem as áreas do programa de necessidades não obedece necessariamente ao lançamento da modulação estrutural. A entrada principal do edifício, voltada para Rua Paulino Nogueira, dá acesso ao *hall* de entrada, onde se acha a circulação vertical – uma escada de concreto. As áreas molhadas estão concentradas nos pavimentos junto à única escada.

Arquiteto José Liberal de Castro



institutos básicos

acervo MAUC

Bloco 2

Segundo Castro (2004, p. 201), a sua função original – abrigo para jovens – refletiu-se em sua forma arquitetônica, sendo reproduzida por “simples repetição do projeto” nos blocos 1 e 3. Também de acordo com Castro (2004, p. 201), a “finalidade do projeto original explica o motivo por que o segundo pavimento das três edificações” possui “uma estreita varanda de contorno, balizadas por um correr de esbeltas colunas muito próximas umas das outras.” Esses apoios, sem qualquer função estática – explica Castro (2004, p. 201) – demarcavam unicamente “os aposentos das alunas, todos de uso individual, com 2,25m de largura, servidos por pequenas varandas privativas” e hoje, “unificadas e transformadas em circulação”.

O edifício possui dois pavimentos e tem como principal característica a grande dimensão longitudinal. O bloco 2 encontra-se entre os blocos 1 e 3, interligado transversalmente por passarelas cobertas por lajes de concreto. O Bloco 2 foi o primeiro a ser levantado.

No primeiro pavimento do edifício, encontra-se a área administrativa e, no segundo, salas de aulas e as duas circulações externas de acesso a estas salas. Estas circulações correm longitudinalmente por toda extensão da edificação, estão voltadas para o exterior, ficando evidentes nas fachadas. O lugar das paredes de alvenaria que dividem as áreas do programa de necessidades não obedece necessariamente ao lançamento da modulação estrutural. A entrada do edifício dá acesso ao *hall* de entrada, onde se acha a circulação vertical – uma escada de concreto. As áreas molhadas estão concentradas nos pavimentos junto à única escada.

Bloco 3

O bloco 3 está transversalmente interligado ao bloco 2 por passarelas cobertas com lajes de concreto. Possui dois pavimentos e tem como principal característica a grande dimensão longitudinal. O uso é estritamente administrativo. Como nos blocos 1 e 2, o primeiro pavimento é composto por salas e o segundo por salas e duas circulações externas de acesso a estas salas. Estas circulações correm longitudinalmente por toda extensão da edificação, estão voltadas para o exterior, ficando evidentes nas fachadas.

O lugar das paredes de alvenaria que dividem as áreas do programa de necessidades não obedece necessariamente ao lançamento da modulação estrutural. A entrada do edifício dá acesso ao *hall* de entrada, onde se acha a circulação vertical – uma escada de concreto. As áreas molhadas estão concentradas nos pavimentos junto à única escada.

Bloco 4

Castro (2004) afirma que, após a construção dos três blocos, ocupou-se a faixa de frente do terreno. “Em consequência, a casa de João Gentil foi demolida”, a fim de permitir a edificação de um “bloco paralelo à Avenida da Universidade, que interligaria os blocos laterais, prolongados”. Acrescenta que os “três blocos mais antigos, apesar do embate do tempo, conservaram sua traça”. O bloco de frente, “de contidas linhas miesianas aplicadas experimentalmente ao clima do Ceará, teve os seus interiores completamente descaracterizados, não faz muito”. Também sofreu mutações externas, “com parcial destruição dos elementos vazados, agravadas com a aplicação de uma extensa faixa amarela, talvez inconscientemente [...]”

O Bloco 4 tem a sua principal fachada (noroeste) voltada para a Avenida da Universidade. O edifício se desenvolve em três pavimentos, sendo os dois primeiros interligados aos blocos 1 e 3. Os principais acessos ao edifício encontram-se nas extremidades da edificação, onde se acham escadas responsáveis pela articulação de todos os pavimentos. O primeiro pavimento, em sua concepção original, apresentava-se sob pilotis. Hoje se encontram vedados e possuem uso comercial. O primeiro e o segundo pavimento acomodam funções acadêmicas.

A planta está dividida dentro de uma estrutura modulada. As divisões do espaço interno não obedecem a modulação. A modulação estrutural, bem como os painéis de combogós, são elementos fundamentais na composição da fachada, proporcionando marcação e ritmo.

O uso de cobogós expressam tanto o caráter regional do projeto – favorecendo a ventilação e iluminação natural – como a preocupação pela disponibilidade de material e técnica construtivas.



residência joão gentil - 1925

acervo MAUC



residência João Gentil - 1925

acervo MAUC



institutos básicos

acervo MAUC



institutos básicos

acervo MAUC



institutos básicos

acervo MAUC



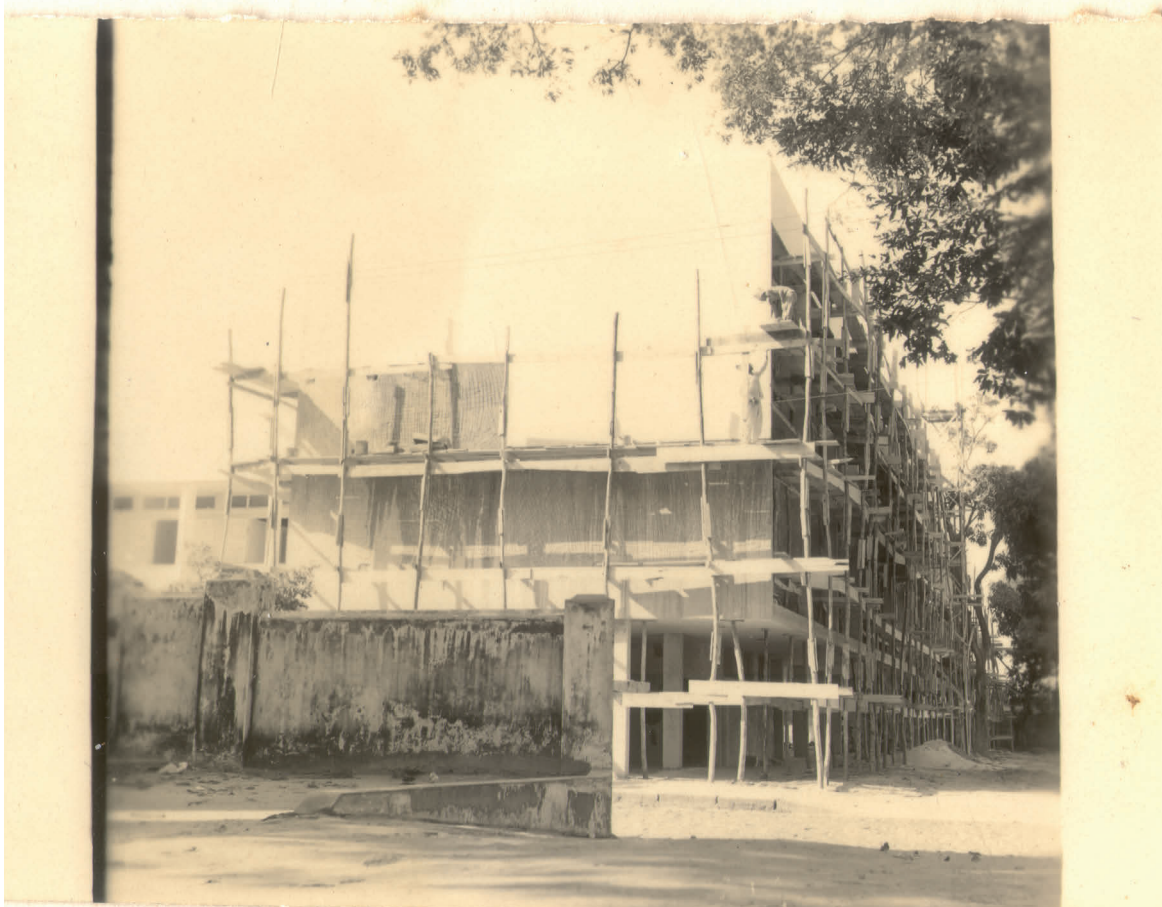
institutos básicos

acervo MAUC



institutos básicos

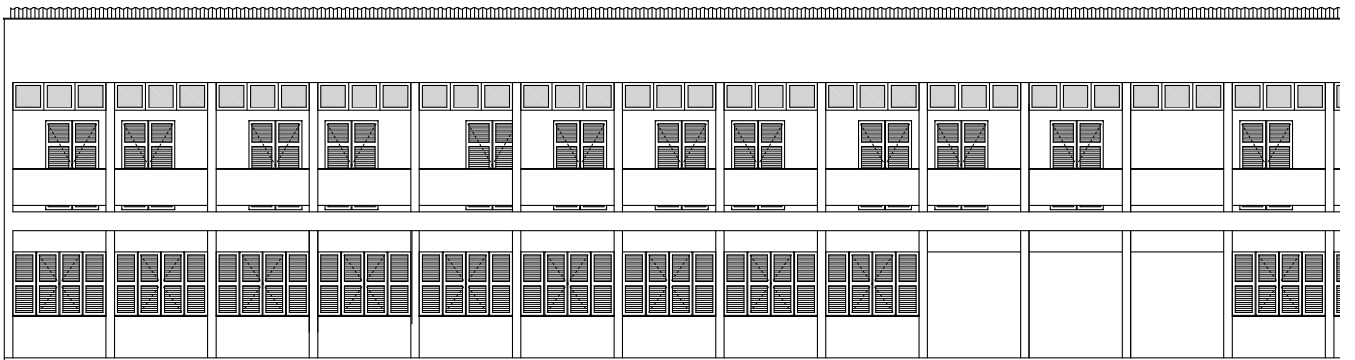
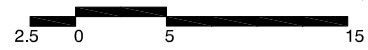
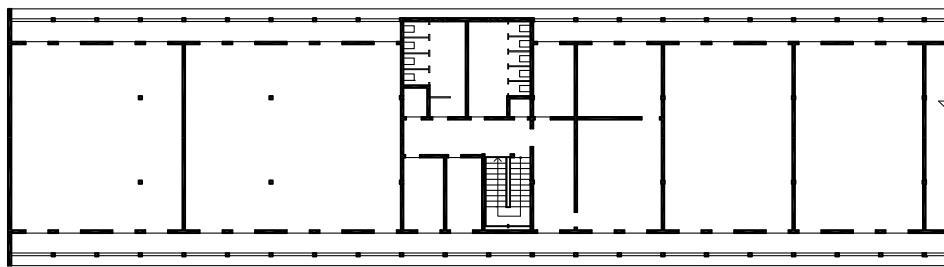
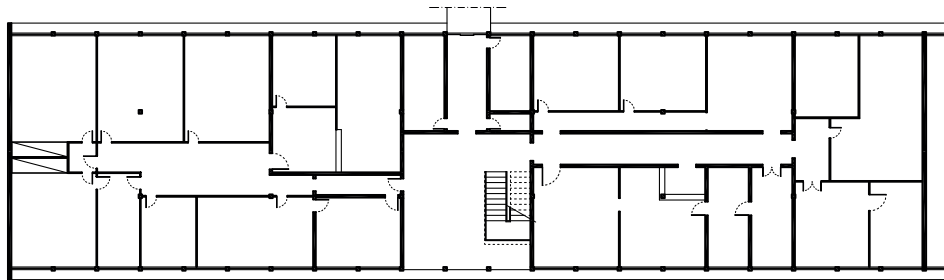
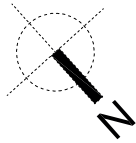
acervo MAUC

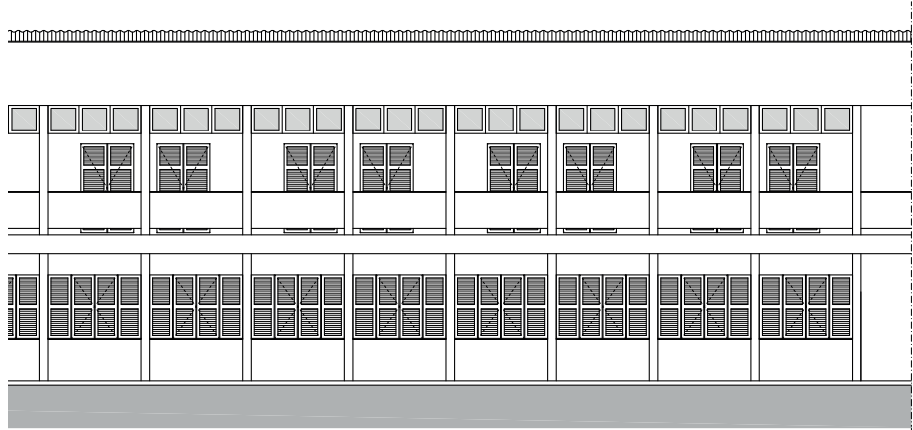
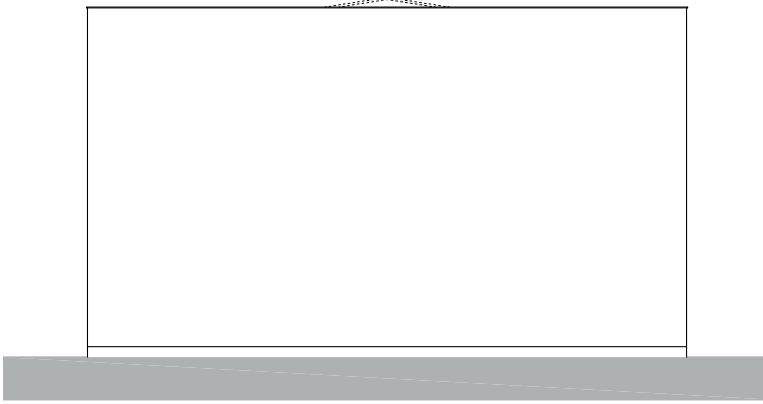
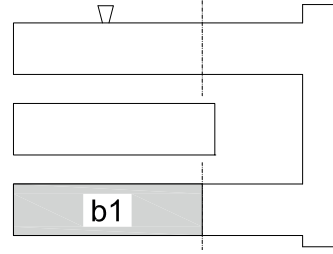


institutos básicos

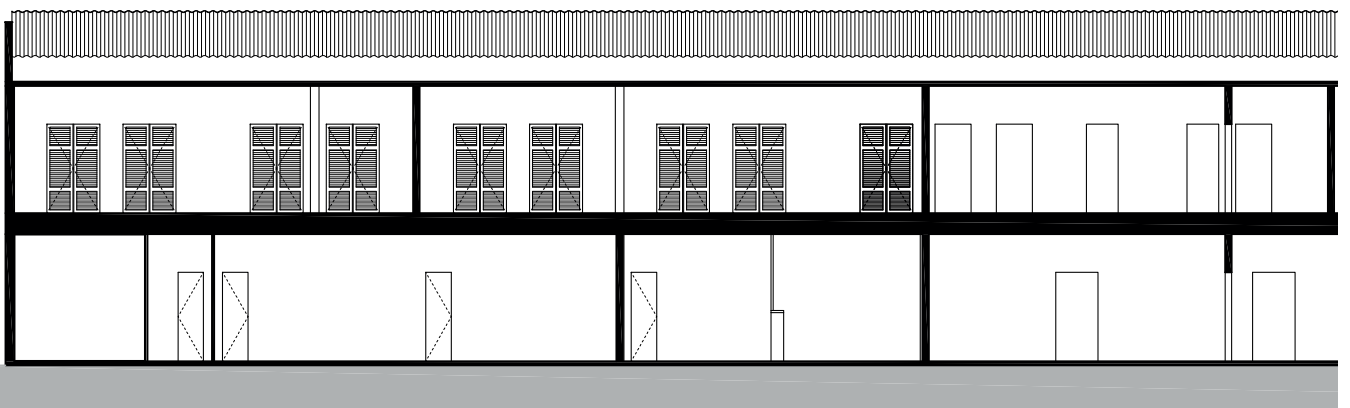
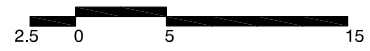
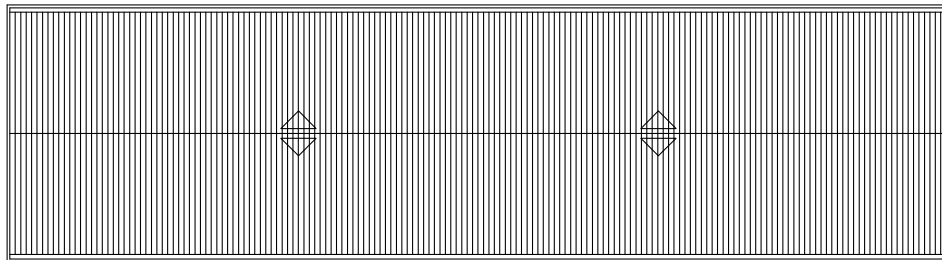
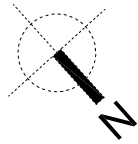
acervo MAUC

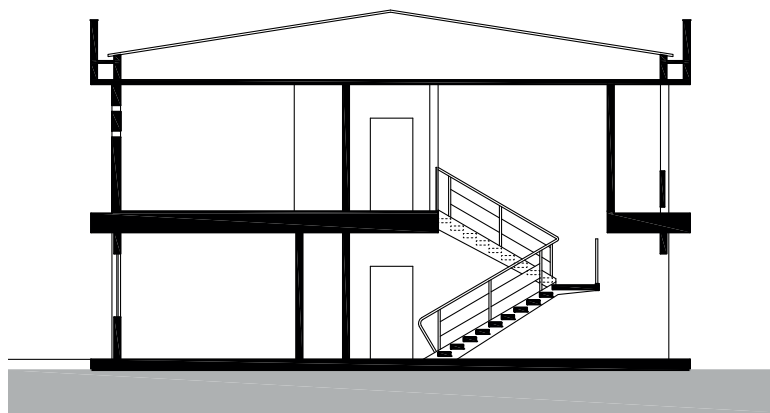
bloco 1



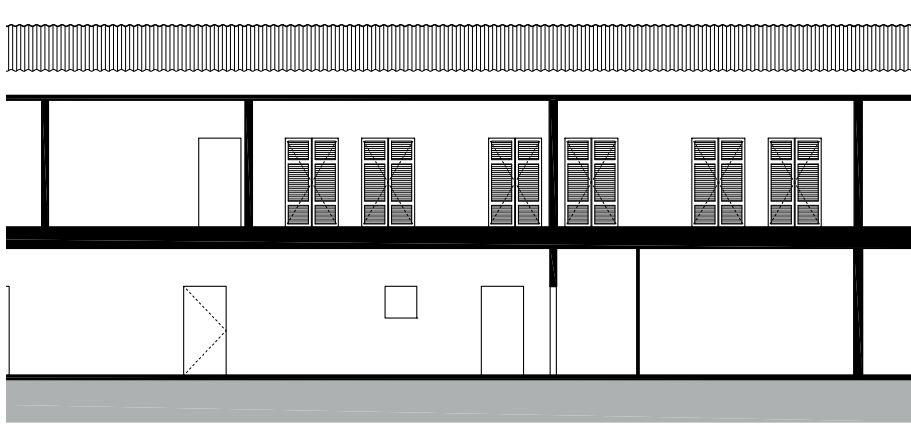


bloco 1

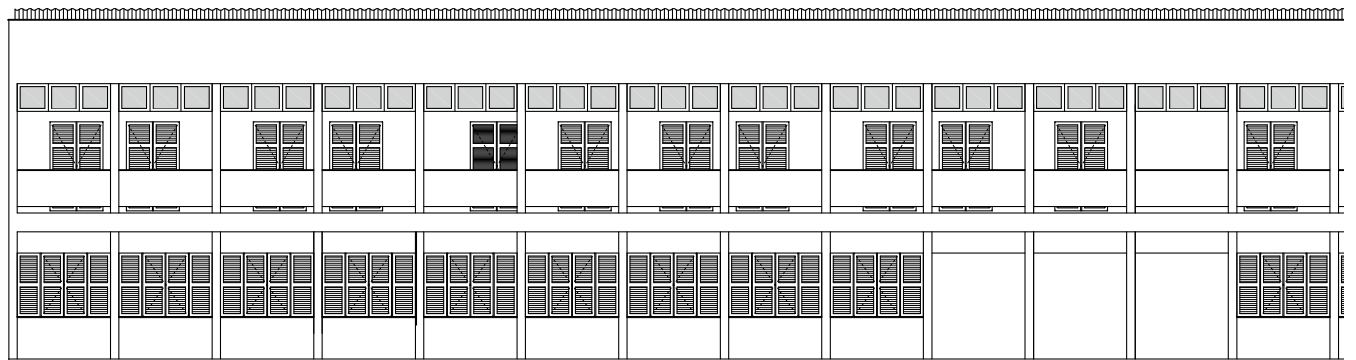
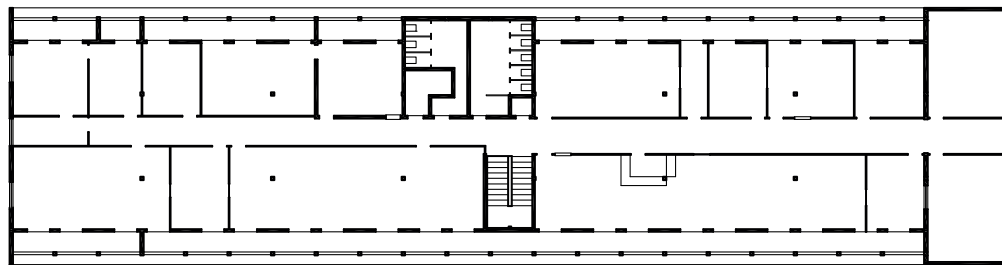
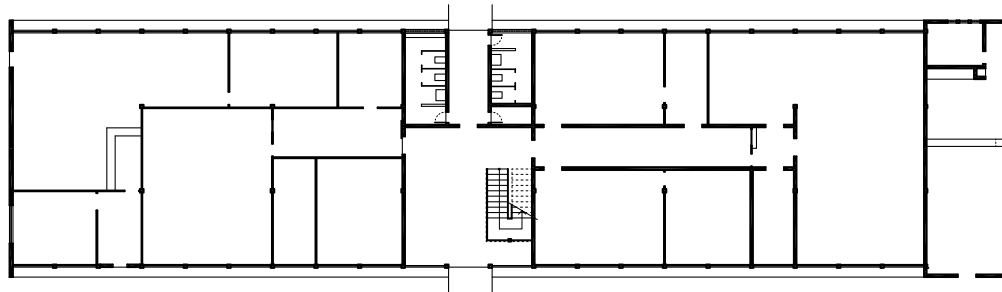
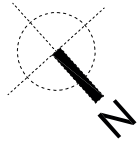


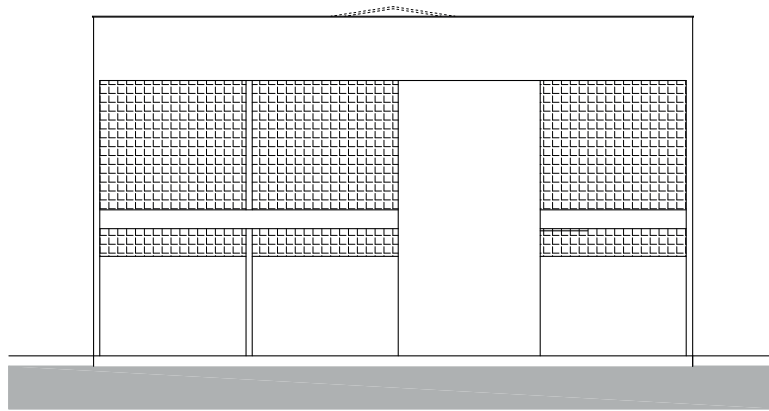
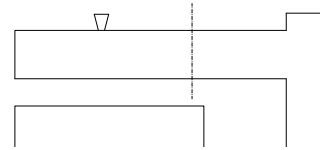


175

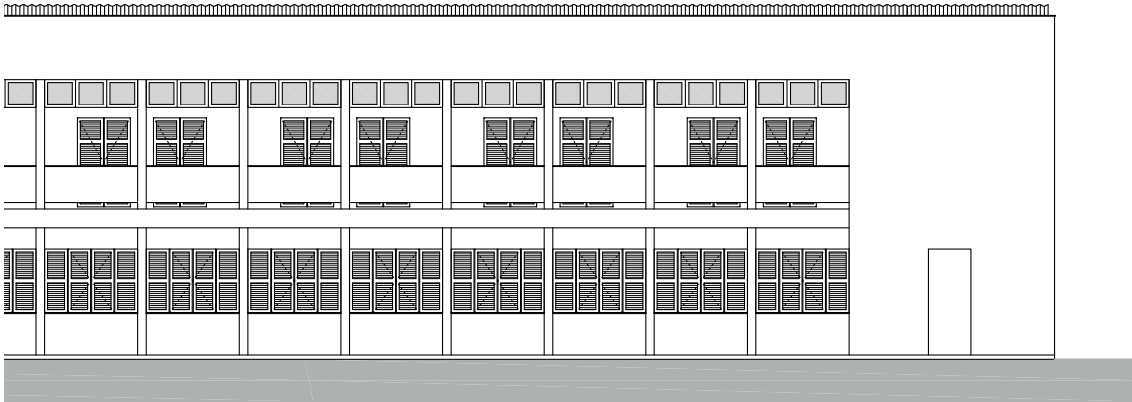


bloco 2

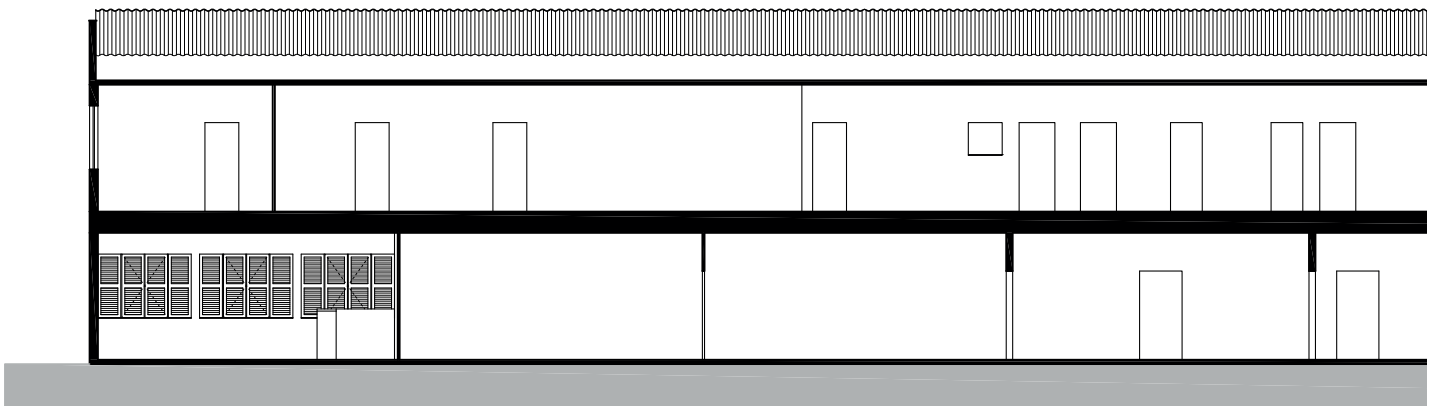
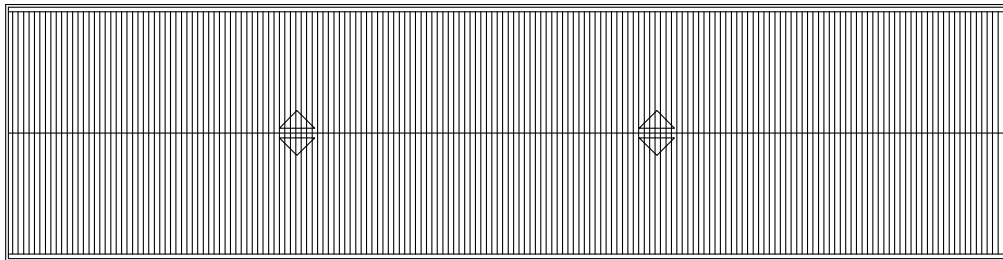
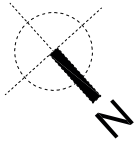


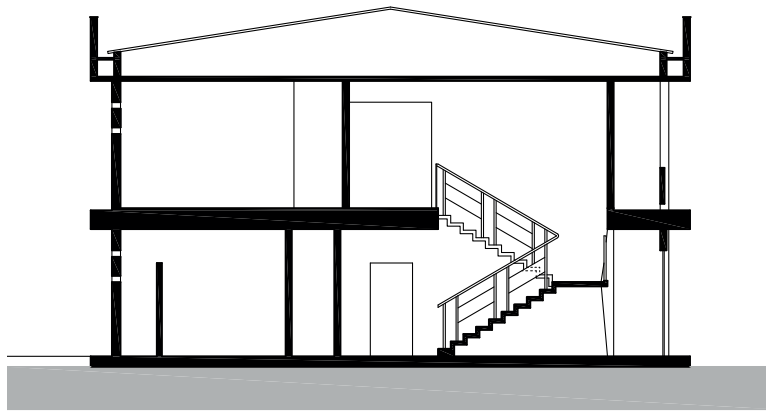


177

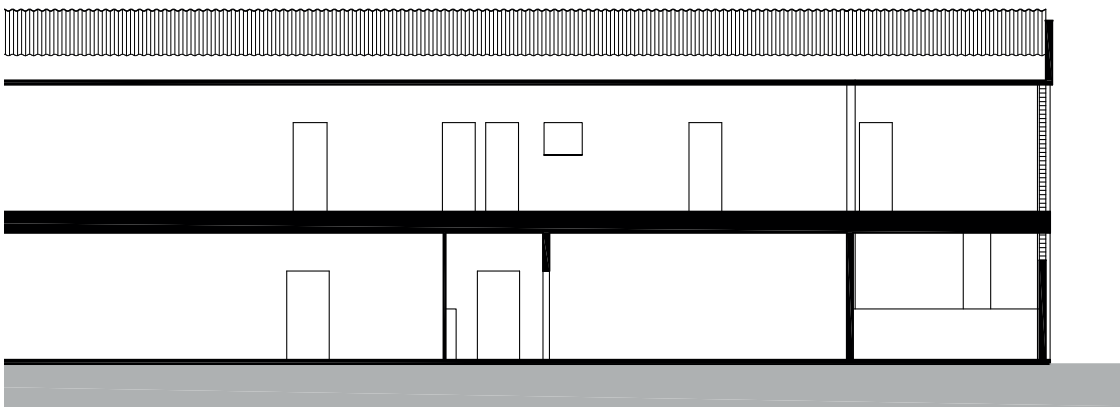


bloco 2



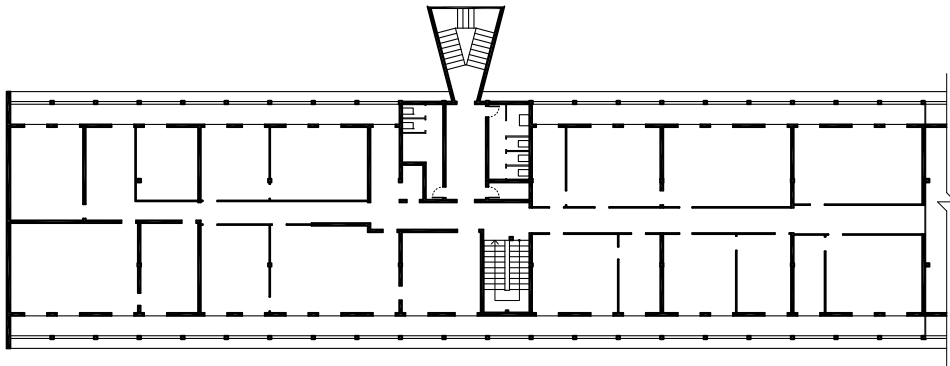
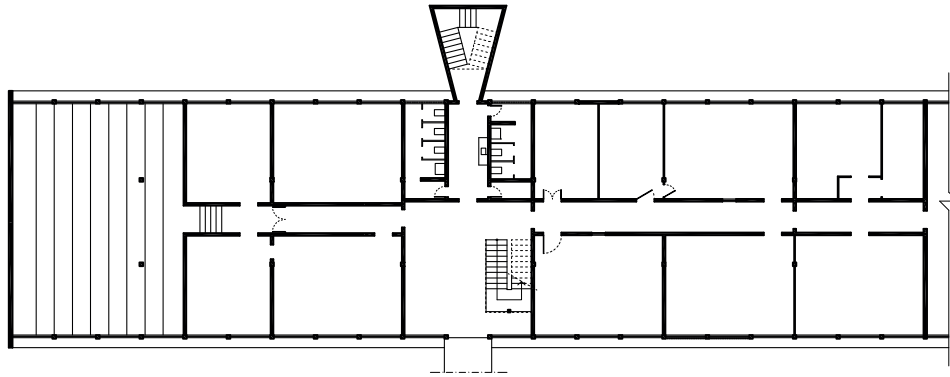
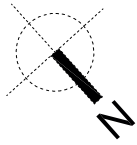


179



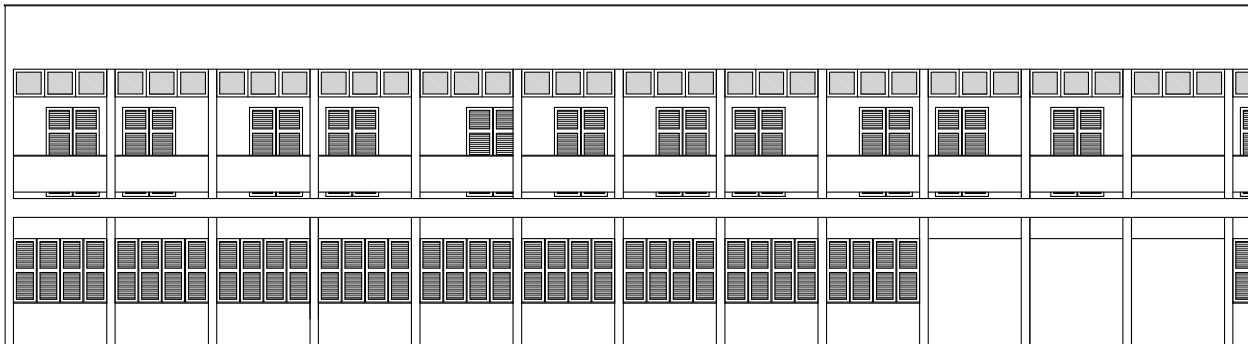
2 0 4 12

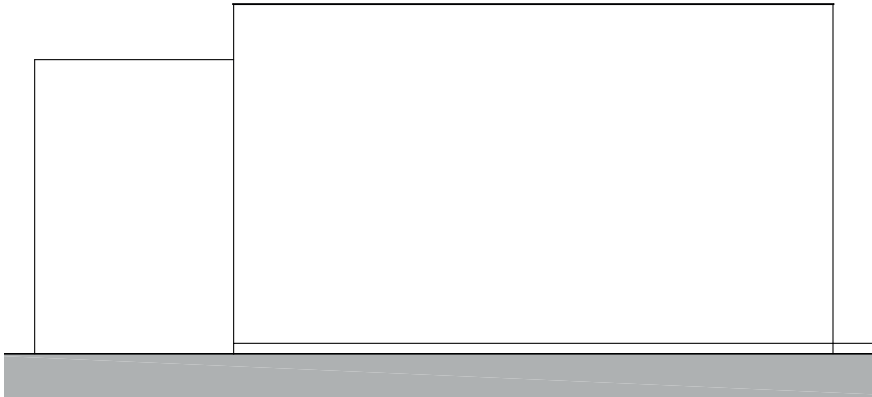
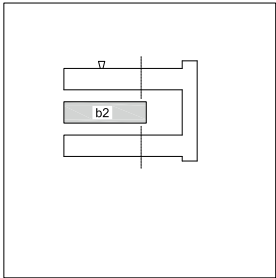
bloco 3



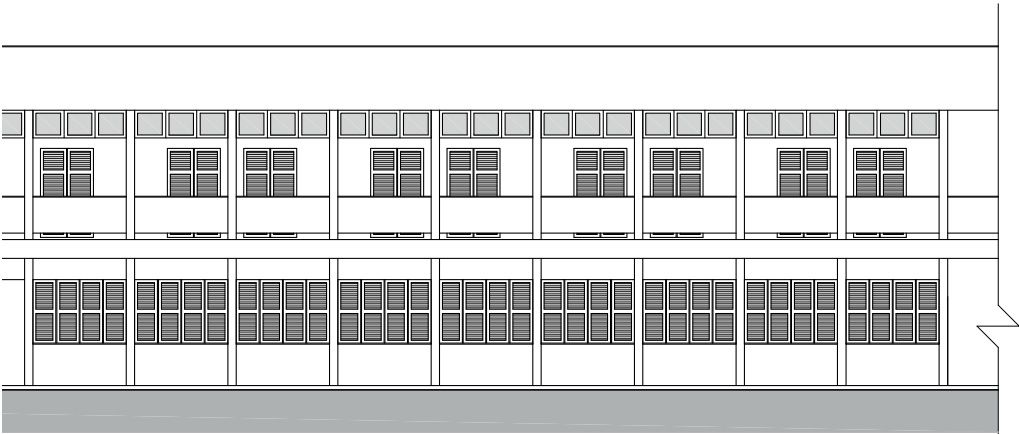
2.5 0 5 15

180

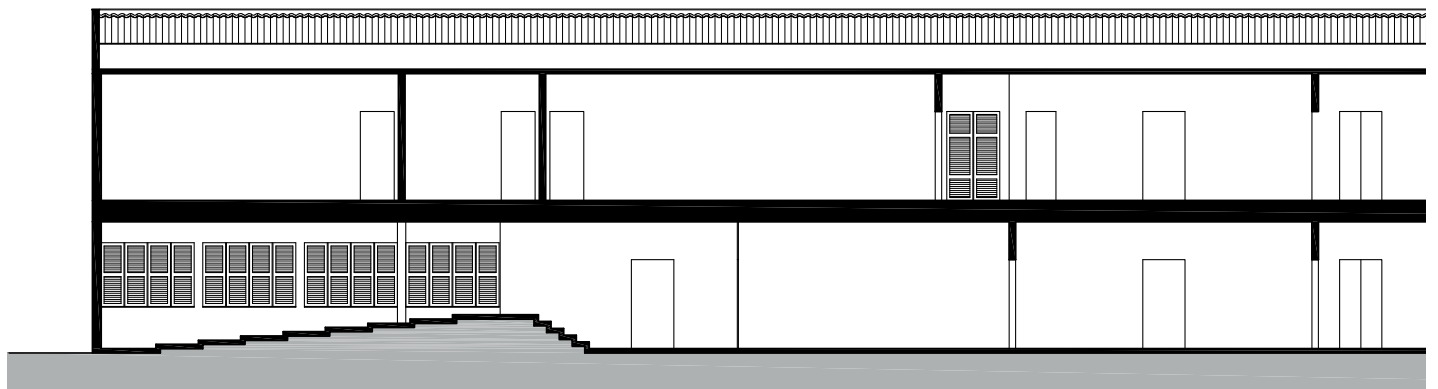
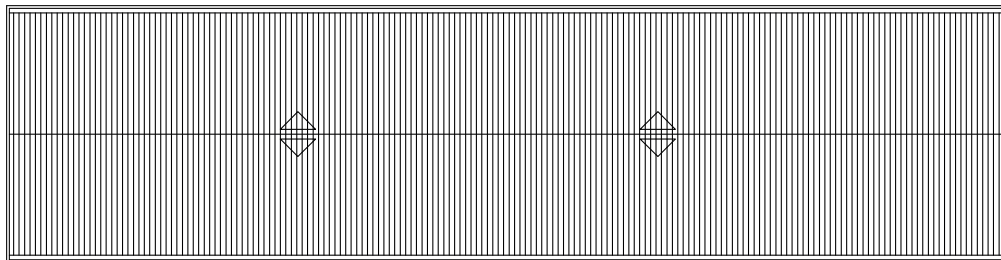
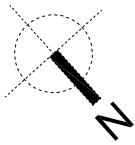


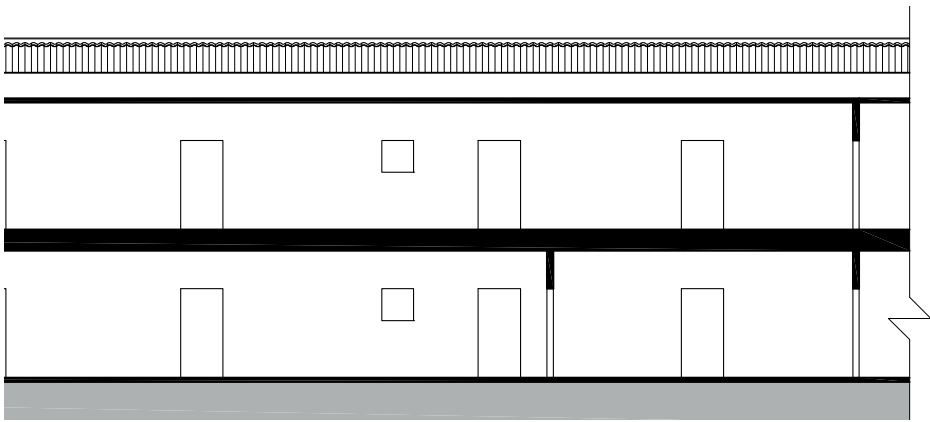
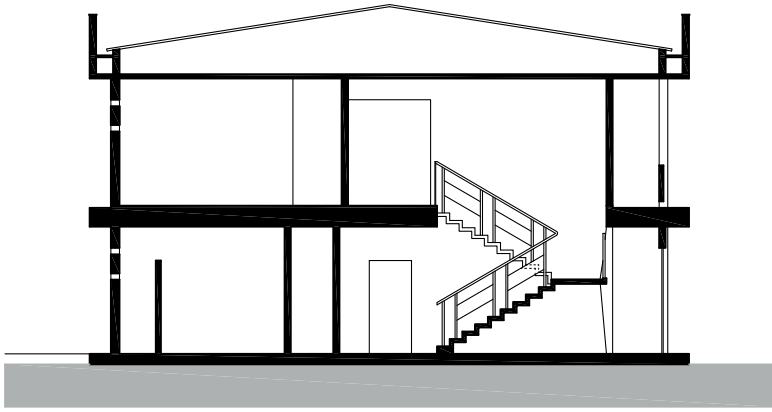


181



bloco 3

















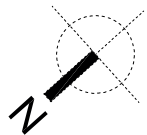




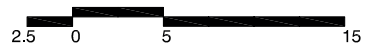
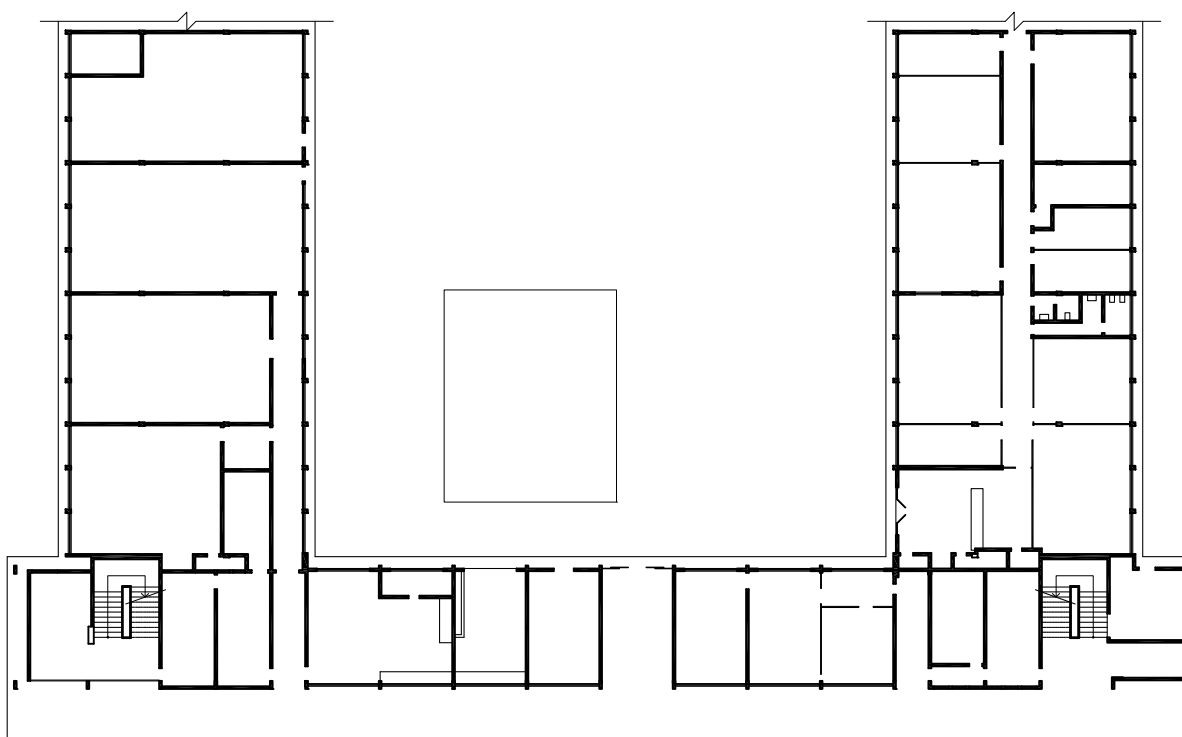


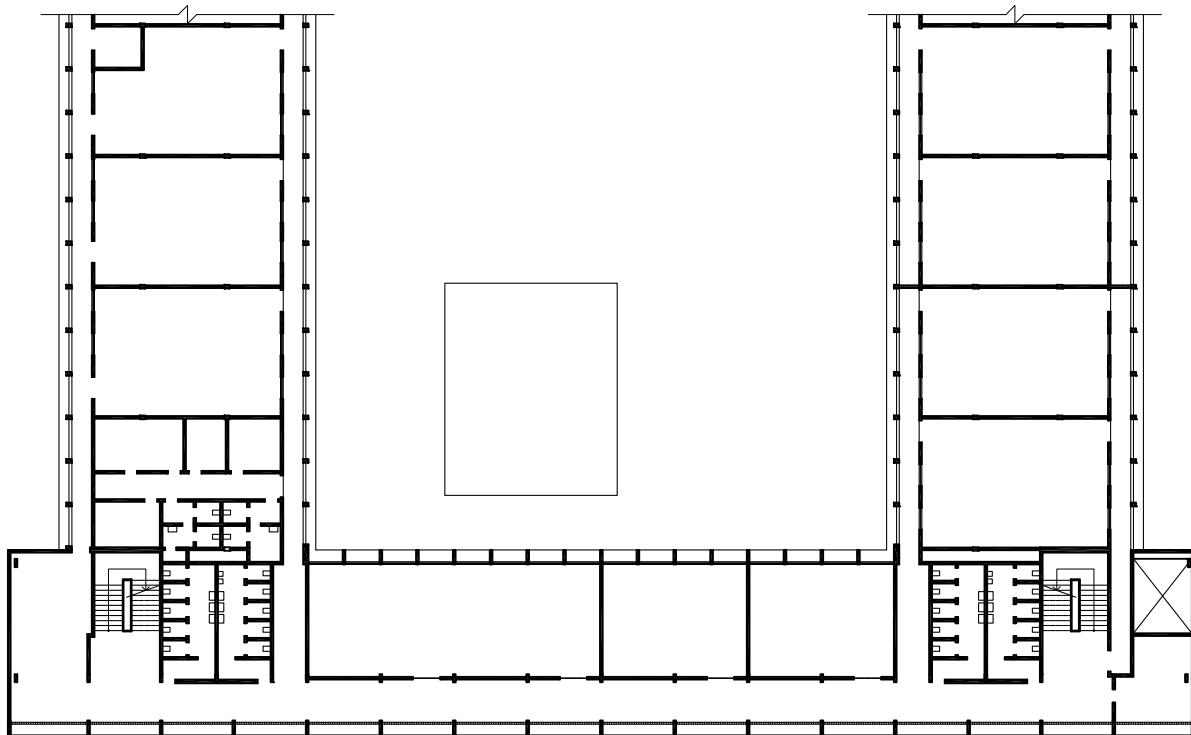
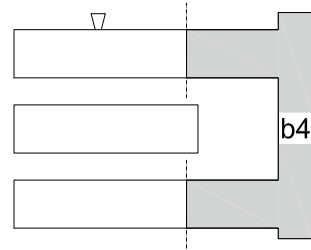


bloco 4

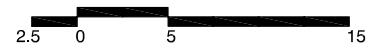


194

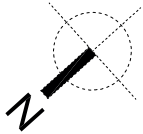




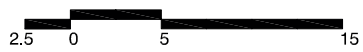
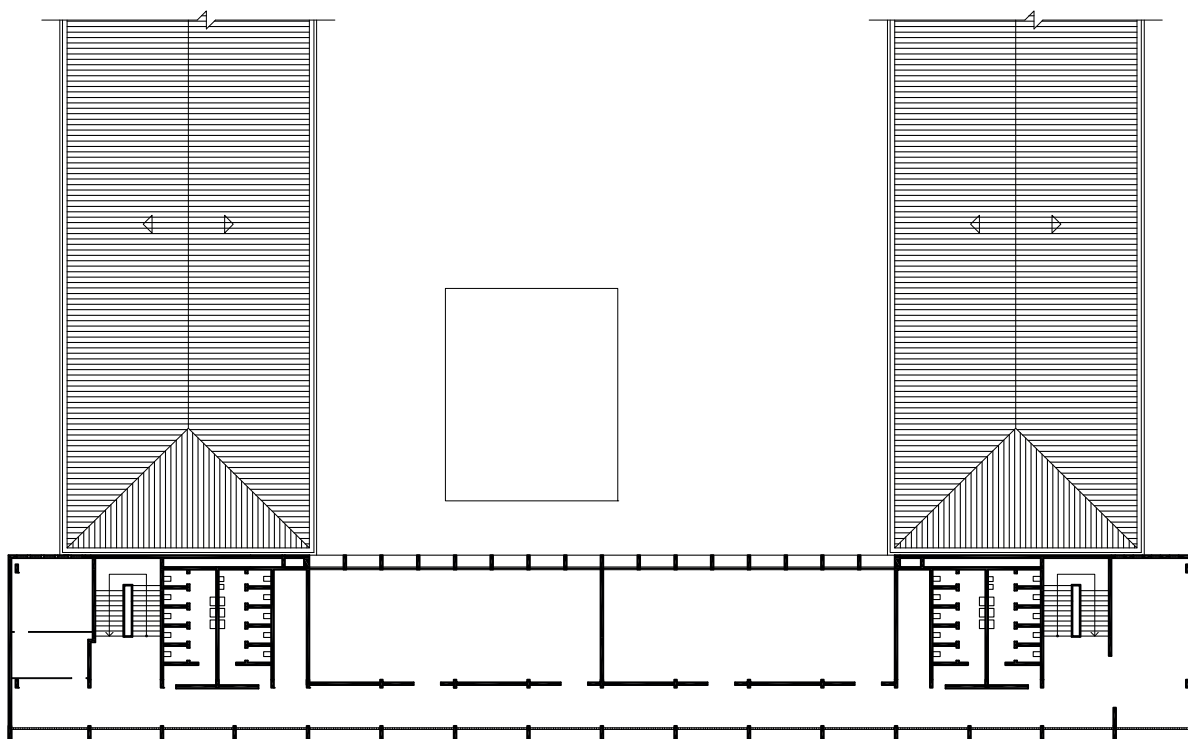
195

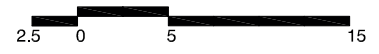
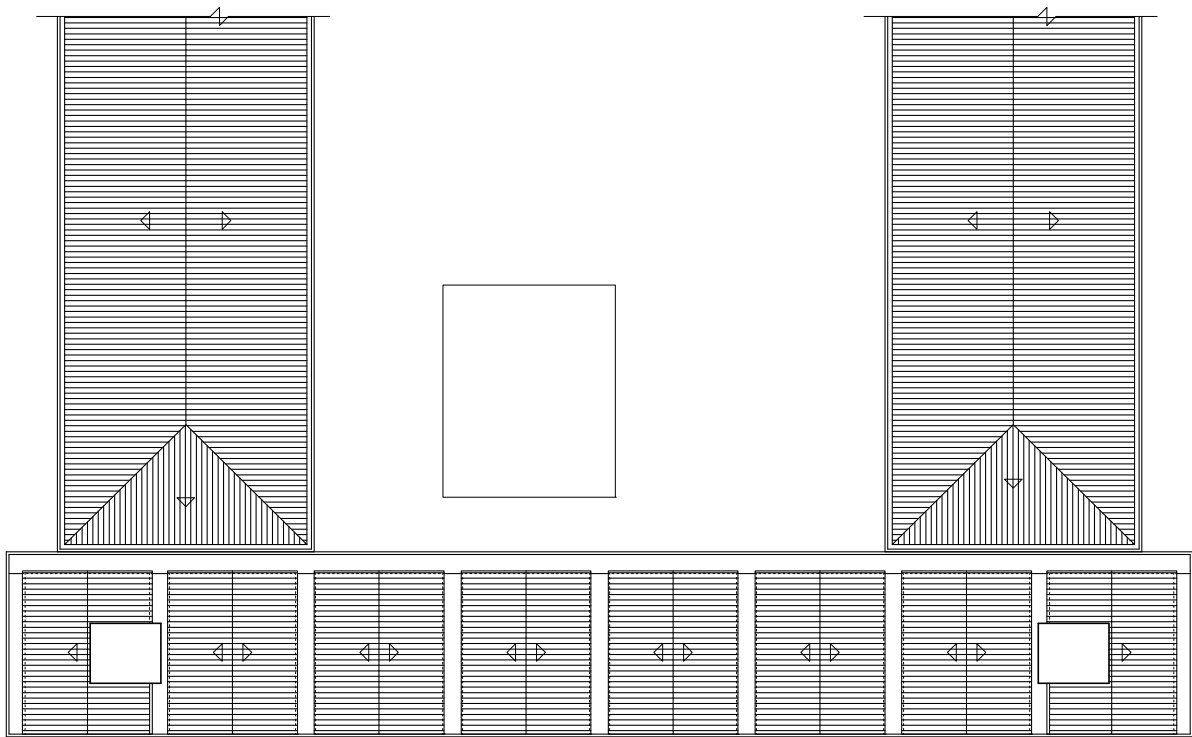


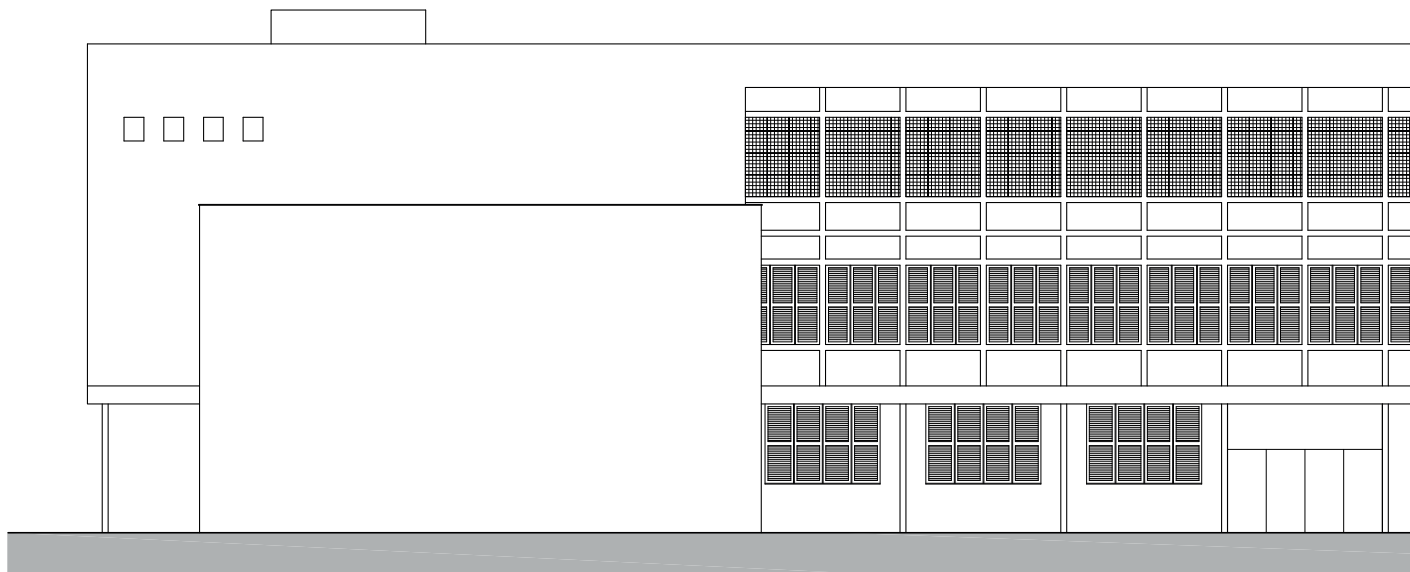
bloco 4



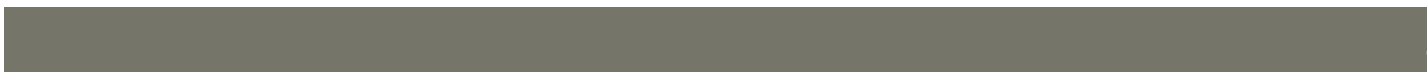
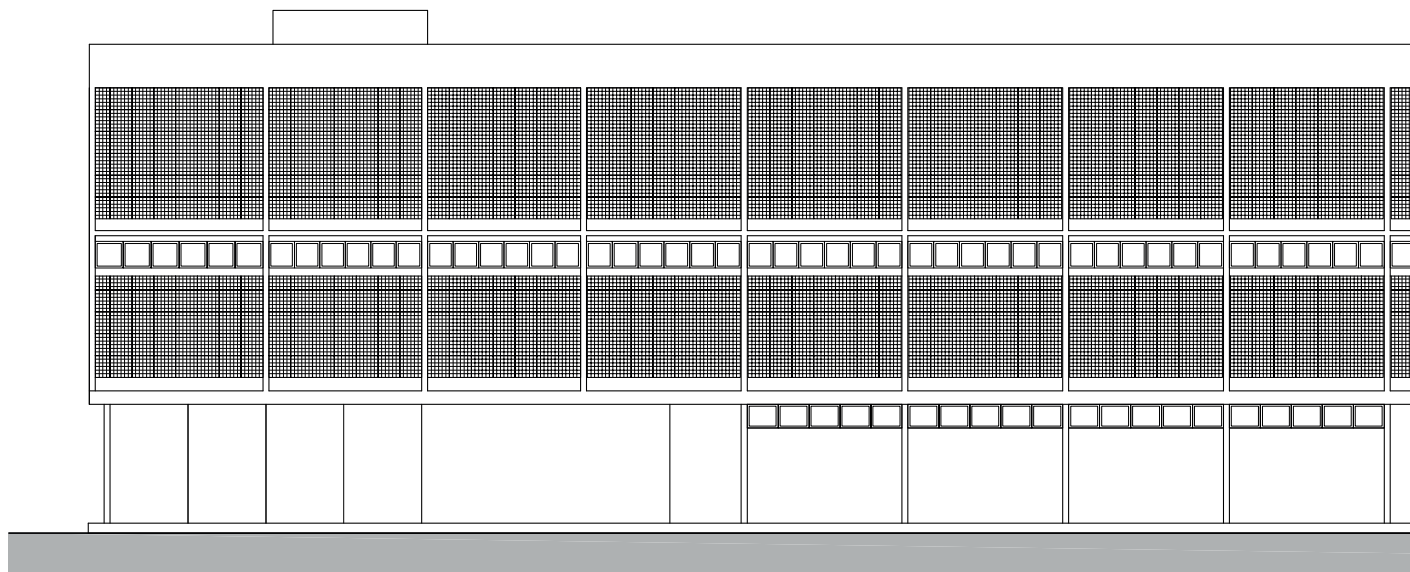
196

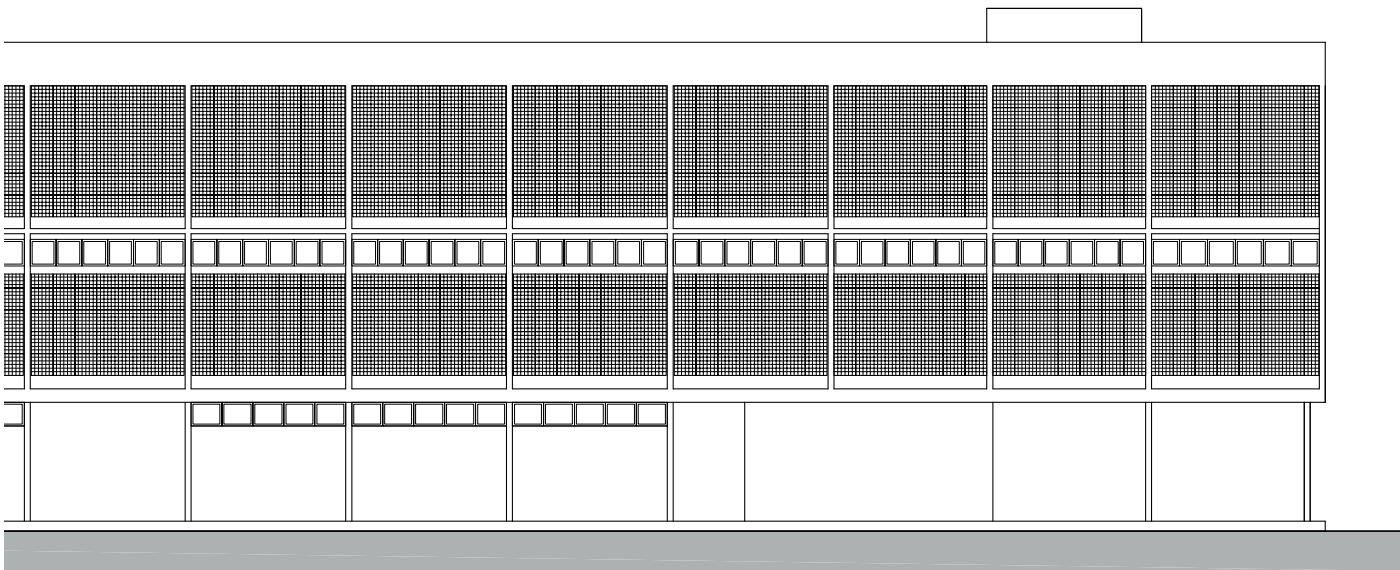
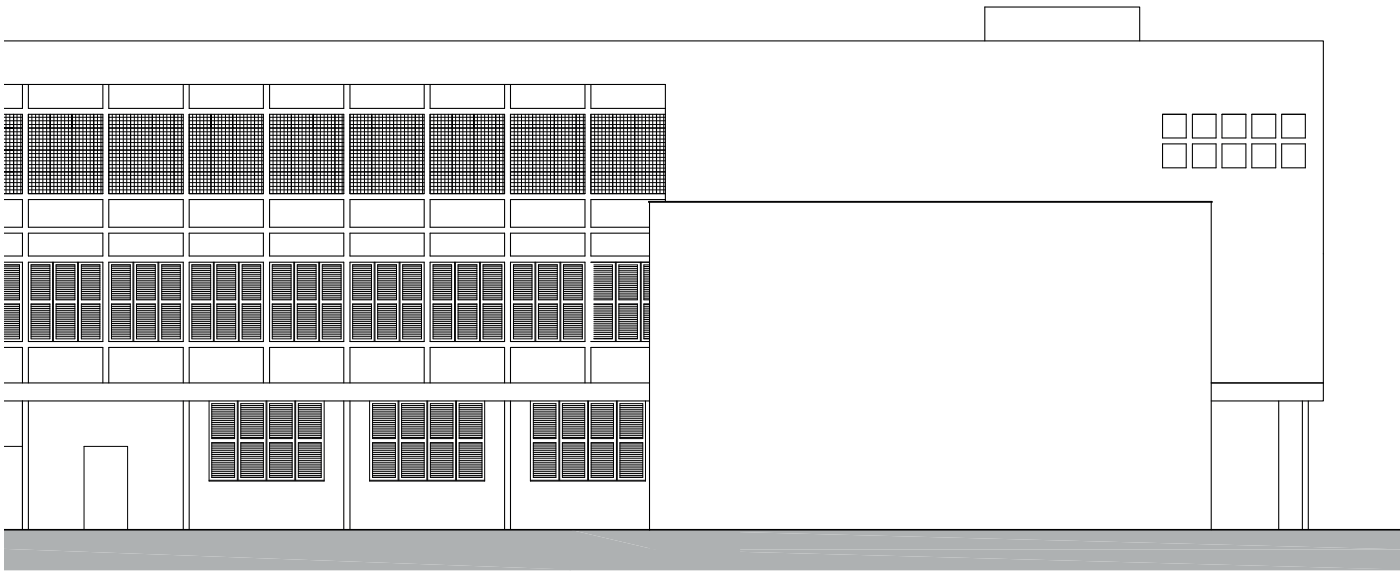


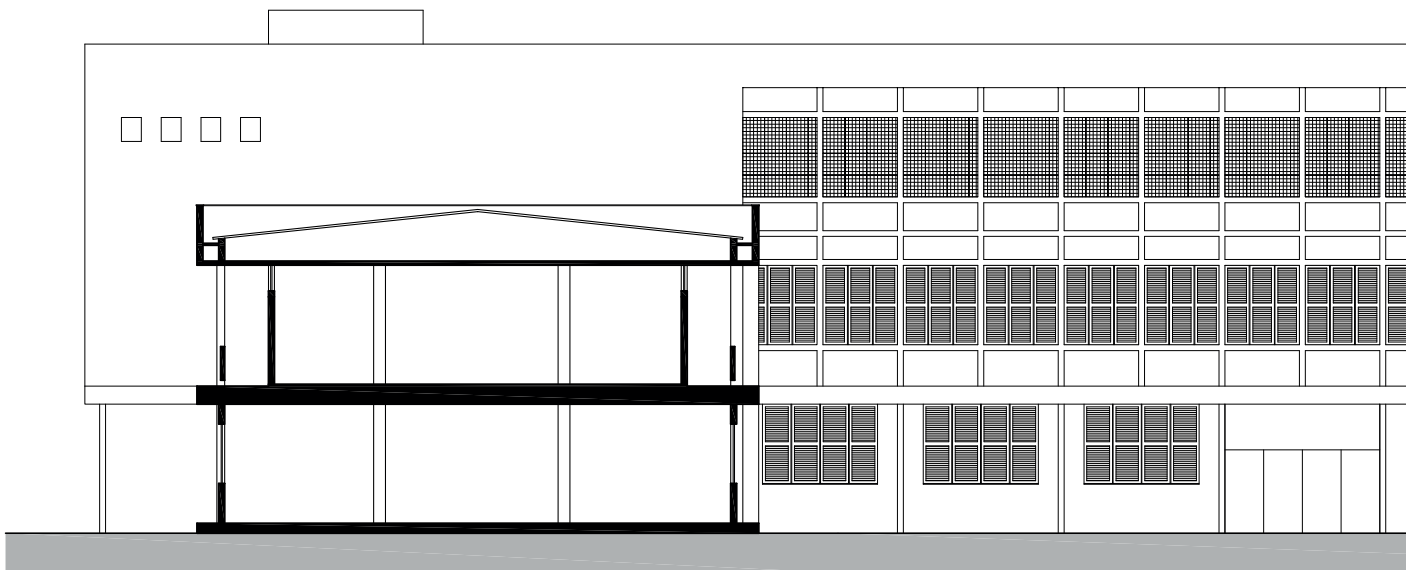
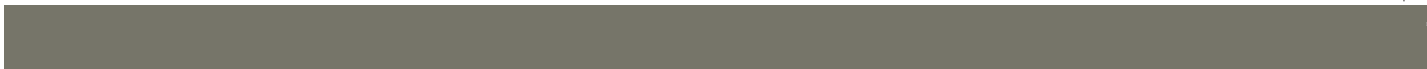




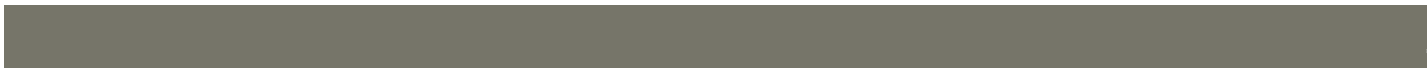
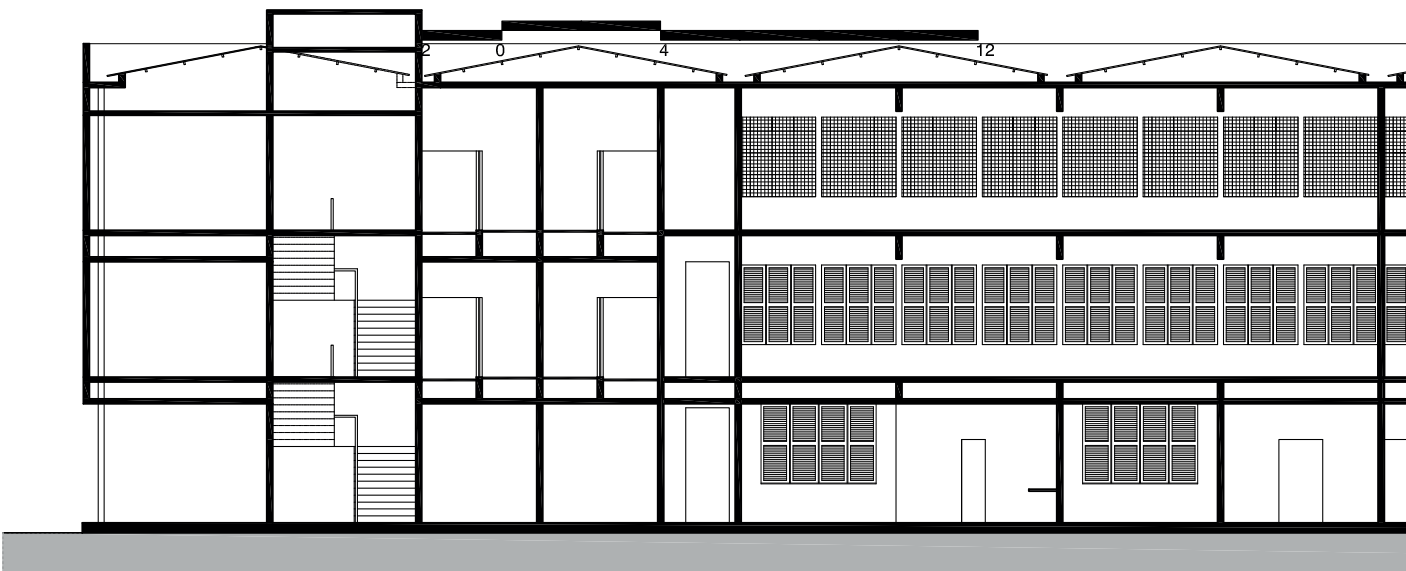
198

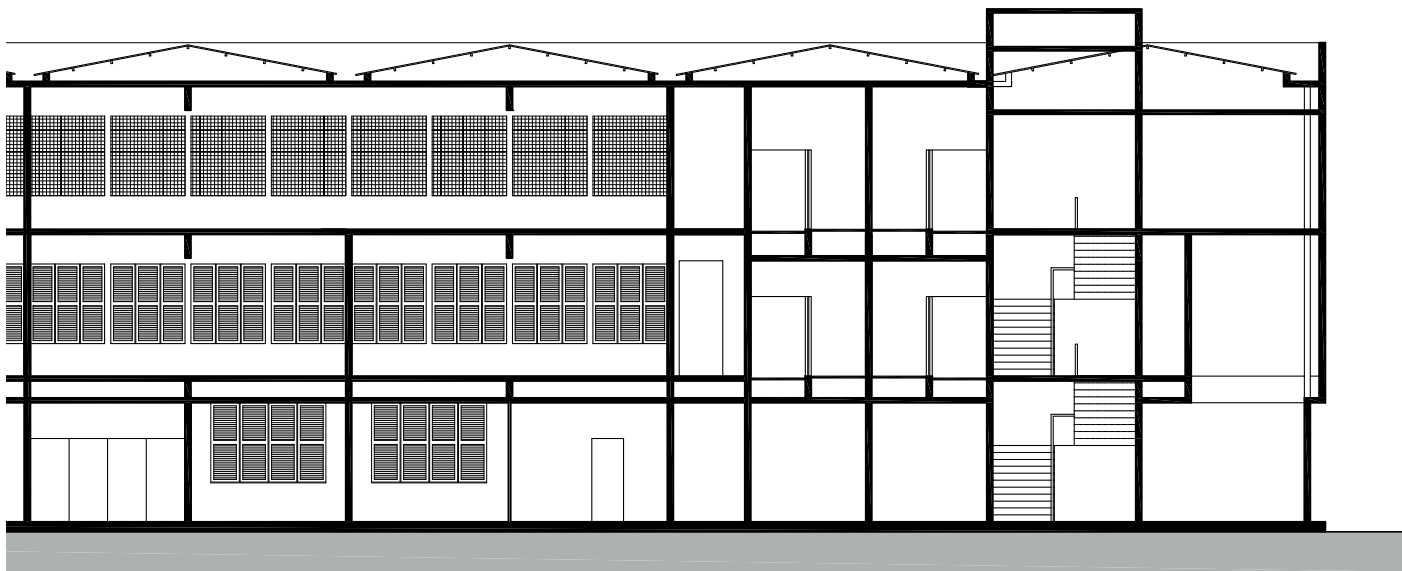
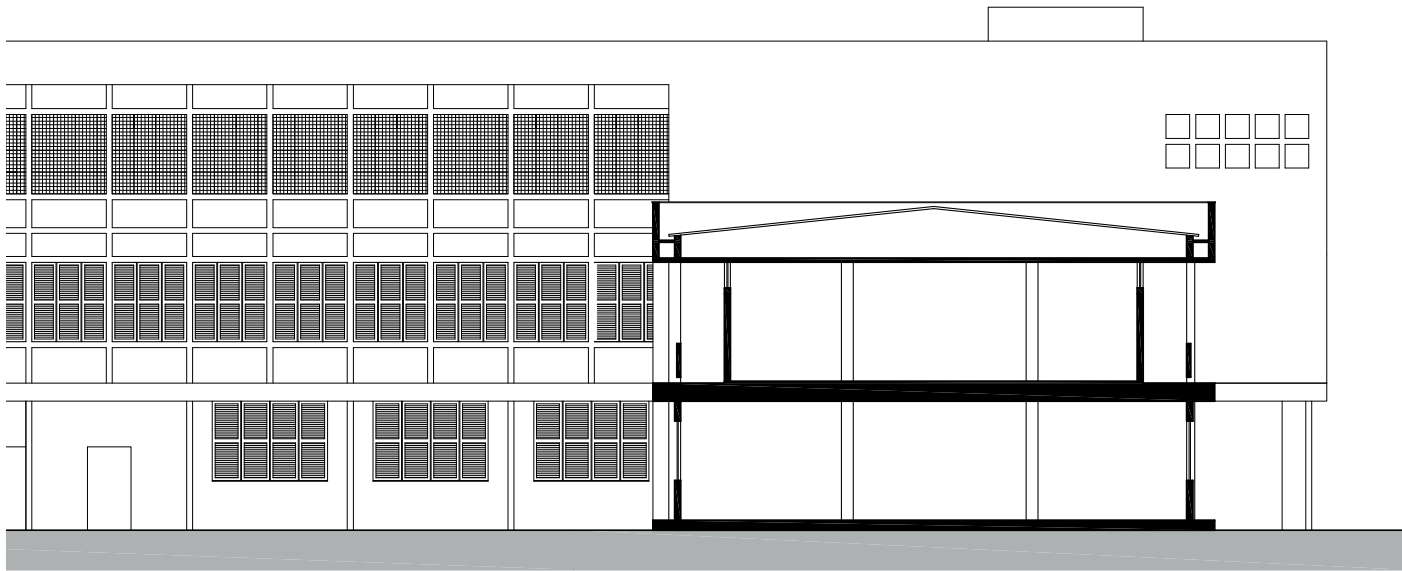






200



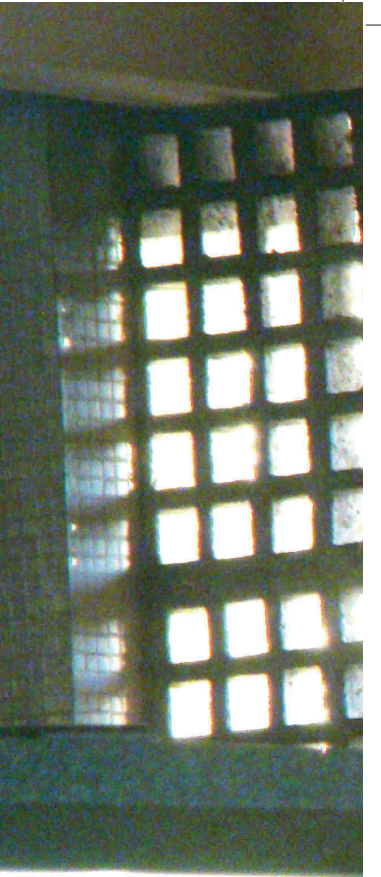


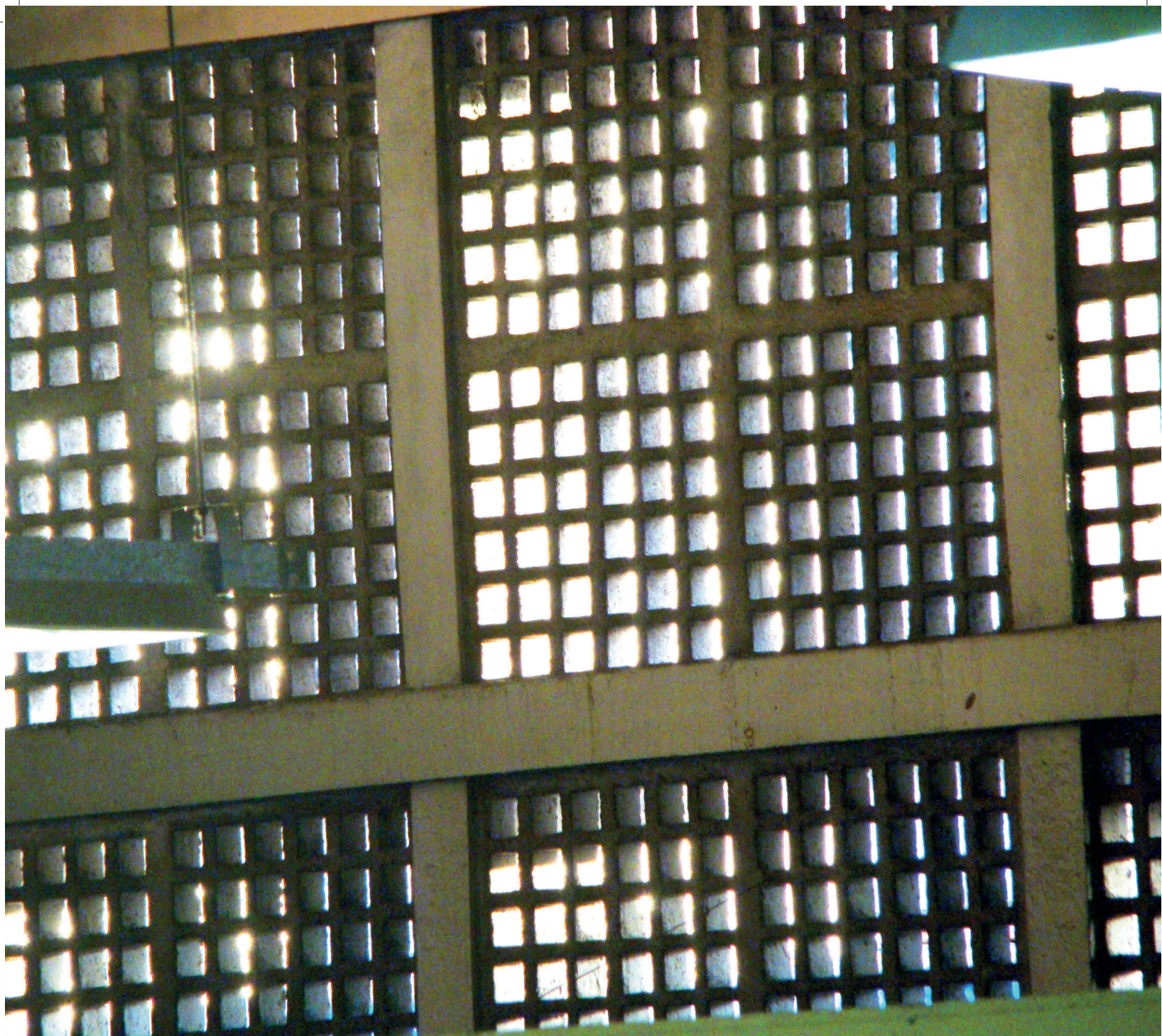












imprensa universitária

imprensa universitária

1966

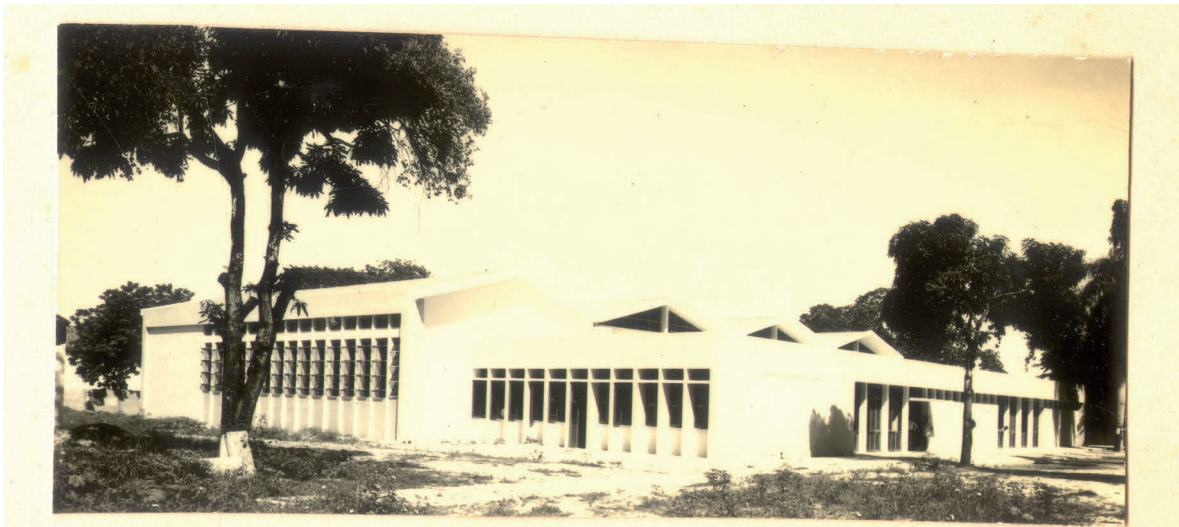
O edifício da Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará situa-se no *Campus* do Benfica, na Avenida da Universidade, nº 2932. Está implantado na parte centro-oeste da quadra compreendida pela Avenida da Universidade, Avenida Treze de Maio, Avenida Carapinima e a Rua Padre Francisco Pinto. Sua fachada oeste volta-se para a Av. Carapinima; a fachada norte para o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade (DAU-UFC) e a fachada leste para o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (CETREDE). A Imprensa Universitária possui entorno predominantemente institucional. Na mesma quadra, encontra-se ainda a Pró-Reitoria de Extensão, o Museu de Arte da UFC (MAUC) e a Rádio Universitária. As áreas livres entre as edificações funcionam como estacionamento.

O edifício possui um pavimento, dividido em dois setores por uma circulação que atravessa o seu espaço interno no sentido sudeste – noroeste. O acesso principal - com um jardim pergolado – o setor administrativo e o de serviço estão localizados no setor nordeste do edifício. O setor sudoeste abriga o grande galpão para as atividades de impressão.

Atualmente, as alterações tecnológicas regidas pela computação vêm alterando as dimensões dos espaços, particularmente do galpão, descaracterizando a ambiência interna do edifício. O espaço vem sendo subdividido sem maiores critérios construtivos, procurando a reutilização da área. As adaptações aos novos usos comprometem o fechamento volumétrico da edificação com o fechamento em alvenaria na fachada sudoeste, anteriormente marcada por um pano de cobogó. Volumetricamente, o edifício ainda mantém suas linhas gerais, apesar da substituição de esquadrias e do tratamento cromático a que foi submetido em certos trechos de suas fachadas.

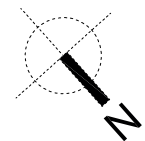
O cálculo das estruturas é do engenheiro Djalma Figueiredo. A estrutura do setor administrativo é composta de lajes, vigas e pilares de concreto. O galpão possui como sistema estrutural pilares e vigas de concreto. As paredes de vedação são de alvenaria de tijolo.

Arquiteto José Liberal de Castro

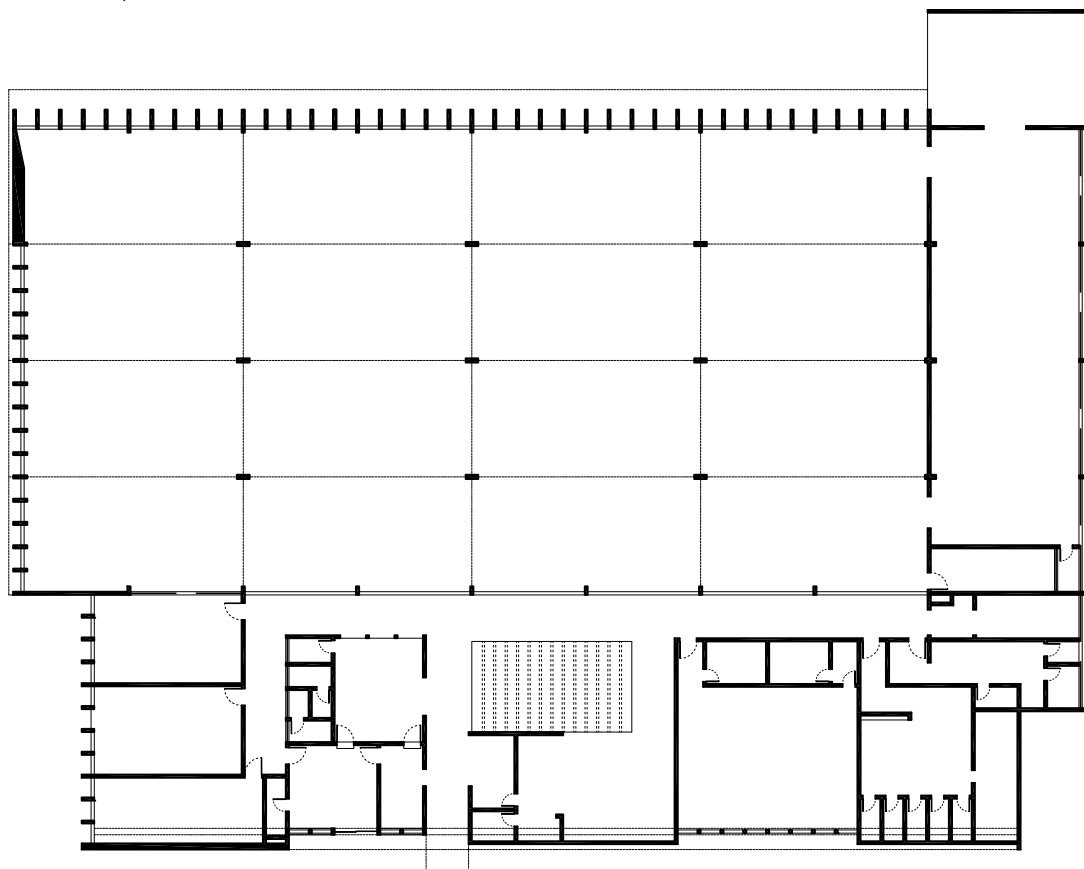


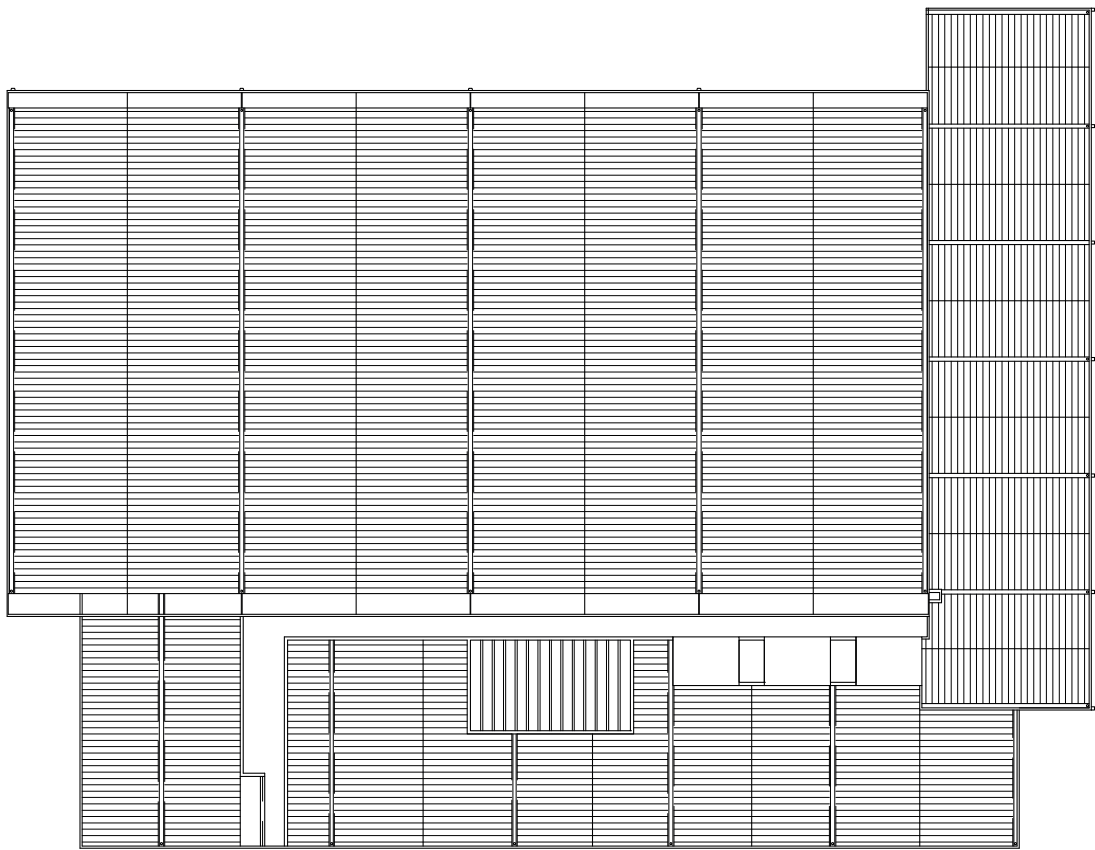
imprensa universitária

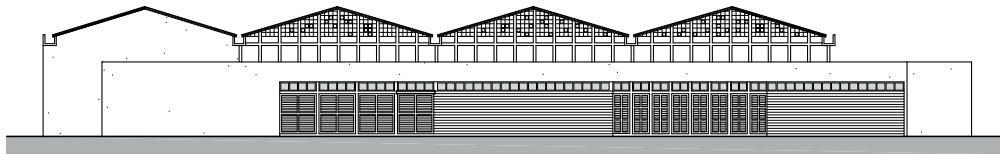
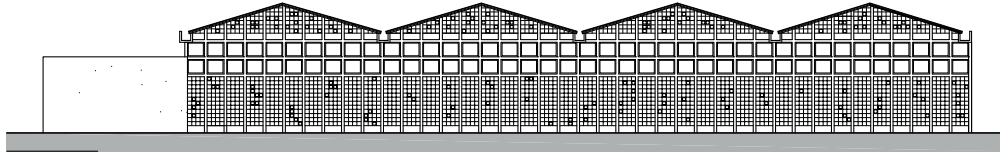
acervo MAUC



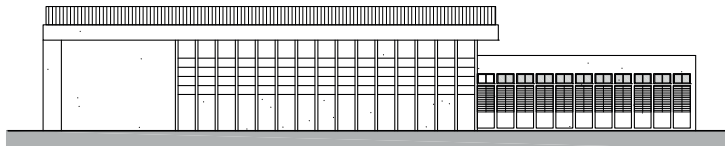
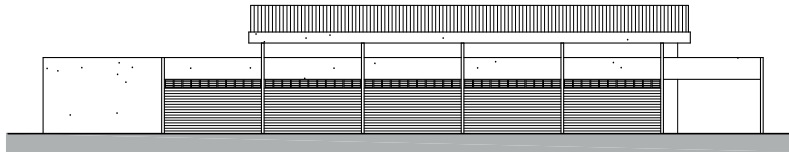
210

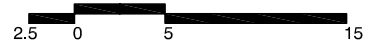
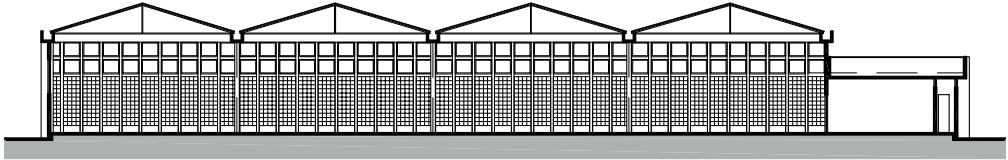
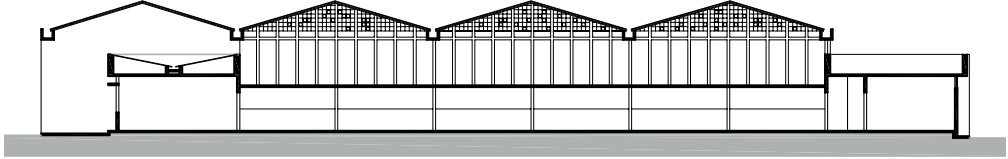
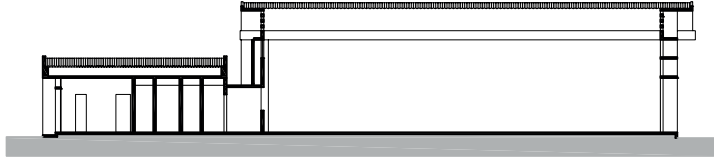






212









IMPrensa
UNIVERSITÁRIA









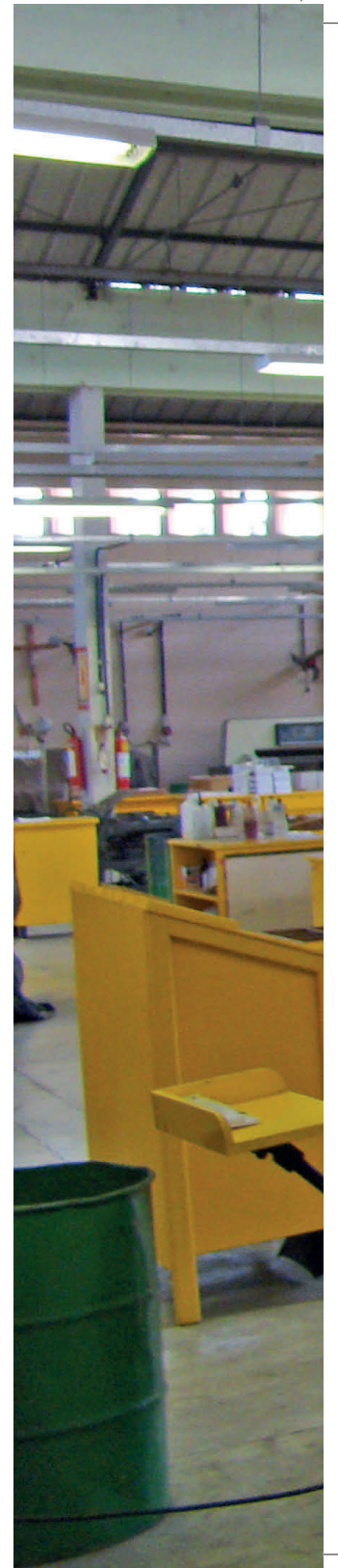
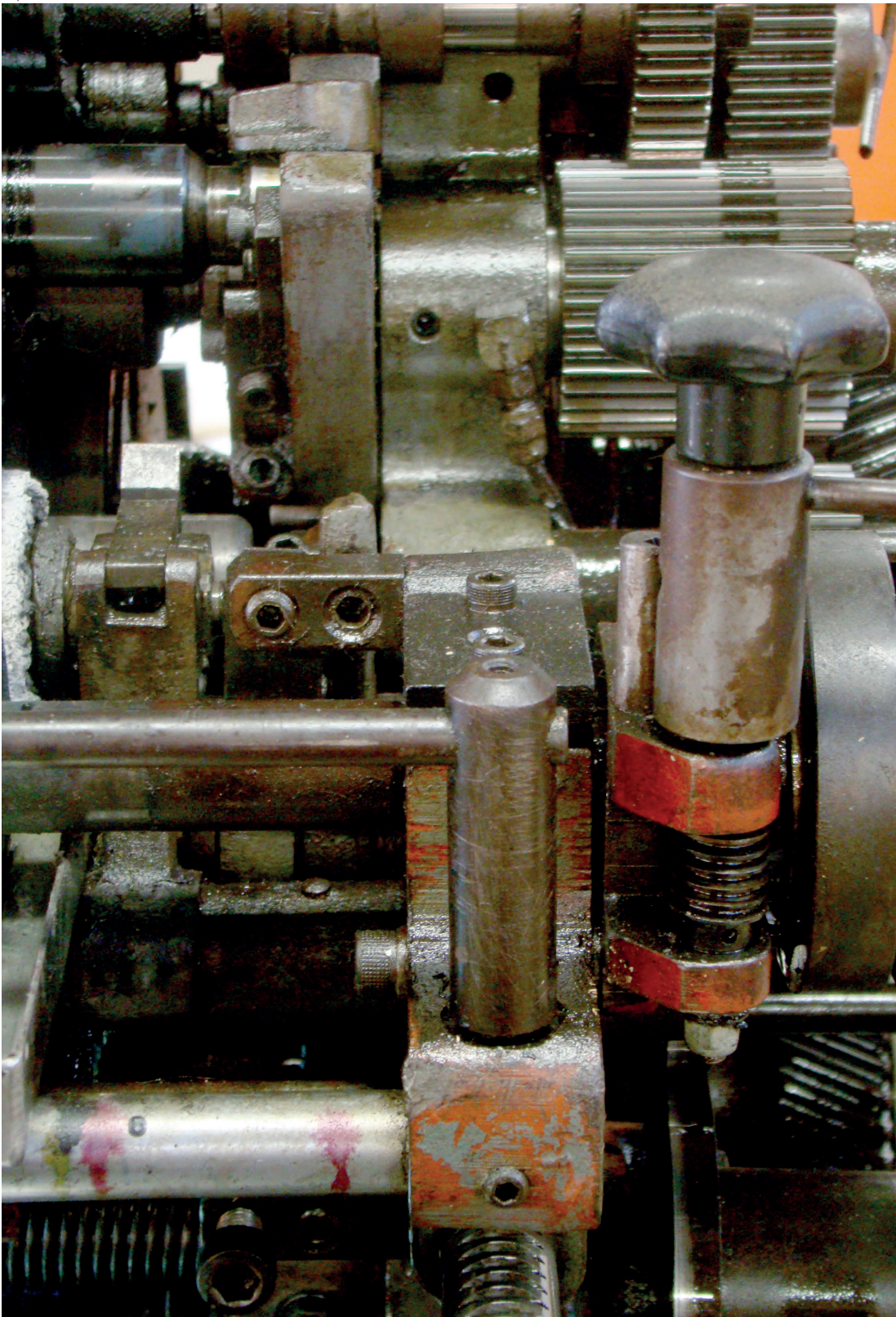




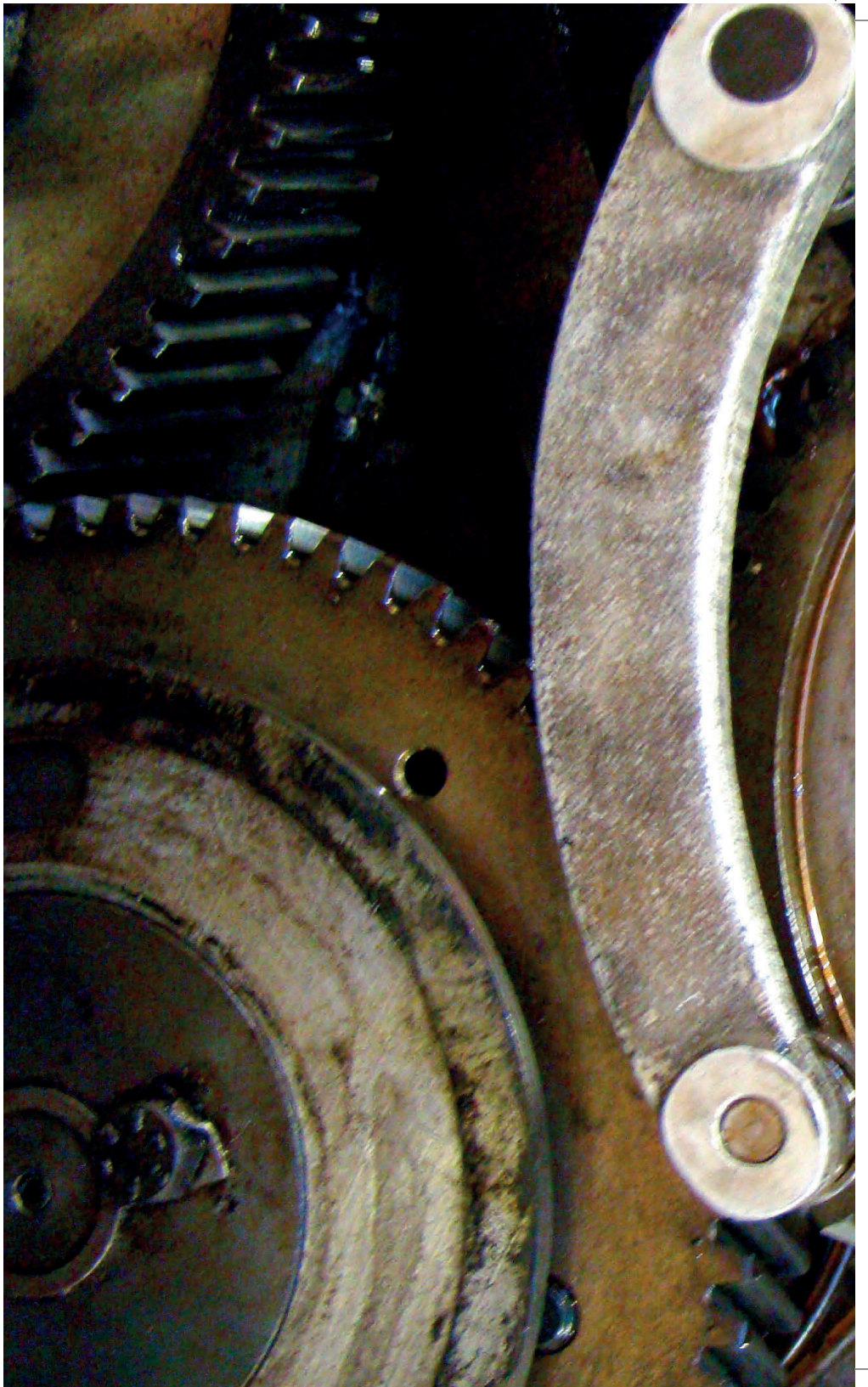


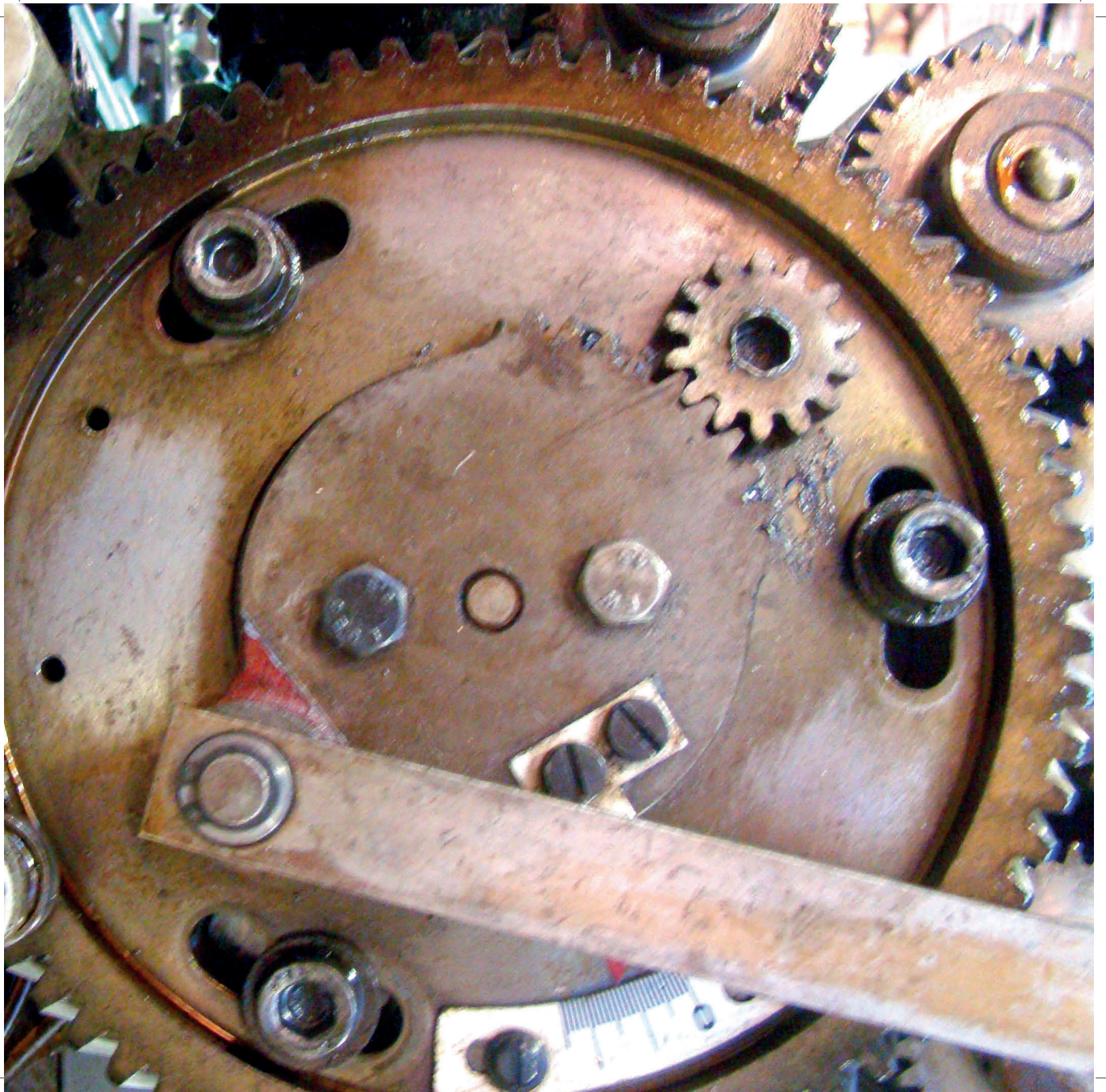




















pavilhão reitor martins filho

pavilhão reitor martins filho

1966

O Pavilhão Reitor Martins Filho situa-se no Bairro do Benfica, no pátio do Departamento de Arquitetura da UFC (DAU-UFC). O edifício do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da UFC está implantado na quadra correspondente à Avenida da Universidade, Avenida Treze de Maio, Avenida Carapinima e Rua Padre Francisco Pinto. A edificação do DAU possui entorno predominantemente institucional. Em seu entorno, encontram-se a Imprensa Universitária, o Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC-UFC), a Rádio Universitária e a Pró-Reitoria de Extensão.

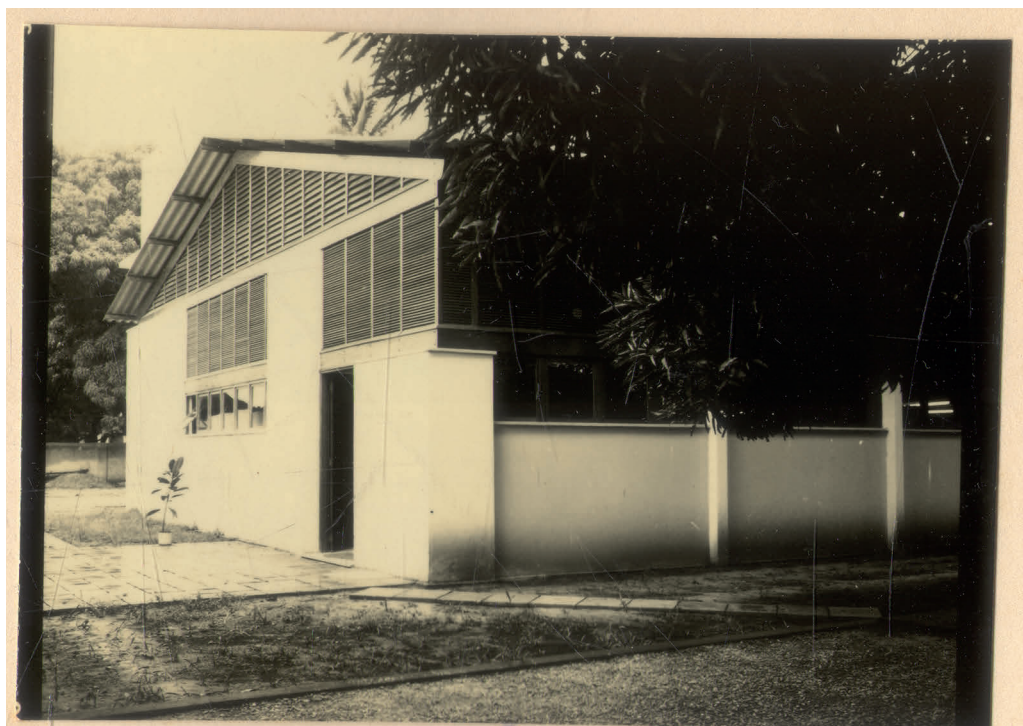
O Pavilhão possui pavimento térreo e um mezanino. O acesso principal à edificação dá-se através da fachada sudoeste. O acesso ao segundo pavimento é realizado por uma circulação vertical – escada – contígua ao acesso principal.

Originalmente, o programa do pavimento térreo era composto por três partes espacialmente definidas. Na extremidade sudoeste, ainda há um laboratório de fotografia e a escada de acesso ao segundo pavimento. Na extremidade nordeste, há salas de aulas. A área central – sob o mezanino – era marcada por uma área livre apoiada por pilares de concreto vencendo um vão longitudinal de 6 metros, onde se realizavam aulas de ateliê. O programa do primeiro pavimento era composto, em suas extremidades, por salas de aulas e pelo vão livre central do mezanino.

Atualmente, no pavimento térreo, sob o mezanino, encontram-se salas de aula subdivididas com paredes de alvenaria. A área correspondente ao vão livre do mezanino no primeiro pavimento encontra-se fechada em toda sua extensão longitudinal por divisórias de madeira, criando uma sala de aula artificialmente climatizada. As fachadas do edifício são marcadas por uma faixa longitudinal de esquadrias de madeira e vidro apoiadas sobre parede de alvenaria.

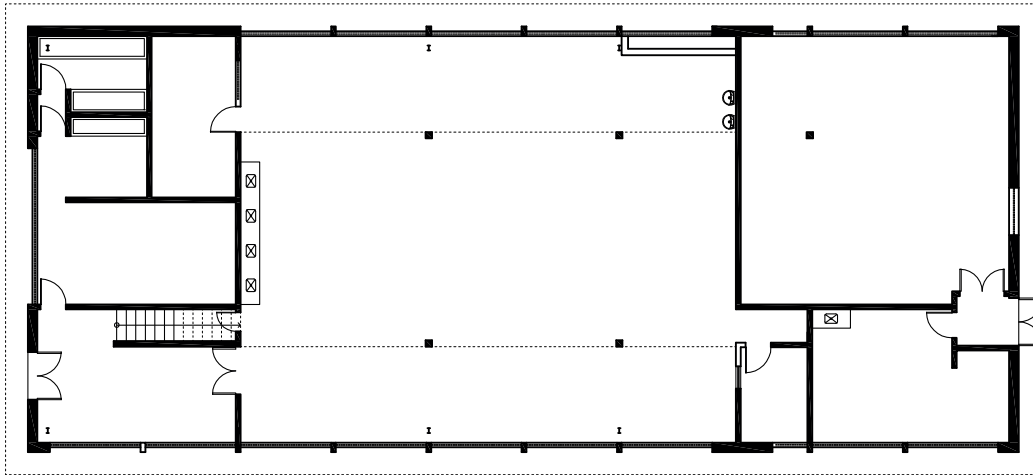
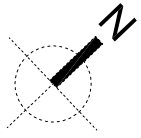
A edificação possui um sistema estrutural misto. A coberta é apoiada por pilares e pórticos metálicos contraventados por tirantes também metálicos, seguindo uma modulação de 6 metros. O sistema estrutural do mezanino apresenta pilares – repetindo a modulação de 6 metros – vigas e laje voltterrana.

Arquiteta Nícia Paes Bormann

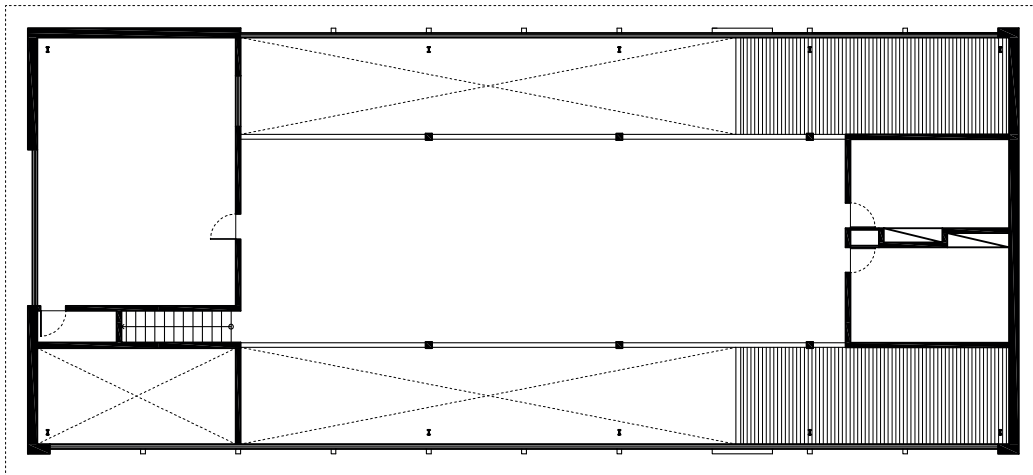


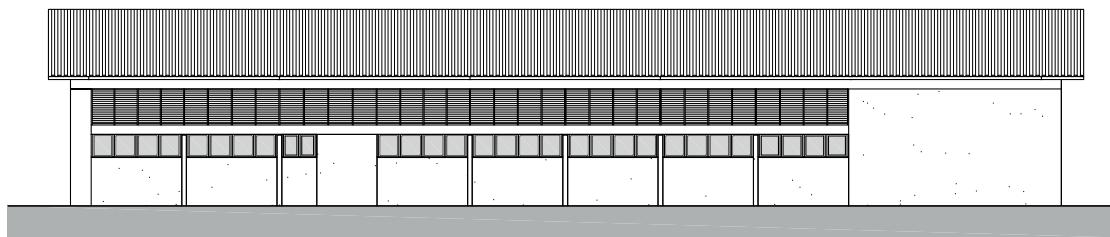
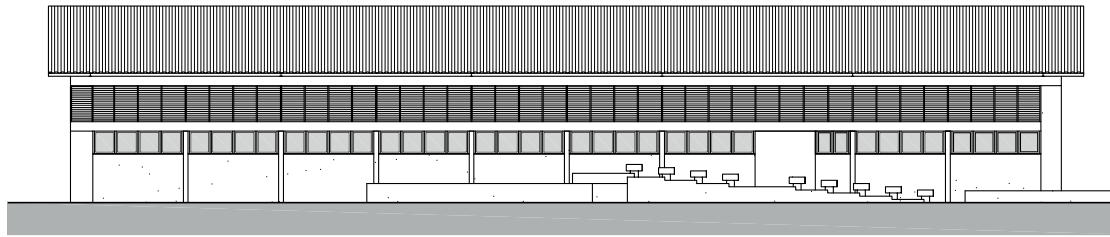
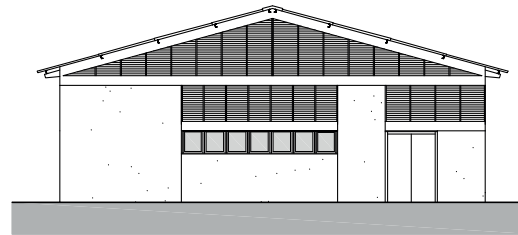
pavilhão reitor martins filho

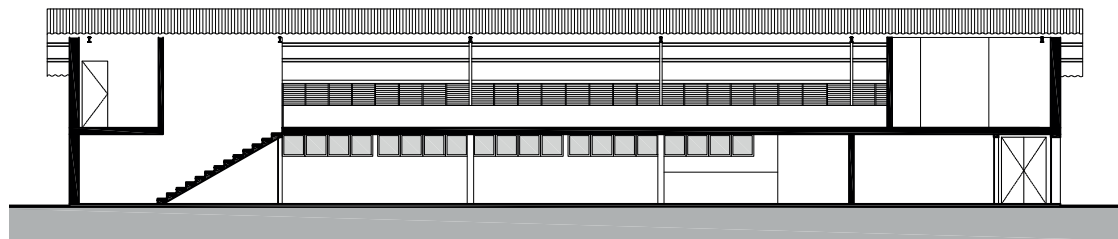
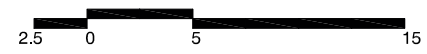
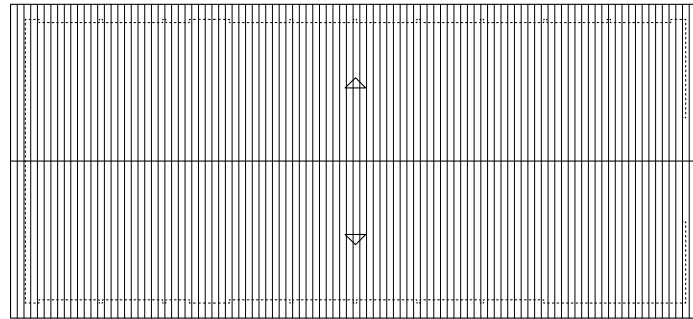
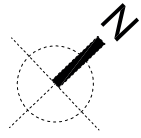
acervo MAUC

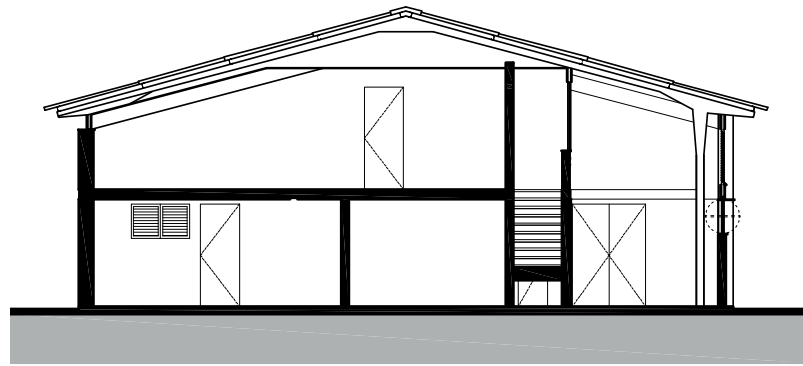
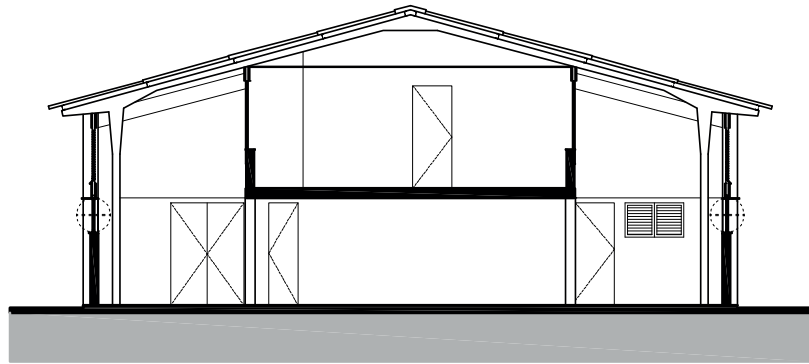


234











pavilhão reitor martins filho

acervo MAUC



pavilhão reitor martins filho

acervo MAUC



pavilhão reitor martins filho

acervo MAUC



pavilhão reitor martins filho

acervo MAUC

pavilhão reitor martins filho



acervo MAUC

AGFA LISS





PAVILHÃO

REITOR MARTINS FILHO



PAVILHÃO
REITOR MARTINS FILHO





























residência universitária

residência universitária

1966

O edifício da Residência Universitária da Universidade Federal do Ceará situa-se no *Campus* do Benfica, na Rua Paulino Nogueira, nº 125, entre a Rua Waldery Uchoa e a Rua João Gentil. Em seu entorno, encontram-se, a sudoeste, o estádio Presidente Vargas e, a noroeste, a Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC). A fachada principal está voltada para a praça da Gentilândia.

Na fachada principal, a modulação é decomposta no terceiro e quarto pavimentos em marcações de 2.85 metros, evidenciando a divisão dos apartamentos dos estudantes. O conjunto proporciona um ritmo de cheios e vazios na fachada principal do edifício. A fachada posterior é marcada com um pano de cobogó no terceiro e quarto pavimentos e pelo bloco de circulação vertical em alvenaria cega.

O projeto original possuía seis pavimentos. A edificação foi construída com quatro pavimentos. O pavimento térreo é composto por uma área sob pilotis, um auditório provido de camarim e em sua parte posterior, um *hall* de entrada com a circulação vertical de acesso aos demais pavimentos.

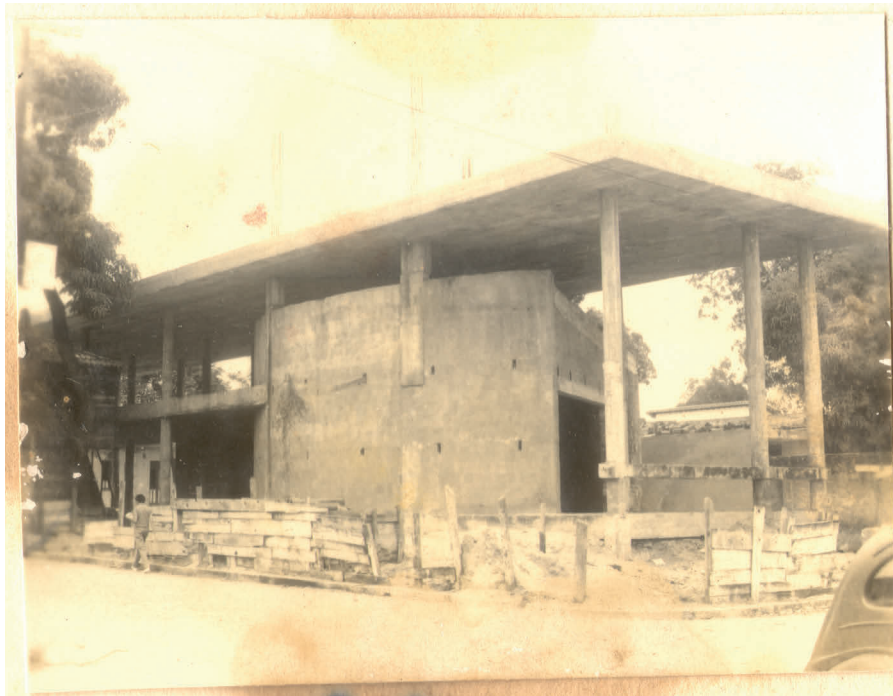
Atualmente o auditório é utilizado como sala de televisão. No primeiro pavimento, estão os espaços de uso comum e lazer dos estudantes, como a sala de jogos com bar e sala de leitura. Neste pavimento, encontram-se, ainda, as áreas administrativas da edificação. No segundo e terceiro pavimentos, estão os dormitórios, todos providos de banheiro e terraço. Com exceção dos dois pavimentos, não construídos, as poucas alterações realizadas no edifício possibilitam a clara leitura do projeto original.

A edificação possui como sistema estrutural lajes, vigas e pilares de concreto, que seguem uma modulação de 5.70 metros no eixo longitudinal.



residência universitária

acervo MAUC



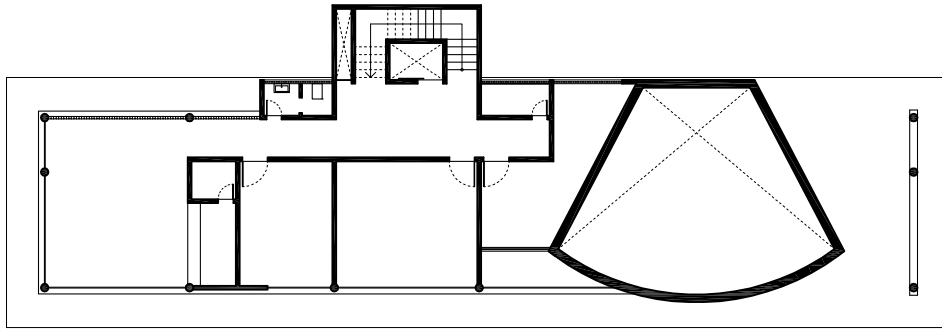
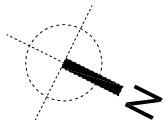
residência universitária

acervo MAUC

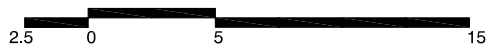
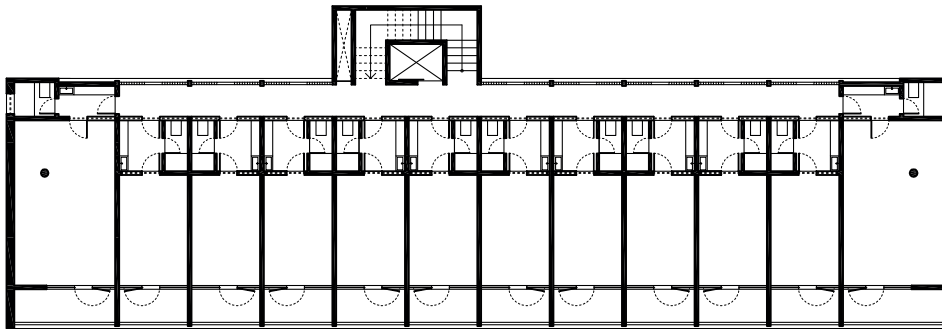
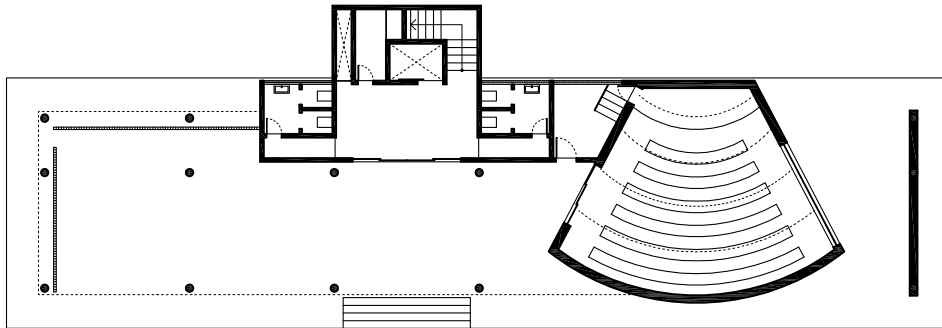


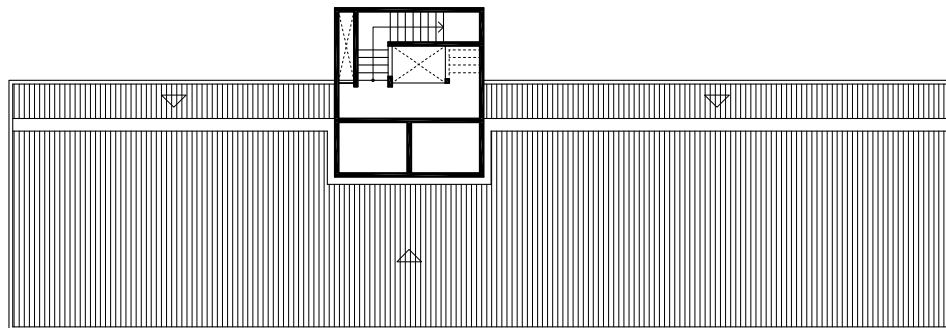
residência universitária

acervo MAUC

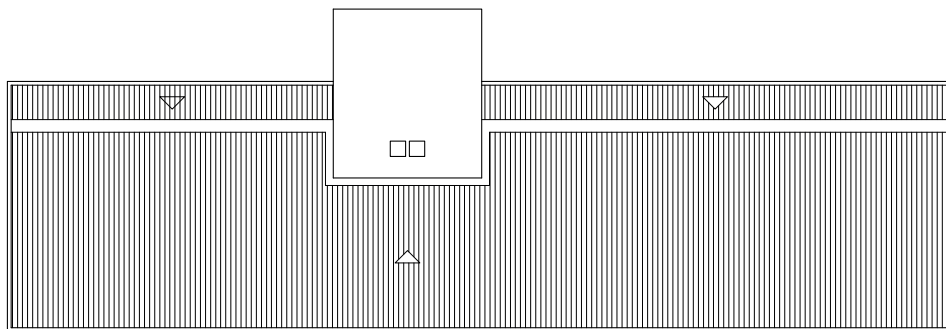


264

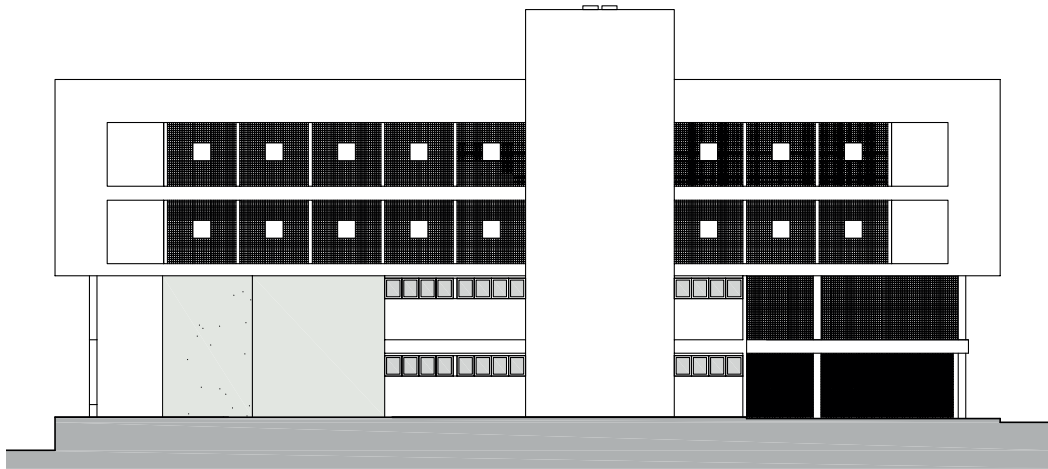




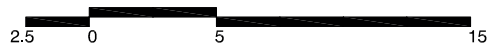
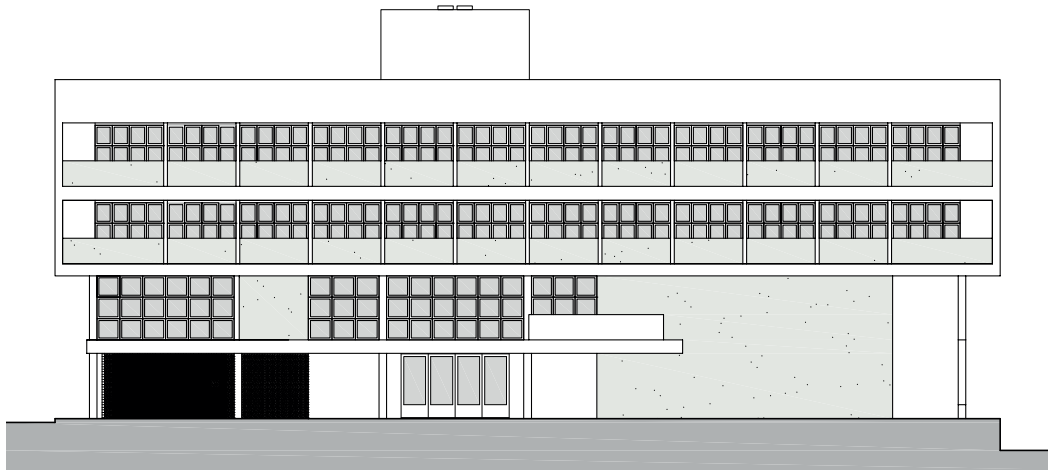
265

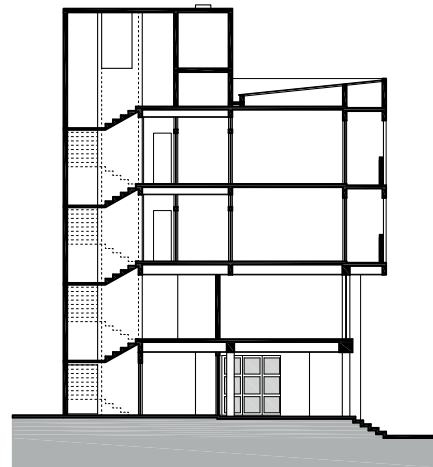
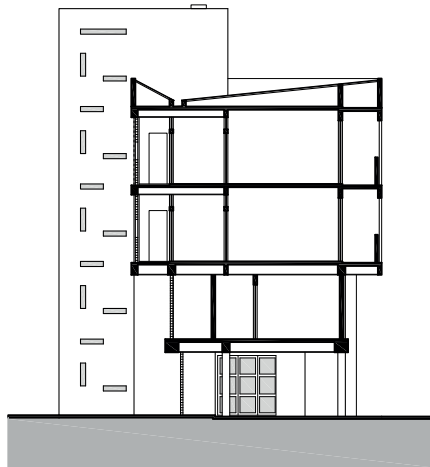
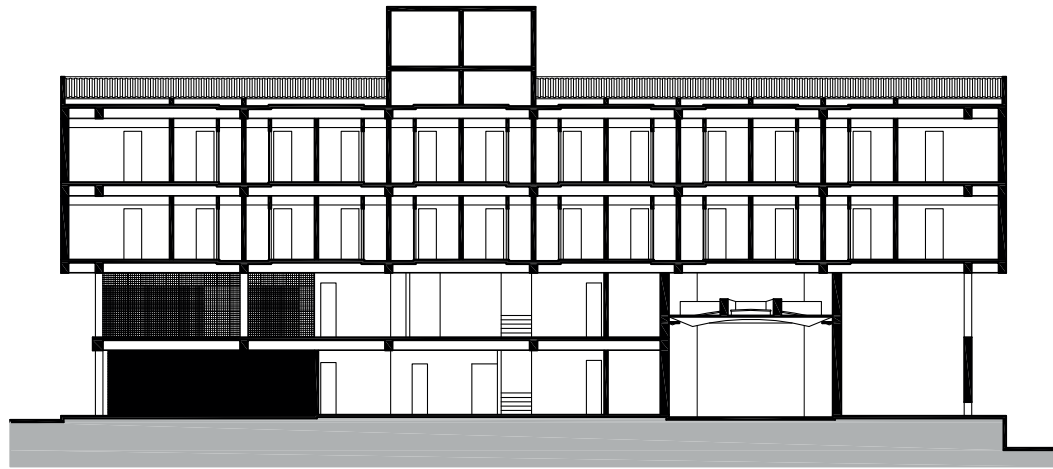


2.5 0 5 15



266













UFEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CASA - Referente ao Residência Construída em 1970
ENDREÇO - 21 de março de 2020
PRADO - 193 de 1970 - com 1 andar construído
SALÃO - 19 de 1970 de 1970 construído e 1970 de 1970
Residência construída em 1970 de 1970 de 1970
Construído em 1970 de 1970 de 1970
Mestre Ricardo Duarte - CREA 011/1970



Projeto executado.

Trabalho da disciplina Desenho Arquitetônico 2.

Professor: Daniel Ribeiro Cardoso

Alunos: Lara Sucupira Furtado, Mariana Quezado Costa Lima, Natália Maciel Miranda, Thaís Rêgo de Oliveira Câmara

Software: Archicad

Ano: 2011.2



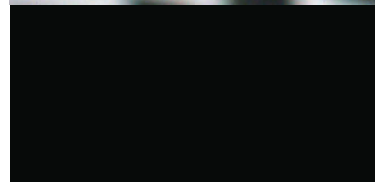
Simulação projeto com seis pavimentos.

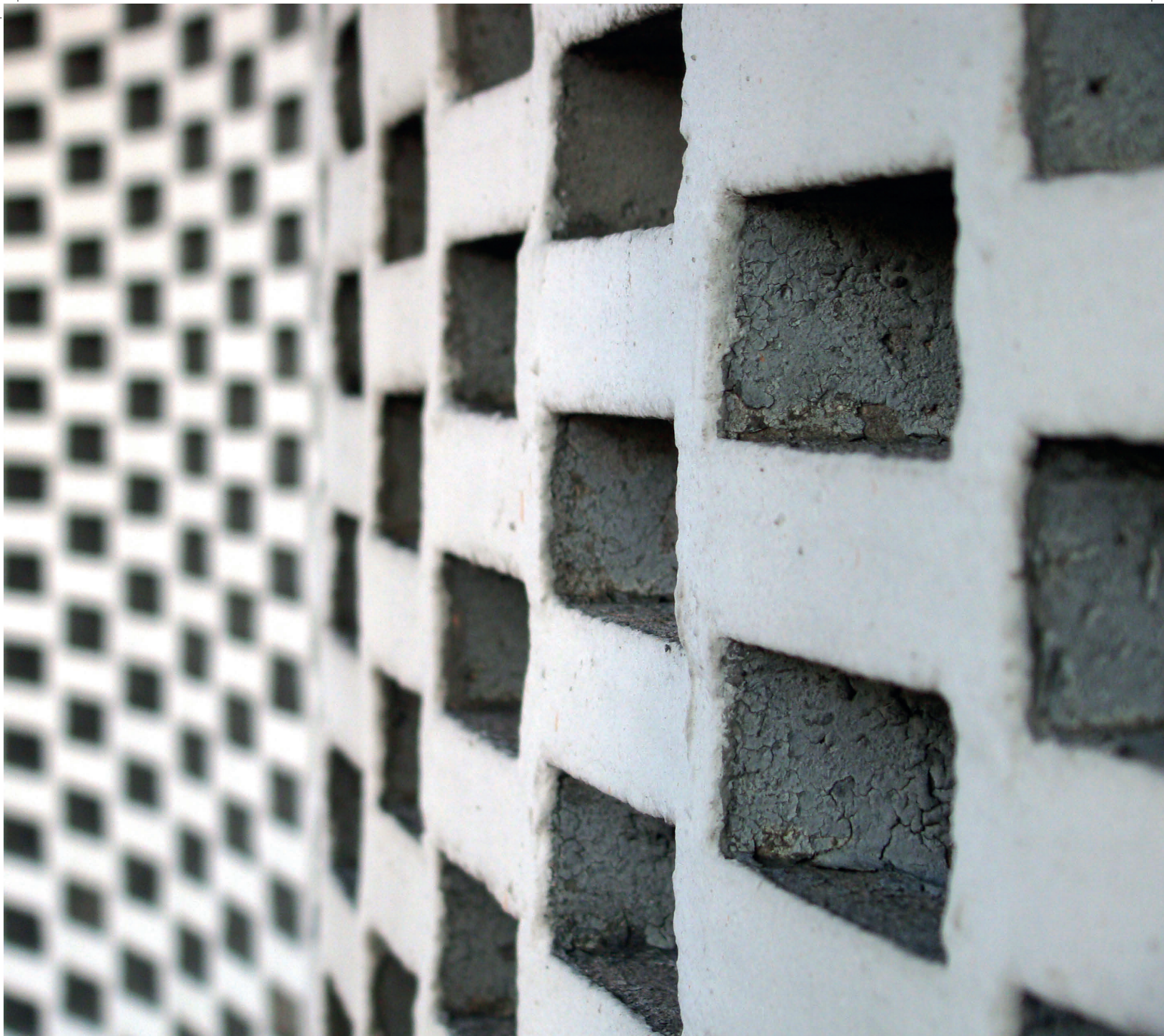


PROFESSOR: LINDA DE OLIVEIRA
ALUNO: LINDA DE OLIVEIRA
RECONHECIDA NA INSTITUIÇÃO
UNIVERSITÁRIA Nº 123
DATA DE EMISSÃO: 01/01/2023
VALIDA ATÉ: 31/12/2023
Nº DE IDENTIFICAÇÃO: 123456789

VISITANTE
IDENTIFIQUE-SE
NA PORTA







escola de engenharia

escola de engenharia

1968

O edifício da antiga Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará (UFC) situa-se no *Campus* do Benfica, na esquina da Avenida da Universidade com Avenida Treze de Maio. A edificação está implantada na parte sudoeste da quadra compreendida pela Avenida da Universidade, Avenida Treze de Maio, Avenida Carapinima e pela Rua Juvenal Galeno. Em seu entorno, encontram-se a Quadra do Céu, Museu de Arte da Universidade, o prédio da Reitoria e o edifício sede da Casa de Cultura Alemã. A fachada principal volta-se para a Avenida da Universidade.

O projeto original tem a forma de um prisma retangular com cinquenta metros de largura por dez de extensão composto de três pavimentos com dois pátios sobre pilotis separados por um *hall* de entrada. Os cinquenta metros seguem uma modulação estrutural de cinco em cinco metros, que juntamente com as esquadrias marcam a fachada principal, atribuindo ritmo à leitura do edifício.

Atualmente, o edifício é sede dos cursos de Ciências da Informação e Comunicação Social. A volumetria da edificação foi descaracterizada com o acréscimo de um terceiro pavimento e o fechamento do pátio situado na porção nordeste do pavimento térreo – anteriormente sob pilotis.

O edifício possui como sistema estrutural lajes, vigas e pilares de concreto. As vedações são em alvenaria de tijolo.



escola de engenharia

acervo MAUC



antiga escola de engenharia

acervo MAUC



escola de engenharia

acervo MAUC



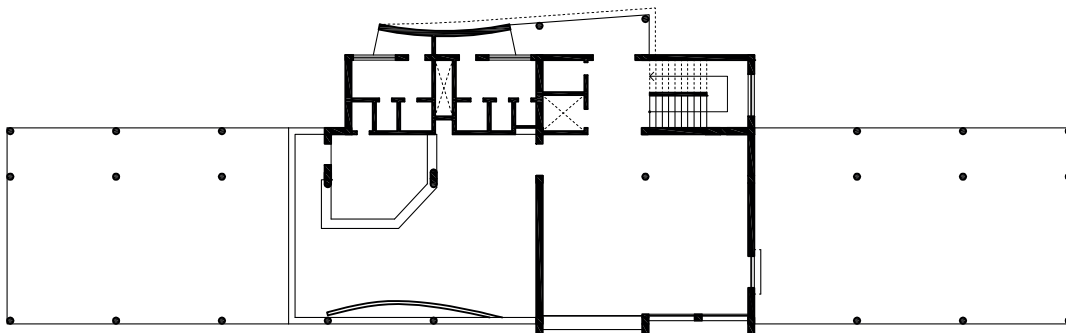
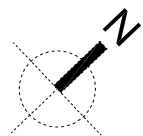
escola de engenharia vista a partir da reitoria

acervo MAUC

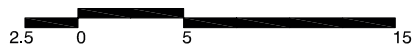
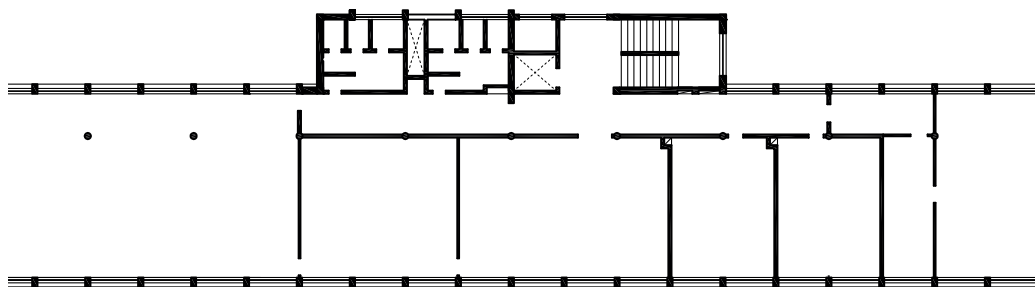
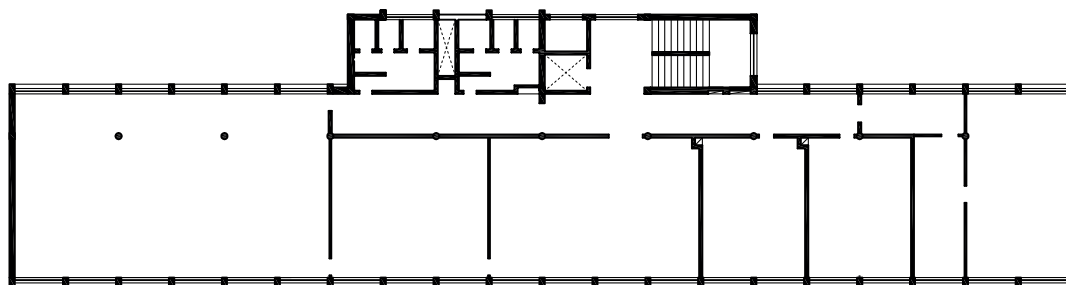


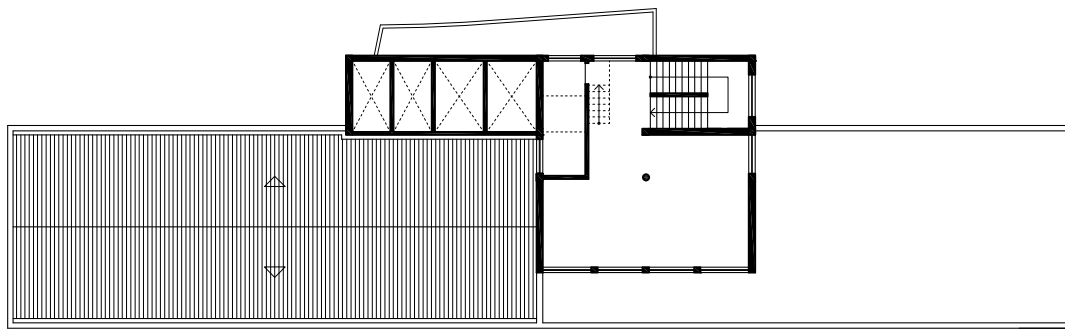
reitoria vista a partir da escola de engenharia

acervo MAUC

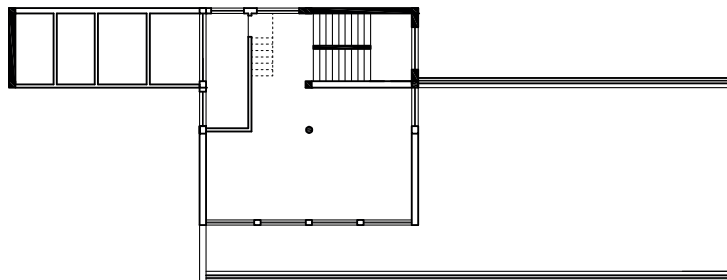


284

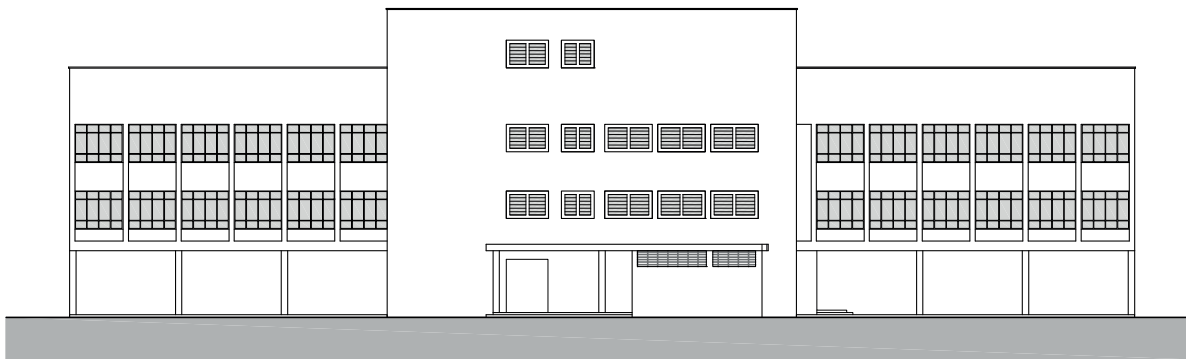
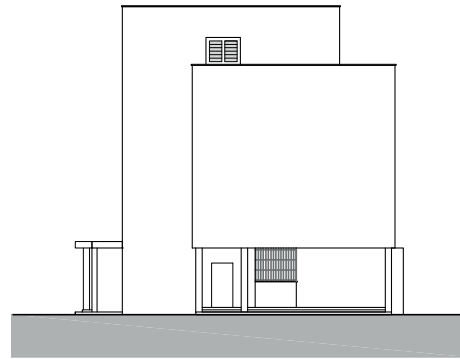
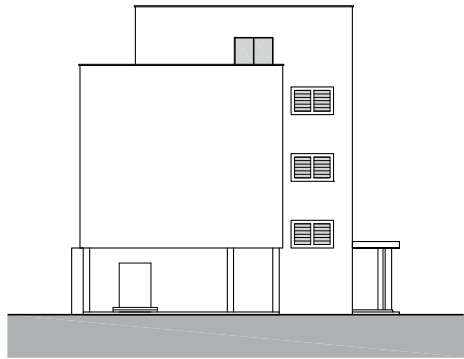




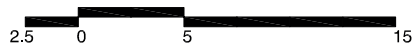
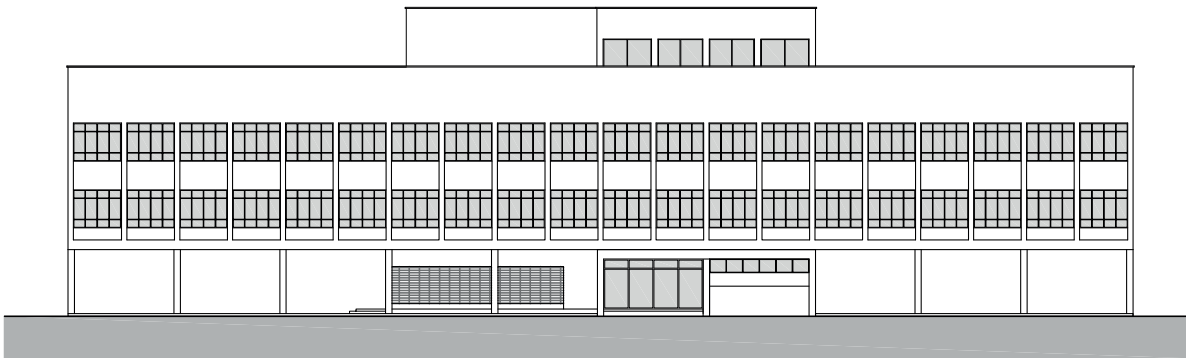
285

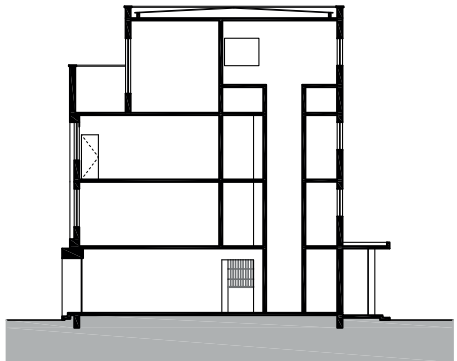


2.5 0 5 15

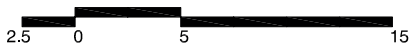
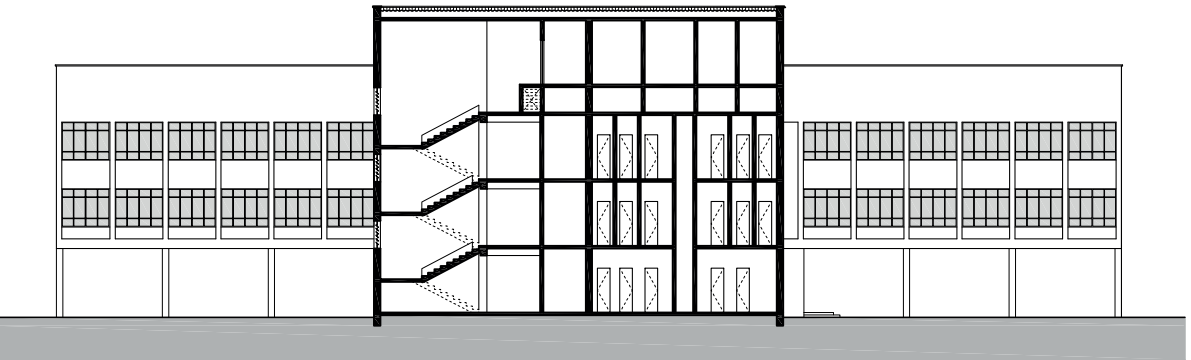


286





287

















UNIVERSITY

PHILIPINE
DEPT.
0000 2021





BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES é arquiteta e urbanista (CAUUFUC, 1978), professora de História da Arte do CAUUFUC, mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará (2001), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2005) e doutora em Arquitetura pela faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

CLOVIS RAMIRO JUCÁ NETO é arquiteto e urbanista (CAUUFUC, 1986), professor de História da Arte, Arquitetura e Urbanismo do CAUUFUC, mestre em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia (1992) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2007).

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO é arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil (1955), livre-docente e professor emérito da Universidade Federal do Ceará (2009). Fundador do Departamento do Ceará, do Instituto de Arquitetos do Brasil e da Escola de Arquitetura da UFC. Representante honorário do IPHAN. Autor de vários projetos de arquitetura, de ensaios e estudos sobre história da arquitetura e urbanismo do Ceará. Membro do Instituto do Ceará.

MARGARIDA JULIA FARIAS DE SALLES ANDRADE é arquiteta e urbanista (CAUUFUC), professora de História da Arte, Arquitetura e Urbanismo do CAUUFUC, especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos pela Universidade Federal de Pernambuco (1976), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1990) e doutora em Arquitetura pela faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

RICARDO FERNANDES é arquiteto e urbanista (CAUUFUC), professor de Projeto Arquitetônico do CAUUFUC, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA UFC, 2001) e doutor em Arquitetura pela faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

ROMEU DUARTE JUNIOR é arquiteto e urbanista (CAUUFUC, 1985), professor de Projeto Arquitetônico do CAUUFUC desde 1991, mestre e doutor em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, conselheiro vitalício do Instituto de Arquitetos do Brasil e ex-superintendente do IPHAN no Ceará (1997-2008).